

FINANÇAS MUNICIPAIS NA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

2017



REPÚBLICA
PORTUGUESA

PLANEAMENTO



FICHA TÉCNICA

Propriedade	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo Rua Alexandre Herculano, 37, 1250-009 Lisboa T: +351 213 837 100 F: +351 213 837 192 Website: http://www.ccdr-lvt.pt
Título	Finanças Municipais na Região de Lisboa e Vale do Tejo 2017
Coordenação	José Pedro Neto (Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo) Adriana Raimundo (Diretora de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local, DSAJAL)
Revisão	Alexandra Carapeto (Chefe de Divisão para a Administração Local, DAL/DSAJAL)
Elaboração técnica	Alexandra Carapeto (DAL) Teresa Rosa (DSRVT)
Tratamento de dados das Prestação de Contas	Alexandra Carapeto (DAL) Teresa Rosa (DSRVT)
Data	Junho 2019
ISBN	978-972-8872-50-2

ÍNDICE GERAL

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	1
APRESENTAÇÃO.....	3
CAPÍTULO I. DESEMPENHO ORÇAMENTAL.....	6
1 RECEITA MUNICIPAL.....	6
1.1 ANÁLISE EVOLUTIVA DA RECEITA MUNICIPAL – 2013 A 2017.....	7
1.1.1 RECEITA TOTAL.....	7
1.1.2 RECEITA FISCAIS.....	10
1.1.3 RECEITAS PRÓPRIAS.....	12
1.1.4 TRANSFERÊNCIAS.....	14
1.1.5 PASSIVOS FINANCEIROS.....	16
1.2 ANÁLISE DA RECEITA MUNICIPAL – 2017.....	17
1.2.1 RECEITA TOTAL.....	17
1.2.2 ESTRUTURA DA RECEITA MUNICIPAL.....	20
1.2.3 RECEITAS FISCAIS.....	22
1.2.4 RECEITAS PRÓPRIAS.....	26
1.2.5 TRANSFERÊNCIAS.....	30
1.2.6 PASSIVOS FINANCEIROS.....	34
2 DESPESA MUNICIPAL.....	38
2.1 ANÁLISE EVOLUTIVA DA DESPESA MUNICIPAL – 2013 A 2017.....	38
2.1.1 DESPESA TOTAL.....	38
2.1.2 DESPESAS COM O PESSOAL.....	41
2.1.3 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES.....	42
2.1.4 INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO.....	43
2.1.5 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS.....	45
2.1.6 SERVIÇO DA DÍVIDA.....	47
2.2 ANÁLISE DA DESPESA MUNICIPAL – 2017.....	49
2.2.1 DESPESA TOTAL.....	49
2.2.2 ESTRUTURA DA DESPESA MUNICIPAL.....	52
2.2.3 DESPESAS COM O PESSOAL.....	54
2.2.4 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS.....	58
2.2.5 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS.....	62
2.2.6 INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO.....	66
2.2.7 SERVIÇO DA DÍVIDA.....	70
3 INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA ORÇAMENTAL.....	74
3.1 POUPANÇA CORRENTE.....	74
3.2 SALDO GLOBAL E PRIMÁRIO.....	76
3.3 PESO DAS RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS NO SALDO GLOBAL.....	78
3.4 GRAU DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA.....	79

3.5 GRAU DE EXECUÇÃO DA VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO.....	80
CAPÍTULO II. ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL.....	81
1 Análise do balanço.....	81
1.1 Ativo.....	81
1.1.1 Evolução dos principais agregados do ativo – 2013 a 2017.....	81
1.1.2 Estrutura do ativo por município.....	83
1.1.3 Peso do ativo por grupo de municípios.....	84
1.1.4 Composição do ativo por NUTS III.....	85
1.2 Passivo.....	86
1.2.1 Evolução dos principais agregados do passivo – 2013 a 2017.....	86
1.2.2 Estrutura do passivo por município.....	87
1.2.3 Peso do passivo por grupo de municípios.....	88
1.2.4 Composição do passivo por NUTS III.....	88
1.2.5 Dívida a terceiros.....	89
1.2.5.1 Dívida comercial e financeira.....	89
1.2.5.2 Dívida orçamental e não orçamental.....	89
1.3 Fundos próprios.....	90
1.3.1 Evolução dos principais agregados dos fundos próprios – 2013 a 2017.....	90
1.3.2 Estrutura dos fundos próprios por município.....	91
1.3.3 Peso dos fundos próprios por grupo de municípios.....	91
1.3.4 Composição dos fundos próprios por NUTS III.....	92
2 Análise da estrutura económica.....	93
2.1 Custos.....	93
2.1.1 Evolução dos principais agregados dos custos – 2013 a 2017.....	93
2.1.2 Estrutura dos custos por município.....	95
2.1.3 Composição dos custos por grupo de municípios.....	96
2.1.4 Composição dos custos por NUTS III.....	97
2.2 Proveitos.....	98
2.2.1 Evolução dos principais agregados dos proveitos – 2013 a 2017.....	98
2.2.2 Estrutura dos proveitos por município.....	100
2.2.3 Peso dos proveitos por grupo de municípios.....	100
2.2.4 Composição dos proveitos por NUTS III.....	101
2.3 Resultados.....	102
2.3.1 Evolução dos resultados – 2013 a 2017.....	102
CONCEITOS.....	103
PRINCIPAIS FONTES CONSULTADAS.....	108
ÍNDICE DE TABELAS, GRÁFICOS E MAPAS.....	109

ANEXOS

I – Receitas municipais em 2017 dos municípios da RLVT

II – Despesas municipais em 2017 dos municípios da RLVT

III – BI das finanças municipais dos municípios da RLVT

SUMÁRIO EXECUTIVO

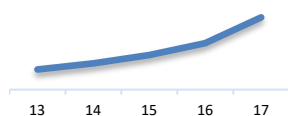
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Em 2017, os municípios da RLVT aumentaram 12,4% as receitas cobradas e 4,6% as despesas pagas. O saldo global cresceu, embora a dinâmica de crescimento das receitas e despesas tenha demonstrado o aumento de 5 para 10 do número de municípios com saldo global negativo. Por outro lado, houve 25 municípios em que o saldo primário era insuficiente para cobrir os encargos com o serviço da dívida¹.

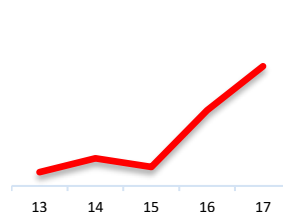
RECEITA

A receita cresceu em 348,74 M€ face a 2016, para um total de 3.171,56 M€, principalmente pelo aumento da receita fiscal – IMT, taxas e derrama, do saldo de gerência anterior, venda de

bens e serviços, bens de investimento e passivos financeiros. Contrariando a tendência de crescimento, destaque para a queda dos rendimentos de propriedade. Naturalmente e atendendo à diversidade de municípios, em termos de população e dimensão geográfica, mantêm-se registos com forte discrepância. Em 2017, com uma receita média de 60,99 M€ por município, os valores oscilaram entre os 914,16 M€ de Lisboa e os 6,60 M€ de Constância – amplitude de 907,56 M€. Em termos de receita *per capita*, a mesma ascendeu, ao nível regional, a 869,7 €/hab, constatando-se a preponderância dos municípios médios e pequenos nos maiores valores e variando entre os 2.720,56 €/hab de Cartaxo e os 468,37 €/hab da Amadora.

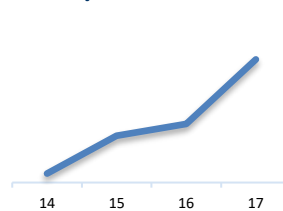


DESPESA



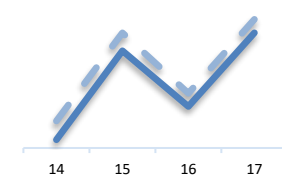
A despesa aumentou em 115,91 M€ em 2017, para um total de 2.615,71 M€, devido ao contributo significativo das despesas com o pessoal, subsídios, aquisição de bens de capital e transferências correntes. O peso relativo das despesas com o investimento direto e indireto cresceu 3,8 p.p., diminuindo o peso das despesas com o pessoal e com a aquisição de bens e serviços em 3,2 p.p. A amplitude de valores entre municípios foi de 699,37 M€, variando entre os 705,88 M€ de Lisboa e os 6,51 M€ de Golegã. Numa análise *per capita*, o valor a nível regional foi de 717,31 €/hab, registando-se os maiores valores nos municípios médios e pequenos – máximo em Cartaxo, em oposição aos mais populosos – mínimo Sintra.

POUPANÇA CORRENTE



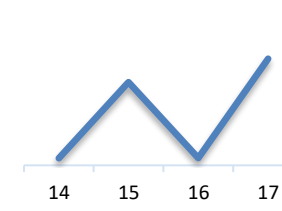
Desde 2014, regista-se o aumento em 384,05 M€ do excedente das receitas correntes sobre as despesas para o valor total de 714,33 M€, particularmente no último ano com o crescimento em 43,6%. Registou-se uma maior capacidade dos grandes municípios em produzir poupança, particularmente Lisboa e, apesar do crescimento ao nível regional, esta poupança caiu em 20 municípios em 2016 e em 14 em 2017.

SALDO GLOBAL E SALDO PRIMÁRIO



O saldo orçamental global, apesar de ter descido em 35 municípios, subiu 64,2% em 2017 para 334,40 M€, fortemente influenciado pelo aumento de 132,15 M€ em Lisboa. Registo para evolução negativa de Cartaxo, Almada e Salvaterra de Magos, para a passagem para saldo positivo da Golegã e Arruda dos Vinhos e para a transição para saldos negativos de Vila Franca de Xira, Mação, Cadaval, Nazaré, Sobral de Monte Agraço, Caldas da Rainha e Sardoal. O saldo primário apresentou, na generalidade, a mesma tendência que o saldo global. O peso das receitas extraordinárias no saldo global aumentou em 21,4% em 2017, invertendo a tendência de redução dos anos anteriores.

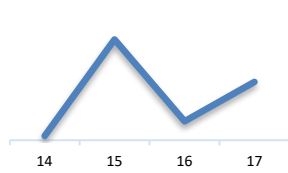
DÍVIDA EXIGÍVEL



A dívida exigível – maior componente do passivo (42,7%), reduziu. Com relevância no passivo municipal, o peso dos proveitos diferidos (36,6%), das provisões para riscos e encargos (15,6%) e dos acréscimos de custos (5,1%), componentes que cresceram neste exercício. A dívida, foi fundamentalmente de natureza financeira, constituída junto da banca e com maior relevância em municípios de pequena e média dimensão; nos grandes as dívidas comerciais apresentaram um peso relativo ligeiramente mais elevado. Apesar da melhoria, 27 municípios mantinham dívidas de empréstimos contraídos no âmbito de programas de recuperação financeira (PPTH, PREDE, PAEL e FAM/ATU).

¹ CONSIDERANDO, NO SERVIÇO DA DÍVIDA, AS DESPESAS PAGAS COM JUROS E OUTROS ENCARGOS E OS COMPROMISSOS COM AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS.

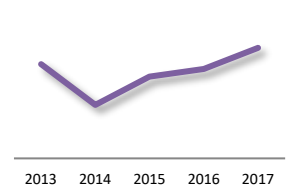
GRAU DE EXECUÇÃO DA VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO



O ano de 2017 foi aquele em que a previsão e cobrança desta receita foi mais próxima, influenciada pelos municípios da Área Metropolitana de Lisboa. Ainda no mesmo exercício, 13

municípios não registaram venda de bens de investimento e 32 apresentaram grau de execução inferior ou igual a 100%.

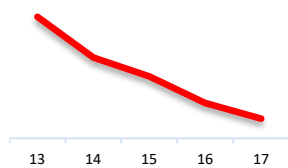
ATIVO



O ativo líquido aumentou 2,3% no último ano, atingindo os 12.437,28 M€. O ativo imobilizado representou 88,5% do ativo bruto, sendo a maior componente o imobilizado corpóreo. Desde

2013, registou-se a redução do valor do imobilizado em curso e das contas a receber, estas últimas correspondentes a um menor volume de dívidas aos municípios. Em sentido contrário o aumento dos títulos negociáveis e os depósitos em instituições financeiras e caixa, os quais, apesar do peso reduzido no ativo dos municípios, aumentou 471,32 M€.

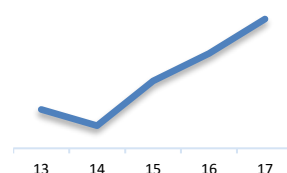
PASSIVO



O passivo manteve a tendência de redução dos últimos anos, decrescendo 4,0%, para um total de 3.164,63 M€. Para além da melhoria em termos regionais, a grande maioria

dos municípios registou uma diminuição do valor dos respetivos passivos. A dívida exigível por terceiros constitui a maior componente do passivo. No último ano, 14 municípios não registaram quaisquer provisões para riscos e encargos. Mais de metade das verbas registadas pelos municípios como passivos resultaram de proveitos diferidos, refletindo o elevado grau de financiamento dos investimentos com recurso a transferências de capital.

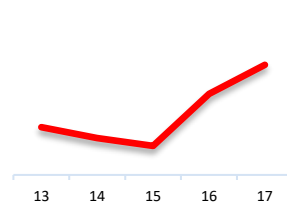
FUNDOS PRÓPRIOS



Os fundos próprios, constituídos essencialmente pelo património municipal (73,5%), aumentaram 4,6% face a 2016. O aumento do património foi de 0,8%, justificado pela sua

valorização por parte de alguns municípios e pelo facto de muitos continuarem a inventariar e valorizar o respetivo património. Registo para 13 municípios, pequenos e médios, terem apresentado RLE negativos.

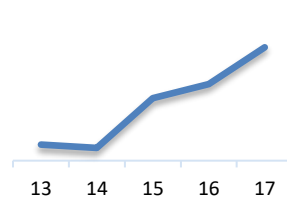
CUSTOS



Em 2017 assinalou-se uma subida global dos custos em 5,5%, decorrente do aumento em 43 municípios, justificada pelo acréscimo dos custos operacionais e dos custos e perdas extraordinários.

Desde 2013, registo para o aumento significativo nos custos e perdas extraordinárias e da redução nos custos e perdas financeiras. Em termos estruturais, os custos com o pessoal constituíam a maioria dos custos totais, seguidos dos fornecimentos e serviços externos.

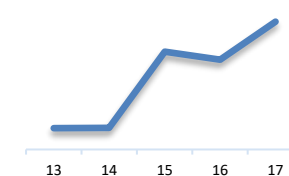
PROVEITOS



O panorama foi favorável ao nível regional (+7,2%), mantendo-se a tendência de crescimento desde 2015. O aumento foi registado em 39 municípios, o qual refletiu-se em quase todas as categorias,

excetuando-se as vendas e prestações de serviços – outras, os outros proveitos operacionais e ainda os proveitos extraordinários, que diminuíram 12,61 M€.

RESULTADOS



De 2013 a 2017, o RLE do conjunto dos municípios da região foi sempre positivo, tal como o EBITDA. Em 2017, houve uma subida de 25,6% no resultado líquido atingido pelos municípios. A subida

dos resultados operacionais ocorreu em 30 municípios, apesar de 25 apresentarem resultados operacionais negativos, mais 2 face a 2016. Em termos de EBITDA, registo para o aumento em 31 municípios, contrária à diminuição nos restantes 21.

APRESENTAÇÃO

O presente relatório contém uma síntese dos principais aspetos da execução financeira dos municípios da Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT) no exercício de 2017, decorrente dos documentos de prestação de contas e complementada com informação das contas relativa aos anos de 2013 a 2016.

De acordo com o princípio da autonomia financeira, as autarquias têm património e finanças próprios, cuja gestão compete aos respetivos órgãos, tendo o poder de arrecadar e dispor de receitas que por lei lhes sejam destinadas.

Durante 2013 a gestão financeira municipal regeu-se de acordo com a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro².

A 1 de janeiro de 2014, entrou em vigor a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro³, a qual revogou o quadro legislativo anterior e definiu o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI).

Assim, o exercício de 2017 foi o quarto ano de aplicação do atual regime financeiro das autarquias locais, no qual, para além do novo regime financeiro, as finanças locais foram ainda influenciadas por diversas particularidades.

Desde logo, pela aplicação e conceito de dívida total. Para os municípios cuja dívida total prevista no n.º 1 do artigo 52.º do RFALEI fosse inferior a 2,25 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, podiam contrair empréstimos a médio e longo prazos para exclusiva aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos em vigor a 31 de dezembro de 2016, desde que com a contratação do novo empréstimo se verificasse, cumulativamente, as seguintes condições:

- não aumentasse a dívida total do município;

- diminuísse o serviço da dívida do município;
- o valor atualizado dos encargos totais com o novo empréstimo, incluindo capital, juros, comissões e penalizações, fosse inferior ao valor atualizado dos encargos totais com o empréstimo a liquidar antecipadamente;
- não existisse um reforço das garantias reais ou pessoais eventualmente prestadas pelo município.

Ao abrigo desta possibilidade, vários municípios procederam à reestruturação da respetiva dívida.

Neste âmbito, é de referir também a alteração ao conceito do limite de dívida total e respetivo apuramento do endividamento municipal, considerando a alteração do artigo 52.º do RFALEI, materializada pela Lei do Orçamento de Estado (LOE) 2016 e o determinado pela LOE 2017.

Assim, nos termos do legalmente estabelecido não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia (EU) e o valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro⁴; os empréstimos contraídos para execução de projetos no âmbito do PERSU 2020⁵ e os empréstimos contraídos para financiamento da contrapartida nacional de projetos cofinanciados por fundos europeus, por acordo com a administração central⁶.

Em 2016, foi introduzida uma importante alteração ao RFALEI, em matéria de impostos municipais, consagrando

novamente o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) como receita municipal⁷.

Em 2017⁸ manteve-se a norma, à semelhança de anos anteriores, que vedou aos municípios, em sede de elaboração dos documentos previsionais, a possibilidade de orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedessem o mês da sua elaboração, com exceção das situações em que fosse demonstrada a existência de contrato já celebrado para a venda de imóveis, podendo nesta situação o montante orçamentado ser superior àquela média.

Esta norma concorreu para a melhoria do grau de execução da cobrança das receitas, tendo o número de municípios da RLVT com uma taxa de execução da receita inferior a 85% diminuído, entre 2015 e 2017, sucessivamente de 19 para 11 e para 10.

A obrigatoriedade de redução do endividamento, determinado pelas LOE, relativa à redução dos pagamentos em atraso de cada município de 10%, até 31 de dezembro, excetuando-se desta obrigação os municípios que recorressem ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), manteve-se no ano de 2017⁹.

Para os municípios com contratos de reequilíbrio ou planos de ajustamento referidos no artigo 86.º do RFALEI, em 2017 continuou também a ser possível a dispensa da autorização, por parte do membro do Governo com a tutela das autarquias locais, para a assunção de encargos e realização de investimentos não previstos no respetivo plano de reequilíbrio financeiro, desde que continuasse a ser respeitado o limite global fixado nesse plano para este tipo de despesas.

² COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELAS LEIS N.º 22-A/2007, DE 29 DE JUNHO, N.º 67-A/2007, DE 31 DE DEZEMBRO, N.º 3-B/2010, DE 28 DE ABRIL (LOE 2010), N.º 55-A/2010, DE 31 DE DEZEMBRO (LOE 2011), N.º 64-B/2011, DE 30 DE DEZEMBRO (LOE 2012) E N.º 22/2012, DE 30 DE MAIO.

³ A LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, APROVOU O RFALEI E FOI ALTERADA PELAS LEIS N.º 82-D/2014, DE 31 DE DEZEMBRO; 69/2015, DE 16 DE JULHO; 132/2015, DE 4 DE SETEMBRO; 7-A/2016, DE 30 DE MARÇO, E 42/2016, DE 28 DE DEZEMBRO.

⁴ A EXCEÇÃO REFERIDA NO N.º 5 DO ARTIGO 52.º APLICAR-SE-Á EXCLUSIVAMENTE A NOVOS CONTRATOS CELEBRADOS NO DECORRER DO ANO DE 2016, POSTERIORMENTE À ENTRADA EM VIGOR DO OE 2016, ANO EM QUE FOI ALTERADO O ARTIGO 52.º DA LEI N.º 73/2013 CONTEMPLANDO ESTA EXCEÇÃO, TENDO AINDA EM CONSIDERAÇÃO, OS CONTRATOS CELEBRADOS AO ABRIGO DO QREN. ESTA EXCEÇÃO MANTÉM-SE PARA O ANO DE 2017.

⁵ ARTIGO 66.º LOE 2017.

⁶ ARTIGO 82.º LOE 2017.

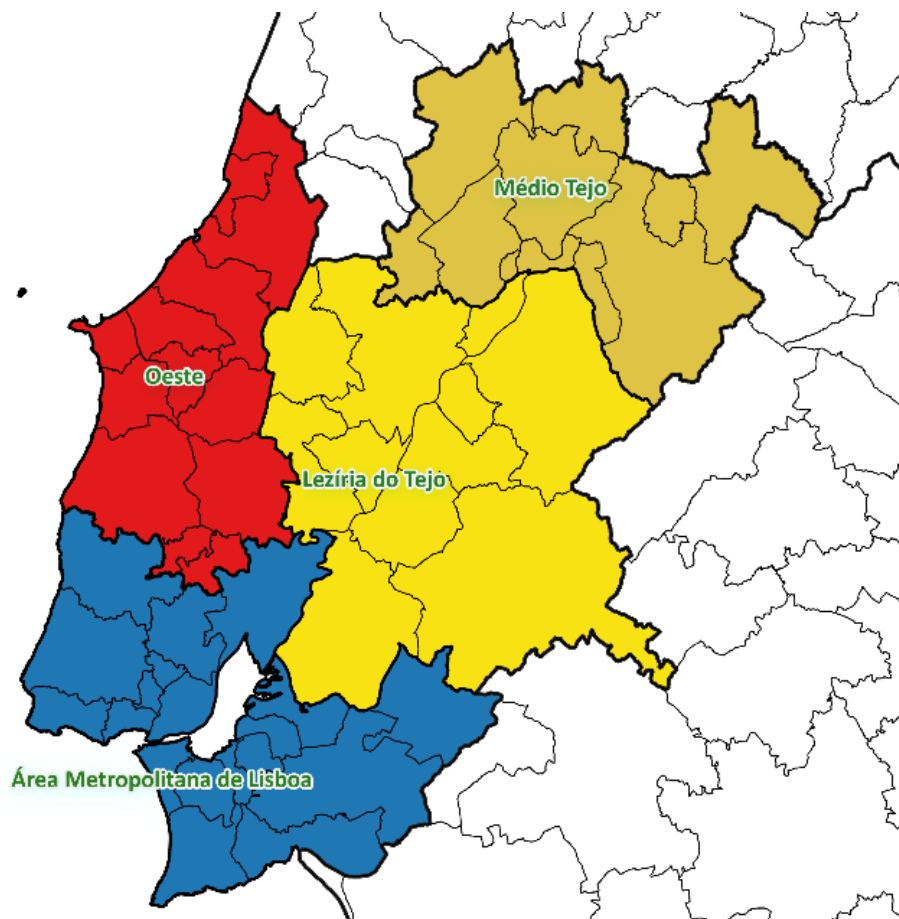
⁷ ESTA RECEITA FICOU CONSAGRADA NA ALÍNEA B) DO ARTIGO 14.º DO RFALEI.

⁸ RESPETIVAS LEIS DO ORÇAMENTO DO ESTADO.

⁹ ARTIGO 74.º DA LEI N.º 42/2016, DE 28 DE DEZEMBRO (ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2017)

Saliente-se, que foi em 2017, com a alteração da referida norma pela respetiva Lei do Orçamento do Estado, conferida aos municípios a cessão das obrigações previstas nos planos de ajustamento (PAEL e contratos de reequilíbrio financeiro), desde que procedessem à liquidação completa dos empréstimos vigentes com recurso a receitas próprias.

A delimitação do universo do estudo assentou na desagregação territorial subjacente à área de atuação da CCDR¹⁰, que compreende 52 municípios, agregados por NUTS III¹¹:



- **Área Metropolitana de Lisboa** – Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira;
- **Lezíria do Tejo** – Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém;
- **Médio Tejo**¹² – Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova de Barquinha;
- **Oeste** – Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã,

Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

O relatório encontra-se estruturado em dois capítulos.

O primeiro capítulo contém a análise do desempenho orçamental dos municípios da RLVT em 2017, incluindo a evolução nos anos de 2013 a 2017 em vários pontos, por forma a enquadrar o desenvolvimento orçamental ocorrido neste último ano. Analisam-se as receitas e as despesas, em termos globais e dos principais agregados que as constituem, concluindo-se com a apresentação de alguns rácios de gestão orçamental.

O segundo capítulo incide sobre a situação financeira e patrimonial dos municípios da RLVT, através da análise à informação dos balanços e demonstrações de resultados, procurando-se obter, através destes elementos, uma noção da situação económica dos municípios.

A metodologia adotada nos vários pontos foi semelhante – uma análise inicial da situação ao nível do conjunto dos municípios da RLVT, focalizando-se de seguida a situação por sub-região, ao nível das NUTS III, procurando-se também identificar os municípios que, em cada agregado, tiveram mais impacto na situação da região ou apresentaram maiores desvios em relação à média.

¹⁰O DECRETO-LEI N.º 228/2012, DE 25 DE OUTUBRO, APROVOU A ORGÂNICA DAS COMISSÕES DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, E FOI ALTERADO PELOS DECRETOS-LEI N.ºS 68/2014, DE 8 DE MAIO, E 24/2015, DE 6 DE FEVEREIRO.

¹¹REGULAMENTO (UE) N.º 868/2014 DA COMISSÃO, DE 8 DE AGOSTO DE 2014 - NOMENCLATURA DAS UNIDADES TERRITORIAIS PARA FINS ESTATÍSTICOS.

¹²NOTE-SE QUE A DESAGREGAÇÃO UTILIZADA DIFERE DA PREVISTA NA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, QUE ESTABELECE O REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVA O ESTATUTO DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS, ESTABELECE O REGIME JURÍDICO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO ESTADO PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS E APROVA O REGIME JURÍDICO DO ASSOCIATIVISMO AUTÁRQUICO.

DE ACORDO COM A LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ÁREA GEOGRÁFICA CORRESPONDENTE À COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO ESTÃO AINDA INCLUÍDOS OS MUNICÍPIOS DE SERTÃ E VILA DE REI, QUE NÃO SE INTEGRAM NA ÁREA GEOGRÁFICA ABRANGIDA PELA CCDRLVT, NOS TERMOS DA RESPECTIVA LEI ORGÂNICA.

Para efeitos de análise da informação financeira, teve-se também em conta a dimensão dos municípios, os quais foram agregados em três grupos, atendendo à respetiva dimensão populacional:

- **pequenos**, aqueles que têm uma população residente igual ou inferior a 20 000 habitantes;

- **médios**, os que têm uma população residente superior a 20 000 habitantes e até 100 000 habitantes;
- **grandes** os municípios com população residente superior a 100 000 habitantes.

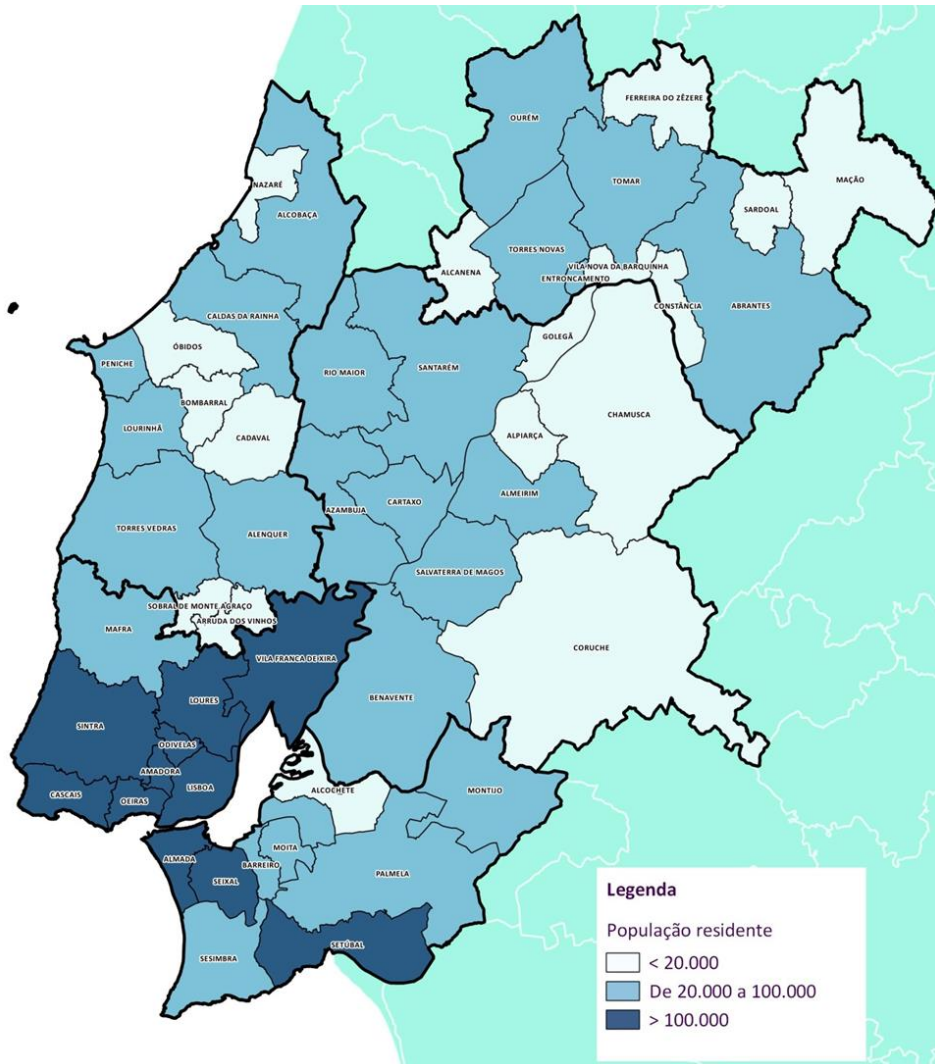
Para complementar a análise, são apresentados um conjunto de conceitos relevantes para a melhor compreensão dos dados.

Finalmente, incluem-se também três anexos:

- Principais dados das receitas municipais de 2017;
- Principais dados das despesas municipais de 2017;
- BI financeiro de cada município, o qual elenca um conjunto de 10 indicadores, os quais pretendem contribuir para um conhecimento mais detalhado de alguns aspetos da situação financeira de cada município, incluindo igualmente a sua expressão evolutiva desde 2014.

Os 10 indicadores expressos no BI financeiro de cada município são os seguintes:

- variação do saldo global;
- equilíbrio orçamental total;
- equilíbrio orçamental corrente;
- índice de independência financeira;
- grau de execução da receita cobrada;
- grau de execução da despesa comprometida;
- índice de endividamento excessivo;
- variação da dívida exigível;
- financiamento do investimento;
- variação do EBITDA.



CAPÍTULO I. DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Desde 2002, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro¹³ tem sido o principal instrumento de enquadramento da contabilidade autárquica.

Com a aprovação e implementação deste sistema de gestão inovador, a contabilidade autárquica ganhou um novo impulso, passando de uma contabilidade de caixa, baseada na elaboração e execução de orçamentos e suportada na aplicação do Decreto-Lei n.º 341/83, de 21 de julho, para um novo paradigma no qual esta informação foi complementada com a situação financeira e patrimonial dos municípios.

O Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, aprovou um novo classificador económico para as receitas e despesas públicas, tendo sido objeto de adaptação às autarquias locais através do Subgrupo de Apoio Técnico à Aplicação do POCAL – SATAPOCAL.

1 RECEITA MUNICIPAL

As receitas são agrupadas, pela sua natureza económica, em receitas correntes e receitas de capital; com o Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, passou ainda a haver um terceiro grupo, intitulado “outras receitas”.

Cada um destes grupos é constituído por um conjunto de capítulos de agregados económicos com a denominação apresentada na tabela seguinte:

Os municípios estão obrigados a “prestar contas” anualmente, com o dever de fornecer informação oportuna e fiável, de forma a permitir executar o controlo financeiro, verificar a legalidade e analisar a eficácia, a eficiência e a economia das decisões.

Por outro lado, a informação financeira dos municípios tem igualmente o dever de transparência, acessibilidade aos cidadãos¹⁴ e a entidades institucionais¹⁵.

No presente capítulo, procede-se à análise da execução orçamental dos municípios da RLVT em 2017, complementada por uma perspetiva evolutiva, abrangendo em especial o período de 2013 a 2017.

A análise municipal é também realizada no âmbito do seu enquadramento regional e sub-regional (NUTS III), examinando-se igualmente a influência da dimensão populacional dos municípios quanto aos respetivos agregados.

Tabela 1 – Classificação económica de receitas

Receitas correntes	Receitas de capital	Outras receitas
01 - Impostos diretos	09 - Venda de bens de investimento	15 - Reposições não abatidas nos pagamentos
02 - Impostos indiretos	10 - Transferências de capital	16 - Saldo da gerência anterior
04 - Taxas, multas e outras penalidades	11 - Ativos financeiros	17 - Operações extraorçamentais
05 - Rendimentos de propriedade	12 - Passivos financeiros	
06 - Transferências correntes	13 - Outras receitas de capital	
07 - Venda de bens e serviços correntes		
08 - Outras receitas correntes		

¹³ O DECRETO-LEI N.º 54-A/99, DE 22 DE SETEMBRO, FOI ALTERADO PELA LEI N.º 60-A/2005, DE 30 DE DEZEMBRO, PELOS DECRETOS-LEIS N.º 315/2000, DE 2 DE DEZEMBRO E N.º 84-A/2002, DE 5 DE ABRIL E PELA LEI N.º 162/99, DE 14 DE SETEMBRO.

¹⁴ RAZÃO PELA QUAL AS CONTAS DEVEM SER PUBLICITADAS NO SÍTILO ELETRÓNICO DOS MUNICÍPIOS.

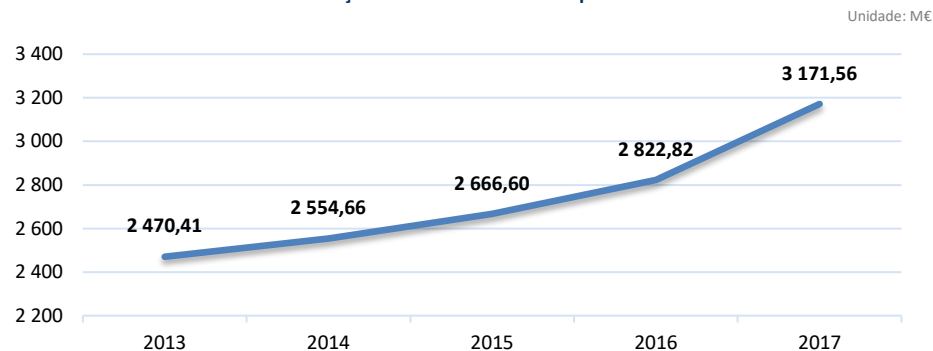
¹⁵ PARA O EFEITO, OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DEVEM SER ENVIADOS AO TRIBUNAL DE CONTAS, AO INE, À DGAL E ÀS CCDR.

1.1 ANÁLISE EVOLUTIVA DA RECEITA MUNICIPAL – 2013 A 2017¹⁶

1.1.1 RECEITA TOTAL

O ano de 2017 evidenciou uma cobrança de receitas municipais na região superior em 348,74 M€ face ao ano transato, correspondente a +12,4%. Desde 2013 as receitas cresceram 28,4%, equivalente a um aumento de 701,15 M€.

Gráfico 1 – Evolução da receita total municipal – 2013 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

Esta tendência resultou de dinâmicas distintas nas NUTS III, influenciada especialmente pela evolução positiva das receitas dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, em particular Cascais (+67,5%), Lisboa (+57,4%) e Oeiras (+52,4%).

Ainda assim, todas as sub-regiões superaram o valor das suas receitas face a 2016 e 2013, muito devido ao Cartaxo (+309,3%), Cadaval (+42,2%), Abrantes (+37,2%), Caldas da Rainha (36,1%) e Ferreira do Zêzere (+35,9%).

Tabela 2 – Evolução da receita municipal, por NUTS III – 2013 a 2017

Unidade: M€

	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
						2016-2017	2013-2017
AML	1.828,57	1.947,18	2.031,91	2.195,45	2.459,43	12,0	34,5
Lezíria do Tejo	216,73	204,65	189,94	212,36	254,15	19,7	17,3
Médio Tejo	186,65	173,88	189,21	177,75	197,67	11,2	5,9
Oeste	238,46	228,95	255,53	237,27	260,31	9,7	9,2

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

Em termos de dimensão populacional destaca-se:

- Uma maior capacidade dos municípios grandes na recuperação de receitas – o seu volume aumentou 615,46 M€, crescimento contínuo e particularmente elevado em 2017;

- Os municípios médios, em número maioritário na RLVT, apresentaram o seu pior registo em 2014 (-4,6%), crescendo nos anos seguintes, particularmente em 2017;
- Os municípios pequenos têm apresentado ciclos anuais alternativos de queda e crescimento, com o valor de 2017 ligeiramente superior ao de 2013.

Tabela 3 – Evolução da receita municipal, por dimensão populacional – 2013 a 2017

Unidade: M€

	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
						2016-2017	2013-2017
Grandes	1.554,30	1.689,87	1.772,14	1.912,36	2.169,75	13,5	39,6
Médios	720,51	687,04	694,71	724,00	799,79	10,5	11,0
Pequenos	195,61	177,76	199,75	186,46	202,01	8,3	3,3

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

Entre 2016 e 2017, sublinha-se o seguinte:

- As maiores variações positivas registadas em Cartaxo e Cascais;
- A queda em 9 municípios, nomeadamente em Santarém (-19,5%), Barreiro (-18,6%) e Seixal (-15,2%), essencialmente em função da descida significativa do recurso ao crédito;
- Na Área Metropolitana de Lisboa a variação positiva de Cascais – contratualização de novos empréstimos e Oeiras – evolução crescente ao nível das transferências e receitas próprias; e a variação negativa de Barreiro (-18,6%), Seixal (-15,2%), Setúbal (-7,8%) e Moita (-0,6%);
- Na Lezíria do Tejo referência particular a Cartaxo – aumento do recurso ao crédito¹⁷, receitas próprias e transferências, Benavente (+7,3%) – reforço das receitas próprias e transferências e Coruche (+6,8%) – crescimento das receitas próprias; em sentido contrário Alpiarça (-2,0%) – descida nas receitas próprias, não compensada pelo aumento de transferências e recurso ao crédito e Santarém (-19,5%) – descida significativa do recurso ao crédito, ocorrendo uma evolução positiva nas receitas próprias e nas transferências;
- No Médio Tejo destaque para o resultado do Entroncamento – aumento de receitas em todos os grandes agregados (receitas próprias, transferências e passivo financeiro) e Torres Novas – devido sobretudo à contratualização de novos empréstimos; em termos de redução referência a Vila Nova da Barquinha (-0,4%) – em especial devido à diminuição das transferências já que houve um acréscimo nas receitas próprias;
- No Oeste, destaque para o terceiro e quarto maior aumento registado na região, respetivamente Lourinhã – recurso ao crédito e Cadaval – crescimento das receitas próprias, transferências e contratação de empréstimos; com variação negativa registo para a Nazaré (-3,0%) – essencialmente por diminuição das receitas próprias e Torres Vedras (-1,5%) – descida no recurso ao crédito.

¹⁶ O TRATAMENTO DE DADOS DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS INCIDIU, ENTRE 2013 E 2014, SOBRE A RECEITA COBRADA BRUTA, ENQUANTO ENTRE 2015 E 2017, ESTUDOS MAIS RECENTES, A ANÁLISE RECAI SOBRE A RECEITA COBRADA LÍQUIDA.

¹⁷ EMPRÉSTIMO NO ÂMBITO DO FAM (FUNDO DE APOIO MUNICIPAL)

Tabela 4 – Ranking: maior variação das receitas totais – 2016 a 2017

Unidade: M€

NUTS III	Dimensão	Municípios	2016	2017	Variação (%) 2016-2017
LT	Médio	Cartaxo	17,97	64,90	261,1
AML	Grande	Cascais	160,78	217,90	35,5
O	Médio	Lourinhã	20,81	27,82	33,7
O	Pequeno	Cadaval	10,64	14,16	33,1
MT	Médio	Entroncamento	12,75	16,94	32,9
AML	Grande	Oeiras	140,48	178,27	26,9
O	Médio	Alcobaça	32,81	38,93	18,7
MT	Médio	Torres Novas	26,40	31,16	18,0
AML	Pequeno	Alcochete	14,83	17,34	16,9
AML	Grande	Lisboa	783,63	914,16	16,7

Fonte: Prestações de Contas de 2016 a 2017 dos municípios da RLVT.

Mapa 1 – Municípios com maior variação das receitas totais – 2016 a 2017

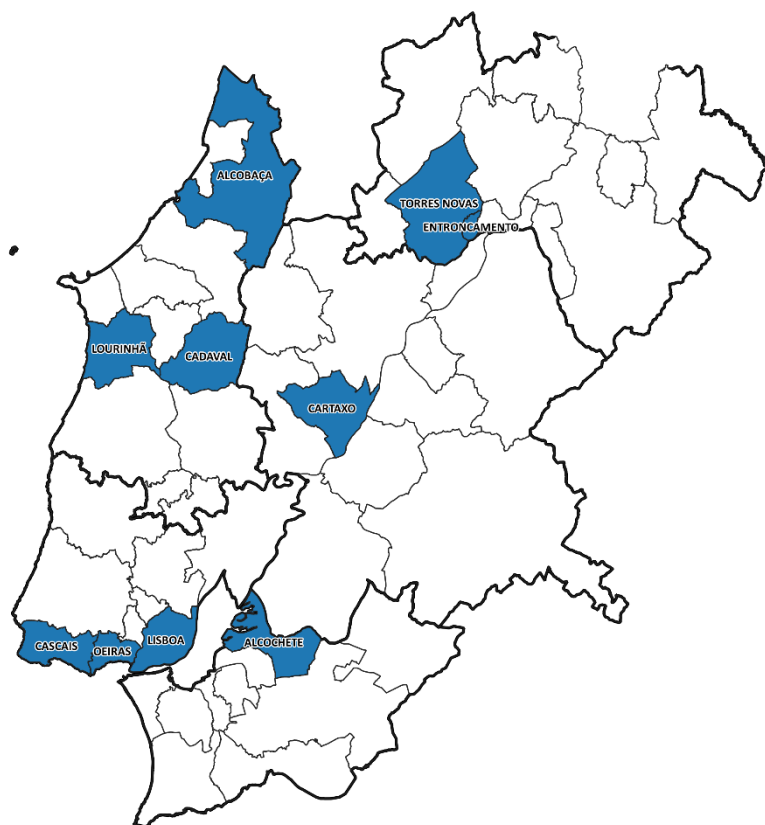


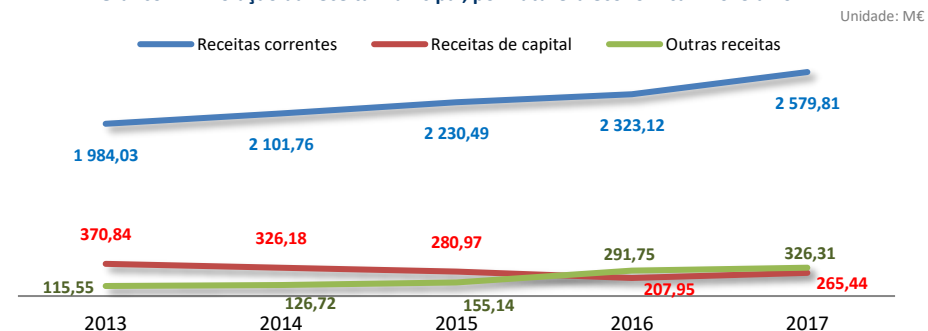
Tabela 5 – Evolução da receita municipal, por natureza económica – 2013 a 2017

Unidade: M€

Receitas municipais	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
						2016-2017	2013-2017
Impostos diretos	921,80	1.074,52	1.138,47	1.166,99	1.330,87	14,0	44,4
Impostos indiretos	61,41	51,47	54,21	51,63	54,12	4,8	-11,9
Taxas, multas, out. penalidades	88,26	93,95	95,45	119,60	168,57	40,9	91,0
Rendimentos da propriedade	61,02	75,77	67,98	79,72	76,40	-4,2	25,2
Transferências correntes	566,61	517,07	549,67	566,23	576,37	1,8	1,7
Venda de bens e serviços correntes	260,70	261,31	287,18	305,85	334,91	9,5	28,5
Outras receitas correntes	24,22	27,67	37,53	33,11	38,56	16,5	59,2
Receitas correntes	1.984,03	2.101,76	2.230,49	2.323,12	2.579,81	11,0	30,0
Venda de bens investimento	18,44	53,91	78,38	28,44	56,90	100,1	208,6
Transferências de capital	143,49	100,06	84,61	70,35	74,53	5,9	-48,1
Ativos financeiros	2,29	2,28	4,41	3,81	5,88	54,4	156,6
Passivos financeiros	184,65	149,49	108,67	99,36	122,19	23,0	-33,8
Outras receitas de capital	21,97	20,45	4,90	6,00	5,93	-1,0	-73,0
Receitas de capital	370,84	326,18	280,97	207,95	265,44	27,6	-28,4
Reposições não abatidas pagamentos	6,50	3,41	2,17	1,97	2,95	49,9	-54,6
Saldo da gerência anterior	109,05	123,31	152,97	289,78	323,35	11,6	196,5
Outras receitas	115,55	126,72	155,14	291,75	326,31	11,8	182,4
Receitas totais	2.470,41	2.554,66	2.666,60	2.822,82	3.171,56	12,4	28,4

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 2 – Evolução da receita municipal, por natureza económica – 2013 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

O crescimento das receitas totais neste período resultou em grande parte da dinâmica evolutiva apresentada pelas receitas correntes, evidenciando-se uma tendência sempre crescente, decorrente do aumento contínuo da cobrança de impostos diretos e, a partir de 2014, das transferências correntes recebidas.

Também o crescimento contínuo das outras receitas, nomeadamente do saldo da gerência anterior, em particular no ano de 2016, com um crescimento de 89,4% face a 2015, reforçou a linha ascendente das receitas disponíveis, desde 2013.

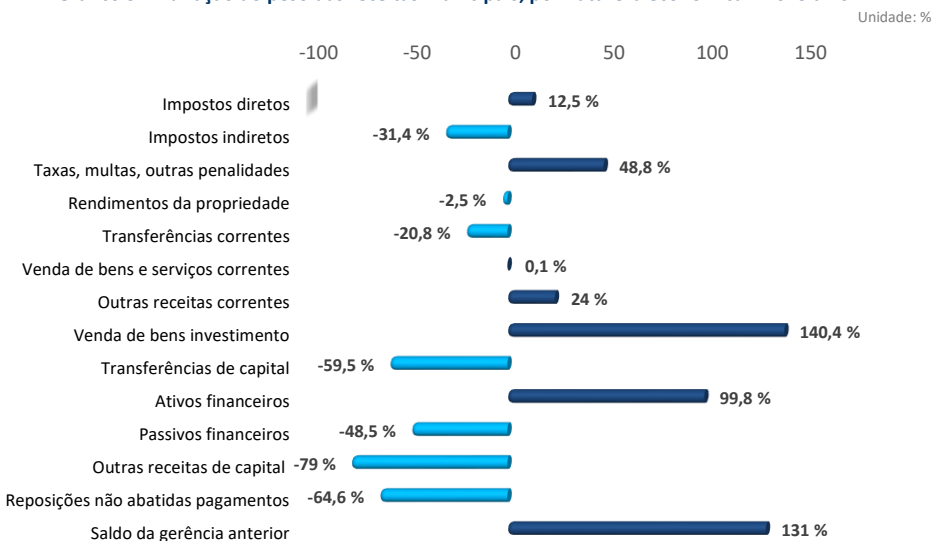
Já as receitas de capital evidenciaram cobranças progressivamente mais baixas em -105,4 M€, apesar da subida em 57,49 M€ em 2017, resultado da dinâmica evolutiva ao nível das transferências de capital e do recurso ao crédito.

Tabela 6 – Evolução do peso das receitas municipais, por natureza económica – 2013 a 2017

Receitas municipais	2013	2014	2015	2016	2017	Variação	
						Unidade: %	
						2016-2017	2013-2017
Impostos diretos	37,3	42,1	42,7	41,3	42,0	1,5	12,5
Impostos indiretos	2,5	2,0	2,0	1,8	1,7	-6,7	-31,4
Taxas, multas, outras penalidades	3,6	3,7	3,6	4,2	5,3	25,4	48,8
Rendimentos da propriedade	2,5	3,0	2,5	2,8	2,4	-14,7	-2,5
Transferências correntes	22,9	20,2	20,6	20,1	18,2	-9,4	-20,8
Venda de bens e serviços correntes	10,6	10,2	10,8	10,8	10,6	-2,5	0,1
Outras receitas correntes	1,0	1,1	1,4	1,2	1,2	3,7	24,0
Receitas correntes	80,3	82,3	83,6	82,3	81,3	-1,2	1,3
Venda de bens investimento	0,7	2,1	2,9	1,0	1,8	78,1	140,4
Transferências de capital	5,8	3,9	3,2	2,5	2,4	-5,7	-59,5
Ativos financeiros	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	37,4	99,8
Passivos financeiros	7,5	5,9	4,1	3,5	3,9	9,5	-48,5
Outras receitas de capital	0,9	0,8	0,2	0,2	0,2	-11,9	-79,0
Receitas de capital	15,0	12,8	10,5	7,4	8,4	13,6	-44,2
Reposições não abatidas pagamentos	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	33,4	-64,6
Saldo da gerência anterior	4,4	4,8	5,7	10,3	10,2	-0,7	131,0
Outras receitas	4,7	5,0	5,8	10,3	10,3	-0,5	120,0
Receitas totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 3 – Variação do peso das receitas municipais, por natureza económica – 2013 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

Na evolução do peso dos principais agregados de receitas municipais, destaca-se:

- Um reforço da carga fiscal, associada à cobrança de impostos diretos, os quais, de um peso de 37,3% em 2013, passaram para um peso relativo de 42,0% em 2017;

- Um peso de 18,2% das transferências correntes recebidas, as quais têm vindo a reduzir desde 2013;
- A sucessiva diminuição do peso das transferências de capital no total das receitas municipais – de 5,8% em 2013, desceu para 2,4% em 2017;
- De 2013 a 2016 o peso das receitas obtidas com o recurso a novos empréstimos diminuiu – 7,5% em 2013 para 3,5% em 2016, voltando a subir para 3,9% em 2017;
- A opção por saldos de gerência anterior mais reforçados tem vindo a consolidar-se, subindo de um peso de 4,4% em 2013, para 10,2% em 2017.

Uma outra abordagem, considerando os valores médios das receitas, permite aferir o seguinte:

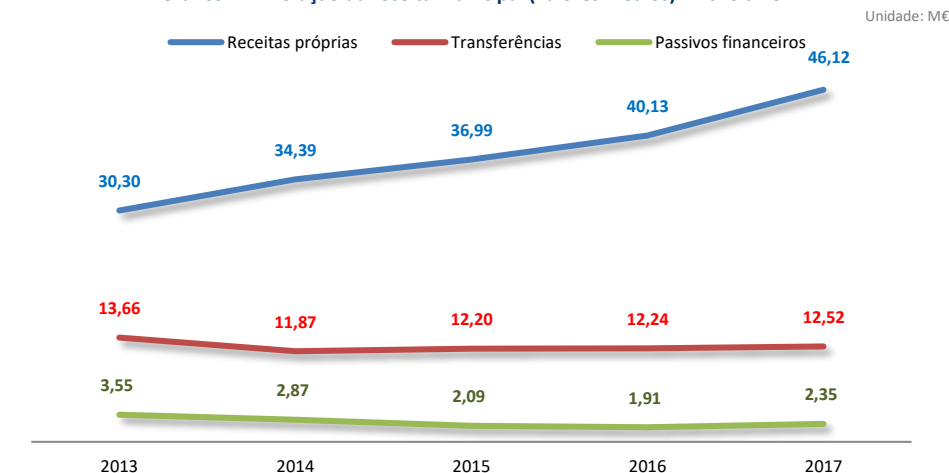
- Valor médio das receitas próprias crescente: +13,12 M€;
- Valor médio das transferências recebidas decrescente: -1,14 M€, apesar do crescimento anual desde 2014;
- Valor médio das receitas de empréstimos decrescente: -1,2 M€, apesar do crescimento em 0,44 M€ neste último ano.

Tabela 7 – Evolução da receita municipal (valores médios) – 2013 a 2017

	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
						Unidade: M€	
						2016-2017	2013-2017
Receitas próprias	30,30	34,39	36,99	40,13	46,12	14,9	52,2
Transferências	13,66	11,87	12,20	12,24	12,52	2,3	-8,3
Passivos financeiros	3,55	2,87	2,09	1,91	2,35	23,0	-33,8
Receitas totais	47,51	49,13	51,28	54,28	60,99	12,4	28,4

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 4 – Evolução da receita municipal (valores médios) – 2013 a 2017

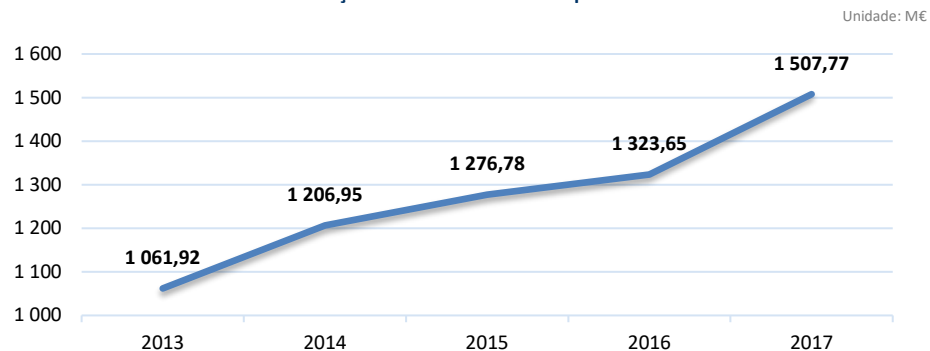


Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

1.1.2 RECEITA FISCAIS

Entre 2013 e 2017, as receitas fiscais, resultantes da cobrança de impostos diretos, indiretos e taxas, registaram uma tendência sempre crescente, aumentando *445,85 M€*, correspondentes a +42,0%, subindo em todas as sub-regiões da RLVT, independentemente da dimensão populacional. O maior aumento registou-se no último ano, com +13,9%.

Gráfico 5 – Evolução da receita total municipal – 2013 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 8 – Evolução das receitas fiscais, por NUTS III – 2013 a 2017

NUTSIII	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
						2016-2017	2013-2017
AML	898,23	1.026,77	1.100,55	1.140,48	1.314,02	15,2	46,3
Lezíria do Tejo	45,45	49,00	49,36	51,09	54,89	7,4	20,8
Médio Tejo	39,91	43,54	41,79	42,89	45,25	5,5	13,4
Oeste	78,33	87,64	85,09	89,20	93,61	4,9	19,5

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 9 – Evolução das receitas fiscais, por dimensão populacional – 2013 a 2017

Dimensão	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
						2016-2017	2013-2017
Grandes	792,09	910,16	981,07	1.019,66	1.186,40	16,4	49,8
Médios	230,18	252,78	252,21	259,81	275,53	6,1	19,7
Pequenos	39,64	44,00	43,49	44,19	45,84	3,7	15,6

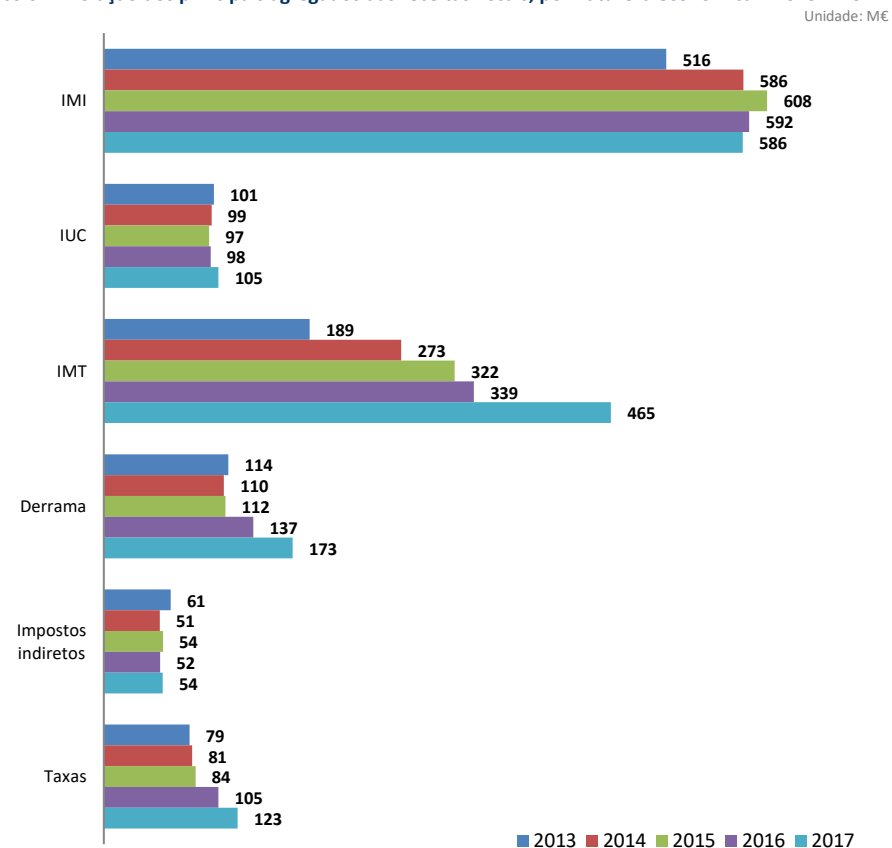
Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

A evolução das receitas fiscais resultou de dinâmicas distintas na variação das suas componentes, com tendências diversas:

- Aumento da cobrança de IMT em *276,2 M€* em 2017, mais do dobro do que em 2013;
- Evolução maioritariamente crescente do IMI, atingindo o pico em 2015 e aumentando *70,09 M€* entre 2013 e 2017;

- Alternada em termos de IUC – em queda até 2015 e crescendo até 2017, registando um aumento em *4,34 M€* face a 2013;
- Com exceção para 2014, a Derrama aumentou, sendo que em 2017 foi superior em *58,9 M€* face a 2013;
- Alternada nos Impostos Indiretos, os quais desceram *-7,29 M€* entre 2013 e 2017;
- Sempre crescente nas Taxas, com um acréscimo de *44,09 M€* neste período.

Gráfico 6 – Evolução dos principais agregados das receitas fiscais, por natureza económica – 2013 A 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 10 – Evolução da receita fiscal, por natureza económica – 2013 a 2017

Receitas fiscais	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
						Unidade: M€	
						2016-2017	2013-2017
IMI	515,82	586,48	608,38	591,86	585,91	-1,0	13,6
IUC	100,85	98,78	96,62	98,00	105,19	7,3	4,3
IMT	188,88	272,86	321,63	339,34	465,08	37,1	146,2
Derrama	114,24	110,14	111,55	137,14	173,14	26,3	51,6
Impostos abolidos	1,55	5,22	0,27	0,49	1,37	177,9	-11,5
Outros impostos diretos	0,47	1,04	0,03	0,17	0,18	6,3	-61,7
Impostos diretos	921,80	1.074,52	1.138,47	1.166,99	1.330,87	14,0	44,4
Impostos indiretos	61,41	51,47	54,21	51,63	54,12	4,8	-11,9
Taxas	78,70	80,95	84,10	105,03	122,79	16,9	56,0
Receita fiscal	1.061,92	1.206,95	1.276,78	1.323,65	1.507,77	13,9	42,0

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

Entre 2016 e 2017, com maior variação positiva de receitas fiscais, constam municípios de todas as dimensões, destacando-se a Azambuja. A taxa de variação da média das receitas fiscais neste período cresceu de forma generalizada na RLVT, sendo de +11,7% nos grandes municípios, +6,5% nos médios e +3,8% nos pequenos.

Numa análise municipal por NUTS III constatou-se que:

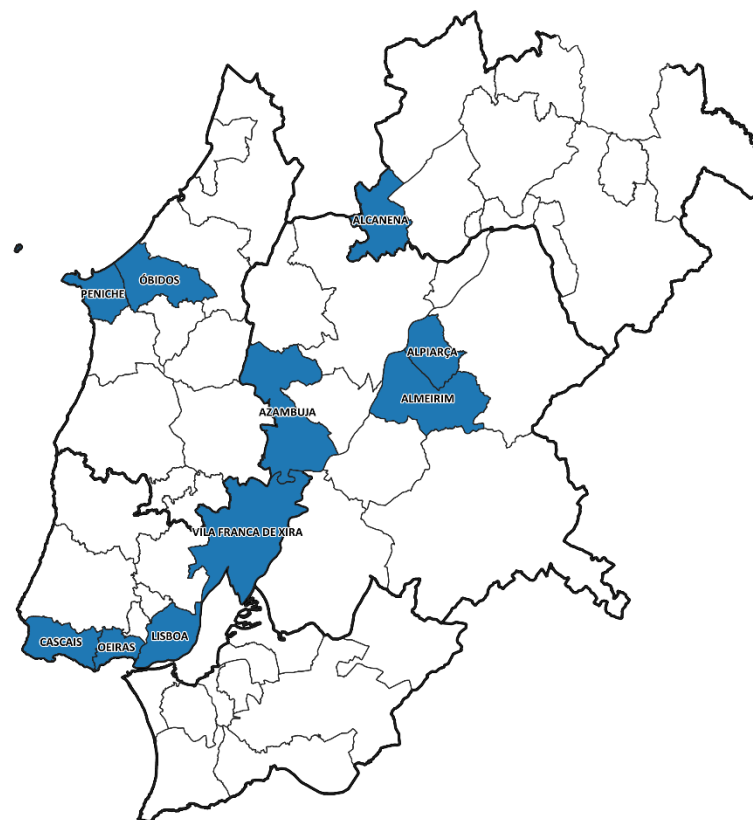
- Na Área Metropolitana de Lisboa todos os municípios aumentaram as suas receitas fiscais, destacando-se com maiores taxas de crescimento Oeiras – com enfoque na subida de impostos diretos, Lisboa – aumento em impostos diretos e taxas e Cascais – crescimento de impostos diretos e taxas;
- Na Lezíria do Tejo, as maiores taxas de crescimento foram registadas em Azambuja, Almeirim e Alpiarça, com incidência de aumento de impostos diretos, indiretos e taxas; com taxa de evolução negativa nota para a Chamusca (-2,6%) e Rio Maior (-0,8%) – diminuição na cobrança de impostos diretos;
- No Médio Tejo, as maiores taxas de crescimento foram registadas por Alcanena – aumento de impostos diretos e indiretos e Abrantes (+10,6%) – crescimento de impostos diretos; com evolução negativa: Mação (-4,0%) – queda do montante relativo a impostos diretos e Vila Nova da Barquinha (-0,2%) – com descida das taxas;
- No Oeste, destaque com maiores taxas de crescimento para: Óbidos e Peniche, ambos com aumento dos seus impostos diretos e indiretos; com evolução negativa: Arruda dos Vinhos (-6,1%) – descida de impostos diretos, indiretos e taxas, e Nazaré (-5,6%) – especial descida dos impostos diretos.

Tabela 11 – Ranking - Variação das receitas fiscais – 2016 a 2017

NUTS III	Dimensão	Municípios	2016	2017	Variação (%)
					2016-2017
LT	Médio	Azambuja	6,38	8,37	31,4
AML	Grande	Oeiras	75,02	92,08	22,7
AML	Grande	Lisboa	445,55	543,70	22,0
MT	Pequeno	Alcanena	3,33	3,98	19,5
AML	Grande	Cascais	126,83	151,15	19,2
AML	Grande	Vila Franca de Xira	25,98	30,26	16,5
LT	Médio	Almeirim	3,65	4,14	13,5
O	Pequeno	Óbidos	4,77	5,38	12,8
LT	Pequeno	Alpiarça	0,99	1,11	11,8
O	Médio	Peniche	5,77	6,44	11,5

Fonte: Prestações de Contas de 2016 a 2017 dos municípios da RLVT.

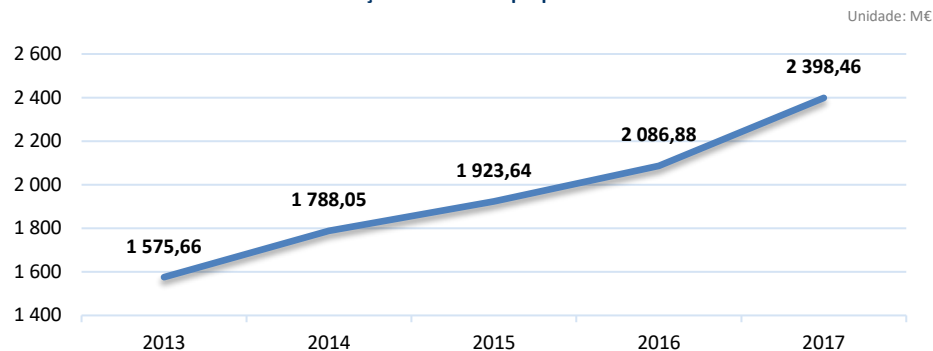
Mapa 2 – Municípios com maior variação das receitas fiscais – 2016 a 2017



1.1.3 RECEITAS PRÓPRIAS

Os últimos 4 anos de gestão municipal evidenciam uma contínua capacidade na obtenção de receitas próprias: +13,5% (2013/2014), +7,6% (2014/2015), +8,5% (2015/2016) e +14,9% (2016/2017), correspondentes a 822,8 M€ (+52,2%), crescendo em todas as sub-regiões da RLVLT, independentemente da dimensão populacional.

Gráfico 7 – Evolução das receitas próprias – 2013 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVLT.

Tabela 12 – Evolução das receitas próprias, por NUTS III – 2013 a 2017

NUTS III	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
						2016-2017	2013-2017
						AML	1.299,63
Lezíria do Tejo	80,00	92,50	93,89	101,94	112,32	10,2	40,4
Médio Tejo	69,60	80,14	81,87	84,54	97,55	15,4	40,1
Oeste	126,43	132,24	139,79	145,75	159,73	9,6	26,3

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVLT.

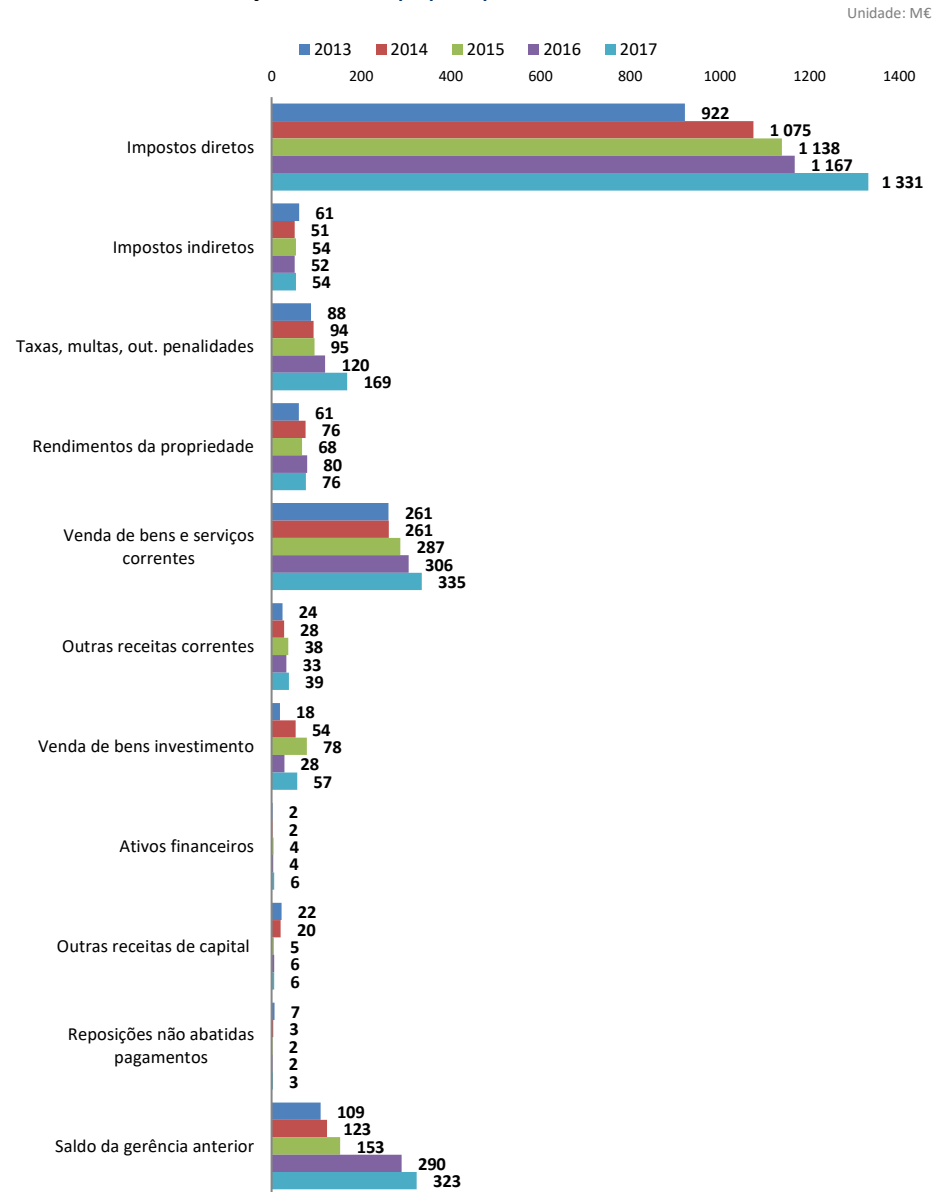
Tabela 13 – Evolução das receitas próprias, por dimensão populacional – 2013 a 2017

Dimensão	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
						2016-2017	2013-2017
						Grandes	1.130,66
Médios	360,81	401,08	419,73	441,70	482,27	9,2	33,7
Pequenos	84,20	88,56	89,90	94,82	105,78	11,5	25,6

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVLT.

A evolução positiva foi particularmente influenciada pela dinâmica crescente apresentada pelos impostos diretos, venda de bens e serviços correntes, bem como do saldo da gerência anterior.

Gráfico 8 – Evolução das receitas próprias, por natureza económica – 2013 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVLT.

Entre 2016 e 2017, nos 10 municípios com maior variação positiva de receitas próprias constam 6 pequenos, nomeadamente Ferreira do Zêzere, 2 médios, destacando-se Alcobaça e 2 grandes, relevando-se Cascais (+31,7%).

Tabela 14 – Ranking - Variação de receitas próprias – 2016 a 2017

Unidade: M€

NUTS III	Dimensão	Municípios	2016	2017	Variação (%) 2016-2017
MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	4,36	6,25	43,4
AML	Grande	Cascais	136,15	179,29	31,7
O	Médio	Alcobaça	19,82	25,68	29,6
MT	Pequeno	Alcanena	5,08	6,56	29,1
AML	Grande	Oeiras	111,59	143,24	28,4
O	Pequeno	Cadaval	5,48	6,87	25,3
LT	Médio	Azambuja	10,68	13,32	24,8
MT	Pequeno	Vila Nova da Barquinha	2,58	3,21	24,5
MT	Pequeno	Constância	2,23	2,71	21,5
MT	Pequeno	Sardoal	1,62	1,94	19,3

Fonte: Prestações de Contas de 2016 a 2017 dos municípios da RLVT.

No mesmo período, a taxa média de variação destas receitas foi maior nos grandes municípios (+13,6%), sendo de +11,6% nos pequenos e de +10,1% nos municípios médios, todas superiores à variação média registada entre 2015 e 2016, +6,8%, +8,1% e +4,1%, respetivamente.

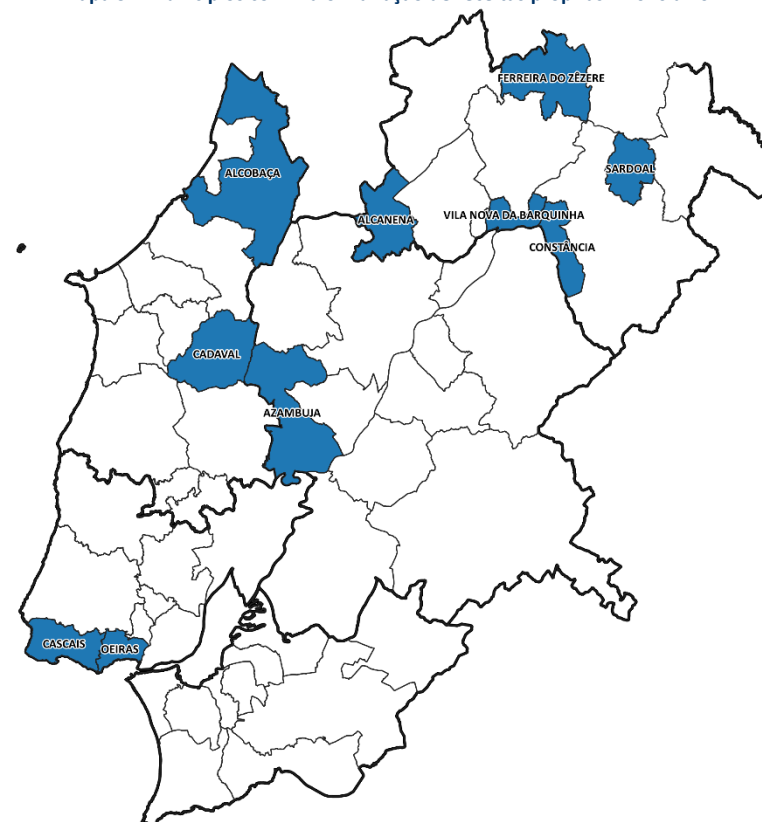
Numa perspetiva sub-regional, evidenciam-se os seguintes aspetos:

- Na Área Metropolitana de Lisboa, as maiores taxas de crescimento registaram-se em Cascais e Oeiras – denominador comum o aumento significativo do saldo da gerência anterior, seguindo-se Lisboa (+18,4%) – crescimento da venda de bens e serviços correntes e venda de bens de investimento; em contraponto à dinâmica verificada na Moita (-5,8%) e Setúbal (- 5,5%) – sobretudo devido à queda do saldo de gerência anterior;
- Na Lezíria do Tejo, destaque para Azambuja – subida da receita fiscal e do saldo de gerência anterior, Cartaxo (+14,2%) e Coruche (+13,3%) – incidência no aumento do saldo de gerência; registando-se apenas Alpiarça (-21,3%) evolução negativa – devido essencialmente à queda do saldo de gerência anterior;
- No Médio Tejo, o maior crescimento foi registado em Ferreira do Zêzere – particularmente pelo aumento do saldo de gerência anterior, Alcanena – aumento da receita fiscal e Vila

Nova da Barquinha – essencialmente acréscimo do saldo de gerência anterior; nenhum município registou uma redução do valor destas receitas;

- No Oeste, as melhores taxas evolutivas foram apresentadas em Alcobaça, Cadaval e Alenquer (+15,7%) – especialmente devido ao aumento do saldo de gerência anterior; ao invés, Nazaré (-7,6%) e Arruda dos Vinhos (-3,1%) – descida na receita fiscal.

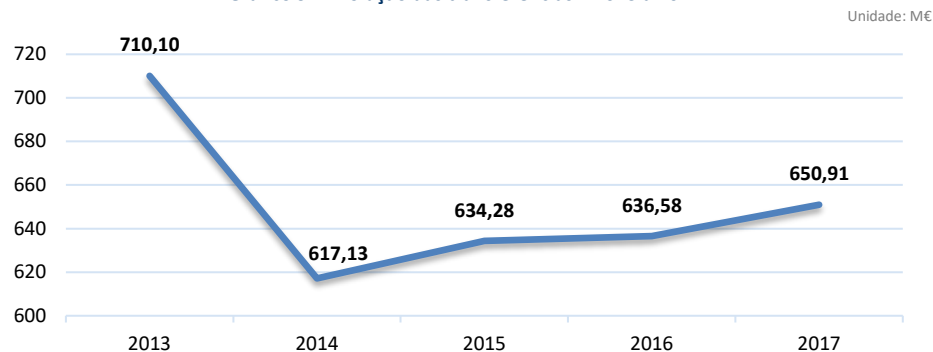
Mapa 3 – Municípios com maior variação de receitas próprias – 2016 a 2017



1.1.4 TRANSFERÊNCIAS

O período de gestão municipal em análise evidencia uma menor dependência municipal das receitas provenientes de transferências, essencialmente compostas por transferências do Orçamento do Estado (OE) e por Fundos Comunitários, registando-se -59,19 M€ em 2017 face a 2013, correspondente a uma variação negativa de -8,3%, a qual ocorreu no mesmo sentido em todas as sub-regiões, independentemente da dimensão populacional dos municípios.

Gráfico 9 – Evolução das transferências – 2013 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

Esta tendência resultou sobretudo da queda generalizada deste agregado em todas as sub-regiões, entre 2013 e 2014 (-13,1%), a qual não foi compensada pelos aumentos ocorridos nos anos seguintes.

Em 2017 a taxa de crescimento regional (+2,3%), resultou de situações distintas, com acréscimos no valor das transferências para todas as sub-regiões, à exceção do Médio Tejo.

Tabela 15 – Evolução das transferências, por NUTS III – 2013 a 2017

NUTS III	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
						2016-2017	2013-2017
AML	422,19	348,16	348,91	373,36	384,16	2,9	-9,0
Lezíria do Tejo	95,94	90,48	85,38	88,06	90,56	2,8	-5,6
Médio Tejo	97,16	89,92	100,55	89,57	87,75	-2,0	-9,7
Oeste	94,81	88,56	99,44	85,59	88,43	3,3	-6,7

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

Independentemente da dimensão populacional registaram-se dinâmicas semelhantes, evidenciando-se uma queda de transferências generalizada em 2014, sucedendo uma subida global em 2015 para depois, essencialmente nos municípios médios e pequenos, o nível de transferências voltar a cair, subindo de novo em 2017.

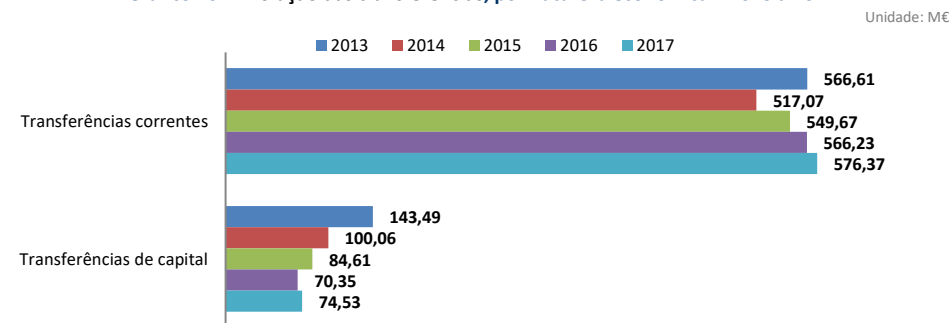
Tabela 16 – Evolução das transferências, por dimensão populacional – 2013 a 2017

Dimensão	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
						2016-2017	2013-2017
Grandes	346,82	281,04	286,81	307,94	315,63	2,5	-9,0
Médios	267,23	248,75	251,39	240,76	246,04	2,2	-7,9
Pequenos	96,05	87,34	96,08	87,88	89,24	1,5	-7,1

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

A evolução resultou, em grande parte, da queda progressiva evidenciada pelas transferências de capital, essencialmente fundos comunitários, com exceção de 2017 em que ocorreu uma subida de +5,9%. Já as transferências correntes, dominantes em todas as sub-regiões, têm apresentado valores sempre crescentes, à exceção de 2014.

Gráfico 10 – Evolução das transferências, por natureza económica – 2013 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

A análise sub-regional entre 2016 e 2017 permitiu verificar o seguinte:

- Na Área Metropolitana de Lisboa, apesar das maiores taxas de crescimento destas receitas – Mafra e Oeiras, 8 municípios sofreram uma descida nas transferências recebidas, em especial Vila Franca de Xira (-11,7%) e Barreiro (-7,2%);
- Na Lezíria do Tejo, Rio Maior e Salvaterra de Magos com a maior variação positiva, com 2 municípios em queda, particularmente Almeirim (-3,6%);
- Já no Médio Tejo, Entroncamento registou o maior aumento do valor das transferências, sublinhando-se que, em mais de metade dos municípios desta NUTS III, ou seja 6, evidenciaram-se decréscimos, com ênfase especial para Vila Nova da Barquinha (-13,9%) e Torres Novas (-11,2%);
- Também no Oeste, dos 12 municípios constituintes, 9 subiram as transferências, destacando-se o Cadaval, registando-se as maiores descidas em Alenquer (-4,4%), Torres Vedras e Bombarral, ambas com -1,3%.

Em termos de dimensão populacional dos municípios, a média da taxa de variação das transferências, foi positiva: 2,0% (pequenos), 2,6% (médios) e 2,2% (grandes). Saliente-se na análise por segmentos:

- Grandes – as transferências correntes e de capital aumentaram, com registos médios de crescimento de 2,4% e 538,8%, respetivamente, a última influenciada pela subida em Oeiras;
- Médios – a subida das transferências ocorreu ao nível do agregado das transferências correntes (1,5%) e nas transferências de capital (15,1%);
- Pequenos – subida, tanto ao nível das transferências correntes (média de 1,1%), como das transferências de capital (média em 15,1%).

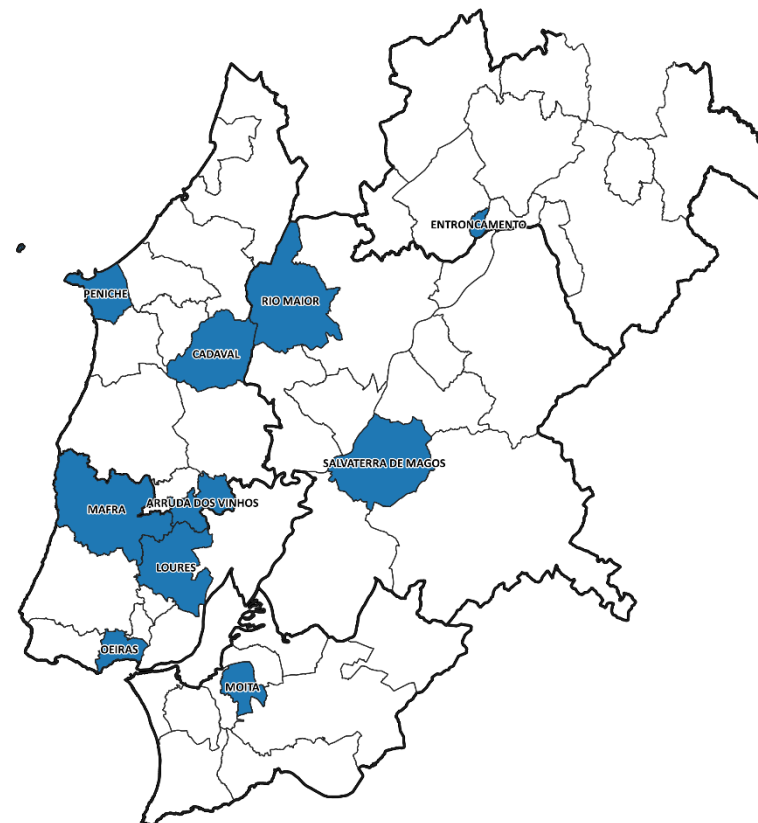
Tabela 17 – Ranking - Variação das transferências recebidas – 2016 a 2017

Unidade: M€

NUTS III	Dimensão	Municípios	2016	2017	Variação (%) 2016-2017
AML	Médio	Mafra	13,55	17,40	28,4
O	Pequeno	Cadaval	5,16	6,40	23,9
AML	Grande	Oeiras	28,89	35,03	21,2
O	Médio	Peniche	5,61	6,59	17,5
LT	Médio	Rio Maior	8,75	9,76	11,5
O	Pequeno	Arruda dos Vinhos	4,25	4,69	10,4
LT	Médio	Salvaterra de Magos	6,00	6,60	10,0
MT	Médio	Entroncamento	5,27	5,79	9,8
AML	Grande	Loures	30,38	33,12	9,0
AML	Médio	Moita	11,43	12,43	8,8

Fonte: Prestações de Contas de 2016 a 2017 dos municípios da RLVT.

Mapa 4 – Municípios com maior variação de transferências recebidas – 2016 a 2017



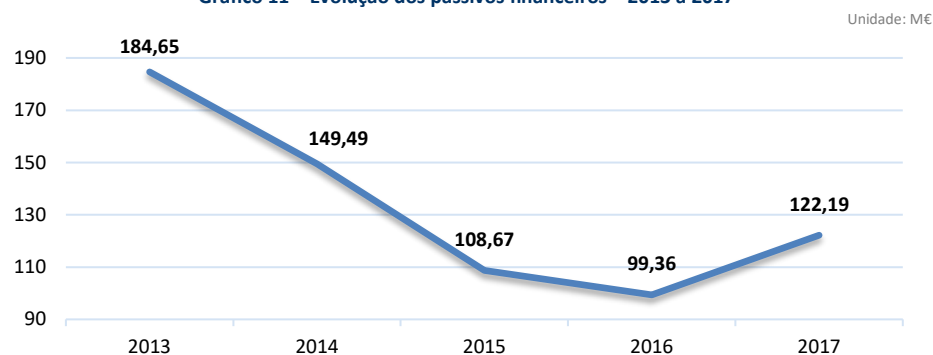
1.1.5 PASSIVOS FINANCEIROS

O ano de 2017 revelou, em termos regionais, uma subida em 23% no recurso ao crédito, muito assente na dinâmica evolutiva das sub-regiões do Médio Tejo, Lezíria do Tejo e Oeste, já que na Área Metropolitana de Lisboa este agregado decresceu.

Ainda assim, à exceção da Lezíria do Tejo, o volume de contratualização de novos empréstimos ficou bastante aquém do realizado em 2013.

Em termos regionais, os passivos financeiros desceram 62,46 M€ desde 2013, correspondentes a -33,8%.

Gráfico 11 – Evolução dos passivos financeiros – 2013 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLV T.

Tabela 18 – Evolução dos passivos financeiros, por NUTS III – 2013 a 2017

Unidade: M€

NUTSIII	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
						2016-2017	2013-2017
AML	106,74	115,85	74,91	67,43	46,40	-31,2	-56,5
Lezíria do Tejo	40,79	21,67	10,66	22,36	51,27	129,3	25,7
Médio Tejo	19,89	3,82	6,79	3,64	12,38	240,1	-37,8
Oeste	17,23	8,15	16,31	5,93	12,14	104,8	-29,5

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLV T.

Relativamente aos municípios que em 2016 obtiveram novos empréstimos e continuaram a recorrer ao crédito em 2017, realce para Cartaxo (49,08 M€), Cascais (13,56 M€) e Vila Franca de Xira (8,94 M€).

Destaque também para a contratualização de novos empréstimos por Torres Novas (5,57 M€), Caldas da Rainha (1,10 M€) e Cadaval (0,90 M€).

Nos grandes municípios, 2014 foi o pico do recurso ao crédito, ocorrendo em 2013 nos médios e pequenos, embora nestes últimos a amplitude de variação tenha sido inferior.

Tabela 19 – Evolução dos passivos financeiros, por dimensão populacional – 2013 a 2017

Unidade: M€

Dimensão	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
						2016-2017	2013-2017
Grandes	76,81	110,42	71,31	54,07	43,71	-19,2	-43,1
Médios	92,48	37,21	23,59	41,54	71,49	72,1	-22,7
Pequenos	15,36	1,86	13,77	3,75	7,00	86,6	-54,4

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLV T.

Entre 2015 e 2017, não obstante o número de municípios que recorreram a novos empréstimos ter aumentado de 24, para 29 e depois 30, as receitas de empréstimos diminuíram 9,31 M€ entre 2015 e 2016, aumentando 22,83 M€ em 2017.

Nos grandes municípios destaca-se, como já referido, Cascais e Vila Franca de Xira. Entre os municípios médios, Cartaxo e Lourinhã (7,31 M€), nos de pequena dimensão para o Cadaval (0,90 M€), com maior passivo financeiro, seguindo-se Mação (0,85 M€).

Abrantes, Amadora, Coruche, Ferreira do Zêzere, Moita, Oeiras, Sintra e Tomar não recorreram ao crédito entre 2013 e 2017. Se considerarmos o período desde 2014, não recorreram adicionalmente Alcobça, Chamusca, Montijo, Palmela e Vila Nova da Barquinha.

1.2 ANÁLISE DA RECEITA MUNICIPAL – 2017

1.2.1 RECEITA TOTAL

As receitas municipais na RLVT ascenderam aos 3.171,56 M€, sendo que mais de ¾ (77,6%) foram cobradas pelos municípios da Área Metropolitana de Lisboa. Considerando a dimensão populacional, 68,4% foram recebidas pelos grandes municípios, 25,2% pelos médios e 6,4% pelos pequenos.

A grande amplitude revela a heterogeneidade de situações na gestão municipal:

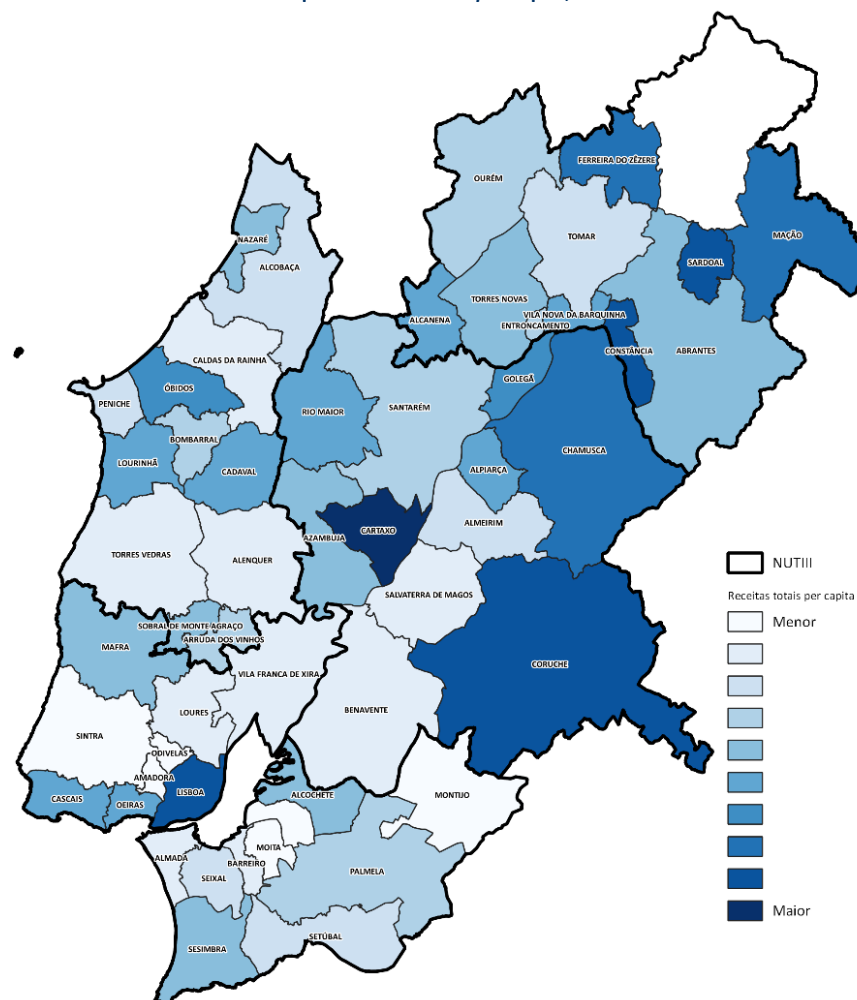
- O valor de cobrança máxima de Lisboa corresponde a mais de ¼ das receitas de toda a RLVT, seguindo-se Cascais, equivalente a cerca de 24% das receitas arrecadadas em Lisboa, valores muito díspares do valor mais baixo registado na Golegã;
- Apenas 5 municípios – Lisboa, Cascais, Sintra, Oeiras e Loures, correspondentes a 10% dos municípios da região, concentram 51,2% do total de receitas municipais, sendo que 34 municípios, correspondentes a 65% dos municípios da RLVT, concentram apenas 20%.

O valor médio de receitas por município foi de 60,99 M€, sendo que:

- A média das receitas dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa está bem acima dos valores das restantes NUTS III;
- Situação semelhante ocorreu quando comparados os valores do conjunto dos municípios de grande dimensão com os restantes, ou seja, uma grande disparidade entre o valor médio do conjunto dos municípios grandes e os restantes.

Analisando a receita municipal atendendo à população residente em cada município¹⁸, constata-se que na RLVT a receita *per capita* ascendeu aos 869,74 €/hab, apresentando-se, como valores extremos, a receita *per capita* de Cartaxo e Amadora, com uma amplitude de valores de 2252,19 €/hab.

Mapa 5 – Receita total *per capita*, 2017



¹⁸ FONTE: INE - POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (NUTS - 2013), ANUAL - INE, ESTIMATIVAS ANUAIS DA POPULAÇÃO RESIDENTE. ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DESTES DADOS: 15 DE JUNHO DE 2018. VER [HTTP://WWW.INE.PT](http://www.ine.pt)

Tabela 20 – Receitas totais municipais por NUTS III e dimensão populacional, 2017

	Por NUTS III				Por dimensão populacional			RLVT
	Área Metropolitana de Lisboa	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grandes	Médios	Pequenos	
Receitas totais (M€)	2.459,43	254,15	197,67	260,31	2.169,75	799,79	202,01	3.171,56

Unidade: M€

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

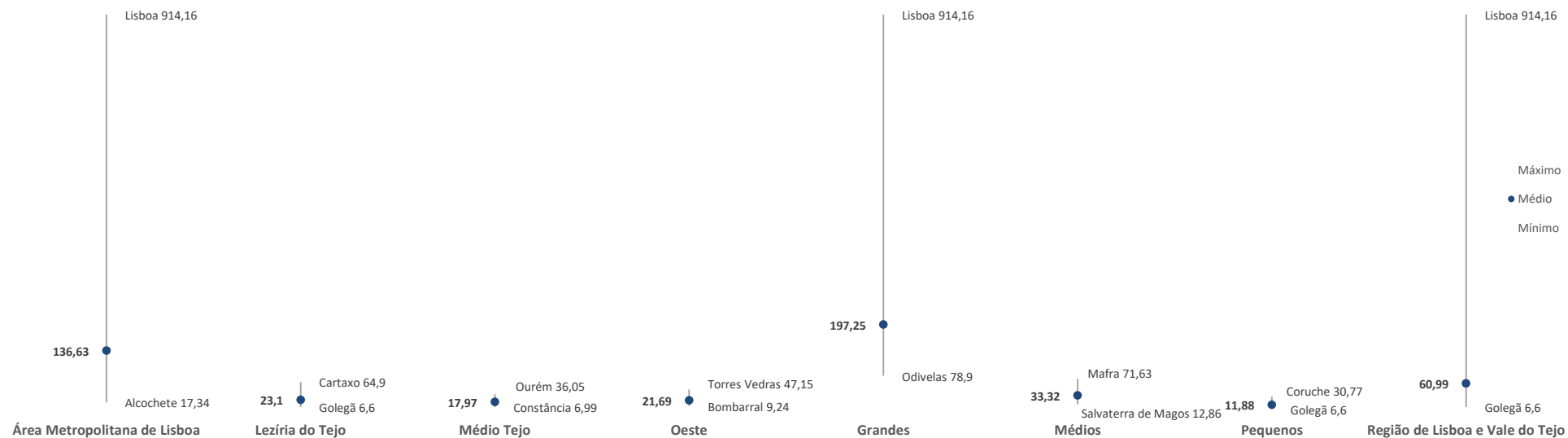
Tabela 21 – Rankings - Receitas totais municipais, 2017

Ranking – Maiores receitas totais municipais				Ranking – Menores receitas totais municipais			
NUTS III	Dimensão	Municípios	M€	NUTS III	Dimensão	Municípios	M€
AML	Grande	Lisboa	914,16	LT	Pequeno	Golegã	6,60
AML	Grande	Cascais	217,90	LT	Pequeno	Alpiarça	6,82
AML	Grande	Sintra	190,11	MT	Pequeno	Constância	6,99
AML	Grande	Oeiras	178,27	MT	Pequeno	Sardoal	7,06
AML	Grande	Loures	122,07	MT	Pequeno	Vila Nova da Barquinha	7,28
AML	Grande	Seixal	109,32	O	Pequeno	Bombarral	9,24
AML	Grande	Almada	105,83	O	Pequeno	Sobral de Monte Agraço	9,29
AML	Grande	Vila Franca de Xira	86,62	MT	Pequeno	Mação	10,35
AML	Grande	Amadora	84,28	MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	11,43
AML	Grande	Setúbal	82,30	O	Pequeno	Arruda dos Vinhos	11,50

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 12 – Receitas totais municipais, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 22 – Receitas municipais *per capita*, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

Receitas per capita (€/hab)	Por NUTS III				Por dimensão populacional			Unidade: €/hab
	Área Metropolitana de Lisboa	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grandes	Médios	Pequenos	RLVT
	867,93	1.064,67	913,18	727,71	896,98	763,07	1.125,51	869,74

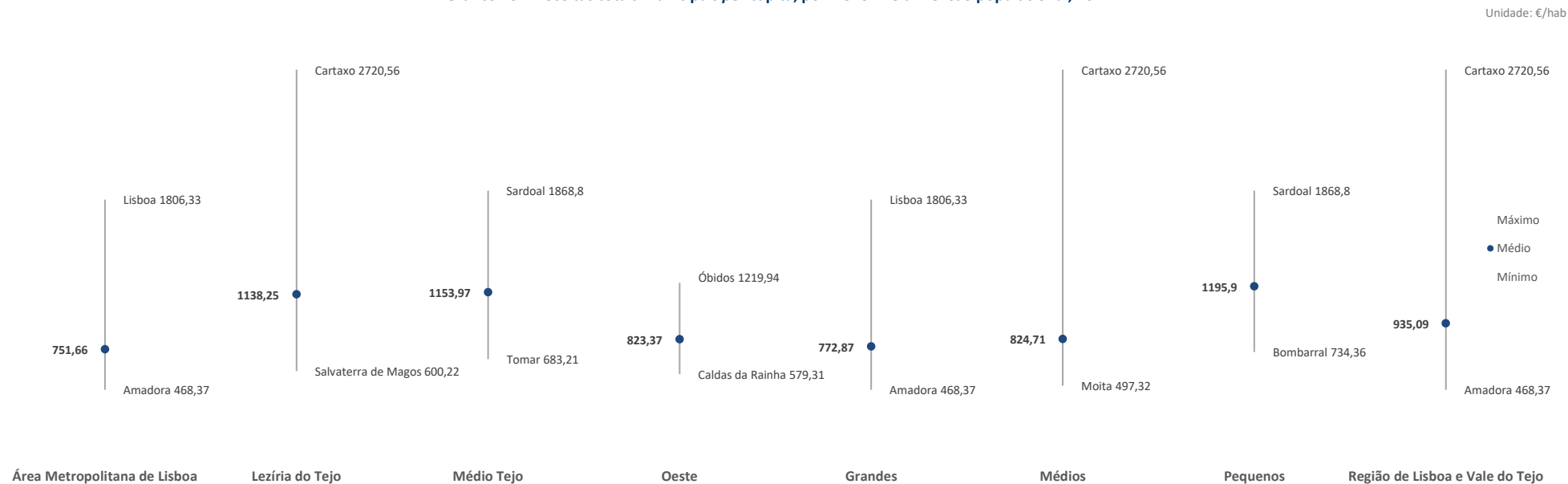
Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 23 – Rankings - Receitas municipais *per capita*, 2017

Ranking – Maiores receitas municipais <i>per capita</i>				Ranking – Menores receitas municipais <i>per capita</i>			
NUTS III	Dimensão	Municípios	€/hab	NUTS III	Dimensão	Municípios	€/hab
LT	Médio	Cartaxo	2.720,56	AML	Grande	Amadora	468,37
MT	Pequeno	Sardoal	1.868,80	AML	Grande	Sintra	492,47
AML	Grande	Lisboa	1.806,33	AML	Médio	Moita	497,32
MT	Pequeno	Constância	1.748,05	AML	Grande	Odivelas	499,90
LT	Pequeno	Coruche	1.711,24	AML	Médio	Montijo	540,44
MT	Pequeno	Mação	1.604,48	AML	Médio	Barreiro	576,84
MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	1.418,25	O	Médio	Caldas da Rainha	579,31
LT	Pequeno	Chamusca	1.351,78	O	Médio	Alenquer	580,36
O	Pequeno	Óbidos	1.219,94	AML	Grande	Loures	582,82
LT	Pequeno	Golegã	1.210,90	LT	Médio	Salvaterra de Magos	600,22

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 13 – Receitas totais municipais *per capita*, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

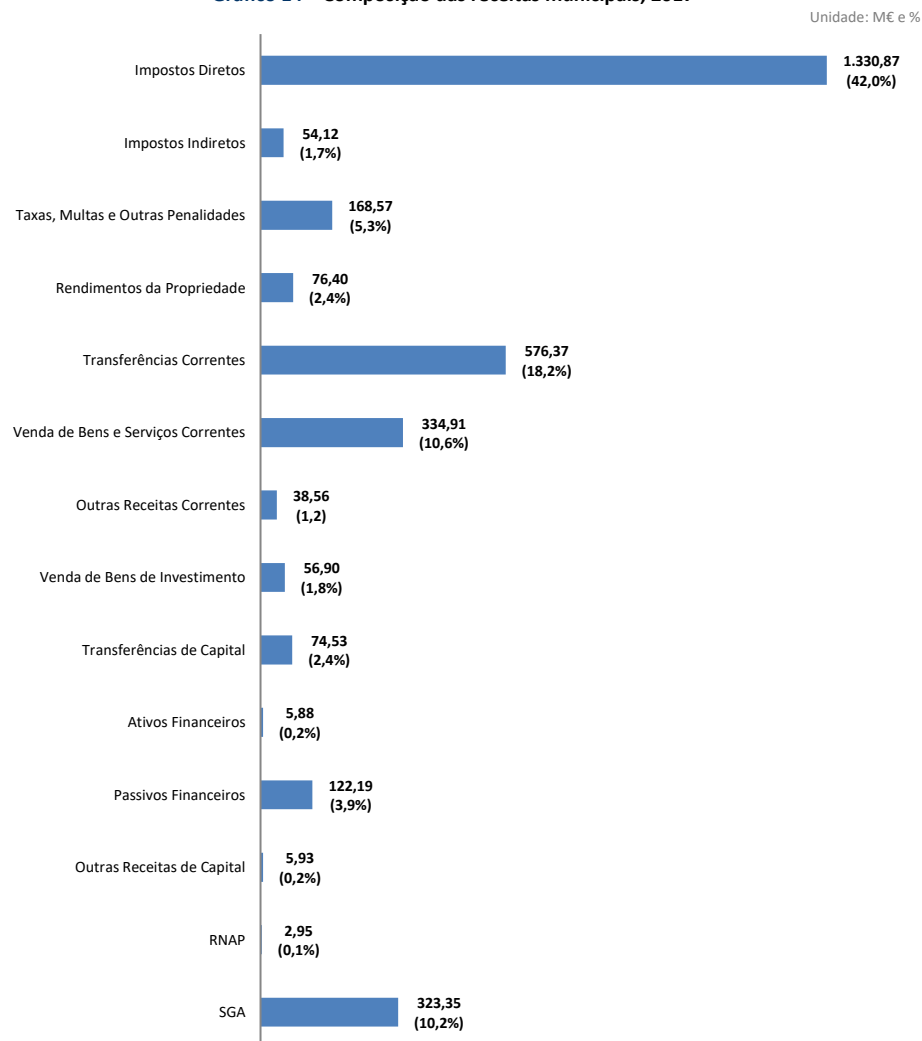


Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

1.2.2 ESTRUTURA DA RECEITA MUNICIPAL

As principais fontes de receita municipal decorreram da cobrança de impostos diretos, transferências correntes, saldo da gerência anterior, venda de bens e serviços correntes e passivos financeiros.

Gráfico 14 – Composição das receitas municipais, 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Mais de metade do valor das receitas (51,4%) resultou das receitas fiscais, multas e outras penalidades e rendimentos de propriedade.

Cada sub-região apresentou situações distintas nas principais fontes de financiamento:

- Na Área Metropolitana de Lisboa e no Oeste as receitas com maior peso do total das receitas foram as de impostos diretos, tendo particular influência nos seguintes municípios: Cascais (58,5%), Oeiras (50,5%) e Lisboa (50,4%), na AML; Nazaré (45,6%) e Torres Vedras (42,8%), no Oeste;
- Já no Médio Tejo e na Lezíria as transferências correntes evidenciaram o maior peso nas receitas, destacando-se Mação, Sardoal, Alpiarça, Chamusca e Vila Nova da Barquinha onde o valor das transferências correntes ultrapassou metade das respetivas receitas;
- A terceira maior fonte de receitas foi, no caso do conjunto de municípios da Área Metropolitana de Lisboa e do Oeste, a venda de bens e serviços correntes, destacando-se os municípios destas NUTS III em que o peso da venda de bens e serviços correntes nas receitas totais foi superior a 20%: Sesimbra, Bombarral, Moita, Sobral de Monte Agraço, Seixal, Arruda dos Vinhos, Palmela e Barreiro;
- Na Lezíria do Tejo, a terceira maior origem de receitas decorreu das provenientes de empréstimos, destacando-se o Cartaxo em que 75,6%¹⁹ das suas receitas tiveram por proveniência o recurso ao crédito;
- Finalmente no Médio Tejo a terceira maior fonte de receitas foi o saldo da gerência anterior, com nota particular para Abrantes (24,3%) e Ferreira do Zêzere (21,6%).

Tabela 24 – Composição das receitas, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

Unidade: M€

Receitas municipais	Por NUTS III				Por dimensão populacional			RLVT
	AML	LT	MT	O	G	M	P	
Impostos diretos	1.152,57	51,65	40,08	86,56	1.042,77	247,36	40,73	1.330,87
Impostos indiretos	46,27	1,50	2,27	4,08	40,16	12,38	1,57	54,12
Taxas, multas e outras penalidades	155,21	3,95	3,97	5,44	139,26	24,43	4,88	168,57
Rendimentos de propriedade	50,36	5,39	8,54	12,11	47,43	24,83	4,14	76,40
Transferências correntes	346,14	77,74	77,21	75,28	287,95	212,01	76,41	576,37
Venda bens e serviços correntes	275,79	15,66	15,56	27,91	220,56	89,25	25,10	334,91
Outras receitas correntes	36,13	0,96	0,71	0,77	34,91	2,56	1,10	38,56
Venda de bens de investimento	55,45	0,44	0,76	0,25	55,32	1,13	0,45	56,90
Transferências de capital	38,03	12,82	10,53	13,15	27,68	34,03	12,82	74,53
Ativos financeiros	5,78	0,05	0,00	0,05	5,68	0,19	0,00	5,88
Passivos financeiros	46,40	51,27	12,38	12,14	43,71	71,49	7,00	122,19
Outras receitas de capital	5,22	0,06	0,35	0,31	5,21	0,54	0,18	5,93
Receitas não abatidas pagamentos	1,76	0,67	0,39	0,13	1,68	0,86	0,42	2,95
Saldo gerência anterior	244,32	32,00	24,91	22,12	217,43	78,73	27,20	323,35
Receita total	2.459,43	254,15	197,67	260,31	2.169,75	799,79	202,01	3.171,56

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

¹⁹ EMPRÉSTIMO NO ÂMBITO DO FAM

O peso dos impostos diretos apresentou uma linha descendente dos grandes para os pequenos municípios, em oposição ao peso das transferências correntes recebidas.

Destaque ainda para o seguinte:

- Nos grandes e médios municípios, o peso das receitas decorrentes dos impostos diretos foi significativamente maior, seguindo-se as transferências correntes, venda de bens e serviços correntes e do saldo da gerência anterior;
- Nos pequenos municípios o maior peso foi das transferências correntes, seguindo-se a cobrança de impostos diretos, saldo da gerência anterior e venda de bens e serviços correntes.

Tabela 25 – Estrutura das receitas, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

Receitas municipais	Por NUTS III				Por dimensão populacional			RLVT
	AML	LT	MT	O	G	M	P	
Impostos diretos	46,9	20,3	20,3	33,3	48,1	30,9	20,2	42,0
Impostos indiretos	1,9	0,6	1,1	1,6	1,9	1,5	0,8	1,7
Taxas, multas e outras penalidades	6,3	1,6	2,0	2,1	6,4	3,1	2,4	5,3
Rendimentos de propriedade	2,0	2,1	4,3	4,7	2,2	3,1	2,0	2,4
Transferências correntes	14,1	30,6	39,1	28,9	13,3	26,5	37,8	18,2
Venda bens e serviços correntes	11,2	6,2	7,9	10,7	10,2	11,2	12,4	10,6
Outras receitas correntes	1,5	0,4	0,4	0,3	1,6	0,3	0,5	1,2
Venda de bens de investimento	2,3	0,2	0,4	0,1	2,5	0,1	0,2	1,8
Transferências de capital	1,5	5,0	5,3	5,1	1,3	4,3	6,3	2,4
Ativos financeiros	0,2	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,2
Passivos financeiros	1,9	20,2	6,3	4,7	2,0	8,9	3,5	3,9
Outras receitas de capital	0,2	0,0	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,2
Receitas não abatidas pagamentos	0,1	0,3	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1
Saldo gerência anterior	9,9	12,6	12,6	8,5	10,0	9,8	13,5	10,2
Receita total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Analisando os diferentes agregados que compõem as receitas municipais voltamos a constatar a preponderância das cobranças registada pelos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, formada na sua quase totalidade por municípios de grande dimensão.

Notas de exceção para o volume de passivos financeiros registados nos municípios da Lezíria do Tejo, em particular nos municípios de média dimensão, e para o valor de transferências de capital registado pelos municípios de média dimensão.

Tabela 26 – Composição das receitas, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

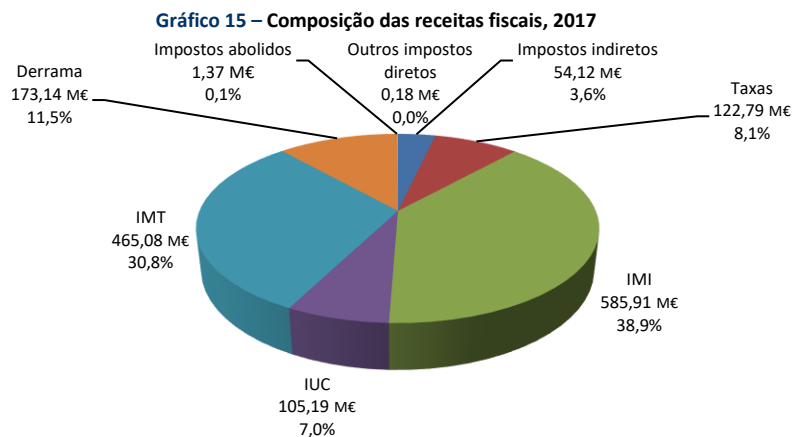
Receitas municipais	Por NUTS III				Por dimensão populacional		
	AML	LT	MT	O	G	M	P
Impostos diretos	85,5	4,1	3,3	7,1	76,6	20,1	3,4
Impostos indiretos	86,6	3,9	3,0	6,5	78,4	18,6	3,1
Impostos Indiretos	85,5	2,8	4,2	7,5	74,2	22,9	2,9
Taxas, multas e outras penalidades	92,1	2,3	2,4	3,2	82,6	14,5	2,9
Rendimentos de propriedade	65,9	7,0	11,2	15,9	62,1	32,5	5,4
Transferências correntes	60,1	13,5	13,4	13,1	50,0	36,8	13,3
Venda bens e serviços correntes	82,3	4,7	4,6	8,3	65,9	26,6	7,5
Outras receitas correntes	93,7	2,5	1,8	2,0	90,5	6,6	2,9
Venda de bens de investimento	97,5	0,8	1,3	0,4	97,2	2,0	0,8
Transferências de capital	51,0	17,2	14,1	17,6	37,1	45,7	17,2
Ativos financeiros	98,3	0,9	0,1	0,8	96,6	3,3	0,1
Passivos financeiros	38,0	42,0	10,1	9,9	35,8	58,5	5,7
Outras receitas de capital	88,0	1,0	5,8	5,2	87,8	9,2	3,1
Receitas não abatidas pagamentos	59,7	22,5	13,2	4,5	56,9	29,0	14,1
Saldo gerência anterior	75,6	9,9	7,7	6,8	67,2	24,3	8,4
Receita total	77,5	8,0	6,2	8,2	68,4	25,2	6,4

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

1.2.3 RECEITAS FISCAIS

Na RLVT, quase metade das receitas municipais decorreram da cobrança de receitas fiscais, a maioria cobradas na Área Metropolitana de Lisboa (87,1%). Registou-se como principal coleta o IMI, seguindo-se o IMT, a derrama, as taxas e o IUC.

Em termos *per capita* destaque para os registos mais elevados de Lisboa, Cascais, Oeiras e Nazaré, em oposição aos valores inferiores apresentados por Sardoal, Mação, Chamusca e Salvaterra de Magos.



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

As receitas fiscais representaram mais de metade das respetivas receitas em 6 municípios: Cascais, Lisboa, Setúbal, Oeiras, Nazaré e Sintra.

Em termos sub-regionais, destaque para o peso diferenciado deste agregado:

- Na Área Metropolitana de Lisboa, enquanto em Cascais, 69,4% das suas receitas provieram de receita fiscal, na Moita apenas 30,2% da receita total resultou desta cobrança;
- Na Lezíria do Tejo, 42,2% das receitas da Azambuja foram de natureza fiscal, sendo que no Cartaxo apenas 7,2% decorreram das mesmas;
- No Médio Tejo, o maior peso foi registado em Ourém (31,3%) e o menor no Sardoal (6,0%), sendo este rácio também o mais baixo da RLVT;
- No Oeste, 51,1% das receitas da Nazaré foram coleta fiscal, enquanto em Cadaval esse peso foi de 15,6%.

Em termos de dimensão populacional, os grandes municípios apresentaram uma receita fiscal média substancialmente superior aos restantes. Consta-se também que:

- Nos grandes municípios o peso da carga fiscal na receita total variou entre os 69,4% em Cascais e os 34,9% em Vila Franca de Xira;
- Nos médios, Mafra dependeu 48,0% das receitas fiscais, enquanto o Cartaxo 7,2%;
- Nos municípios de pequena dimensão, o peso variou entre os 51,1% da Nazaré e os 6,0% do Sardoal.

Mapa 6 – Receitas fiscais *per capita*, 2017

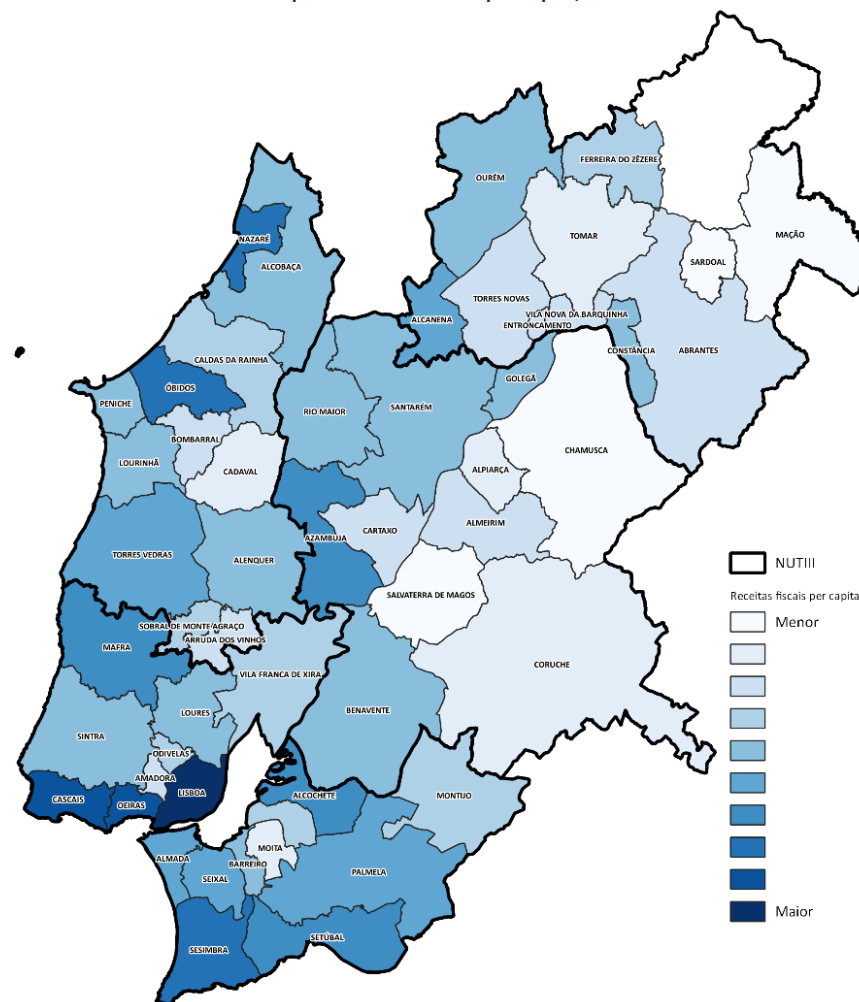


Tabela 27 – Receitas fiscais municipais, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

	Por NUTS III				Por dimensão populacional			RLVT
	Área Metropolitana de Lisboa	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grandes	Médios	Pequenos	
Receitas fiscais	1.314,02	54,89	45,25	93,61	1.186,40	275,53	45,84	1.507,77

Unidade: M€

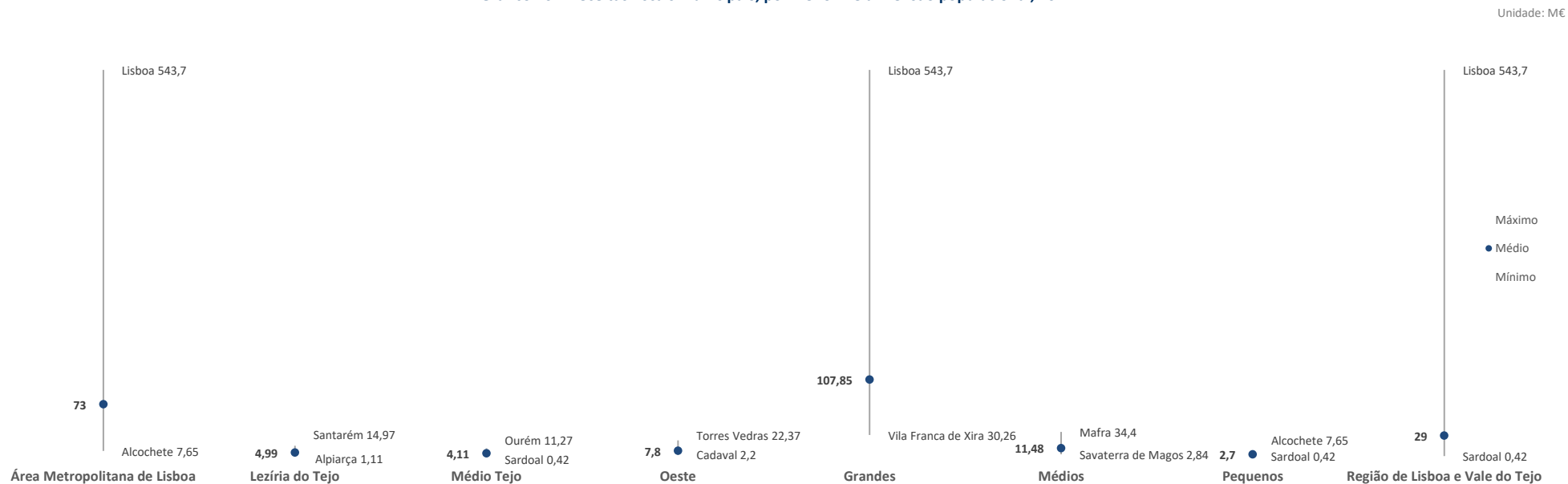
Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 28 – Rankings - Receitas fiscais municipais, 2017

Ranking – Maiores receitas fiscais municipais				Ranking – Menores receitas fiscais municipais			
NUTS III	Dimensão	Municípios	M€	NUTS III	Dimensão	Municípios	M€
AML	Grande	Lisboa	543,70	MT	Pequeno	Sardoal	0,42
AML	Grande	Cascais	151,15	MT	Pequeno	Mação	0,75
AML	Grande	Sintra	96,83	MT	Pequeno	Constância	0,97
AML	Grande	Oeiras	92,08	LT	Pequeno	Alpiarça	1,11
AML	Grande	Loures	57,41	LT	Pequeno	Chamusca	1,18
AML	Grande	Almada	49,92	MT	Pequeno	Vila Nova Barquinha	1,37
AML	Grande	Seixal	48,25	LT	Pequeno	Golegã	1,45
AML	Grande	Setúbal	44,62	MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	1,80
AML	Grande	Odivelas	36,50	O	Pequeno	Cadaval	2,20
AML	Grande	Amadora	35,67	O	Pequeno	Sobral Monte Agraço	2,24

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 16 – Receitas fiscais municipais, por NUTS III e dimensão populacional, 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 29 – Receitas fiscais municipais *per capita*, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

	Por NUTS III				Por dimensão populacional			RLVT
	Área Metropolitana de Lisboa	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grandes	Médios	Pequenos	
Receitas fiscais per capita	463,72	229,94	209,05	261,69	490,46	262,88	255,39	413,48

Unidade: €/hab

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 30 – Rankings - Receitas fiscais municipais *per capita*, 2017

Ranking – Maiores receitas fiscais municipais <i>per capita</i>				Ranking – Menores receitas fiscais municipais <i>per capita</i>			
NUTS III	Dimensão	Municípios	€/hab	NUTS III	Dimensão	Municípios	€/hab
AML	Grande	Lisboa	1.074,33	MT	Pequeno	Sardoal	112,07
AML	Grande	Cascais	713,94	MT	Pequeno	Mação	116,83
AML	Grande	Oeiras	525,49	LT	Pequeno	Chamusca	126,16
O	Pequeno	Nazaré	482,04	LT	Médio	Salvaterra de Magos	132,41
O	Pequeno	Óbidos	459,74	AML	Médio	Moita	150,21
AML	Médio	Sesimbra	430,63	LT	Pequeno	Alpiarça	154,77
AML	Médio	Mafra	412,98	O	Pequeno	Cadaval	160,57
AML	Pequeno	Alcochete	396,85	LT	Pequeno	Coruche	168,45
AML	Grande	Setúbal	383,56	MT	Médio	Tomar	173,18
LT	Médio	Azambuja	374,54	LT	Médio	Almeirim	181,94

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 17 – Receitas fiscais municipais *per capita*, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

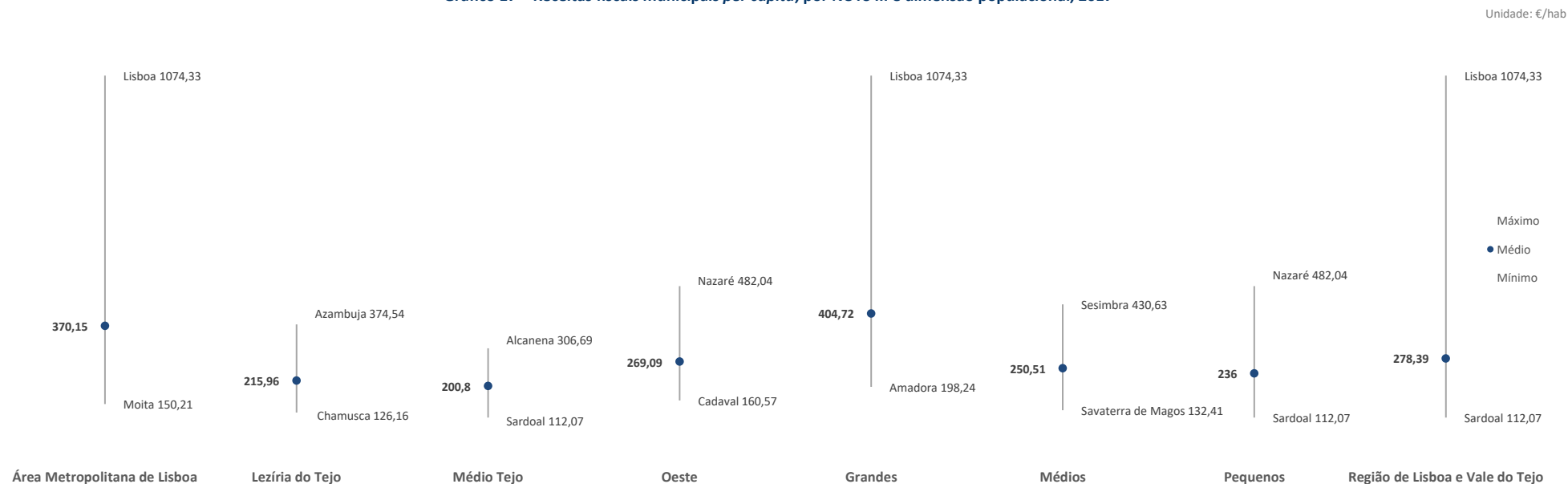


Tabela 31 – Peso das receitas fiscais nas receitas totais, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

Receitas municipais	Por NUTS III				Por dimensão populacional			Unidade: % RLVT
	Área Metropolitana de Lisboa	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grandes	Médios	Pequenos	
Peso das receitas fiscais nas receitas totais	53,4%	21,6%	22,9%	36,0%	54,7%	34,5%	22,7%	47,5%

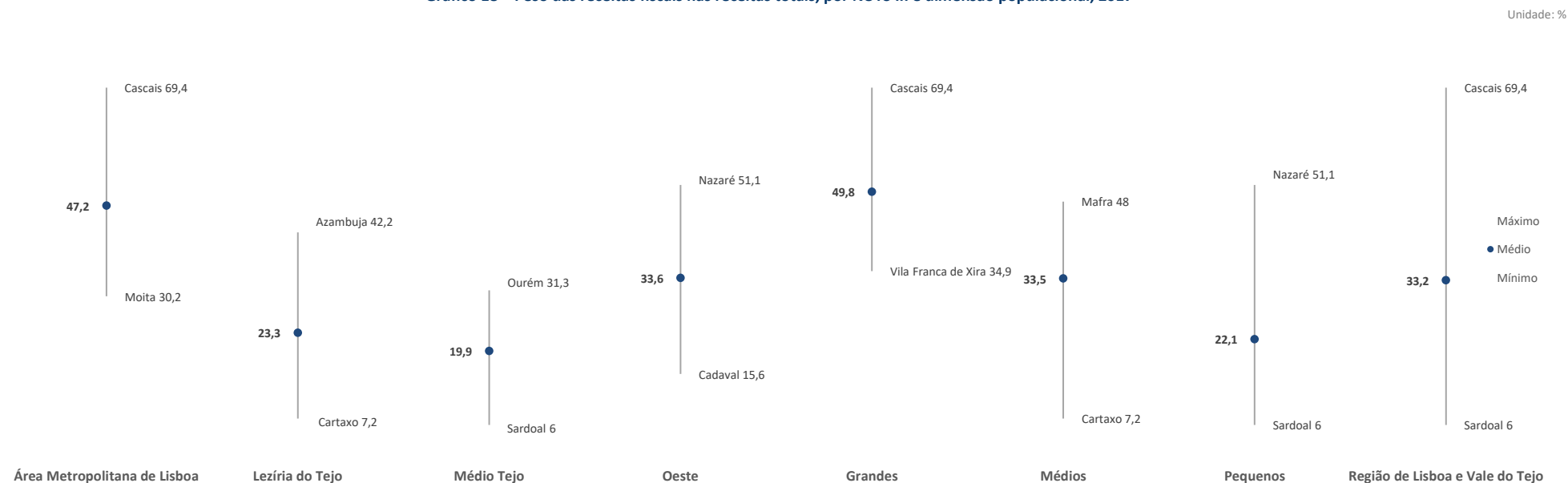
Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 32 – Rankings - Peso das receitas fiscais nas receitas totais

Ranking – Maiores pesos das receitas fiscais municipais nas receitas totais				Ranking – Menores pesos das receitas fiscais municipais nas receitas totais			
NUTS III	Dimensão	Municípios	%	NUTS III	Dimensão	Municípios	%
AML	Grande	Cascais	69,4	MT	Pequeno	Sardoal	6,0
AML	Grande	Lisboa	59,5	LT	Médio	Cartaxo	7,2
AML	Grande	Setúbal	54,2	MT	Pequeno	Mação	7,3
AML	Grande	Oeiras	51,7	LT	Pequeno	Chamusca	9,3
O	Pequeno	Nazaré	51,1	LT	Pequeno	Coruche	9,8
AML	Grande	Sintra	50,9	MT	Pequeno	Constância	13,9
AML	Médio	Mafra	48,0	O	Pequeno	Cadaval	15,6
O	Médio	Torres Vedras	47,4	MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	15,7
AML	Médio	Sesimbra	47,2	LT	Pequeno	Alpiarça	16,2
AML	Grande	Almada	47,2	MT	Pequeno	Vila Nova Barquinha	18,8

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 18 – Peso das receitas fiscais nas receitas totais, por NUTS III e dimensão populacional, 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

1.2.4 RECEITAS PRÓPRIAS

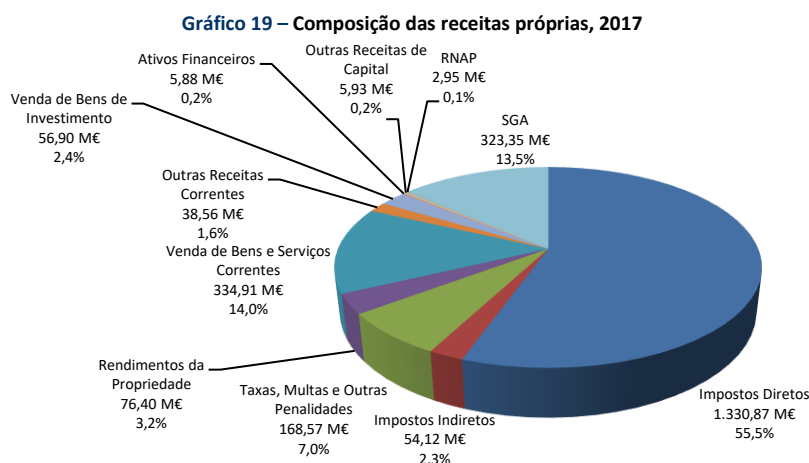
As receitas próprias na RLVT ascenderam aos 2.398,46 M€, 84,6% das quais maioritariamente geradas pelo grupo de municípios da Área Metropolitana de Lisboa, em especial Lisboa, a qual concentrou mais de 1/3 das receitas próprias da região (36,0%).

Destaque para os impostos diretos, os quais constituem mais de metade das receitas próprias e registo ainda para importância significativa, na estrutura das receitas municipais da região, da venda de bens e serviços, o saldo da gerência anterior e as taxas, multas e outras penalidades.

Em termos de dimensão populacional, registou-se igualmente um desvio significativo entre os valores médios de receitas próprias dos grandes municípios face aos restantes.

evidenciou-se na Amadora (58,8%), de grande dimensão, Cartaxo (13,0%), de média dimensão e Sardoal (27,4%) nos municípios de pequena dimensão.

Em termos *per capita* o maior valor foi registado por Lisboa, com uma diferença de 1439,83 €/hab para Salvaterra de Magos, com o menor valor registado.



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Analisando o peso das receitas próprias no total de receitas municipais, realce para que:

- Em 73% dos municípios da RLVT (38 municípios) as receitas próprias tiveram um peso superior a 50%;
- Em termos sub-regionais, na Área Metropolitana de Lisboa para o peso das receitas próprias em Lisboa, na Lezíria do Tejo para Benavente (71,2%), no Médio Tejo para Abrantes (58,3%) e no Oeste para Óbidos (68,2%);
- Considerando a dimensão populacional os maiores pesos foram registados por Lisboa, Sesimbra e Alcochete, respetivamente grande, média e pequena dimensão. O menor peso

Mapa 7 – Receitas próprias *per capita*, 2017

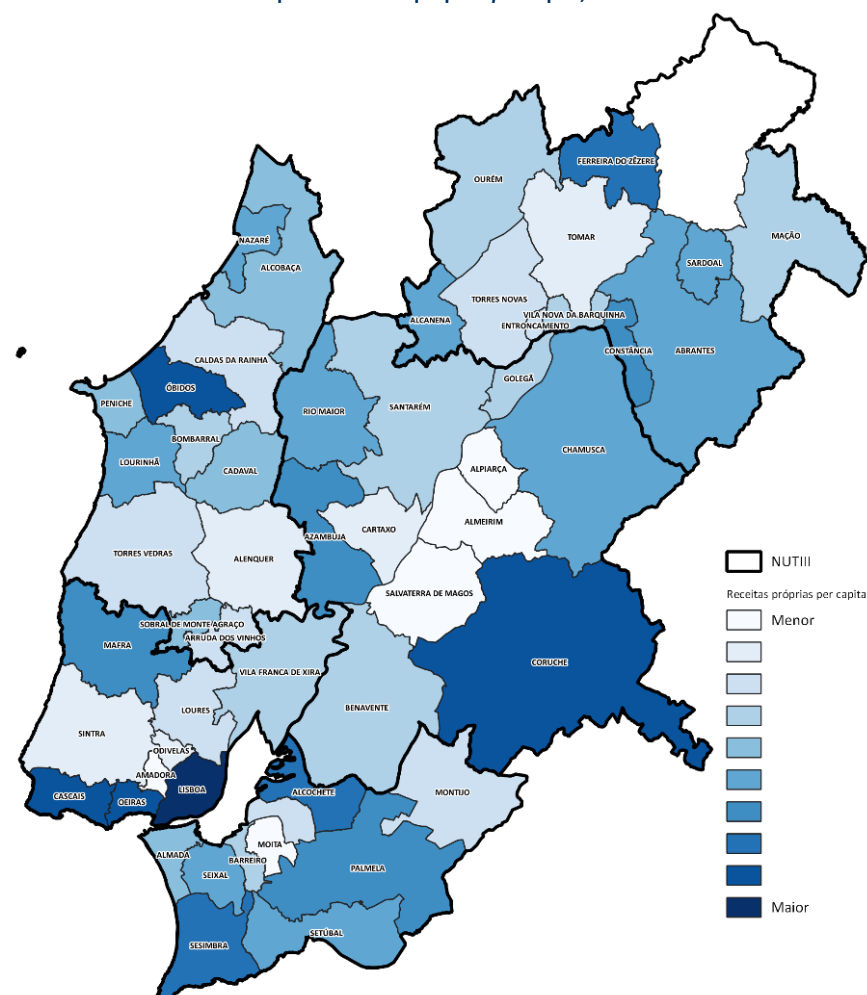


Tabela 33 – Receitas próprias, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

	Por NUTS III				Por dimensão populacional			RLVT
	Área Metropolitana de Lisboa	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grandes	Médios	Pequenos	
Receitas próprias	2.028,86	112,32	97,55	159,73	1.810,42	482,27	105,78	2.398,46

Unidade: M€

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

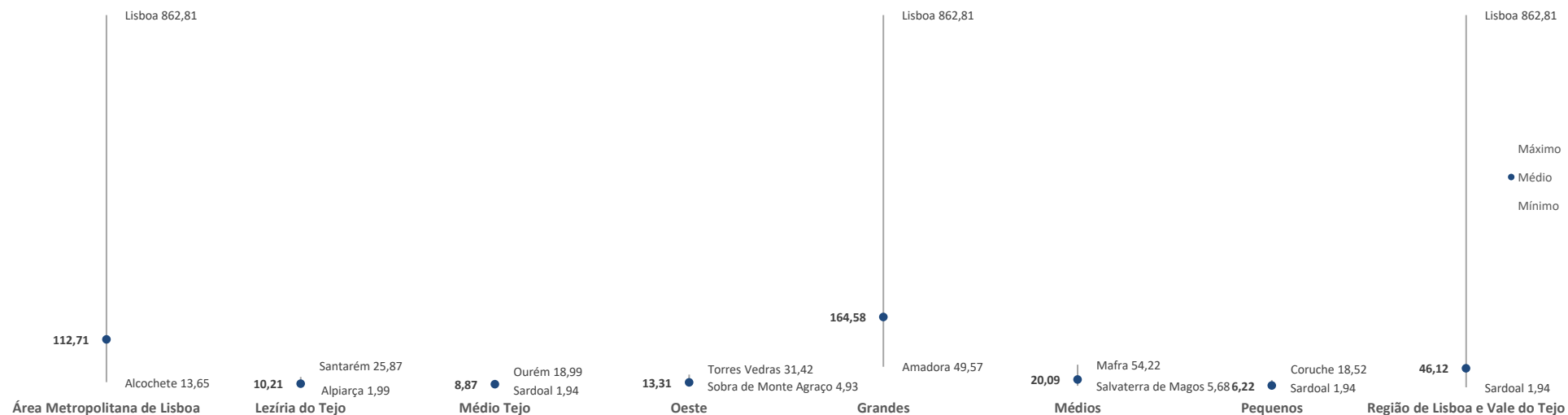
Tabela 34 – Rankings - Receitas próprias municipais, 2017

Ranking – Maiores receitas próprias municipais				Ranking – Menores receitas próprias municipais			
NUTS III	Dimensão	Municípios	M€	NUTS III	Dimensão	Municípios	M€
AML	Grande	Lisboa	862,81	MT	Pequeno	Sardoal	1,94
AML	Grande	Cascais	179,29	LT	Pequeno	Alpiarça	1,99
AML	Grande	Oeiras	143,24	LT	Pequeno	Golegã	2,41
AML	Grande	Sintra	138,46	MT	Pequeno	Constância	2,71
AML	Grande	Seixal	92,47	MT	Pequeno	Mação	2,85
AML	Grande	Loures	83,86	MT	Pequeno	Vila Nova Barquinha	3,21
AML	Grande	Almada	82,71	O	Pequeno	Sobral Monte Agraço	4,93
AML	Grande	Vila Franca de Xira	60,82	LT	Pequeno	Chamusca	5,07
AML	Grande	Setúbal	60,28	O	Pequeno	Bombarral	5,33
AML	Grande	Odivelas	56,90	LT	Médio	Salvaterra de Magos	5,68

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 20 – Receitas próprias, por NUTS III e dimensão de municípios, 2017

Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 35 – Receitas próprias *per capita*, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

	Por NUTS III				Por dimensão populacional			Unidade: €/hab
	Área Metropolitana de Lisboa	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grandes	Médios	Pequenos	RLVT
Receitas próprias <i>per capita</i>	715,98	470,51	450,63	446,55	748,43	460,12	589,32	657,73

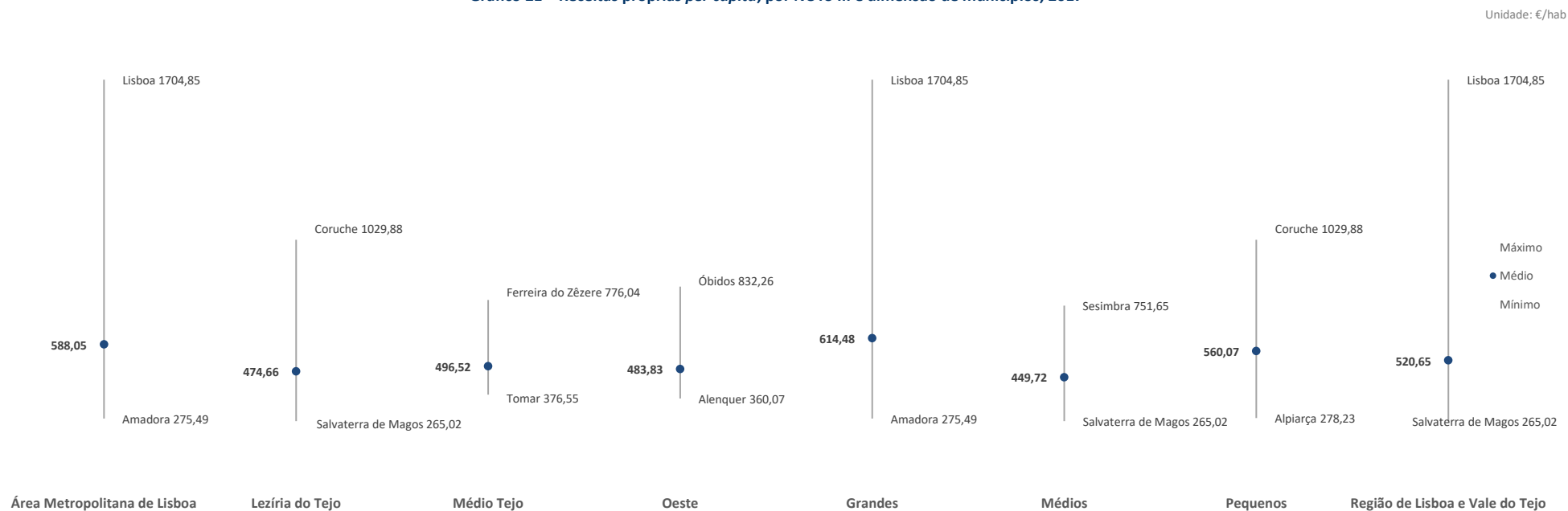
Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 36 – Rankings - Receitas próprias municipais *per capita*, 2017

Ranking – Maiores receitas próprias municipais <i>per capita</i>				Ranking – Menores receitas próprias municipais <i>per capita</i>			
NUTS III	Dimensão	Municípios	€/hab	NUTS III	Dimensão	Municípios	€/hab
AML	Grande	Lisboa	1.704,85	LT	Médio	Salvaterra de Magos	265,02
LT	Pequeno	Coruche	1.029,88	AML	Grande	Amadora	275,49
AML	Grande	Cascais	846,87	LT	Pequeno	Alpiarça	278,23
O	Pequeno	Óbidos	832,26	LT	Médio	Almeirim	301,89
AML	Grande	Oeiras	817,49	AML	Médio	Moita	304,96
MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	776,04	LT	Médio	Cartaxo	354,59
AML	Médio	Sesimbra	751,65	AML	Grande	Sintra	358,67
AML	Pequeno	Alcochete	707,61	O	Médio	Alenquer	360,07
MT	Pequeno	Constância	677,38	AML	Grande	Odivelas	360,51
AML	Médio	Mafra	651,01	MT	Médio	Tomar	376,55

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 21 – Receitas próprias *per capita*, por NUTS III e dimensão de municípios, 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 37 – Peso das receitas próprias nas receitas totais, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

	Por NUTS III				Por dimensão populacional			Unidade: % RLVT
	Área Metropolitana de Lisboa	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grandes	Médios	Pequenos	
Peso das receitas próprias nas receitas totais	82,5	44,2	49,3	61,4	83,4	60,3	52,4	75,6

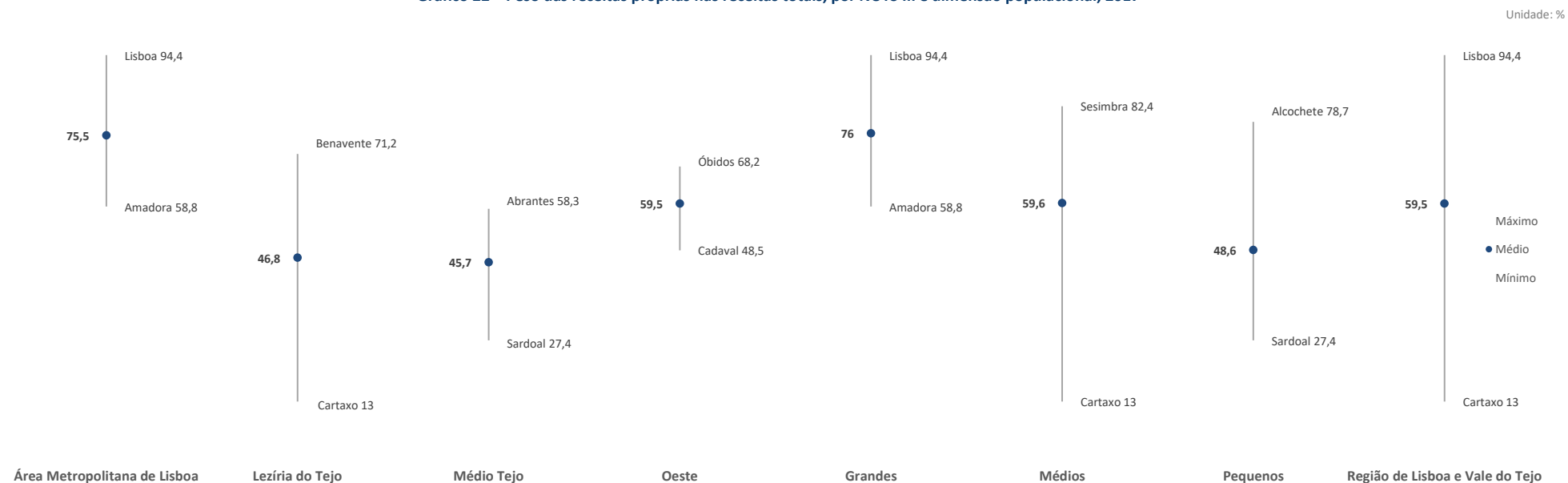
Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 38 – Rankings – Peso das receitas próprias municipais, 2017

Ranking – Maiores pesos das receitas próprias municipais				Ranking – Menores pesos das receitas próprias municipais			
NUTS III	Dimensão	Municípios	%	NUTS III	Dimensão	Municípios	%
AML	Grande	Lisboa	94,4	LT	Médio	Cartaxo	13,0
AML	Grande	Seixal	84,6	MT	Pequeno	Sardoal	27,4
AML	Médio	Sesimbra	82,4	MT	Pequeno	Mação	27,5
AML	Grande	Cascais	82,3	LT	Pequeno	Alpiarça	29,2
AML	Médio	Palmela	80,4	LT	Pequeno	Golegã	36,5
AML	Grande	Oeiras	80,4	MT	Pequeno	Constância	38,8
AML	Pequeno	Alcochete	78,7	LT	Pequeno	Chamusca	39,9
AML	Grande	Almada	78,2	MT	Pequeno	Vila Nova da Barquinha	44,1
AML	Médio	Mafra	75,7	LT	Médio	Almeirim	44,1
AML	Grande	Setúbal	73,2	LT	Médio	Salvaterra de Magos	44,2

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 22 – Peso das receitas próprias nas receitas totais, por NUTS III e dimensão populacional, 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

1.2.5 TRANSFERÊNCIAS

As transferências recebidas pelos municípios ascenderam aos 650,91 M€, sendo 88,5% de natureza corrente.

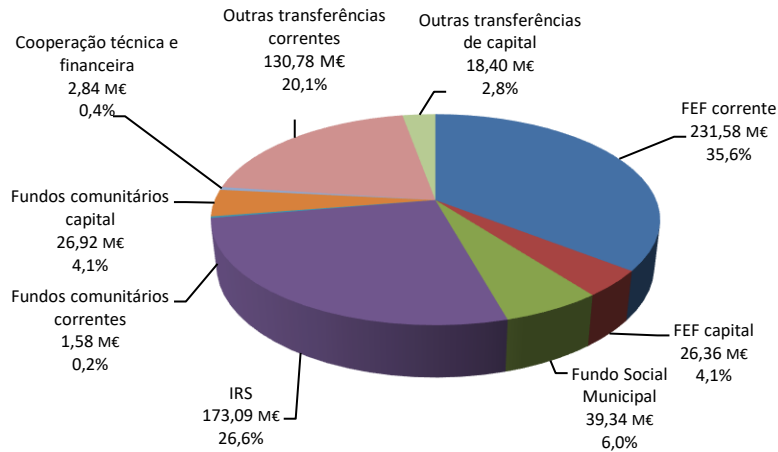
A maior parte das transferências foram recebidas do Estado, em especial através do FEF corrente, IRS e, em menor valor, do FSM e FEF de capital. As transferências provenientes dos fundos comunitários constituíram-se maioritariamente de capital, sendo que o valor de natureza corrente foi residual.

Em termos médios, os grandes municípios receberam um valor bastante superior ao atribuído aos de média e pequena dimensão. O seu peso médio, relativamente ao total de receitas, foi de ordem inversa: 21,1% nos grandes, 33,8% nos médios e 47,2% nos pequenos municípios.

Embora o volume de transferências desça dos grandes para os pequenos municípios, a importância que estas receitas tiveram foi maior nestes últimos, descendo com o aumento da dimensão dos mesmos.

- Na Lezíria do Tejo, 60,5% das receitas de Alpiarça decorreram das transferências recebidas – 53,7% correntes e 6,8% de capital, enquanto no Cartaxo 11,3%;
- No Médio Tejo o peso variou entre 65,0% em Sardoal – 57,9% correntes e 7,1% de capital e 34,2% no Entroncamento – 26,1% correntes e 8,1% de capital;
- No Oeste, 45,2% das receitas do Cadaval foram transferências – incluindo 11,7% de capital, sendo de 24,4% na Lourinhã – 22,3% correntes e 2,1% de capital.

Gráfico 23 – Composição das transferências, 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Em valores absolutos, Sintra, com o maior volume de transferências, recebeu mais 48,25 M€ que Alcochete (menor valor recebido). Já em termos *per capita* o máximo valor registado foi no Sardoal e o mínimo em Lisboa, numa amplitude de valores de 1126,42 €/hab.

Analisando o peso das transferências, à escala sub-regional, destaca-se o seguinte:

- Na Área Metropolitana de Lisboa, Amadora dependeu em 41,2% das transferências – atente-se no caso o peso do passivo financeiro e saldo da gerência anterior é nulo, sendo que em Lisboa o peso deste agregado foi apenas de 4,9%;

Mapa 8 – Transferências recebidas *per capita*, 2017

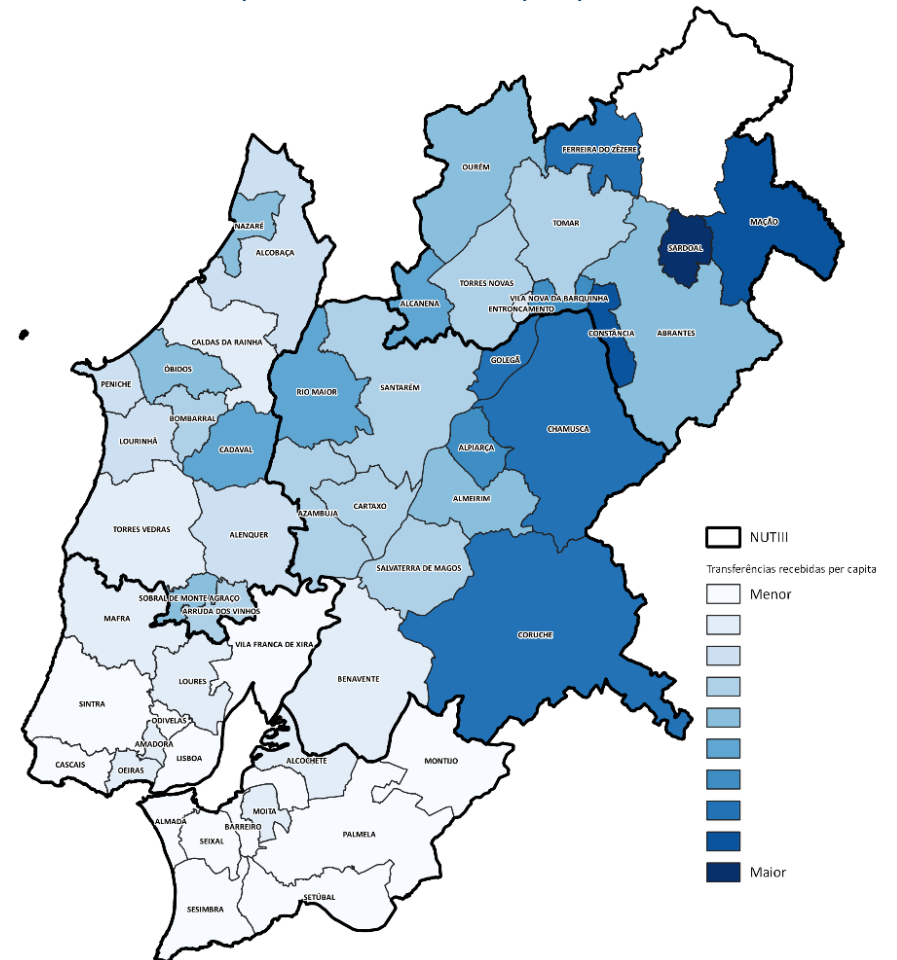


Tabela 39 – Transferências recebidas, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

Transferências	Por NUTS III				Por dimensão populacional			RLVT
	Área Metropolitana de Lisboa	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grandes	Médios	Pequenos	
	384,16	90,56	87,75	88,43	315,63	246,04	89,24	650,91

Unidade: M€

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

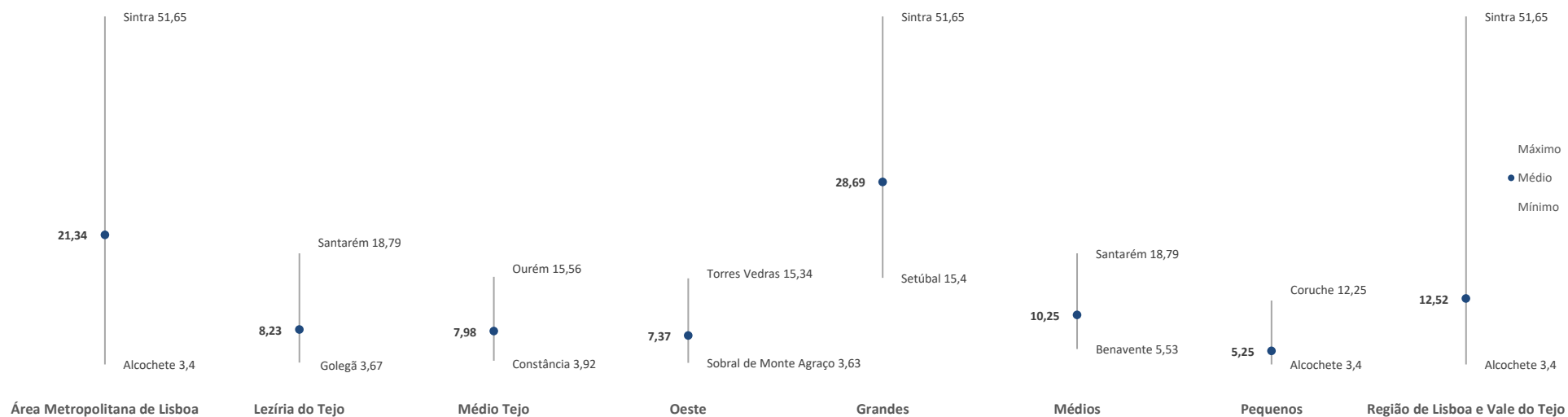
Tabela 40 – Rankings - Transferências recebidas, 2017

Ranking – Maiores transferências recebidas				Ranking – Menores transferências recebidas			
NUTS III	Dimensão	Municípios	M€	NUTS III	Dimensão	Municípios	M€
AML	Grande	Sintra	51,65	AML	Pequeno	Alcochete	3,40
AML	Grande	Lisboa	44,61	O	Pequeno	Sobral Monte Agraço	3,63
AML	Grande	Oeiras	35,03	LT	Pequeno	Golegã	3,67
AML	Grande	Amadora	34,71	O	Pequeno	Bombarral	3,91
AML	Grande	Loures	33,12	MT	Pequeno	Constância	3,92
AML	Grande	Cascais	25,04	MT	Pequeno	Vila Nova Barquinha	4,07
AML	Grande	Odivelas	22,00	LT	Pequeno	Alpiarça	4,13
AML	Grande	Almada	20,37	O	Pequeno	Óbidos	4,21
LT	Médio	Santarém	18,79	MT	Pequeno	Sardoal	4,59
AML	Médio	Mafra	17,40	O	Pequeno	Arruda dos Vinhos	4,69

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 24 – Transferências recebidas, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 41 – Transferências recebidas *per capita*, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

	Por NUTS III				Por dimensão populacional			Unidade: €/hab
	Área Metropolitana de Lisboa	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grandes	Médios	Pequenos	RLVT
Transferências per capita	135,57	379,38	405,36	247,22	130,48	234,74	497,18	178,50

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 42 – Rankings - Transferências recebidas *per capita*, 2017

Ranking – Maiores transferências recebidas <i>per capita</i>				Ranking – Menores transferências recebidas <i>per capita</i>			
NUTS III	Dimensão	Municípios	€/hab	NUTS III	Dimensão	Municípios	€/hab
MT	Pequeno	Sardoal	1.214,57	AML	Grande	Lisboa	88,15
MT	Pequeno	Mação	1.031,67	AML	Grande	Seixal	101,50
MT	Pequeno	Constância	981,06	AML	Grande	Cascais	118,29
LT	Pequeno	Chamusca	812,02	AML	Grande	Vila Franca de Xira	119,36
LT	Pequeno	Coruche	681,36	AML	Grande	Almada	120,41
LT	Pequeno	Golegã	673,48	AML	Médio	Sesimbra	126,58
MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	642,21	AML	Grande	Setúbal	132,40
LT	Pequeno	Alpiarça	576,73	AML	Grande	Sintra	133,80
MT	Pequeno	Vila Nova Barquinha	551,62	AML	Grande	Odivelas	139,39
LT	Médio	Rio Maior	477,52	AML	Médio	Palmela	145,70

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 25 – Transferências recebidas *per capita*, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

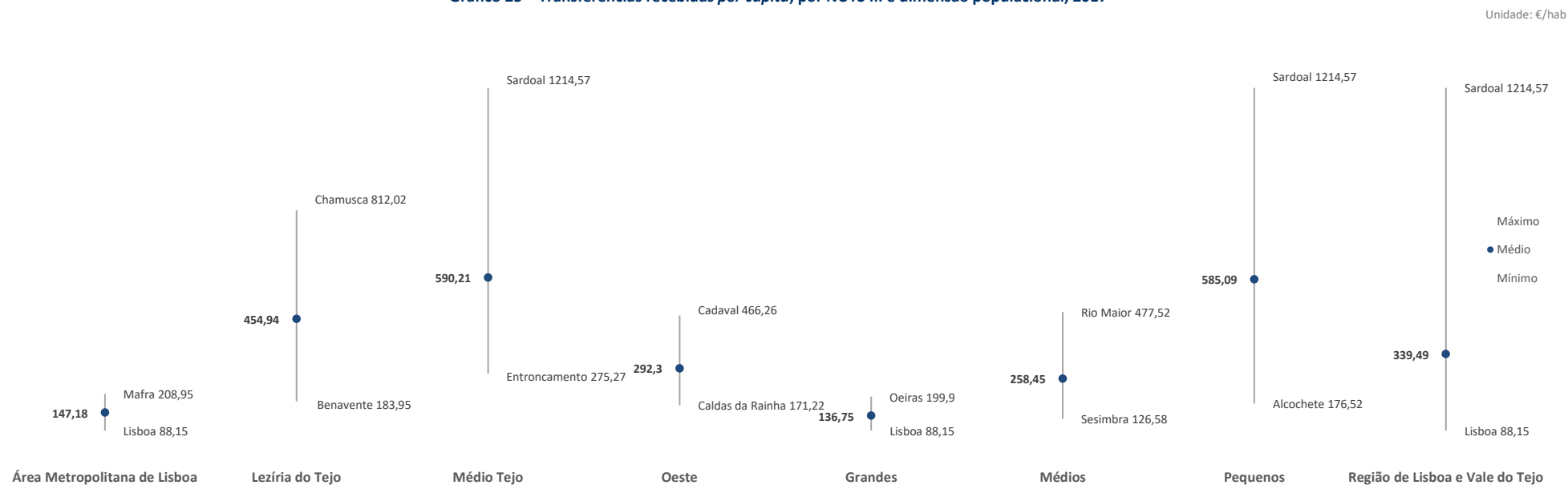


Tabela 43 – Peso das transferências nas receitas totais, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

	Por NUTS III				Por dimensão populacional			Unidade: %
	Área Metropolitana de Lisboa	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grandes	Médios	Pequenos	RLVT
Peso das transferências nas receitas totais	15,6%	35,6%	44,4%	34,0%	14,5%	30,8%	44,2%	20,5%

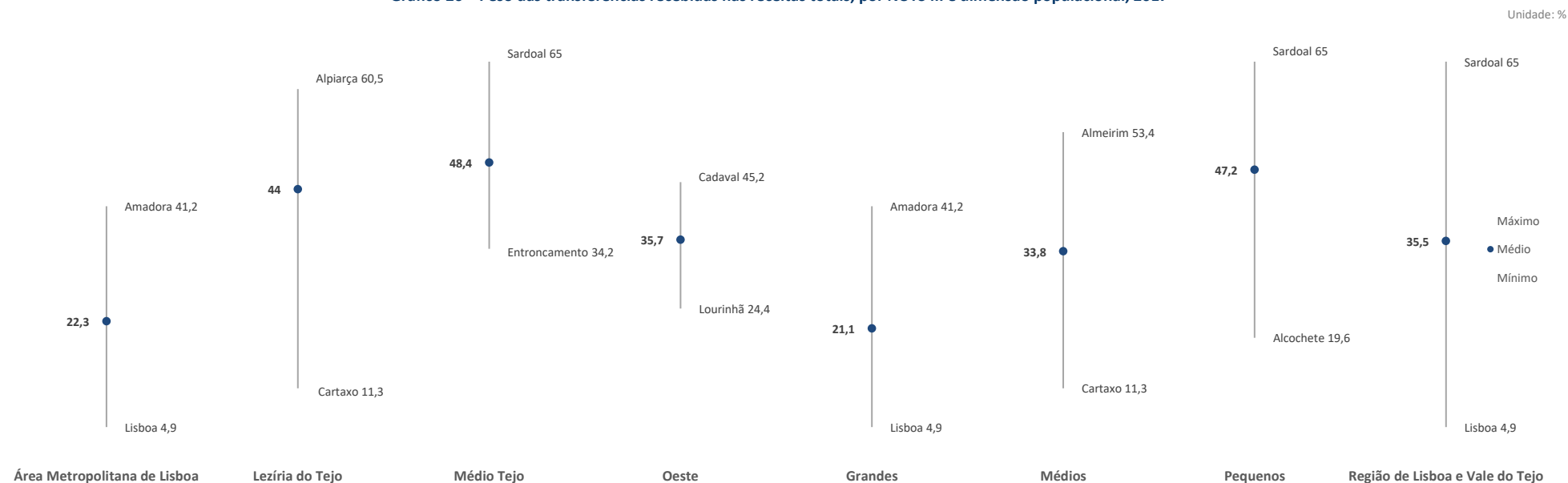
Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 44 – Rankings – Peso das transferências nas receitas totais, 2017

Ranking – Maiores pesos das transferências nas receitas totais				Ranking – Menores pesos das transferências nas receitas totais			
NUTS III	Dimensão	Municípios	%	NUTS III	Dimensão	Municípios	%
MT	Pequeno	Sardoal	65,0	AML	Grande	Lisboa	4,9
MT	Pequeno	Mação	64,3	LT	Médio	Cartaxo	11,3
LT	Pequeno	Alpiarça	60,5	AML	Grande	Cascais	11,5
LT	Pequeno	Chamusca	60,1	AML	Médio	Sesimbra	13,9
MT	Pequeno	Constância	56,1	AML	Grande	Seixal	15,4
MT	Pequeno	Vila Nova da Barquinha	55,9	AML	Grande	Setúbal	18,7
LT	Pequeno	Golegã	55,6	AML	Grande	Almada	19,2
LT	Médio	Almeirim	53,4	AML	Grande	Vila Franca de Xira	19,5
LT	Médio	Salvaterra de Magos	51,3	AML	Médio	Palmela	19,6
LT	Médio	Rio Maior	48,2	AML	Pequeno	Alcochete	19,6

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 26 – Peso das transferências recebidas nas receitas totais, por NUTS III e dimensão populacional, 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

1.2.6 PASSIVOS FINANCEIROS

Em 2017, 30 municípios da RLVT recorreram a empréstimos no montante total de 122,19 M€, a esmagadora maioria destes relativos a empréstimos bancários de médio e longo prazo.

O maior volume de recurso ao crédito em 2017 foi registado no Cartaxo, correspondente a 40% do total regional e 75,6% das suas receitas totais, seguindo-se Cascais, ambos recorrendo a empréstimos de longo e médio prazo. Destaque também para as seguintes situações:

- Vila Franca de Xira – recurso ao crédito em 8,94 M€;
- Lourinhã – contratualizou empréstimo de médio e longo prazo de 7,31 M€, correspondente a um pouco mais de ¼ das suas receitas.

Neste ano, 22 municípios não tiveram quaisquer receitas provenientes do recurso ao crédito.

Mapa 9 – Receitas de passivos financeiros per capita, 2017

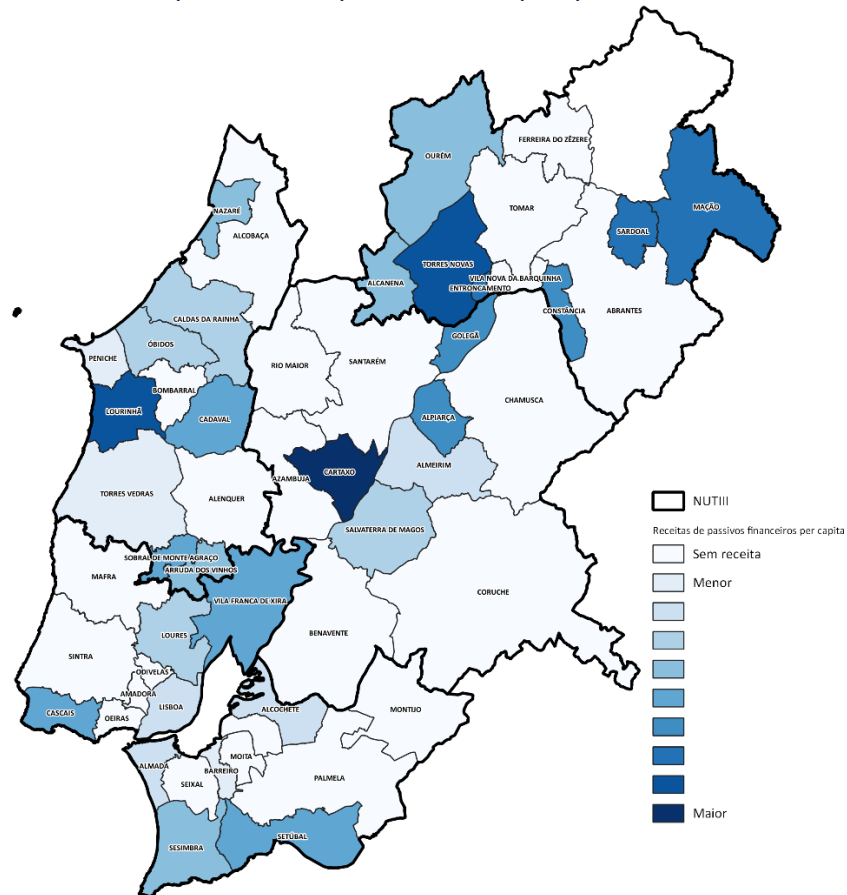
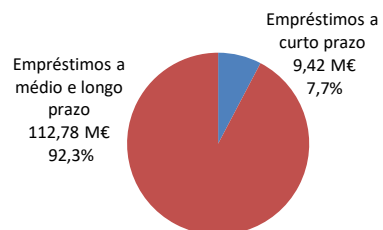


Tabela 45 – Municípios sem receitas de passivos financeiros, 2017

NUTS III	Dimensão	Municípios
MT	Médio	Abrantes
O	Médio	Alcobaça
O	Médio	Alenquer
AML	Grande	Amadora
LT	Médio	Azambuja
LT	Médio	Benavente
O	Pequeno	Bombarral
LT	Pequeno	Chamusca
LT	Pequeno	Coruche
MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere
AML	Médio	Mafra
AML	Médio	Moita
AML	Médio	Montijo
AML	Grande	Odivelas
AML	Grande	Oeiras
AML	Médio	Palmela
LT	Médio	Rio Maior
LT	Médio	Santarém
AML	Grande	Seixal
AML	Grande	Sintra
MT	Médio	Tomar
MT	Pequeno	Vila Nova da Barquinha

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 27 – Composição dos passivos financeiros, 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 46 – Passivos financeiros (novos empréstimos) por NUTS III e dimensão populacional, 2017

	Por NUTS III				Por dimensão populacional			RLVT
	AML	LT	MT	O	Grandes	Médios	Pequenos	
Passivos financeiros	46,40	51,27	12,38	12,14	43,71	71,49	7,00	122,19

Unidade: M€

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

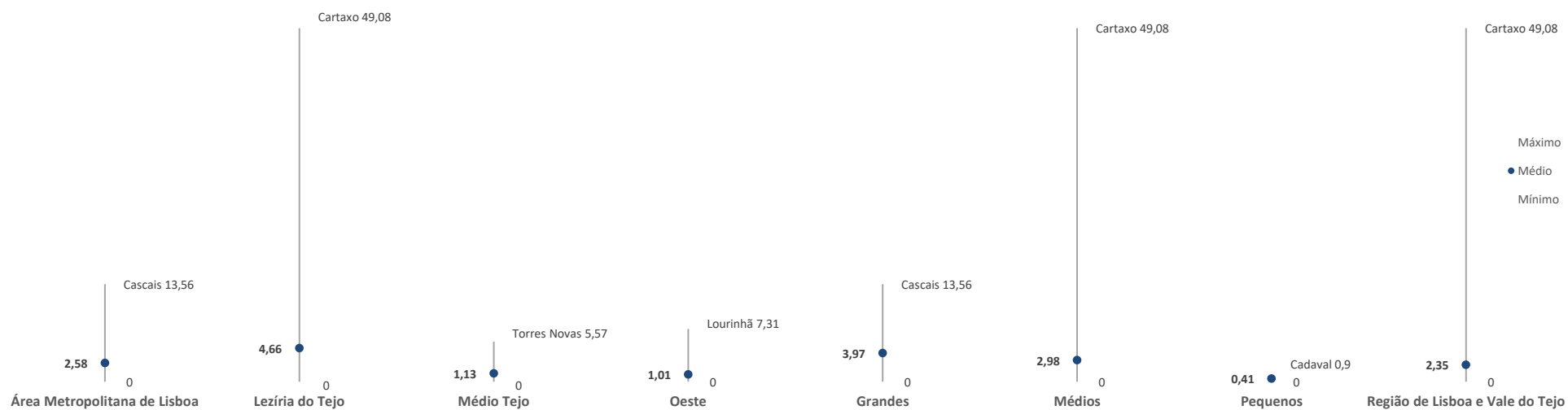
Tabela 47 – Rankings - Receitas de passivos financeiros, 2017

NUTS III	Dimensão	Ranking – Passivos financeiros		Municípios	M€
LT	Médio			Cartaxo	49,08
AML	Grande			Cascais	13,56
AML	Grande			Vila Franca de Xira	8,94
O	Médio			Lourinhã	7,31
AML	Grande			Lisboa	6,75
AML	Grande			Setúbal	6,62
MT	Médio			Torres Novas	5,57
AML	Grande			Loures	5,09
MT	Médio			Entroncamento	3,06
AML	Grande			Almada	2,75

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 28 – Passivos financeiros (novos empréstimos), por NUTS III e dimensão populacional, 2017

Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 48 – Passivos financeiros (novos empréstimos) per capita, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

Passivos financeiros per capita	Por NUTS III				Por dimensão populacional			RLVT
	AML	LT	MT	O	Grandes	Médios	Pequenos	
	16,38	214,78	57,19	33,93	18,07	68,20	39,01	

Unidade: €/hab

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

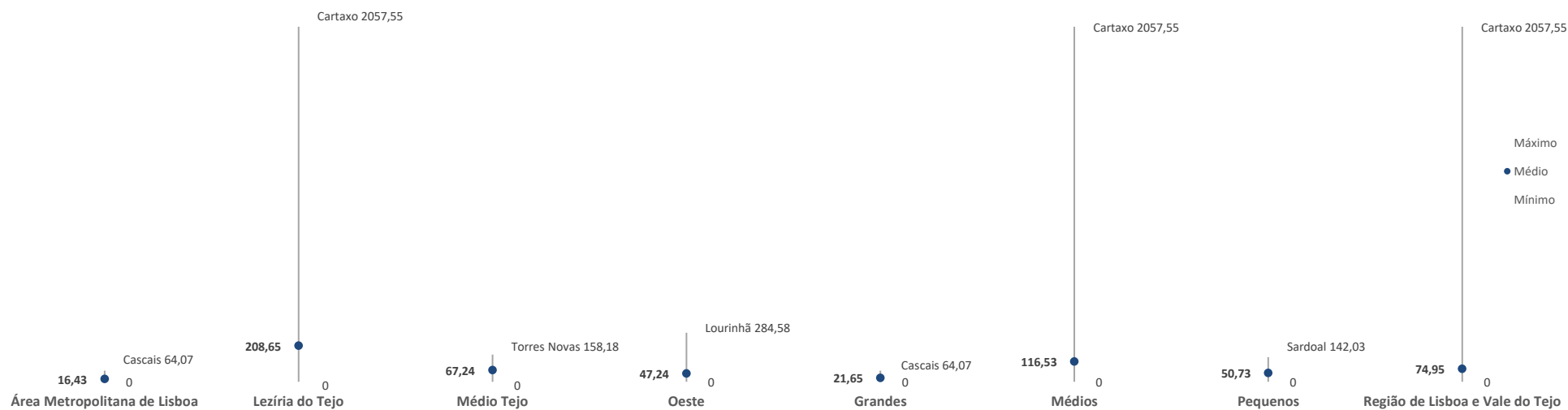
Tabela 49 – Rankings - Passivos financeiros per capita, 2017
Ranking – Passivos financeiros

NUTS III	Dimensão	Municípios	€/hab
LT	Médio	Cartaxo	2.057,55
O	Médio	Lourinhã	284,58
MT	Médio	Torres Novas	158,18
MT	Médio	Entroncamento	145,69
MT	Pequeno	Sardoal	142,03
MT	Pequeno	Mação	131,74
LT	Pequeno	Alpiarça	97,83
LT	Pequeno	Golegã	95,63
MT	Pequeno	Constância	89,61
O	Pequeno	Sobral Monte Agraço	70,12

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 29 – Passivos financeiros (novos empréstimos) per capita, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

Unidade: €/hab



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 50 – Peso dos passivos financeiros (novos empréstimos), por NUTS III e dimensão populacional, 2017

Peso dos passivos financeiros	Por NUTS III				Por dimensão populacional			RLVT
	AML	LT	MT	O	Grandes	Médios	Pequenos	
	1,9	20,2	6,3	4,7	2,0	8,9	3,5	

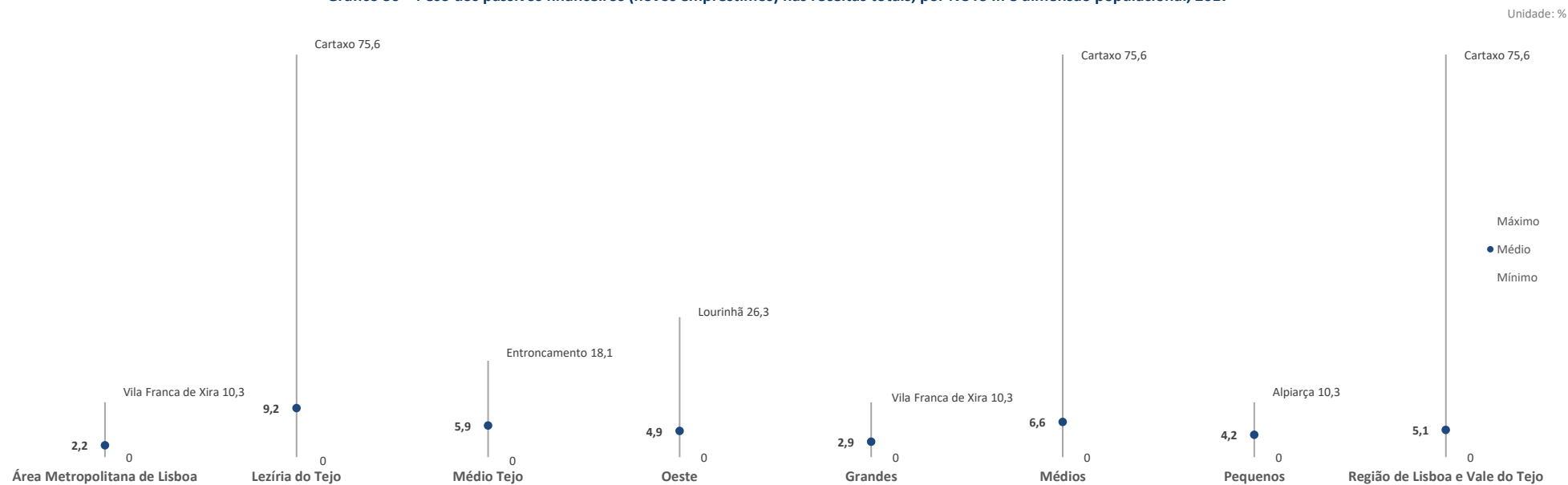
Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 51 – Rankings - Peso passivos financeiros nas receitas totais, 2017
Ranking – Passivos financeiros

NUTS III	Dimensão	Municípios	%
LT	Médio	Cartaxo	75,6
O	Médio	Lourinhã	26,3
MT	Médio	Entroncamento	18,1
MT	Médio	Torres Novas	17,9
AML	Grande	Vila Franca de Xira	10,3
LT	Pequeno	Alpiarça	10,3
MT	Pequeno	Mação	8,2
AML	Grande	Setúbal	8,0
LT	Pequeno	Golegã	7,9
O	Pequeno	Sobral Monte Agraço	7,9

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 30 – Peso dos passivos financeiros (novos empréstimos) nas receitas totais, por NUTS III e dimensão populacional, 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

2 DESPESA MUNICIPAL

O Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, aprovou o classificador económico das despesas para todo o sector da administração. As despesas são agrupadas pela sua natureza económica, em despesas correntes e despesas de capital.

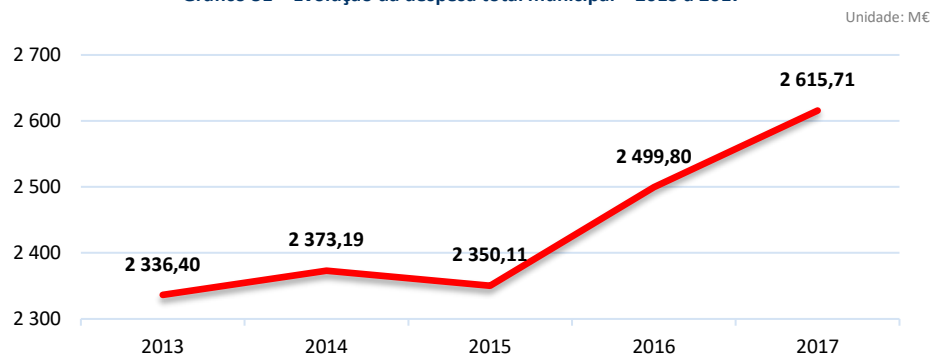
Cada um destes grupos é constituído por um conjunto de agrupamentos económicos com a denominação apresentada no quadro seguinte:

2.1 ANÁLISE EVOLUTIVA DA DESPESA MUNICIPAL – 2013 A 2017

2.1.1 DESPESA TOTAL

As finanças dos municípios da RLVT apresentaram uma situação financeira maioritariamente crescente em matéria de despesas, as quais aumentaram 279,31 M€ face a 2013, correspondente a +12,0%. No último ano, o crescimento foi de +4,6%, correspondente a 115,91 M€.

Gráfico 31 – Evolução da despesa total municipal – 2013 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

Desde 2013 as despesas totais, com exceção para o Médio Tejo onde decresceram 9,33 M€, aumentaram nas sub-regiões: 265,63 M€ na Área Metropolitana de Lisboa, 21,57 M€ na Lezíria do Tejo e 1,45 M€ no Oeste.

Este crescimento teve por principal suporte a dinâmica empreendida pelos grandes municípios, com tendência sempre crescente, excetuando o ano de 2015.

Nos municípios de média dimensão, apesar do ligeiro crescimento das mesmas entre 2013 e 2017, ocorreu um decréscimo até 2015. Os municípios de pequena dimensão apresentaram uma redução nas despesas em 2017 face a 2013, em consequência de sucessivos decréscimos e subidas nesse intervalo.

Tabela 52 – Classificação das despesas

Despesa Corrente	Despesas de Capital	Outras Despesas
01- Despesas com o pessoal	07- Aquisição de bens de capital	12- Operações extraorçamentais
02- Aquisição de bens e serviços	08- Transferências de capital	
03- Juros e outros encargos	09- Ativos financeiros	
04- Transferências correntes	10- Passivos financeiros	
05- Subsídios	11- Outras despesas de capital	
06- Outras despesas correntes		

Tabela 53 – Evolução da despesa municipal, por NUTS III– 2013 a 2017

NUTS III	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
						2016-2017	2013-2017
						Área Metropolitana de Lisboa	1.719,50
Lezíria do Tejo	198,30	182,70	165,68	181,73	219,87	21,0	10,9
Médio Tejo	184,77	164,47	172,51	154,07	175,44	13,9	-5,1
Oeste	233,83	221,87	244,55	216,27	235,28	8,8	0,6

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 54 – Evolução da despesa municipal, por dimensão populacional– 2013 a 2017

Dimensão	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
						2016-2017	2013-2017
						Grandes	1.455,36
Médios	698,34	647,70	638,86	651,13	714,17	9,7	2,3
Pequenos	182,70	161,97	183,44	160,93	174,61	8,5	-4,4

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

No último ano de referir ainda que, numa análise por dimensão populacional de municípios e sub-regiões, houve aumento de despesas.

Constatou-se que em 30 dos 52 municípios as despesas em 2017 foram maiores que as registadas em 2013.

Os maiores aumentos, em termos relativos, foram registados em Cartaxo – devido ao peso significativo das despesas com passivos financeiros e Cadaval – aumento relevante do investimento.

As maiores quebras de despesas ocorreram em Santarém, Barreiro e Seixal, principalmente devido à diminuição dos seus passivos financeiros.

Tabela 55 – Ranking - Variação das despesas totais– 2016 a 2017

Unidade: M€

NUTS III	Dimensão	Municípios	2016	2017	Variação (%)
					2016-2017
LT	Médio	Cartaxo	16,46	63,72	287,2
O	Pequeno	Cadaval	8,76	12,72	45,3
O	Médio	Lourinhã	19,95	26,98	35,2
MT	Médio	Entroncamento	12,07	16,25	34,6
MT	Médio	Torres Novas	23,11	28,92	25,1
MT	Pequeno	Constância	5,43	6,76	24,4
AML	Grande	Vila Franca de Xira	56,32	69,07	22,6
MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	7,40	8,77	18,4
O	Médio	Alcobaça	24,78	29,30	18,3
MT	Pequeno	Sardoal	6,13	7,00	14,3

Fonte: Prestações de Contas de 2016 a 2017 dos municípios da RLVT.

Mapa 10 – Municípios com maior variação das despesas totais – 2016 a 2017

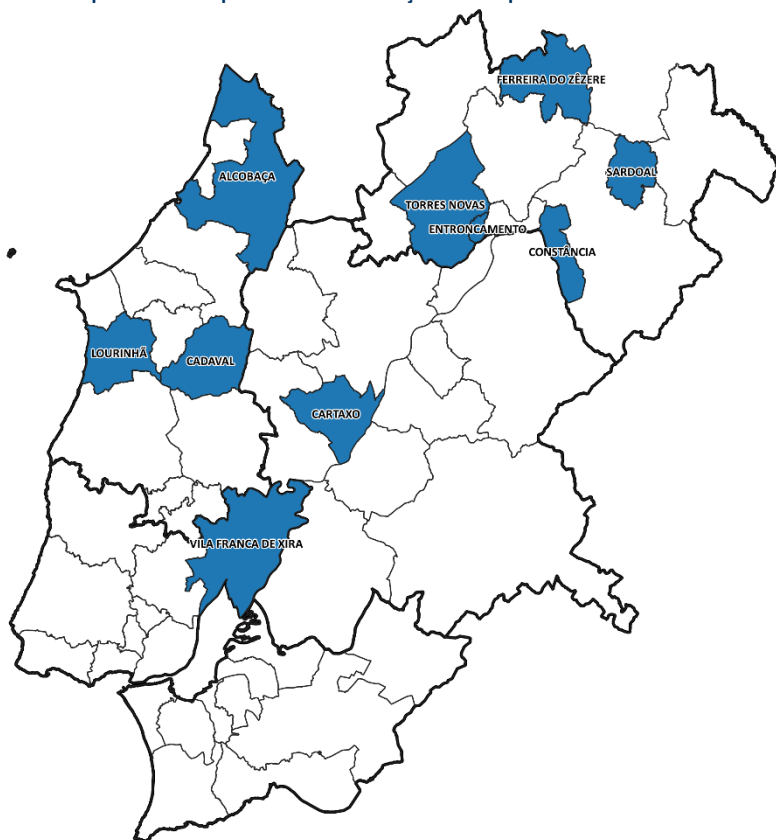


Tabela 56 – Evolução da despesa municipal, por natureza económica– 2013 a 2017

Unidade: M€

Despesas municipais	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
						2016-2017	2013-2017
Despesas com o pessoal	809,31	791,13	793,62	810,63	839,65	3,6	3,7
Aquisição de bens e serviços	629,15	684,13	673,03	693,47	686,12	-1,1	9,1
Juros e outros encargos	33,36	33,33	31,89	23,40	23,93	2,3	-28,3
Transferências correntes	189,13	202,74	219,53	231,37	246,17	6,4	30,2
Subsídios	37,18	28,23	24,10	20,04	37,49	87,0	0,8
Outras despesas correntes	30,95	31,93	31,31	46,83	32,13	-31,4	3,8
Despesas correntes	1.729,07	1.771,48	1.773,48	1.825,74	1.865,49	2,2	7,9
Aquisição bens de capital	339,26	285,98	282,28	332,76	451,03	35,5	32,9
Transferências de capital	55,20	62,02	54,05	78,78	81,68	3,7	48,0
Ativos financeiros	0,43	0,76	18,01	16,52	14,36	-13,1	3.231,4
Passivos financeiros	199,09	237,46	210,54	239,74	196,58	-18,0	-1,3
Outras despesas de capital	13,35	15,49	11,75	6,26	6,57	4,9	-50,8
Despesas de capital	607,33	601,71	576,63	674,05	750,22	11,3	23,5
Despesas totais	2.336,40	2.373,19	2.350,11	2.499,80	2.615,71	4,6	12,0

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

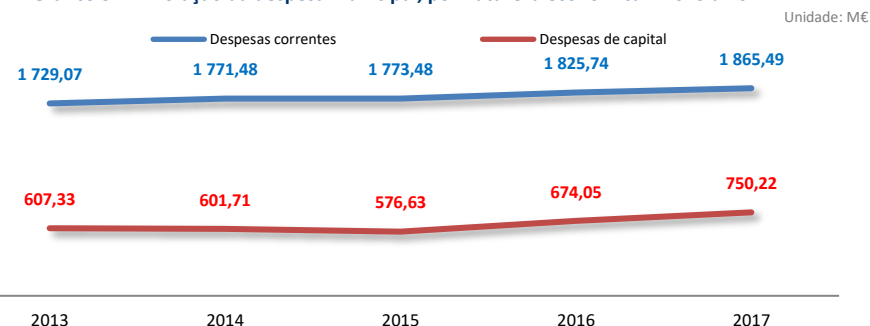
Em termos de evolução das despesas, por natureza económica, verifica-se uma tendência de crescimento contínuo das despesas correntes, principalmente suportada no crescimento das transferências correntes, da aquisição de bens e serviços (apesar da redução no último ano) e das despesas com o pessoal.

Em sentido oposto, destaca-se a queda contínua das despesas com juros e outros encargos até 2016, assim como uma tendência decrescente, até 2015, das despesas de capital, sucedendo-se uma subida contínua, resultante de dinâmica semelhante por parte das despesas com o investimento direto e indireto.

Relativamente à amortização de empréstimos ocorreram ciclos alternativos de subida e queda destas despesas.

Ainda assim, à exceção dos passivos financeiros e outras despesas de capital, todos os restantes agregados apresentaram despesas em 2017 superiores às de 2013.

Gráfico 32 – Evolução da despesa municipal, por natureza económica – 2013 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

Da análise ao peso dos principais agregados da estrutura das despesas municipais evidencia-se:

- A subida do peso das despesas de capital e conseqüente descida do peso das correntes;
- No caso das despesas correntes, a redução do peso dos principais agregados das despesas municipais – pessoal e aquisição de bens e serviços e o aumento do peso das transferências correntes – único agregado que cresceu;
- Tendência genérica de subida do peso do investimento direto e indireto – conjunto das despesas com a aquisição de bens de capital e transferências de capital (de 16,9% em 2013 para 20,3% em 2017), aumentando o peso das despesas de capital;
- A queda do peso das despesas com o serviço de dívida – juros e outros encargos e passivos financeiros (9,9% em 2013 para 8,4% em 2017).

Tabela 57 – Evolução do peso das despesas municipais, por natureza económica – 2013 a 2017

Unidade: %

Despesas municipais	2013	2014	2015	2016	2017	Variação	
						2016-2017	2013-2017
Despesas com o pessoal	34,6	33,3	33,8	32,4	32,1	-1,0	-7,3
Aquisição de bens e serviços	26,9	28,8	28,6	27,7	26,2	-5,4	-2,6
Juros e outros encargos	1,4	1,4	1,4	0,9	0,9	-2,3	-35,9
Transferências correntes	8,1	8,5	9,3	9,3	9,4	1,7	16,3
Subsídios	1,6	1,2	1,0	0,8	1,4	78,7	-9,9
Outras despesas correntes	1,3	1,3	1,3	1,9	1,2	-34,4	-7,3
Despesas correntes	74,0	74,6	75,5	73,0	71,3	-2,4	-3,6
Aquisição bens de capital	14,5	12,1	12,0	13,3	17,2	29,5	18,7
Transferências de capital	2,4	2,6	2,3	3,2	3,1	-0,9	32,2
Ativos financeiros	0,0	0,0	0,8	0,7	0,5	-16,9	2.875,7
Passivos financeiros	8,5	10,0	9,0	9,6	7,5	-21,6	-11,8
Outras despesas de capital	0,6	0,7	0,5	0,3	0,3	0,3	-56,0
Despesas de capital	26,0	25,4	24,5	27,0	28,7	6,4	10,3
Despesas totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 58 – Evolução da despesa municipal (valores médios) – 2013 a 2017

Unidade: M€

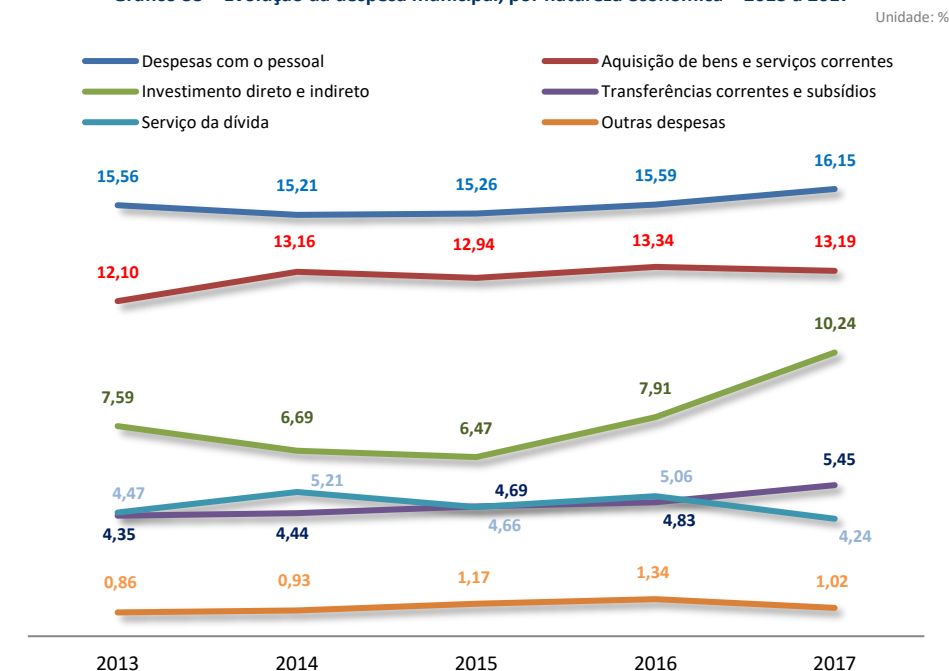
Despesas municipais (valores médios)	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
						2016-2017	2013-2017
Despesas com o pessoal	15,56	15,21	15,26	15,59	16,15	3,6	3,7
Aquisição de bens e serviços	12,10	13,16	12,94	13,34	13,19	-1,1	9,1
Investimento direto e indireto	7,59	6,69	6,47	7,91	10,24	29,4%	35,0
Transferências correntes e subsídios	4,35	4,44	4,69	4,83	5,45	12,8%	25,3
Serviço da dívida	4,47	5,21	4,66	5,06	4,24	-16,2	-5,1
Outras despesas	0,86	0,93	1,17	1,34	1,02	-23,8	18,6
Despesas totais	44,93	45,64	45,19	48,07	50,30	4,6	12,0

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

Sobre os valores médios das despesas pagas por município na RLVT, destaca-se:

- A subida da média regional em 5,37 M€;
- A tendência crescente da média das despesas com o pessoal, investimento direto e indireto, apesar da queda registada em todos em 2014;
- O crescimento contínuo dos valores médios das despesas com as transferências correntes e subsídios;
- A tendência alternativa de crescimento e queda nos valores médios das despesas com a aquisição de bens e serviços e com as despesas com o serviço de dívida.

Gráfico 33 – Evolução da despesa municipal, por natureza económica – 2013 a 2017

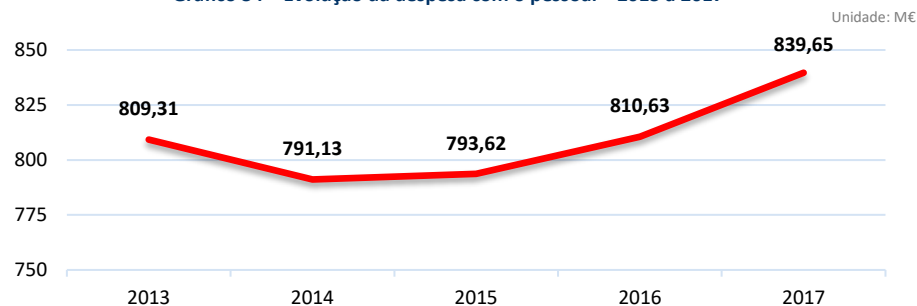


Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

2.1.2 DESPESAS COM O PESSOAL

Apesar da queda de 2,2% das despesas com o pessoal entre 2013 e 2014, durante o período em análise as mesmas cresceram 30,34 M€, correspondendo a uma variação de 3,7%. A subida foi dominada pela dinâmica apresentada pelos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, atendendo a que nas outras sub-regiões os custos com o pessoal, em 2017, foram inferiores aos de 2013. Isto apesar de, entre 2016 e 2017, ter ocorrido um crescimento à escala regional de 3,6%.

Gráfico 34 – Evolução da despesa com o pessoal – 2013 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

Registe-se que, em termos médios, as despesas com o pessoal aumentaram 0,59 M€, embora o peso destas despesas no total das despesas municipais tenha descido de 34,6% em 2013, para 32,1% em 2017.

Tabela 59 – Evolução das despesas com o pessoal, por NUTS III – 2013 a 2017

NUTS III	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
						2016-2017	2013-2017
						Área Metropolitana de Lisboa	627,96
Lezíria do Tejo	59,74	58,88	58,36	57,87	59,41	2,7	-0,6
Médio Tejo	53,41	51,98	51,22	50,80	52,36	3,1	-2,0
Oeste	68,19	66,45	66,79	65,48	67,20	2,6	-1,4

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 60 – Evolução das despesas com o pessoal, por dimensão populacional – 2013 a 2017

Dimensão	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
						2016-2017	2013-2017
						Grandes	526,04
Médios	223,47	216,30	215,06	215,47	221,43	2,8	-0,9
Pequenos	59,80	57,92	57,23	56,29	56,90	1,1	-4,8

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

Analisando a tendência evolutiva das despesas com o pessoal ao nível municipal, entre 2016 e 2017, constata-se o seguinte:

- Os maiores aumentos registaram-se em municípios médios – Benavente, Torres Novas e Lourinhã;

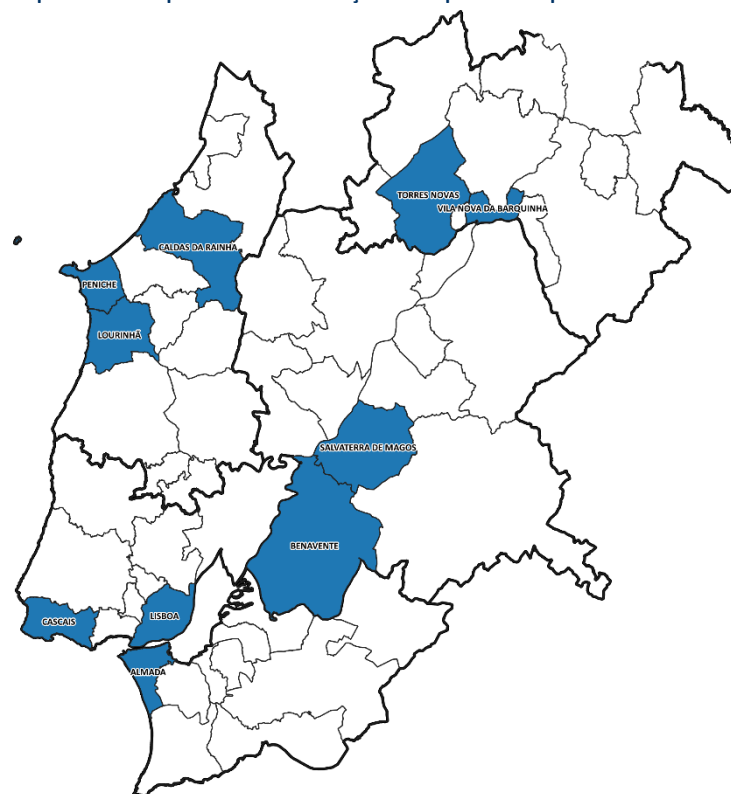
- As maiores descidas ocorreram no Bombarral, Nazaré e Alcochete;
- A diminuição das despesas com o pessoal em 11 municípios.

Tabela 61 – Ranking - Variação de despesas com o pessoal – 2016 a 2017

NUTS III	Dimensão	Municípios	2016	2017	Variação (%)
					2016-2017
LT	Médio	Benavente	5,75	6,49	12,8
MT	Médio	Torres Novas	7,72	8,66	12,1
O	Médio	Lourinhã	6,07	6,50	7,0
AML	Grande	Cascais	37,45	39,87	6,5
LT	Médio	Salvaterra de Magos	4,00	4,25	6,4
AML	Grande	Almada	30,94	32,74	5,8
O	Médio	Peniche	5,81	6,12	5,3
O	Médio	Caldas da Rainha	5,37	5,64	5,1
MT	Pequeno	Vila Nova da Barquinha	2,55	2,68	5,0
AML	Grande	Lisboa	216,26	226,90	4,9

Fonte: Prestações de Contas de 2016 a 2017 dos municípios da RLVT.

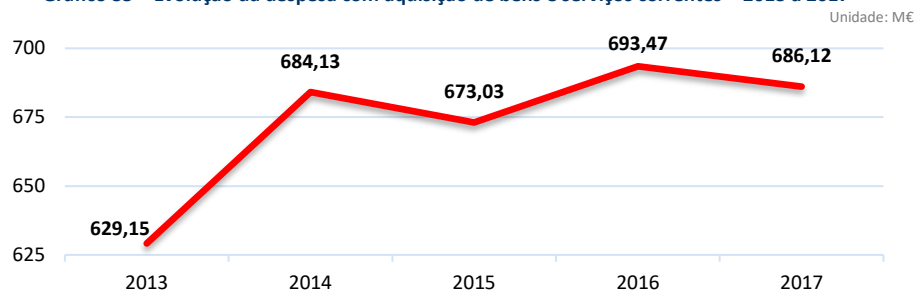
Mapa 11 – Municípios com maior variação de despesa com o pessoal – 2016 a 2017



2.1.3 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

Os últimos 5 anos evidenciaram uma evolução descontínua desta despesa, a qual, apesar de ter decrescido 1,1% no último ano, aumentou 56,97 M€ desde 2013, correspondente a 9,1%.

Gráfico 35 – Evolução da despesa com aquisição de bens e serviços correntes – 2013 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

Destaque para:

- A influência do crescimento nos municípios da AML, apesar da queda em 2017, a qual domina nas tendências sub-regionais, destacando-se Setúbal (+97,0%) e Odivelas (+57,2%);
- A variação negativa na Lezíria do Tejo e Médio Tejo (-12,8%), sendo quase nula no conjunto dos municípios do Oeste.

Tabela 62 – Evolução da aquisição de bens e serviços correntes, por NUTS III – 2013 a 2017

Unidade: M€

NUTS III	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
						2016-2017	2013-2017
Área Metropolitana de Lisboa	440,96	514,42	512,20	528,51	513,74	-2,8	16,5
Lezíria do Tejo	55,87	48,47	45,29	47,26	47,41	0,3	-15,2
Médio Tejo	58,23	49,22	46,73	46,28	50,78	9,7	-12,8
Oeste	74,08	72,02	68,81	71,42	74,19	3,9	0,1

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 63 – Evolução da aquisição de bens e serviços correntes, por dimensão populacional - 2013 e 2017

Unidade: M€

Dimensão	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
						2016-2017	2013-2017
Grandes	365,72	439,07	436,60	450,54	434,28	-3,6	18,7
Médios	209,95	195,43	183,93	191,13	198,87	4,0	-5,3
Pequenos	53,48	49,63	52,50	51,80	52,98	2,3	-0,9

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

A média anual verificada com os gastos na aquisição de bens e serviços correntes aumentou 1,09 M€, evidenciando-se os crescimentos em 2014 e 2016. O peso das despesas com a aquisição de bens e serviços correntes no total das despesas desceu de 26,9% em 2013 para 26,2% em 2017, registando-se um pico de 28,8% em 2014.

Entre 2016 e 2017, para além da queda destas despesas em 14 municípios, nota para:

- Os aumentos em municípios médios – Cartaxo, Torres Novas, Tomar e Torres Vedras;
- A diminuição destas despesas na AML, particularmente Cascais (-15,6%), Loures (-14,7%) e Barreiro (-11,5%), influenciaram o decréscimo regional.

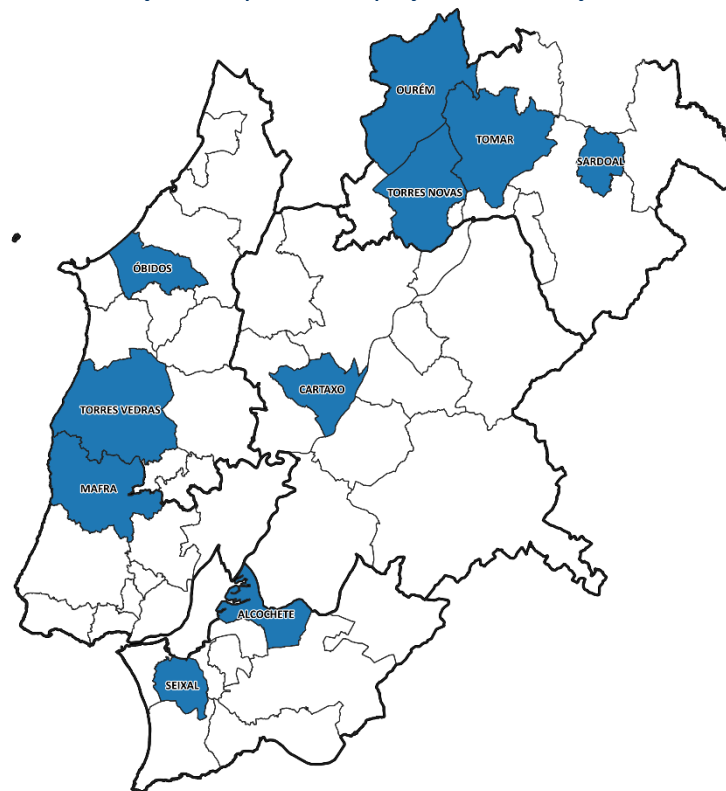
Tabela 64 – Ranking - Variação das despesas com a aquisição de bens e serviços correntes – 2016 a 2017

Unidade: M€

NUTS III	Dimensão	Municípios	2016	2017	Variação 2016-2017 (%)
LT	Médio	Cartaxo	3,78	5,15	36,0
MT	Médio	Torres Novas	6,15	7,24	17,8
MT	Médio	Tomar	5,57	6,50	16,5
O	Médio	Torres Vedras	12,34	14,07	14,0
MT	Médio	Ourém	10,28	11,60	12,9
MT	Pequeno	Sardoal	1,50	1,67	11,6
AML	Pequeno	Alcochete	3,70	4,13	11,5
AML	Grande	Seixal	24,30	26,48	9,0
O	Pequeno	Óbidos	4,20	4,56	8,4
AML	Médio	Mafra	21,14	22,81	7,9

Fonte: Prestações de Contas de 2016 a 2017 dos municípios da RLVT.

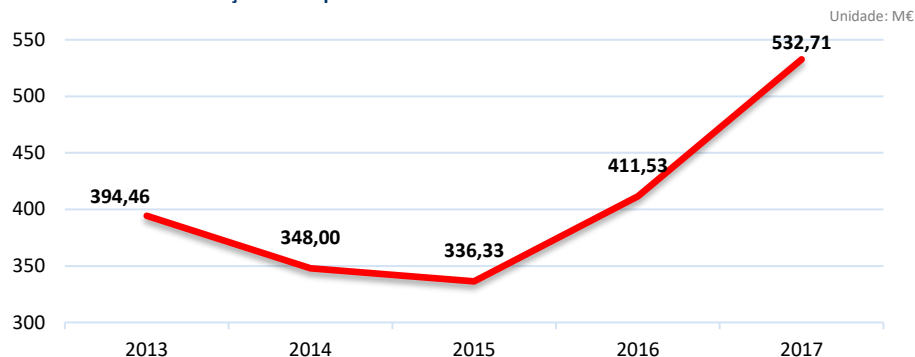
Mapa 12 – Maior variação das despesas com a aquisição de bens e serviços correntes – 2016 a 2017



2.1.4 INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO

Na análise à evolução “investimento” decorrente da realização de investimento direto (111,77 M€, correspondente a um crescimento aquisição de bens de capital) e indireto (transferências de capital), regista para o aumento, face a 2013, de 26,48 M€, correspondente a 35,0%.

Gráfico 36 – Evolução da despesa com o investimento direto e indireto – 2013 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

Sublinha-se o crescimento de 29,4% em 2017, para além das taxas de crescimento dos últimos dois anos, em especial no Oeste e nos municípios pequenos.

Em média o investimento direto e indireto por município ascendeu aos 7,59 M€ em 2013, crescendo para 10,24 M€ em 2017, pese embora, o decréscimo neste agregado até 2015, registos especialmente influenciados por municípios da Área Metropolitana de Lisboa.

Tabela 65 – Evolução das despesas com o investimento direto e indireto, por NUTS III – 2013 a 2017

NUTS III	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
						2016-2017	2013-2017
						Área Metropolitana de Lisboa	269,85
Lezíria do Tejo	45,68	35,93	23,91	21,54	29,06	34,9	-36,4
Médio Tejo	38,73	27,65	36,73	22,63	32,52	43,7	-16,0
Oeste	40,20	39,69	54,59	30,87	46,58	50,9	15,9

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

A região foi influenciada pela subida acentuada do “investimento” nos grandes municípios, em 2016 e 2017 (54,7% e 28,7%, respetivamente), em contraste com a queda nos anos anteriores, a qual foi superada.

Nos municípios médios e pequenos registaram-se em 2017 valores de “investimento” inferiores aos de 2013, apesar do forte crescimento no último ano.

Tabela 66 – Evolução das despesas com o investimento direto e indireto, por dimensão populacional – 2013 a 2017

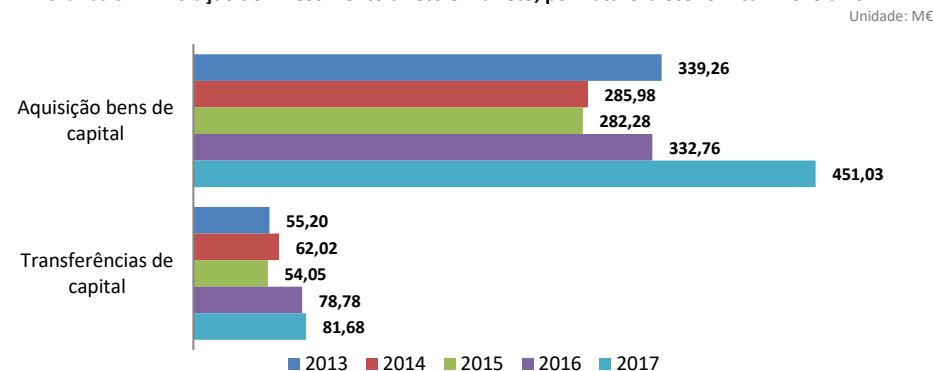
Dimensão	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
						2016-2017	2013-2017
						Grandes	224,32
Médios	133,59	106,82	107,47	94,49	118,40	25,3	-11,4
Pequenos	36,55	25,56	37,58	21,05	33,36	58,5	-8,7

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

A evolução do “investimento” teve por suporte as dinâmicas apresentadas pelos seus agregados:

- Aumento significativo e excecional da aquisição de bens de capital a partir de 2015, depois de quedas sucessivas, superando significativamente os valores de 2013;
- Crescimento descontínuo das transferências de capital, registando-se a tendência contínua de crescimento a partir de 2015, permitindo registos de 2017 superiores aos de 2013.

Gráfico 37 – Evolução do investimento direto e indireto, por natureza económica – 2013 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

Entre 2016 e 2017, ao nível dos municípios, destaque para o seguinte:

- Apenas 7 municípios, dos quais 4 na Área Metropolitana de Lisboa, não revelaram subida deste agregado;
- 8 municípios, dos quais 6 pequenos e 2 médios, mais que duplicaram o seu “investimento”;
- Os pequenos municípios apresentaram os maiores crescimentos no “investimento”: Constância, Cadaval e Alpiarça;
- Cartaxo reduziu em -38,6% o seu investimento, seguindo-se Torres Novas (-30,6%) e Alcochete (-21,6%).

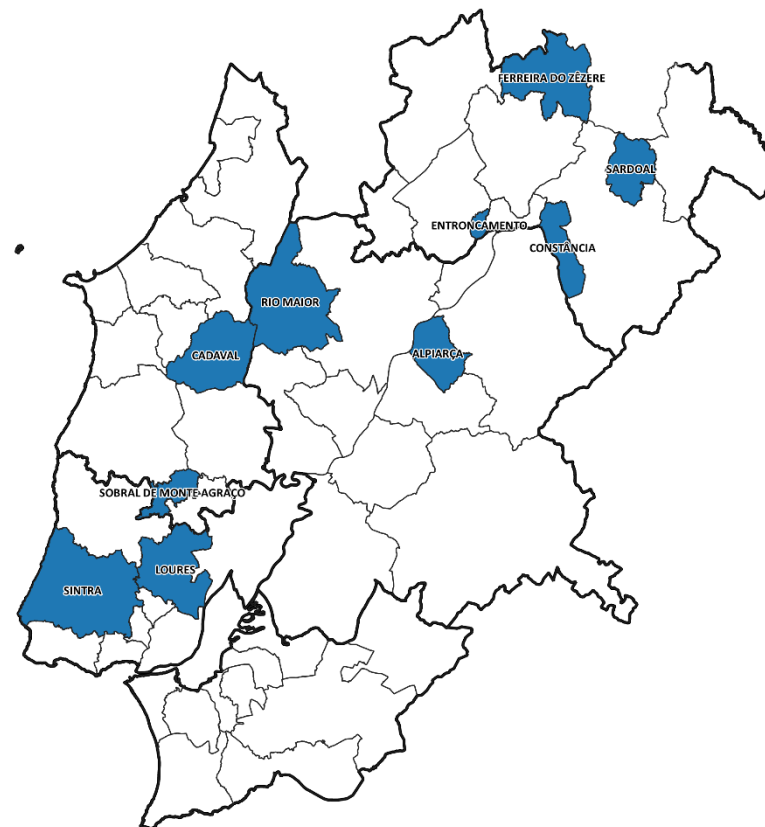
Tabela 67 – Ranking - Variação das despesas com o investimento direto e indireto – 2016 a 2017

Unidade: M€

NUTS III	Dimensão	Municípios	2016	2017	Variação 2016-2017 (%)
MT	Pequeno	Constância	0,30	1,48	400,3
O	Pequeno	Cadaval	1,02	4,61	350,0
LT	Pequeno	Alpiarça	0,09	0,31	228,2
MT	Pequeno	Sardoal	0,33	1,06	224,2
MT	Médio	Entroncamento	0,69	2,05	196,6
O	Pequeno	Sobral de Monte Agraço	0,41	1,17	184,1
LT	Médio	Rio Maior	1,69	3,95	132,9
MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	1,01	2,14	111,6
AML	Grande	Loures	9,78	19,06	94,9
AML	Grande	Sintra	12,11	22,58	86,4

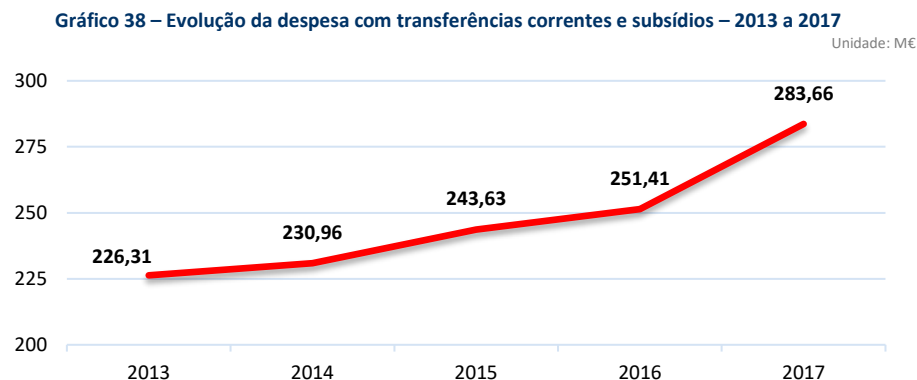
Fonte: Prestações de Contas de 2016 a 2017 dos municípios da RLVT.

Mapa 13 – Maior variação das despesas com o investimento direto e indireto – 2016 a 2017



2.1.5 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS

Analisando a evolução do agregado constituído por transferências correntes e subsídios atribuídos a outras entidades, salienta-se o crescimento em 25,3%, o qual foi contínuo, correspondente a +57,35 M€.



Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

Com exceção da Lezíria do Tejo – ligeira variação negativa em muito devida à redução em 59,4% de Santarém, nas restantes NUTS III este agregado cresceu.

No último exercício houve um aumento de 12,8% a nível regional, dominado pelo expressivo crescimento registado pelo grupo de municípios da Área Metropolitana de Lisboa e secundarizado pelo grupo do Oeste.

Em média as transferências correntes e os subsídios atribuídos a outras entidades pelos municípios da RLVT aumentaram 25,3% entre 2017 e 2013.

Tabela 68 – Evolução das despesas com transferências correntes e subsídios, por NUTS III – 2013 a 2017

Unidade: M€

NUTS III	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
						2016-2017	2013-2017
Área Metropolitana de Lisboa	179,77	182,12	198,24	203,46	235,40	15,7	30,9
Lezíria do Tejo	14,57	17,69	13,67	14,56	14,54	-0,1	-0,3
Médio Tejo	10,56	11,09	10,09	11,51	11,10	-3,5	5,2
Oeste	21,41	20,07	21,63	21,89	22,62	3,3	5,7

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

Independentemente da dimensão populacional dos municípios, estas despesas foram sempre superiores, crescendo significativamente nos grandes municípios.

Tabela 69 – Evolução das despesas com transferências correntes e subsídios, por dimensão populacional – 2013 a 2017

Unidade: M€

Dimensão	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
						2016-2017	2013-2017
Grandes	166,58	168,46	184,91	190,32	221,75	16,5	33,1
Médios	50,07	53,10	47,72	49,15	50,66	3,1	1,2
Pequenos	9,66	9,40	11,01	11,94	11,24	-5,8	16,4

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

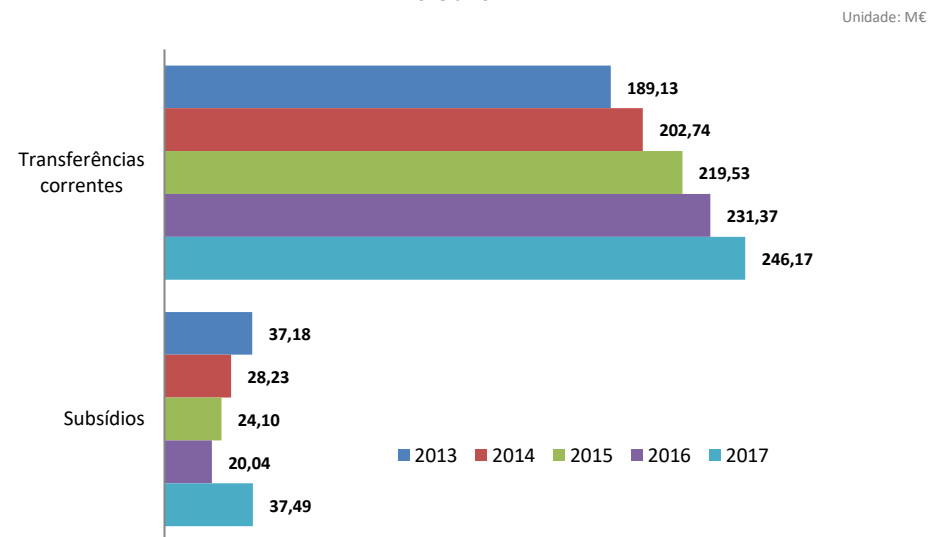
A tendência sempre crescente destas despesas, teve por suporte fundamental o crescimento das transferências correntes, as quais evoluíram 57,04 M€.

Já o volume de subsídios atribuídos a outras entidades desceu anualmente até 2016, subindo 87,1% em 2017, permitindo a obtenção de um valor ligeiramente superior ao registado em 2013.

Entre 2016 e 2017, Seixal e Cascais, ambos grandes municípios da Área Metropolitana de Lisboa, apresentaram os crescimentos mais expressivos.

As maiores descidas ocorreram de municípios de pequena dimensão, nomeadamente Alcochete (-42,0%), Sardoal (-28,0%) e Mação (-24,6%).

Gráfico 39 – Evolução das despesas com transferências correntes e subsídios, por natureza económica – 2013 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

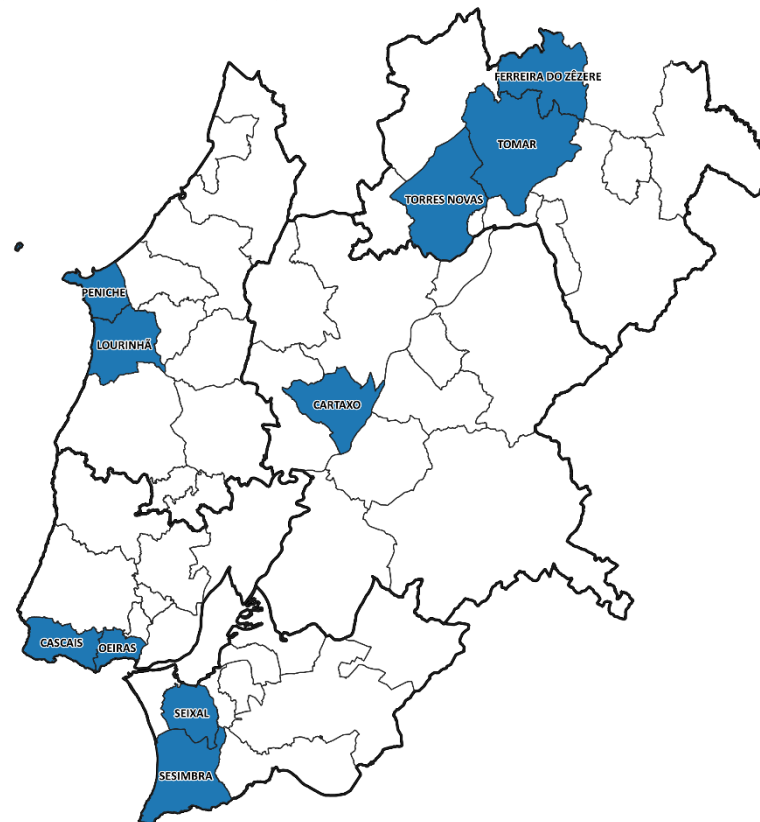
Tabela 70 – Ranking - Variação das despesas com transferências correntes e subsídios – 2016 a 2017

Unidade: M€

NUTS III	Dimensão	Municípios	2016	2017	Variação 2016-2017 (%)
AML	Grande	Seixal	1,00	4,12	313,7
AML	Grande	Cascais	15,54	29,73	91,3
MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	0,29	0,39	32,1
MT	Médio	Tomar	1,05	1,33	26,1
MT	Médio	Torres Novas	0,57	0,71	24,4
LT	Médio	Cartaxo	0,79	0,98	24,0
O	Médio	Peniche	1,50	1,84	22,7
AML	Médio	Sesimbra	2,42	2,94	21,5
AML	Grande	Oeiras	10,36	11,97	15,6
O	Médio	Lourinhã	1,77	2,04	15,2

Fonte: Prestações de Contas de 2016 a 2017 dos municípios da RLVT.

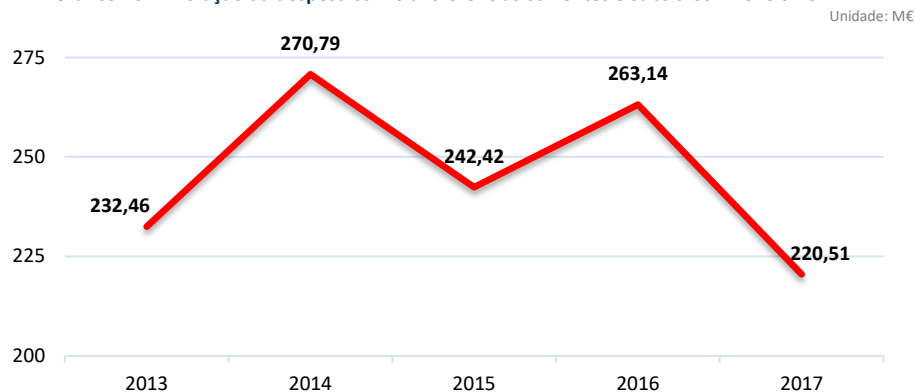
Mapa 14 – Maior variação das despesas com transferências correntes e subsídios – 2016 a 2017



2.1.6 SERVIÇO DA DÍVIDA

Ao nível regional, as despesas com o serviço da dívida registaram uma queda de 11,95 M€ em 2017 comparativamente a 2013, uma redução de 5,1%, associada à redução significativa destas na Área Metropolitana de Lisboa e no Oeste, apesar do aumento na Lezíria do Tejo e Oeste.

Gráfico 40 – Evolução da despesa com transferências correntes e subsídios – 2013 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

Em média, as despesas com o serviço da dívida, por município, apresentaram uma redução de 0,23 M€ no mesmo período, traduzidos em ciclos alternativos de subida e descida destes gastos.

Tabela 71 – Evolução das despesas com o serviço da dívida, por NUTS III – 2013 a 2017

NUTS III	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
						2016-2017	2013-2017
						Área Metropolitana de Lisboa	169,63
Lezíria do Tejo	20,20	19,57	20,49	36,82	64,75	75,8	220,6
Médio Tejo	19,44	20,73	24,28	18,20	24,91	36,9	28,1
Oeste	23,18	19,26	24,85	19,57	18,84	-3,7	-18,7

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

Em termos de dimensão populacional, os grandes e pequenos municípios apresentaram registos em 2017 inferiores aos de 2013, apesar de comportamentos distintos no último ano – queda significativa nos grandes e valores inalterados nos pequenos. No caso dos municípios médios, o impacto é oposto e este agregado tem vindo a subir expressivamente desde 2014.

Tabela 72 – Evolução das despesas com o serviço da dívida, por dimensão populacional – 2013 a 2017

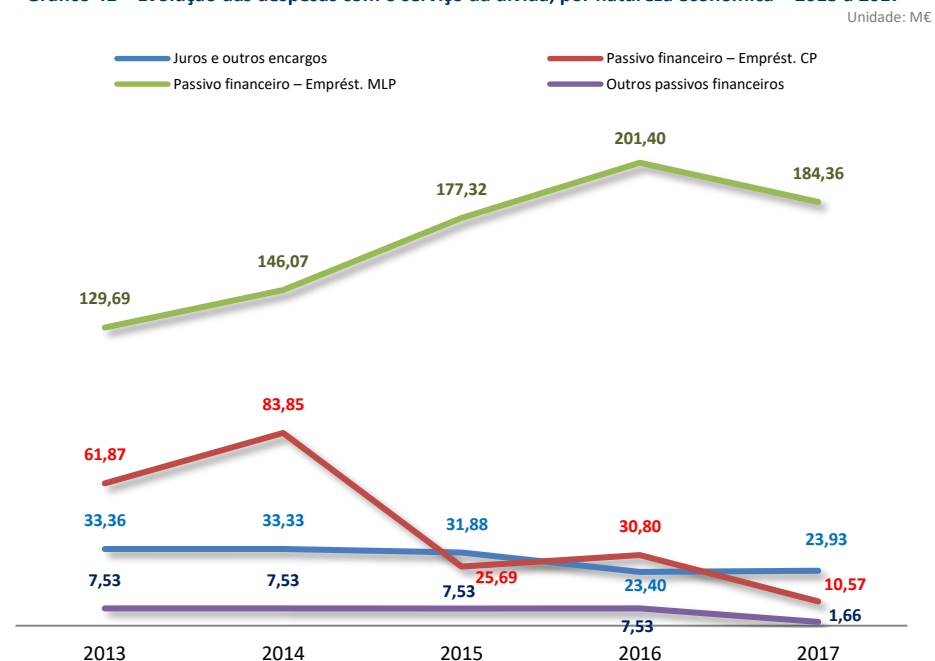
Dimensão	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
						2016-2017	2013-2017
						Grandes	148,18
Médios	64,85	62,81	66,58	83,16	107,22	28,9	65,3
Pequenos	19,42	16,26	20,72	15,08	15,07	-0,1	-22,4

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

Analisando as componentes que integram o serviço da dívida, de referir:

- A descida contínua do pagamento de juros e outros encargos financeiros, à exceção de 2017, ano em que se registou uma ligeira subida de 0,53 M€, descendo 9,43 M€ desde 2013;
- O aumento de 71,71 M€ das despesas com amortizações de empréstimos de médio e longo prazo, de 2013 até 2016, sucedendo-se uma quebra de - 17,04 M€ em 2017;
- O pico das despesas com a amortização de empréstimos de curto prazo em 2014, apesar da redução global de -51,3 M€ entre 2017 e 2013.

Gráfico 41 – Evolução das despesas com o serviço da dívida, por natureza económica – 2013 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

Entre 2016 e 2017, ao nível dos municípios, as maiores variações das despesas com o serviço da dívida verificaram-se em municípios médios: Cartaxo, Lourinhã e Torres Novas, sobretudo por amortização de empréstimos a médio e longo prazo.

As menores variações verificaram-se em Torres Vedras (-78,6%), Seixal (-78,4%) e Sintra (-78,1%).

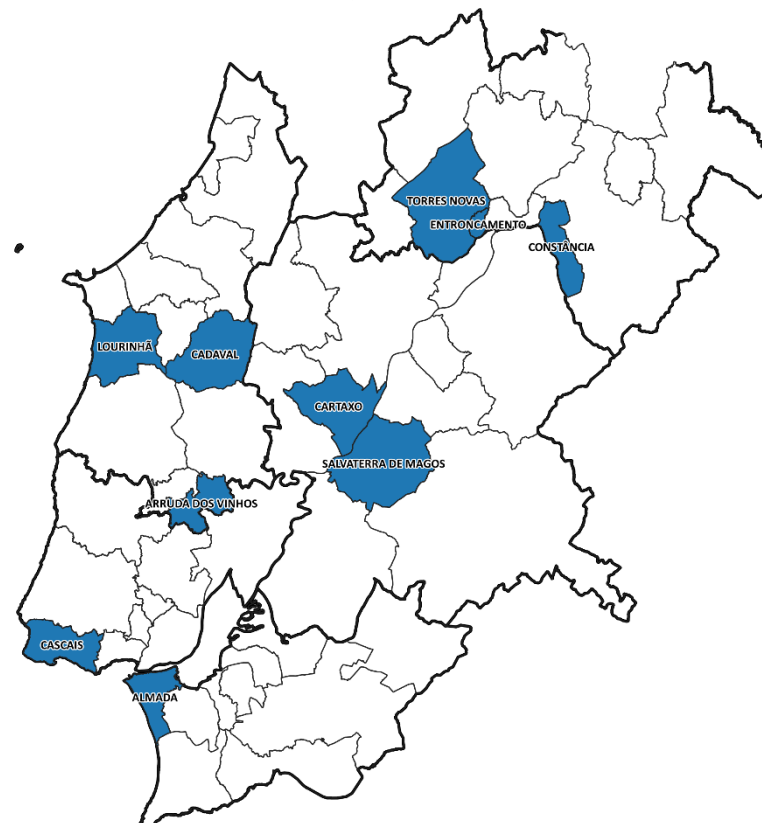
Tabela 73 – Ranking - Variação das despesas com o serviço da dívida – 2016 a 2017

Unidade: M€

NUTS III	Dimensão	Municípios	2016	2017	Variação 2016-2017 (%)
LT	Médio	Cartaxo	2,34	48,61	1.975,2
O	Médio	Lourinhã	3,27	8,64	163,9
MT	Médio	Torres Novas	3,47	8,47	143,9
MT	Médio	Entroncamento	1,60	3,86	141,3
MT	Pequeno	Constância	0,49	0,85	72,8
O	Pequeno	Cadaval	0,24	0,40	66,9
O	Pequeno	Arruda dos Vinhos	0,74	0,96	29,5
AML	Grande	Almada	4,12	4,51	9,5
AML	Grande	Cascais	4,79	5,24	9,3
LT	Médio	Salvaterra de Magos	0,35	0,38	5,9

Fonte: Prestações de Contas de 2016 a 2017 dos municípios da RLVT.

Mapa 15 – Maior variação das despesas com o serviço da dívida – 2016 a 2017



2.2 ANÁLISE DA DESPESA MUNICIPAL – 2017

2.2.1 DESPESA TOTAL

Em 2017, as despesas dos municípios da RLVT ascenderam aos 2.615,71 M€, das quais mais de ¼ (75,9%) foram pagas pelo grupo de municípios da Área Metropolitana de Lisboa.

Considerando a dimensão populacional dos municípios, 66,0% foram efetuadas pelos grandes, 27,3% pelos médios e 6,7% pelos de pequena dimensão.

Destaque para Lisboa, município que registou mais de ¼ das despesas de toda a RLVT, seguindo-se Cascais com ¼ das despesas de Lisboa.

Na região, 6 dos 52 municípios – Lisboa, Cascais, Sintra, Oeiras, Loures e Almada, concentraram mais de metade das despesas municipais.

O valor médio de despesas por município foi influenciado principalmente pela média da Área Metropolitana de Lisboa, ficando bem acima dos valores médios de despesa pagos nas outras NUTS III.

Situação semelhante relativamente à dimensão populacional, com a média de despesas totais dos grandes a ser muito superior aos restantes.

Registo ainda para a diferença da despesa, em valores *per capita*: o valor máximo registado no Cartaxo foi 7,6 vezes superior ao valor mínimo registado em Sintra.

Mapa 16 – Despesas municipais *per capita*, 2017

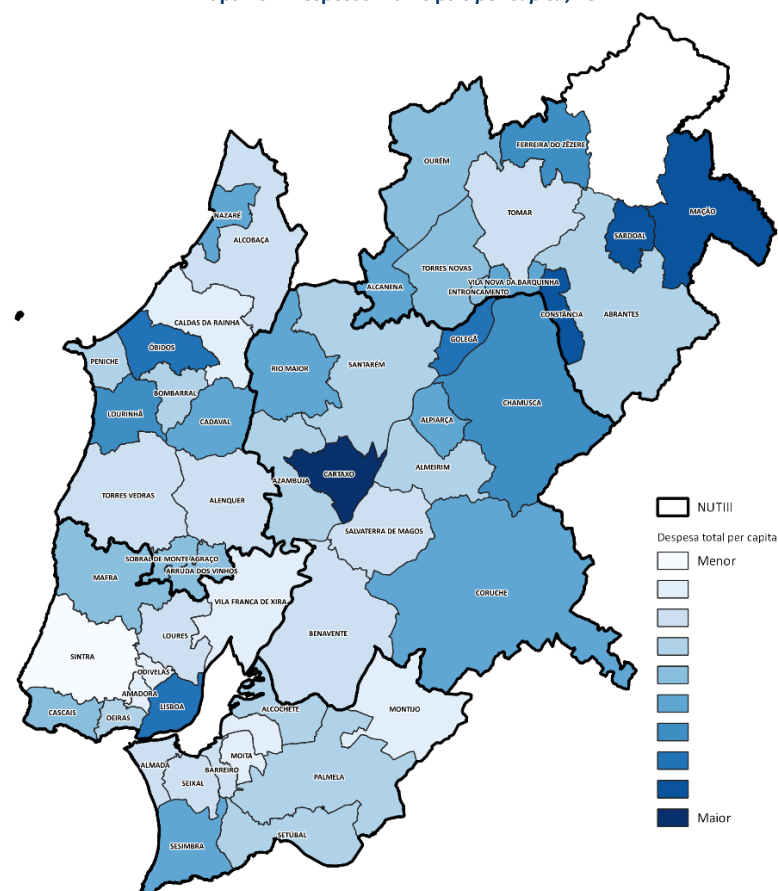


Tabela 74 – Despesas totais municipais, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

	Por NUTS III				Por dimensão populacional			RLVT
	Área Metropolitana de Lisboa	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grandes	Médios	Pequenos	
Despesas totais municipais	1.985,13	219,87	175,44	235,28	1.726,93	714,17	174,61	2.615,71

Unidade: M€

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

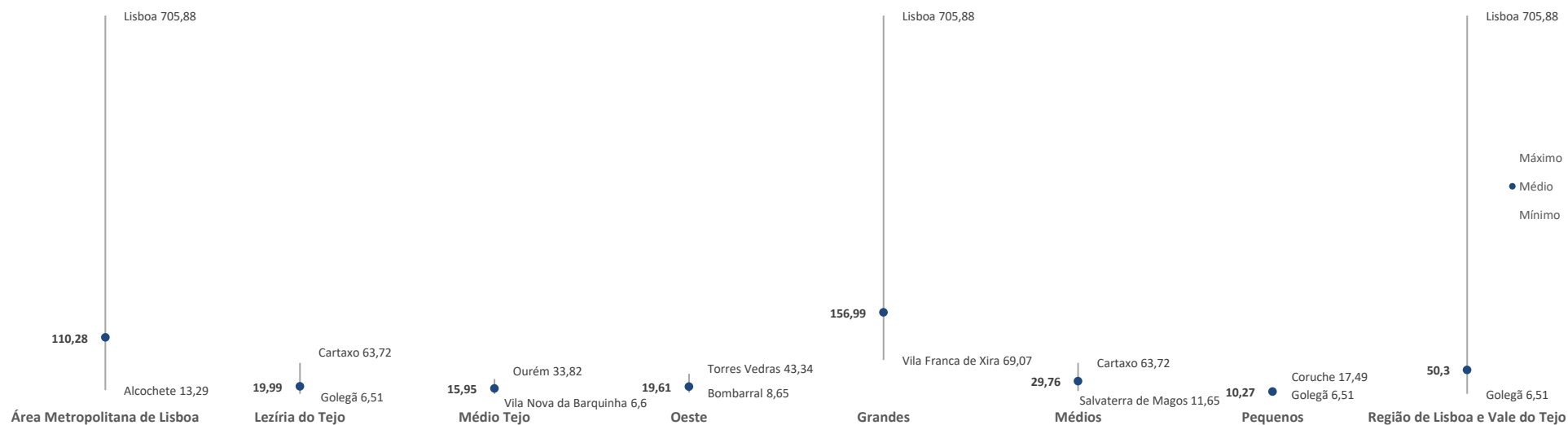
Tabela 75 – Rankings – Despesas municipais, 2017

Ranking – Maiores despesas totais municipais				Ranking – Menores despesas totais municipais			
NUTS III	Dimensão	Municípios	M€	NUTS III	Dimensão	Municípios	M€
AML	Grande	Lisboa	705,88	LT	Pequeno	Golegã	6,51
AML	Grande	Cascais	178,18	MT	Pequeno	Vila Nova da Barquinha	6,60
AML	Grande	Sintra	135,02	MT	Pequeno	Constância	6,76
AML	Grande	Oeiras	114,80	LT	Pequeno	Alpiarça	6,81
AML	Grande	Loures	107,25	MT	Pequeno	Sardoal	7,00
AML	Grande	Almada	93,28	O	Pequeno	Bombarral	8,65
AML	Grande	Seixal	90,55	O	Pequeno	Sobral de Monte Agraço	8,71
AML	Grande	Setúbal	82,21	MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	8,77
AML	Grande	Amadora	81,14	MT	Pequeno	Mação	10,19
AML	Grande	Odivelas	69,52	LT	Pequeno	Chamusca	10,20

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 42 – Despesas totais municipais, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 76 – Despesas municipais *per capita*, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

	Por NUTS III				Por dimensão populacional			Unidade: €/hab RLVT
	Área Metropolitana de Lisboa	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grandes	Médios	Pequenos	
Despesas municipais <i>per capita</i>	700,55	921,04	810,46	657,75	713,92	681,38	972,84	717,31

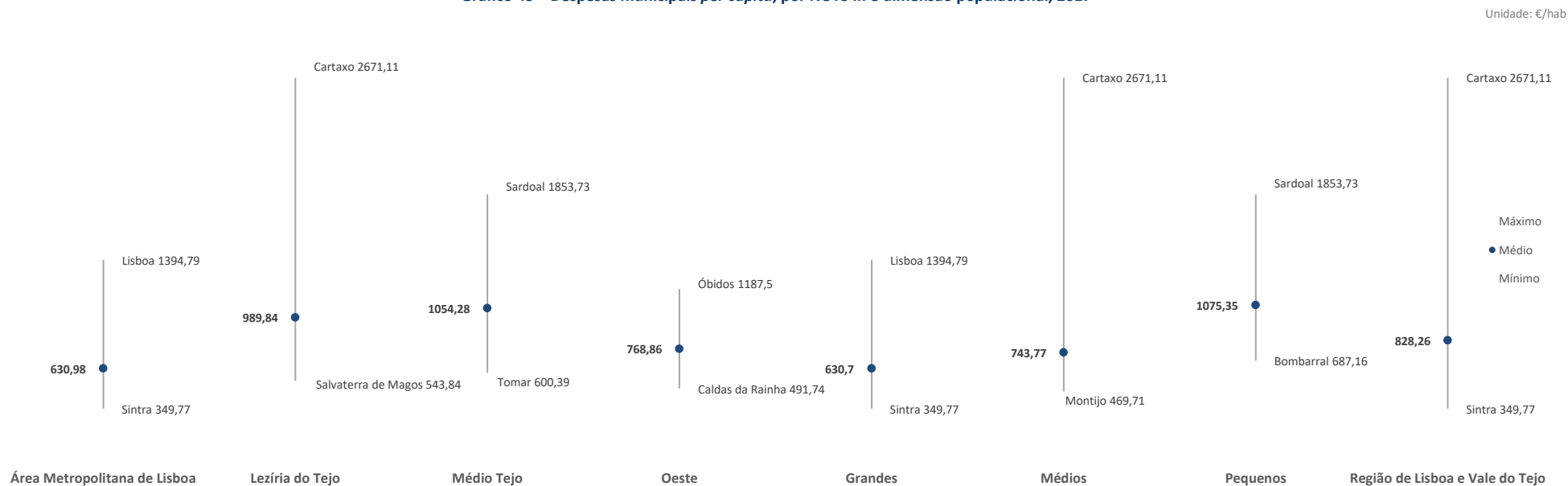
Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 77 – Rankings – Despesas municipais *per capita*, 2017

Ranking – Maiores despesas municipais <i>per capita</i>				Ranking – Menores despesas municipais <i>per capita</i>			
NUTS III	Dimensão	Municípios	M€	NUTS III	Dimensão	Municípios	M€
LT	Médio	Cartaxo	2.671,11	AML	Grande	Sintra	349,77
MT	Pequeno	Sardoal	1.853,73	AML	Grande	Odivelas	440,49
MT	Pequeno	Constância	1.691,47	AML	Grande	Amadora	450,95
MT	Pequeno	Mação	1.579,15	AML	Médio	Montijo	469,71
AML	Grande	Lisboa	1.394,79	AML	Médio	Moita	478,65
LT	Pequeno	Golegã	1.194,73	AML	Grande	Vila Franca de Xira	489,09
O	Pequeno	Óbidos	1.187,50	O	Médio	Caldas da Rainha	491,74
MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	1.088,34	AML	Grande	Loures	512,09
LT	Pequeno	Chamusca	1.087,07	O	Médio	Alenquer	524,59
O	Médio	Lourinhã	1.050,71	AML	Médio	Barreiro	527,53

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 43 – Despesas municipais *per capita*, por NUTS III e dimensão populacional, 2017



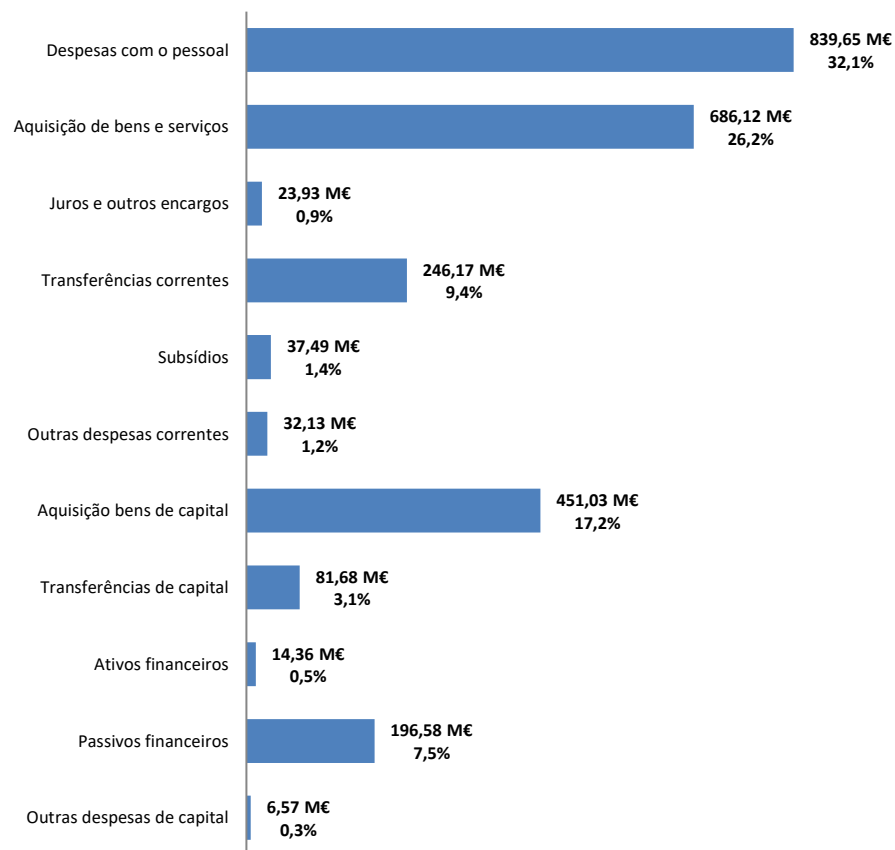
Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

2.2.2 ESTRUTURA DA DESPESA MUNICIPAL

As maiores despesas municipais na RLVT decorreram dos pagamentos com o pessoal, aquisição de bens e serviços, aquisição de bens de capital, transferências correntes e passivos financeiros.

Gráfico 44 – Composição das despesas municipais, 2017

Unidade: M€ e %



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Ao nível sub-regional identificam-se dinâmicas de gestão municipal diferentes:

- Na Área Metropolitana de Lisboa e no Médio Tejo as despesas com o pessoal agregaram a maior fatia de despesas pagas, destacando-se o Montijo (50,3%), Alcochete (50%) e Moita

(45,3%) na AML e Sardoal (41,8%), Vila Nova da Barquinha (40,6%) e Tomar (39,5%) no Médio Tejo.

- Segue-se o peso das despesas com aquisição de bens e serviços, em especial no Médio Tejo onde o peso é muito próximo das despesas com o pessoal e da aquisição de bens de capital.
- Já no Oeste o peso de despesas pagas na aquisição de bens e serviços foi maior que o dos gastos com o pessoal, destacando-se Sobral de Monte Agraço (41,2%), Bombarral (40%), Alcobaça (39,3%) e Caldas da Rainha (34,6%).
- As despesas com o serviço de dívida ficaram em segundo lugar na Lezíria do Tejo, muito próximo dos gastos com o pessoal, em especial devido ao peso do serviço de dívida no Cartaxo (76,3%), Alpiarça (27,9%) e Santarém (19,3%), diferente do registado nas outras NUTS III.

Tabela 78 – Composição das despesas, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

Unidade: % RLVT

Despesas municipais	Por NUTS III				Por dimensão populacional			RLVT
	AML	LT	MT	O	G	M	P	
Despesas com o pessoal	660,67	59,41	52,36	67,20	561,31	221,43	56,90	839,65
Aquisição de bens e serviços	513,74	47,41	50,78	74,19	434,28	198,87	52,98	686,12
Juros e outros encargos	14,14	6,57	1,07	2,15	13,03	8,60	2,30	23,93
Transferências correntes	200,65	13,54	10,33	21,65	187,68	48,32	10,17	246,17
Subsídios	34,75	1,00	0,77	0,97	34,08	2,34	1,07	37,49
Outras despesas correntes	22,09	3,53	2,34	4,17	16,83	11,48	3,82	32,13
Aquisição bens de capital	359,32	24,89	28,15	38,66	318,86	101,32	30,85	451,03
Transferências de capital	65,23	4,17	4,36	7,93	62,09	17,08	2,51	81,68
Ativos financeiros	10,62	1,09	1,16	1,49	9,36	3,91	1,08	14,36
Passivos financeiros	97,87	58,18	23,85	16,69	85,19	98,62	12,78	196,58
Outras despesas de capital	6,03	0,08	0,26	0,19	4,22	2,20	0,15	6,57
Despesa total	1.985,13	219,87	175,44	235,28	1.726,93	714,17	174,61	2.615,71

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Atendendo à dimensão populacional destaque para o seguinte:

- O peso dos gastos com o pessoal em cerca de 1/3 das despesas totais, independentemente da dimensão, embora ligeiramente inferior nos municípios médios;
- O peso dos gastos com a aquisição de bens de capital foi superior nos grandes municípios, seguindo-se os pequenos;
- O peso dos passivos financeiros mais expressivo nos municípios médios e mínimo nos grandes;
- À medida que cresce a dimensão dos municípios verifica-se um crescimento do peso das transferências correntes e de capital;
- Ao crescimento da dimensão dos municípios corresponde uma diminuição do peso de aquisição de bens e serviços, das outras despesas correntes, bem como do pagamento de juros e outros encargos.

Tabela 79 – Estrutura das despesas, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

Despesas municipais	Por NUTS III				Por dimensão populacional			RLVT
	AML	LT	MT	O	G	M	P	
Despesas com o pessoal	33,3	27,0	29,8	28,6	32,5	31,0	32,6	32,1
Aquisição de bens e serviços	25,9	21,6	28,9	31,5	25,1	27,8	30,3	26,2
Juros e outros encargos	0,7	3,0	0,6	0,9	0,8	1,2	1,3	0,9
Transferências correntes	10,1	6,2	5,9	9,2	10,9	6,8	5,8	9,4
Subsídios	1,8	0,5	0,4	0,4	2,0	0,3	0,6	1,4
Outras despesas correntes	1,1	1,6	1,3	1,8	1,0	1,6	2,2	1,2
Aquisição bens de capital	18,1	11,3	16,0	16,4	18,5	14,2	17,7	17,2
Transferências de capital	3,3	1,9	2,5	3,4	3,6	2,4	1,4	3,1
Ativos financeiros	0,5	0,5	0,7	0,6	0,5	0,5	0,6	0,5
Passivos financeiros	4,9	26,5	13,6	7,1	4,9	13,8	7,3	7,5
Outras despesas de capital	0,3	0,0	0,2	0,1	0,2	0,3	0,1	0,3
Despesa total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 80 – Despesas por NUTS III e dimensão populacional, 2017

Despesas municipais	Por NUTS III				Por dimensão populacional			RLVT
	AML	LT	MT	O	G	M	P	
Despesas com o pessoal	78,7	7,1	6,2	8,0	66,9	26,4	6,8	100,0
Aquisição de bens e serviços	74,9	6,9	7,4	10,8	63,3	29,0	7,7	100,0
Juros e outros encargos	59,1	27,5	4,5	9,0	54,5	36,0	9,6	100,0
Transferências correntes	81,5	5,5	4,2	8,8	76,2	19,6	4,1	100,0
Subsídios	92,7	2,7	2,0	2,6	90,9	6,2	2,9	100,0
Outras despesas correntes	68,8	11,0	7,3	13,0	52,4	35,7	11,9	100,0
Aquisição bens de capital	79,7	5,5	6,2	8,6	70,7	22,5	6,8	100,0
Transferências de capital	79,9	5,1	5,3	9,7	76,0	20,9	3,1	100,0
Ativos financeiros	74,0	7,6	8,1	10,3	65,2	27,2	7,6	100,0
Passivos financeiros	49,8	29,6	12,1	8,5	43,3	50,2	6,5	100,0
Outras despesas de capital	91,8	1,3	4,0	2,9	64,2	33,5	2,3	100,0
Despesa total	75,9	8,4	6,7	9,0	66,0	27,3	6,7	100,0

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

2.2.3 DESPESAS COM O PESSOAL

As despesas com o pessoal ascenderam aos 839,65 M€ (32,1% das despesas totais), sendo que mais de ¼ foram pagas por Lisboa.

O segundo município com maiores gastos com o pessoal foi Sintra (51,02 M€), ou seja, 22,5% do de Lisboa, evidenciando-se uma grande assimetria regional, constatando-se que Constância é o município que menos despesas regista com este agregado com uma diferença de 224,97 M€ face a Lisboa.

Se considerarmos o peso das despesas com o pessoal nas despesas totais, realce para Montijo, seguindo-se Alcochete.

Já no Cartaxo apenas 9,8% das suas despesas são com pessoal, seguindo-se a Nazaré (17,1%).

Relacionando as despesas municipais com população residente, é no Sardoal que as despesas com o pessoal por habitante são maiores, seguindo-se Constância (483,12 €/hab).

Caldas da Rainha e Vila Franca de Xira (122,44 €/hab) foram os municípios com valor menor de despesas com o pessoal *per capita*.

O valor médio destas despesas desce substancialmente dos grandes municípios até aos pequenos.

Já o peso médio destas despesas nas despesas totais ronda os cerca de 33%, independentemente da dimensão populacional dos municípios.

Mapa 17 – Despesas municipais com o pessoal *per capita*, 2017

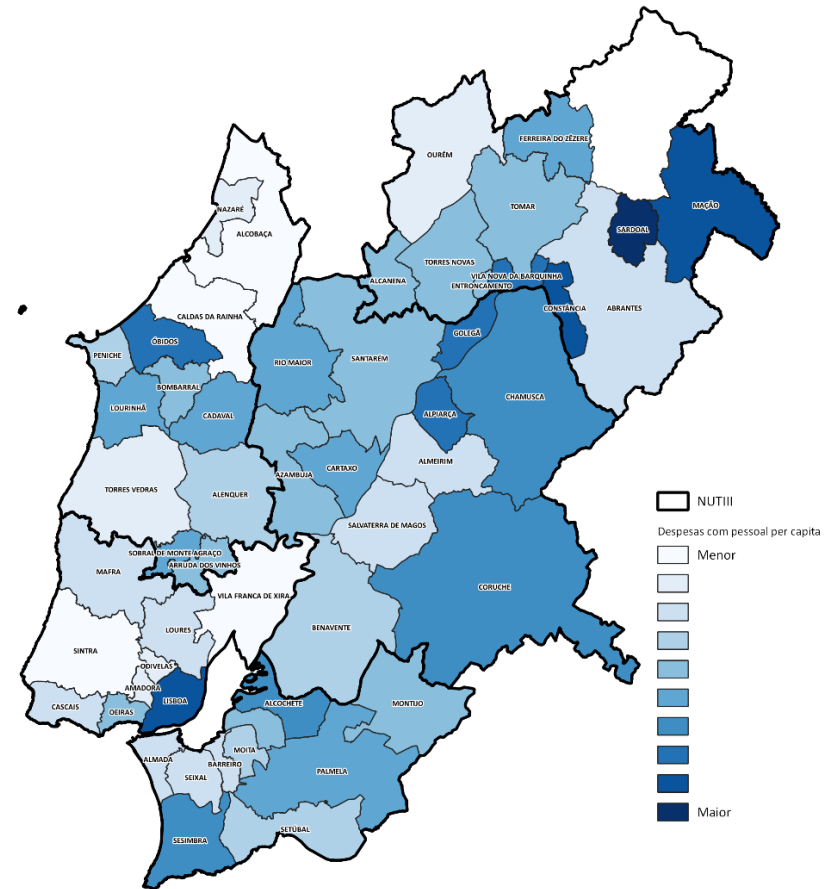


Tabela 81 – Despesas com o pessoal, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

	Por NUTS III				Por dimensão populacional			RLVT
	Área Metropolitana de Lisboa	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grandes	Médios	Pequenos	
Despesas com o pessoal	660,67	59,41	52,36	67,20	561,31	221,43	56,90	839,65

Unidade: M€

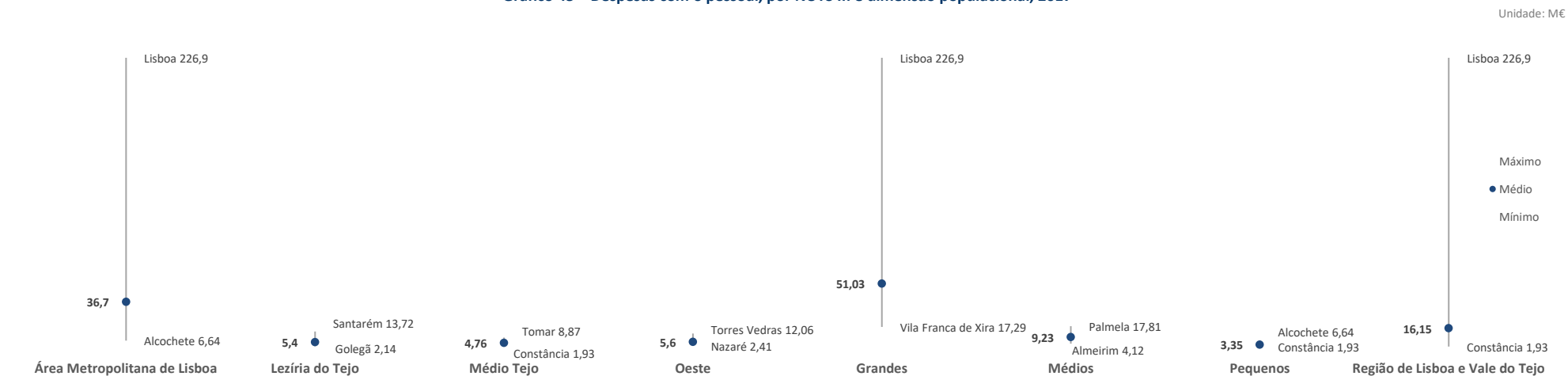
Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 82 – Rankings – Despesas com o pessoal, 2017

Ranking – Maiores despesas com o pessoal				Ranking – Menores despesas com o pessoal			
NUTS III	Dimensão	Municípios	M€	NUTS III	Dimensão	Municípios	M€
AML	Grande	Lisboa	226,90	MT	Pequeno	Constância	1,93
AML	Grande	Sintra	51,02	LT	Pequeno	Golegã	2,14
AML	Grande	Oeiras	42,07	MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	2,17
AML	Grande	Loures	40,40	O	Pequeno	Nazaré	2,41
AML	Grande	Cascais	39,87	MT	Pequeno	Vila Nova Barquinha	2,68
AML	Grande	Seixal	32,95	LT	Pequeno	Alpiarça	2,80
AML	Grande	Almada	32,74	MT	Pequeno	Sardoal	2,93
AML	Grande	Amadora	29,19	O	Pequeno	Sobral Monte Agraço	2,98
AML	Grande	Setúbal	26,09	MT	Pequeno	Mação	3,01
AML	Grande	Odivelas	22,79	LT	Pequeno	Chamusca	3,03

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 45 – Despesas com o pessoal, por NUTS III e dimensão populacional, 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 83 – Despesas com o pessoal *per capita*, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

	Por NUTS III				Por dimensão populacional			RLVT
	Área Metropolitana de Lisboa	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grandes	Médios	Pequenos	
Despesas com o pessoal <i>per capita</i>	233,15	248,89	241,88	187,88	232,05	211,27	317,02	230,26

Unidade: €/hab

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

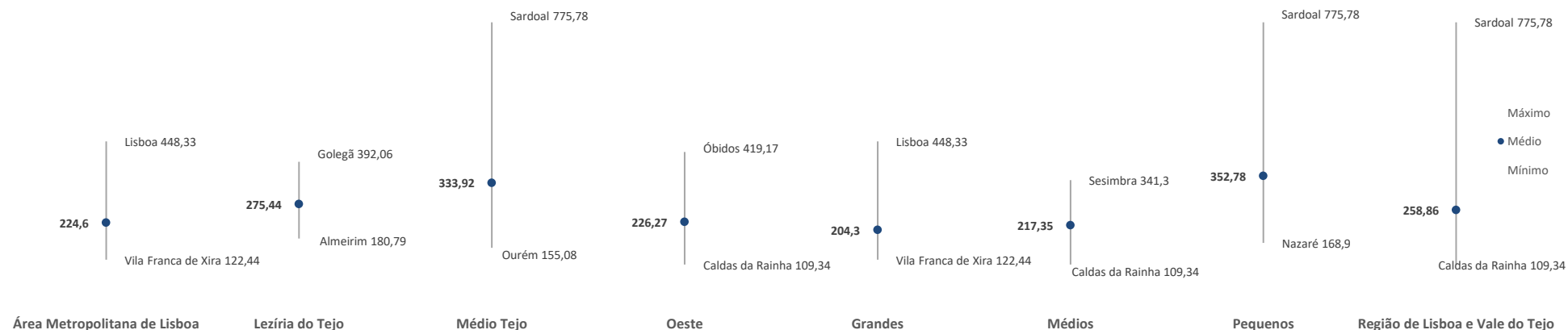
Tabela 84 – Rankings – Despesas com o pessoal *per capita*, 2017

Ranking – Maiores despesas com o pessoal <i>per capita</i>				Ranking – Menores despesas com o pessoal <i>per capita</i>			
NUTS III	Dimensão	Municípios	€/hab	NUTS III	Dimensão	Municípios	€/hab
MT	Pequeno	Sardoal	775,78	O	Médio	Caldas da Rainha	109,34
MT	Pequeno	Constância	483,12	AML	Grande	Vila Franca de Xira	122,44
MT	Pequeno	Mação	466,86	O	Médio	Alcobaça	124,56
AML	Grande	Lisboa	448,33	AML	Grande	Sintra	132,16
O	Pequeno	Óbidos	419,17	AML	Grande	Odivelas	144,40
LT	Pequeno	Golegã	392,06	O	Médio	Torres Vedras	153,58
LT	Pequeno	Alpiarça	391,02	MT	Médio	Ourém	155,08
MT	Pequeno	Vila Nova Barquinha	362,71	AML	Grande	Amadora	162,24
AML	Pequeno	Alcochete	344,39	O	Pequeno	Nazaré	168,90
AML	Médio	Sesimbra	341,30	AML	Médio	Mafra	180,04

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 46 – Despesas com o pessoal *per capita*, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

Unidade: €/hab



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 85 – Peso das despesas com o pessoal nas despesas totais, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

	Por NUTS III				Por dimensão populacional			RLVT
	Área Metropolitana de Lisboa	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grandes	Médios	Pequenos	
Peso das despesas com o pessoal nas despesas totais	33,3	27,0	29,8	28,6	32,5	31,0	32,6	32,1

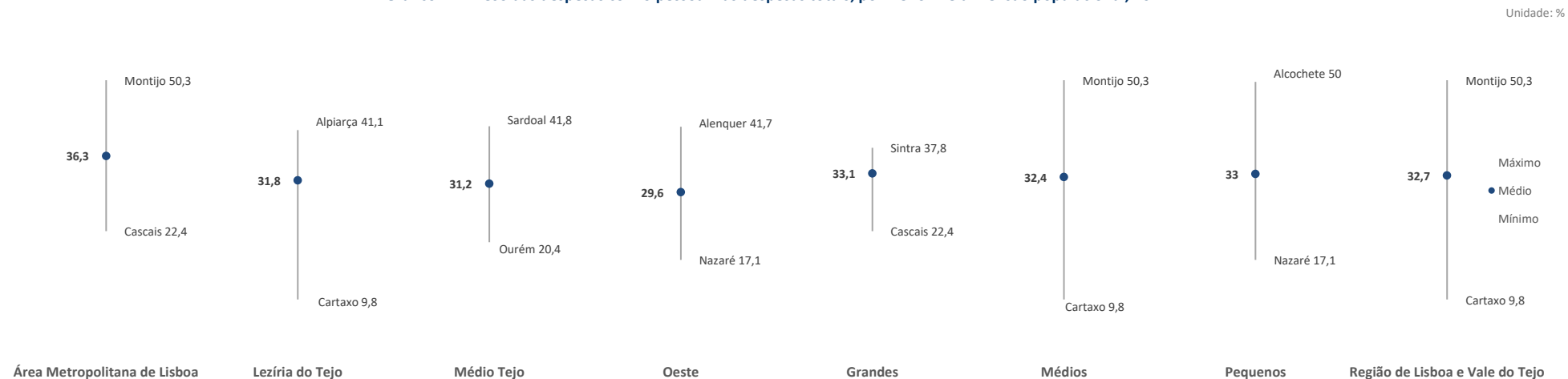
Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 86 – Rankings – Peso das despesas com o pessoal nas despesas totais, 2017

Ranking – Maiores pesos das despesas com o pessoal nas despesas totais				Ranking – Menores pesos das despesas com o pessoal nas despesas totais			
NUTS III	Dimensão	Municípios	%	NUTS III	Dimensão	Municípios	%
AML	Médio	Montijo	50,3	LT	Médio	Cartaxo	9,8
AML	Pequeno	Alcochete	50,0	O	Pequeno	Nazaré	17,1
AML	Médio	Moita	45,3	MT	Médio	Ourém	20,4
AML	Médio	Palmela	42,9	O	Médio	Caldas da Rainha	22,2
MT	Pequeno	Sardoal	41,8	AML	Grande	Cascais	22,4
O	Médio	Alenquer	41,7	O	Médio	Alcobaça	23,0
LT	Pequeno	Alpiarça	41,1	O	Médio	Lourinhã	24,1
MT	Pequeno	Vila Nova da Barquinha	40,6	AML	Médio	Mafra	24,4
MT	Médio	Tomar	39,5	MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	24,8
AML	Médio	Sesimbra	39,1	AML	Grande	Vila Franca de Xira	25,0

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 47 – Peso das despesas com o pessoal nas despesas totais, por NUTS III e dimensão populacional, 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

2.2.4 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

As despesas com a aquisição de bens e serviços ascenderam aos 686,12 M€ (26,2% das despesas totais), ¼ gastos na Área Metropolitana de Lisboa, em particular em Lisboa e Cascais.

Em termos de dimensão populacional, os pequenos municípios foram aqueles onde se registaram os valores mínimos de gastos neste agregado, particularmente em Alpiarça e Sardoal.

O peso deste agregado nas despesas totais foi maior na sub-região do Oeste, evidenciado em 3 municípios com valores próximos dos 40% – Sobral de Monte Agraço, Bombarral e Alcobaça.

Em sentido contrário, no Cartaxo, sub-região da Lezíria do Tejo, apenas 8,1% das respetivas despesas foram gastas com este agregado.

Mação e Constância são os municípios onde se pagou mais despesas em bens e serviços *per capita*, sendo que Moita e Sintra posicionaram-se com os valores mais baixos.

Relativamente ao valor médio da despesa em aquisição de bens e serviços regista-se:

- A redução no montante de gastos à medida que a dimensão populacional desce, com uma grande diferença entre os grandes municípios e os de média e pequena dimensão;
- A redução em termos do peso nas despesas totais, à medida que a dimensão populacional subiu.

Mapa 18 – Aquisição de bens e serviços *per capita*, 2017

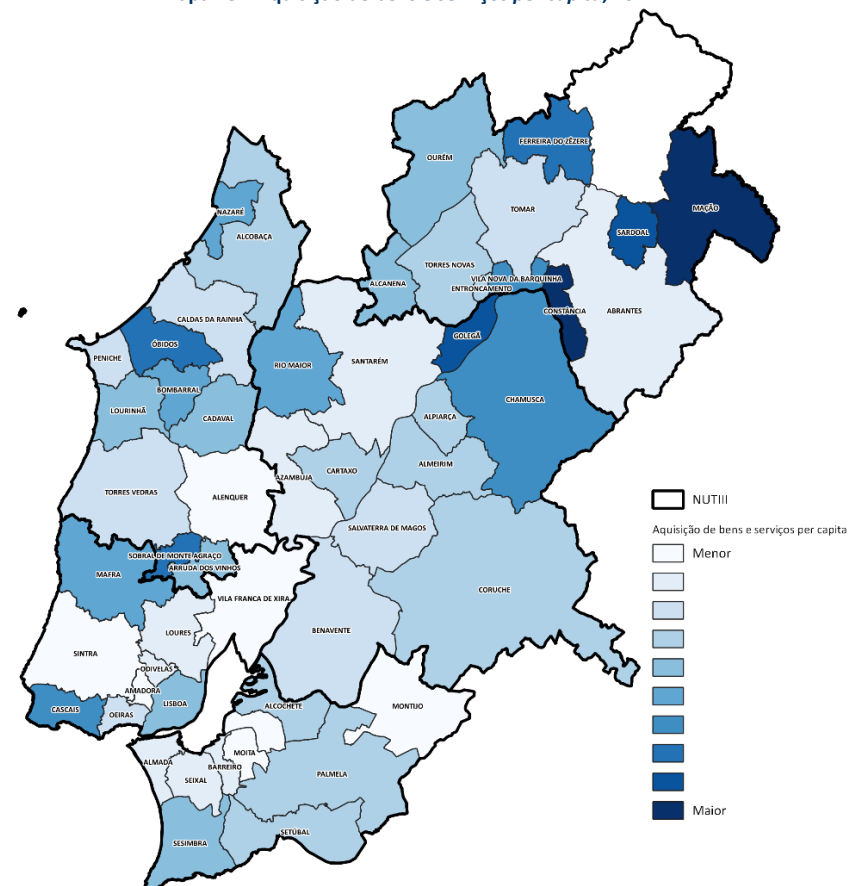


Tabela 87 – Despesas com a aquisição de bens e serviços, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

	Por NUTS III				Por dimensão populacional			RLVT
	Área Metropolitana de Lisboa	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grandes	Médios	Pequenos	
Aquisição de bens e serviços	513,74	47,41	50,78	74,19	434,28	198,87	52,98	686,12

Unidade: M€

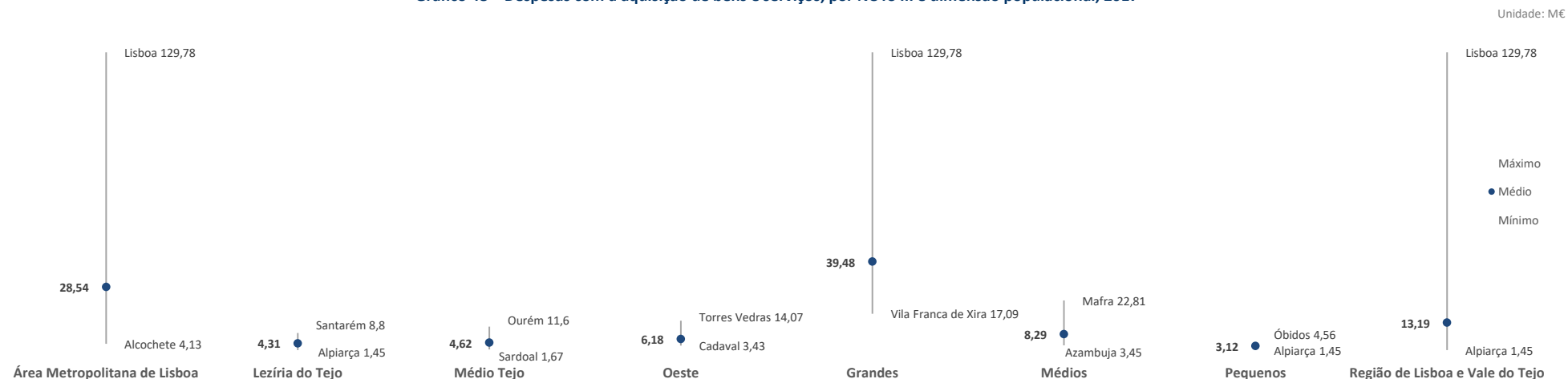
Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 88 – Rankings – Despesas com a aquisição de bens e serviços, 2017

Ranking – Maiores despesas com aquisição de bens e serviços				Ranking – Menores despesas com aquisição de bens e serviços			
NUTS III	Dimensão	Municípios	M€	NUTS III	Dimensão	Municípios	M€
AML	Grande	Lisboa	129,78	LT	Pequeno	Alpiarça	1,45
AML	Grande	Cascais	64,69	MT	Pequeno	Sardoal	1,67
AML	Grande	Sintra	38,27	MT	Pequeno	Constância	2,00
AML	Grande	Oeiras	32,25	MT	Pequeno	Vila Nova Barquinha	2,24
AML	Grande	Loures	29,34	LT	Pequeno	Golegã	2,40
AML	Grande	Seixal	26,48	MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	2,79
AML	Grande	Setúbal	26,13	LT	Pequeno	Chamusca	3,02
AML	Grande	Almada	26,08	MT	Pequeno	Mação	3,31
AML	Grande	Odivelas	23,95	MT	Pequeno	Alcanena	3,37
AML	Médio	Mafra	22,81	O	Pequeno	Cadaval	3,43

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 48 – Despesas com a aquisição de bens e serviços, por NUTS III e dimensão populacional, 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 89 – Despesas com a aquisição de bens e serviços *per capita*, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

	Por NUTS III				Por dimensão populacional			RLVT
	Área Metropolitana de Lisboa	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grandes	Médios	Pequenos	
Despesas com aquisição de bens e serviços <i>per capita</i>	181,30	198,59	234,61	207,40	179,53	189,74	295,15	188,16

Unidade: €/hab

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

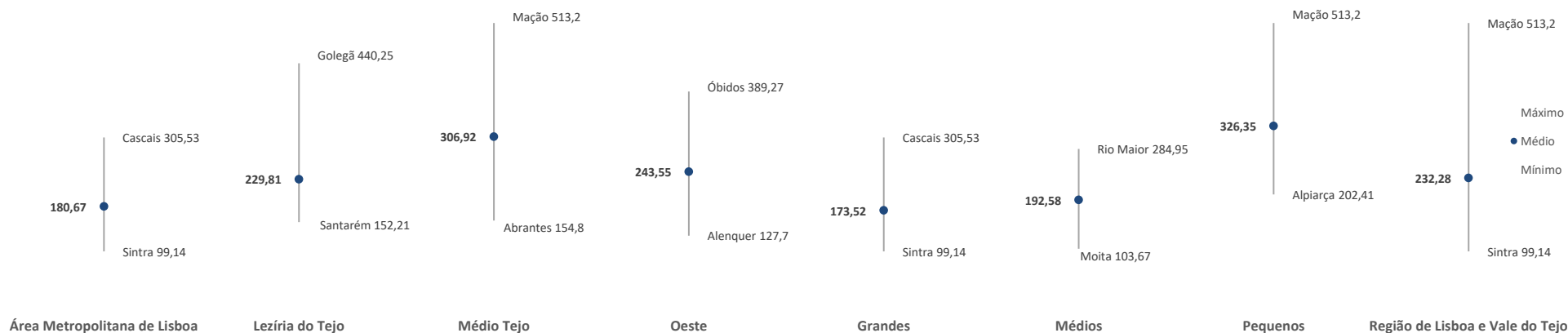
Tabela 90 – Rankings – Despesas com a aquisição de bens e serviços *per capita*, 2017

Ranking – Maiores despesas com aquisição de bens e serviços <i>per capita</i>				Ranking – Menores despesas com aquisição de bens e serviços <i>per capita</i>			
NUTS III	Dimensão	Municípios	€/hab	NUTS III	Dimensão	Municípios	€/hab
MT	Pequeno	Mação	513,20	AML	Grande	Sintra	99,14
MT	Pequeno	Constância	501,15	AML	Médio	Moita	103,67
MT	Pequeno	Sardoal	441,77	AML	Grande	Amadora	112,41
LT	Pequeno	Golegã	440,25	AML	Médio	Montijo	120,04
O	Pequeno	Óbidos	389,27	AML	Grande	Vila Franca de Xira	120,99
MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	346,82	O	Médio	Alenquer	127,70
O	Pequeno	Sobral Monte Agraço	345,14	AML	Grande	Loures	140,09
LT	Pequeno	Chamusca	322,06	AML	Grande	Odivelas	151,72
AML	Grande	Cascais	305,53	LT	Médio	Santarém	152,21
MT	Pequeno	Vila Nova Barquinha	302,93	AML	Médio	Barreiro	152,71

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 49 – Despesas com a aquisição de bens e serviços *per capita*, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

Unidade: €/hab



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 91 – Peso das despesas com a aquisição de bens e serviços nas despesas totais, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

	Por NUTS III				Por dimensão populacional			RLVT
	Área Metropolitana de Lisboa	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grandes	Médios	Pequenos	
Peso das despesas com aquisição de bens e serviços nas despesas totais	25,9	21,6	28,9	31,5	25,1	27,8	30,3	26,2

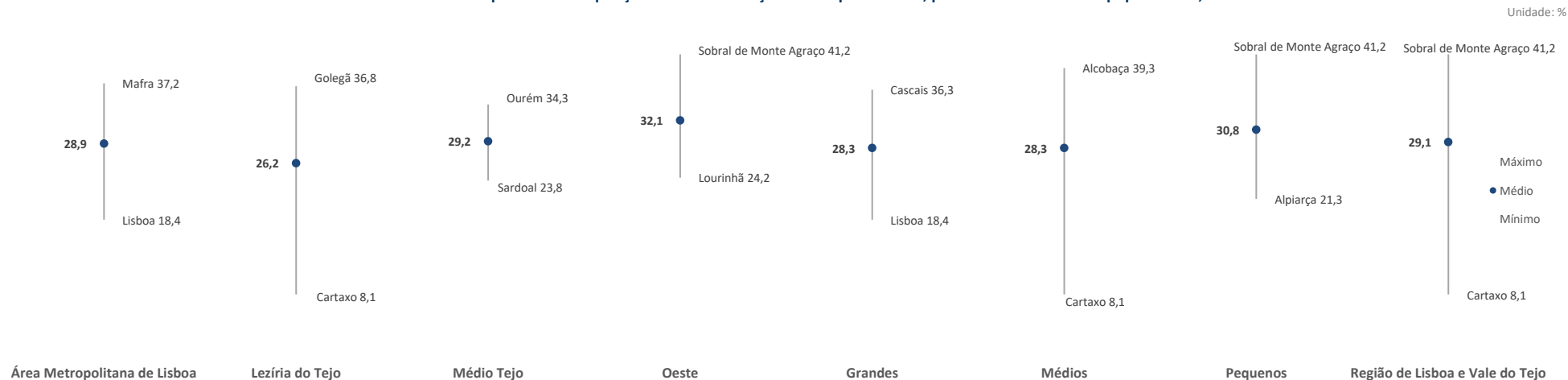
Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 92 – Rankings – Peso das despesas com a aquisição de bens e serviços nas despesas totais, 2017

Ranking – Maiores pesos das despesas com aquisição de bens e serviços nas despesas totais				Ranking – Menores pesos das despesas com aquisição de bens e serviços nas despesas totais			
NUTS III	Dimensão	Municípios	%	NUTS III	Dimensão	Municípios	%
O	Pequeno	Sobral de Monte Agraço	41,2	LT	Médio	Cartaxo	8,1
O	Pequeno	Bombarral	40,0	AML	Grande	Lisboa	18,4
O	Médio	Alcobaça	39,3	LT	Pequeno	Alpiarça	21,3
AML	Médio	Mafra	37,2	LT	Pequeno	Coruche	21,4
LT	Pequeno	Golegã	36,8	AML	Médio	Moita	21,7
AML	Grande	Cascais	36,3	LT	Médio	Azambuja	22,1
AML	Médio	Palmela	35,1	LT	Médio	Santarém	23,3
O	Médio	Caldas da Rainha	34,6	MT	Pequeno	Sardoal	23,8
AML	Grande	Odivelas	34,4	MT	Médio	Abrantes	23,9
MT	Médio	Ourém	34,3	O	Médio	Lourinhã	24,2

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 50 – Peso das despesas com a aquisição de bens e serviços nas despesas totais, por NUTS III e dimensão populacional, 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

2.2.5 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS

As despesas pagas neste agregado ascenderam aos 283,66 M€, correspondentes a 10,8% das despesas totais, essencialmente resultantes das transferências correntes enviadas para outras entidades (246,17 M€), sendo menos significativo o montante de subsídios atribuídos (37,49 M€).

Do volume total de transferências correntes e subsídios, 39,0% foram pagos por Lisboa.

Na Área Metropolitana de Lisboa e Oeste, o peso deste agregado ultrapassou os 9%, evidenciando-se Cascais e Torres Vedras (registos máximos) e Cartaxo (registo mínimo).

Relativamente à dimensão populacional dos municípios, o peso das transferências correntes e subsídios atribuídos tende a diminuir com a dimensão dos mesmos.

Em termos de transferências correntes e subsídios *per capita*, a amplitude de valores foi de 205,97 €/hab, com Lisboa a obter o valor máximo e Moita o valor mínimo.

Mapa 19 – Transferências correntes e subsídios *per capita*, 2017

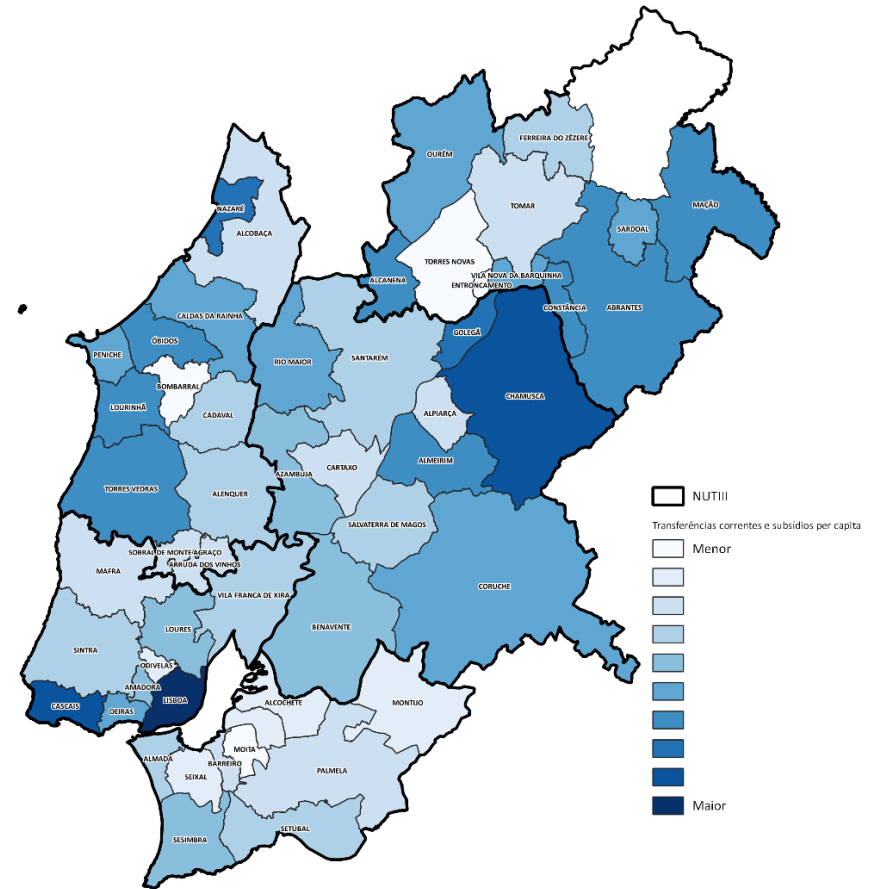


Tabela 93 – Despesas com transferências correntes e subsídios atribuídos, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

	Por NUTS III				Por dimensão populacional			RLVT
	Área Metropolitana de Lisboa	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grandes	Médios	Pequenos	
Transferências correntes e subsídios atribuídos	235,40	14,54	11,10	22,62	221,75	50,66	11,24	283,66

Unidade: M€

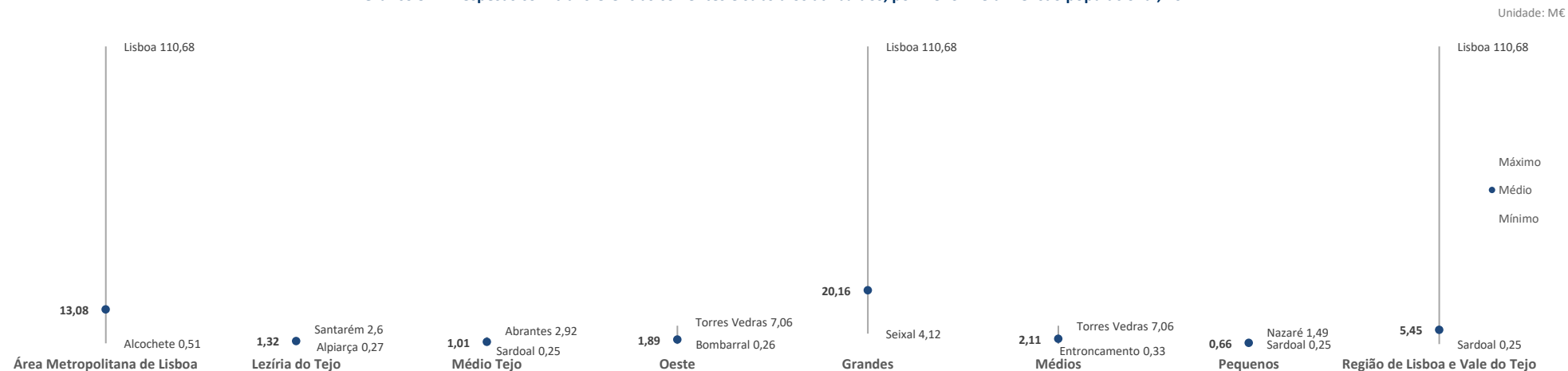
Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 94 – Rankings – Despesas com transferências correntes e subsídios atribuídos, 2017

Ranking – Maiores despesas com transferências correntes e subsídios atribuídos				Ranking – Menores despesas com transferências correntes e subsídios atribuídos			
NUTS III	Dimensão	Municípios	M€	NUTS III	Dimensão	Municípios	M€
AML	Grande	Lisboa	110,68	MT	Pequeno	Sardoal	0,25
AML	Grande	Cascais	29,73	O	Pequeno	Bombarral	0,26
AML	Grande	Sintra	16,56	LT	Pequeno	Alpiarça	0,27
AML	Grande	Loures	12,15	MT	Pequeno	Constância	0,33
AML	Grande	Oeiras	11,97	MT	Médio	Entroncamento	0,33
AML	Grande	Amadora	11,09	MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	0,39
AML	Grande	Almada	8,47	O	Pequeno	Sobral Monte Agraço	0,40
O	Médio	Torres Vedras	7,06	MT	Pequeno	Vila Nova Barquinha	0,49
AML	Grande	Vila Franca de Xira	7,06	O	Pequeno	Arruda dos Vinhos	0,51
AML	Grande	Setúbal	5,60	AML	Pequeno	Alcochete	0,51

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 51 – Despesas com transferências correntes e subsídios atribuídos, por NUTS III e dimensão populacional, 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 95 – Despesas com transferências correntes e subsídios atribuídos *per capita*, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

	Por NUTS III				Por dimensão populacional			RLVT
	Área Metropolitana de Lisboa	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grandes	Médios	Pequenos	
Despesas com transferências correntes e subsídios atribuídos <i>per capita</i>	83,07	60,89	51,29	63,24	91,67	48,34	62,65	77,79

Unidade: €/hab

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

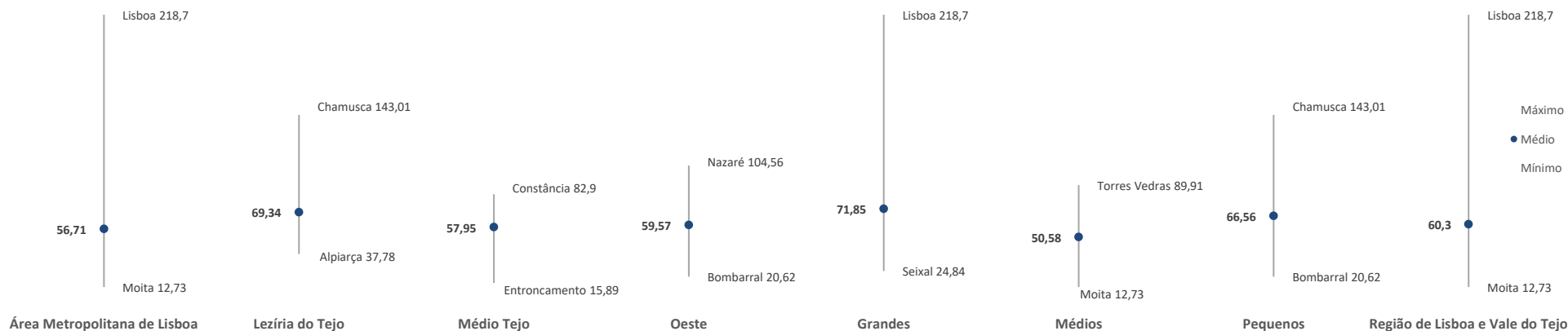
Tabela 96 – Rankings – Despesas com transferências correntes e subsídios atribuídos *per capita*, 2017

Ranking – Maiores despesas com transferências correntes e subsídios atribuídos <i>per capita</i>				Ranking – Menores despesas com transferências correntes e subsídios atribuídos <i>per capita</i>			
NUTS III	Dimensão	Municípios	€/hab	NUTS III	Dimensão	Municípios	€/hab
AML	Grande	Lisboa	218,70	AML	Médio	Moita	12,73
LT	Pequeno	Chamusca	143,01	MT	Médio	Entroncamento	15,89
AML	Grande	Cascais	140,43	MT	Médio	Torres Novas	20,24
O	Pequeno	Nazaré	104,56	O	Pequeno	Bombarral	20,62
LT	Pequeno	Golegã	102,62	AML	Grande	Seixal	24,84
O	Médio	Torres Vedras	89,91	AML	Pequeno	Alcochete	26,69
O	Pequeno	Óbidos	85,50	AML	Grande	Odivelas	27,31
LT	Médio	Almeirim	83,97	AML	Médio	Montijo	27,32
MT	Pequeno	Constância	82,90	AML	Médio	Barreiro	32,24
MT	Médio	Abrantes	81,39	AML	Médio	Mafra	33,32

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 52 – Despesas com transferências correntes e subsídios atribuídos *per capita*, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

Unidade: €/hab



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 97 – Peso das despesas com transferências correntes e subsídios atribuídos nas despesas totais, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

Peso das despesas com transferências correntes e subsídios atribuídos nas despesas totais	Por NUTS III				Por dimensão populacional			RLVT
	Área Metropolitana de Lisboa	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grandes	Médios	Pequenos	
	11,9	6,6	6,3	9,6	12,8	7,1	6,4	

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 98 – Rankings – Peso das despesas com transferências correntes e subsídios atribuídos nas despesas totais, 2017

Ranking – Maiores pesos das despesas com transferências correntes e subsídios atribuídos nas despesas totais

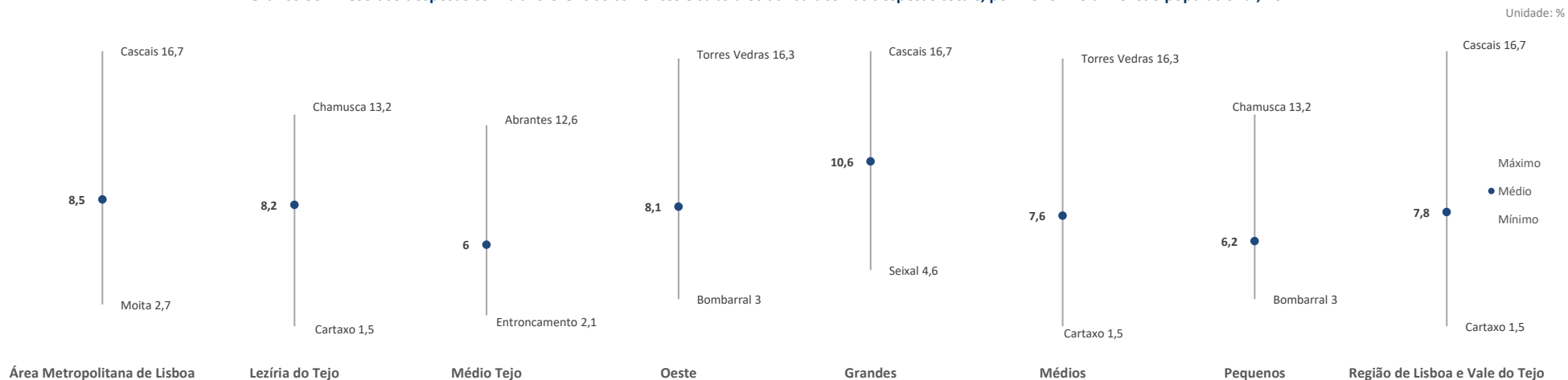
NUTS III	Dimensão	Municípios	%
AML	Grande	Cascais	16,7
O	Médio	Torres Vedras	16,3
AML	Grande	Lisboa	15,7
AML	Grande	Amadora	13,7
LT	Pequeno	Chamusca	13,2
O	Médio	Caldas da Rainha	13,1
LT	Médio	Almeirim	12,9
MT	Médio	Abrantes	12,6
AML	Grande	Sintra	12,3
AML	Grande	Loures	11,3

Ranking – Menores pesos das despesas com transferências correntes e subsídios atribuídos nas despesas totais

NUTS III	Dimensão	Municípios	%
LT	Médio	Cartaxo	1,5
MT	Médio	Entroncamento	2,1
MT	Médio	Torres Novas	2,5
AML	Médio	Moita	2,7
O	Pequeno	Bombarral	3,0
MT	Pequeno	Sardoal	3,6
AML	Pequeno	Alcochete	3,9
LT	Pequeno	Alpiarça	4,0
MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	4,4
O	Pequeno	Arruda dos Vinhos	4,5

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 53 – Peso das despesas com transferências correntes e subsídios atribuídos nas despesas totais, por NUTS III e dimensão populacional, 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

2.2.6 INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO

O investimento, direto e indireto municipal, resultado da aplicação de fundos nas despesas com a aquisição de bens de capital (451,03 M€) e transferências de capital (81,68 M€), ascendeu aos 532,71 M€, correspondendo a 20,4% das despesas totais.

Lisboa e Cascais foram os municípios onde se registou maior volume de “investimento” realizado, sendo o menor registado em Alpiarça.

Cadaval, Vila Franca de Xira e Mação foram os municípios que evidenciaram maior peso de realização de investimento direto e indireto nas suas despesas totais – mais de ¼ das despesas totais.

Em termos *per capita*, a diferença entre o maior e o menor valor registado, respetivamente, Mação e Alpiarça, foi de 415,12 €/hab.

A média do peso do investimento direto e indireto foi similar nos diferentes grupos de municípios em termos de dimensão populacional, com o maior valor para os grandes municípios (20,4%) e o menor para os médios.

Mapa 20 – Investimento direto e indireto *per capita*, 2017

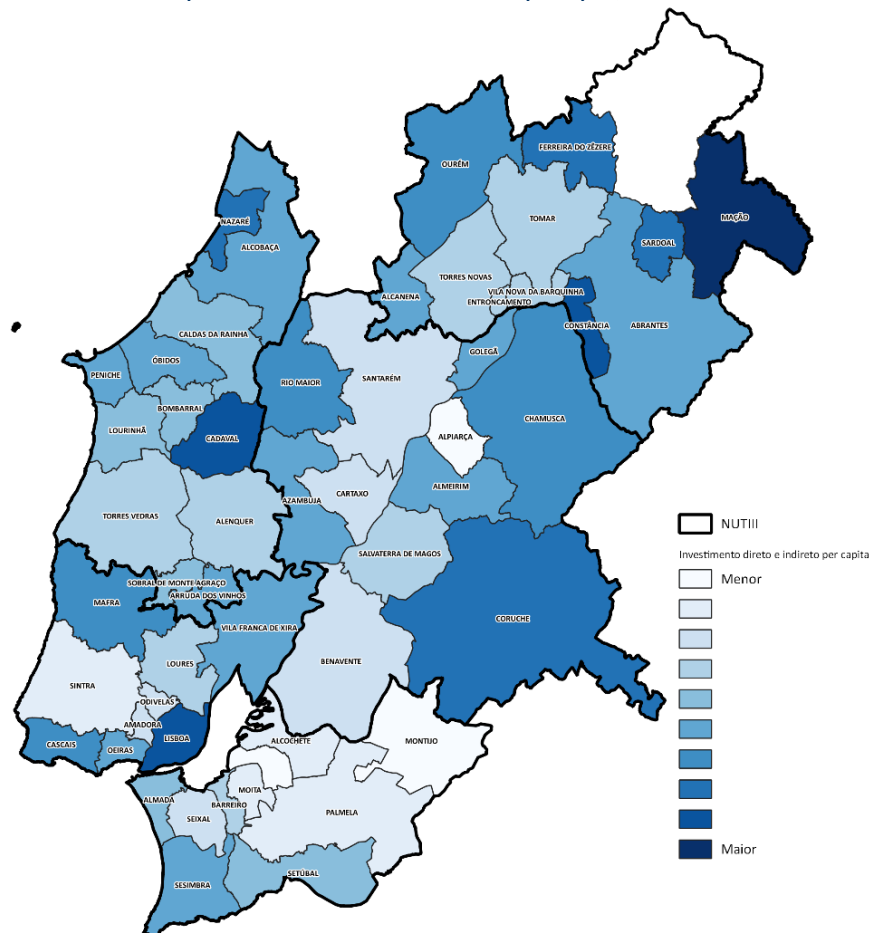


Tabela 99 – Despesas com o investimento direto e indireto, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

	Por NUTS III				Por dimensão populacional			RLVT
	Área Metropolitana de Lisboa	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grandes	Médios	Pequenos	
Investimento direto e indireto	424,55	29,06	32,52	46,58	380,95	118,40	33,36	532,71

Unidade: M€

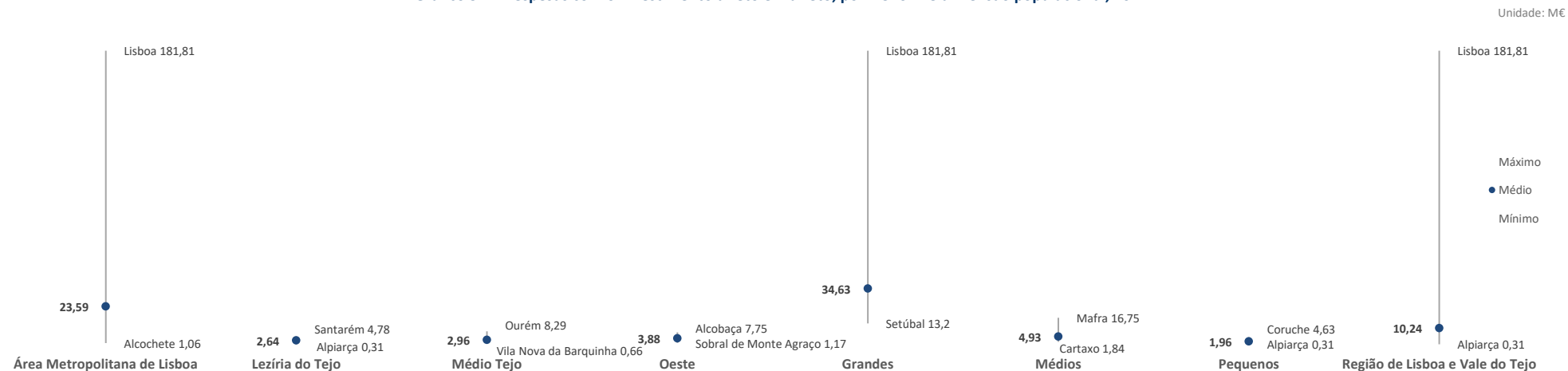
Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 100 – Rankings – Despesas com o investimento direto e indireto, 2017

Ranking – Maiores despesas com o investimento direto e indireto				Ranking – Menores despesas com o investimento direto e indireto			
NUTS III	Dimensão	Municípios	M€	NUTS III	Dimensão	Municípios	M€
AML	Grande	Lisboa	181,81	LT	Pequeno	Alpiarça	0,31
AML	Grande	Cascais	36,94	MT	Pequeno	Vila Nova Barquinha	0,66
AML	Grande	Vila Franca de Xira	23,45	LT	Pequeno	Golegã	0,81
AML	Grande	Oeiras	22,98	AML	Pequeno	Alcochete	1,06
AML	Grande	Sintra	22,58	MT	Pequeno	Sardoal	1,06
AML	Grande	Almada	19,34	O	Pequeno	Sobral Monte Agraço	1,17
AML	Grande	Loures	19,06	O	Pequeno	Bombarral	1,31
AML	Médio	Mafra	16,75	MT	Pequeno	Constância	1,48
AML	Grande	Seixal	14,18	MT	Pequeno	Alcanena	1,76
AML	Grande	Amadora	14,17	LT	Pequeno	Chamusca	1,78

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 54 – Despesas com o investimento direto e indireto, por NUTS III e dimensão populacional, 2017



Unidade: M€

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 101 – Despesas com o investimento direto e indireto *per capita*, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

	Por NUTS III				Por dimensão populacional			RLVT
	Área Metropolitana de Lisboa	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grandes	Médios	Pequenos	
Investimento direto e indireto <i>per capita</i>	149,82	121,74	150,21	130,23	157,49	112,96	185,87	146,09

Unidade: €/hab

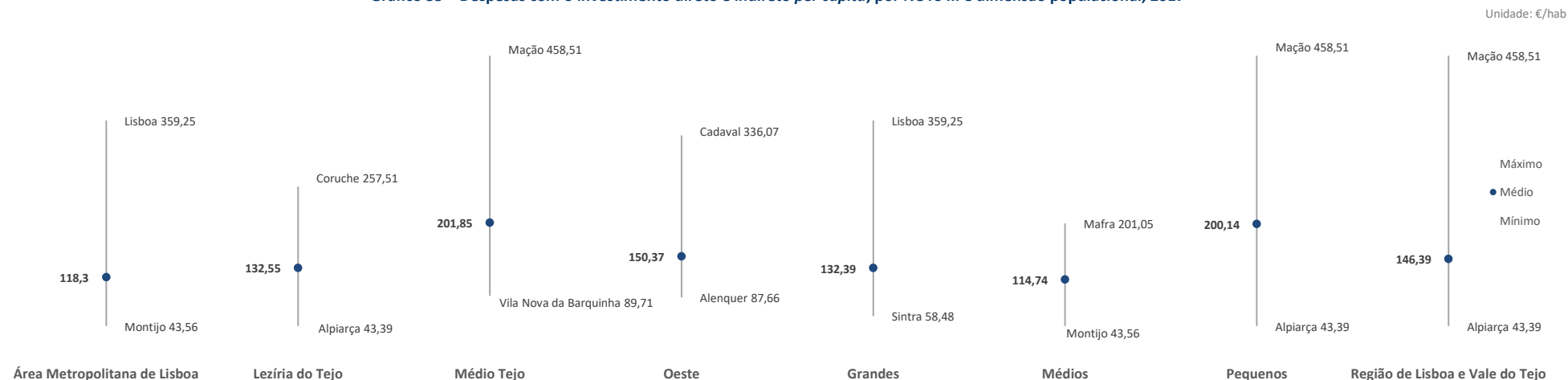
Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 102 – Rankings – Despesas com o investimento direto e indireto *per capita*, 2017

Ranking – Maiores despesas com o investimento direto e indireto <i>per capita</i>				Ranking – Menores despesas com o investimento direto e indireto <i>per capita</i>			
NUTS III	Dimensão	Municípios	€/hab	NUTS III	Dimensão	Municípios	€/hab
MT	Pequeno	Mação	458,51	LT	Pequeno	Alpiarça	43,39
MT	Pequeno	Constância	370,54	AML	Médio	Montijo	43,56
AML	Grande	Lisboa	359,25	AML	Pequeno	Alcochete	54,74
O	Pequeno	Cadaval	336,07	AML	Grande	Sintra	58,48
MT	Pequeno	Sardoal	279,89	AML	Médio	Palmela	65,74
MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	266,01	AML	Médio	Moita	66,47
LT	Pequeno	Coruche	257,51	LT	Médio	Benavente	75,87
O	Pequeno	Nazaré	247,99	LT	Médio	Cartaxo	77,30
AML	Médio	Mafra	201,05	AML	Grande	Amadora	78,73
LT	Médio	Rio Maior	193,09	LT	Médio	Santarém	82,60

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 55 – Despesas com o investimento direto e indireto *per capita*, por NUTS III e dimensão populacional, 2017



Unidade: €/hab

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 103 – Peso das despesas com o investimento direto e indireto nas despesas totais, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

	Por NUTS III				Por dimensão populacional			RLVT
	Área Metropolitana de Lisboa	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grandes	Médios	Pequenos	
Peso das despesas com o investimento direto e indireto nas despesas totais	21,4	13,2	18,5	19,8	22,1	16,6	19,1	20,4

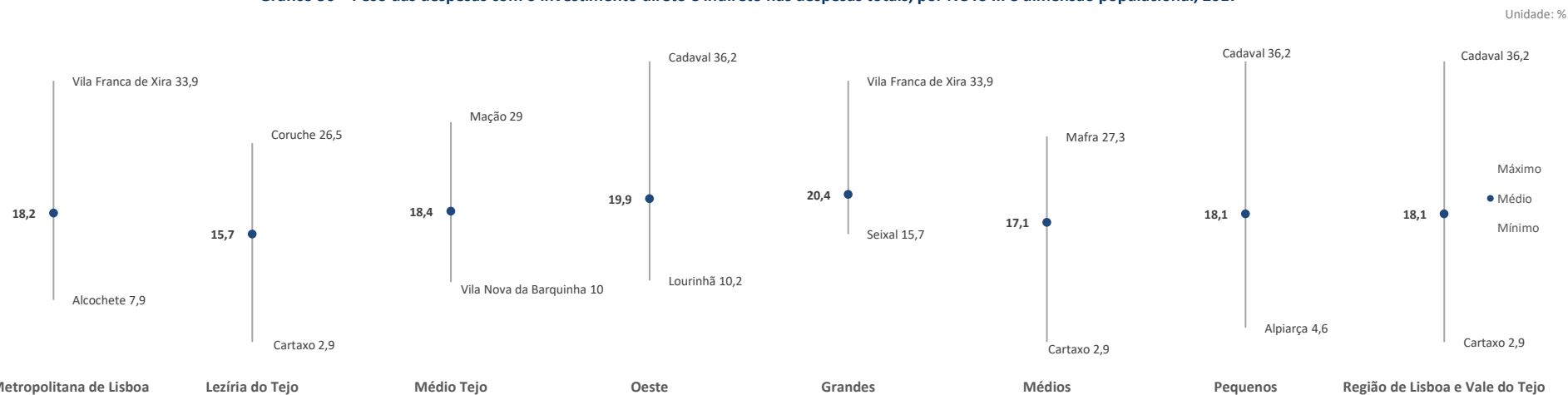
Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 104 – Rankings – Peso das despesas com o investimento direto e indireto nas despesas totais, 2017

Ranking – Maiores pesos das despesas com o investimento direto e indireto nas despesas totais				Ranking – Menores pesos das despesas com o investimento direto e indireto nas despesas totais			
NUTS III	Dimensão	Municípios	%	NUTS III	Dimensão	Municípios	%
O	Pequeno	Cadaval	36,2	LT	Médio	Cartaxo	2,9
AML	Grande	Vila Franca de Xira	33,9	LT	Pequeno	Alpiarça	4,6
MT	Pequeno	Mação	29,0	AML	Pequeno	Alcochete	7,9
AML	Médio	Mafra	27,3	AML	Médio	Montijo	9,3
LT	Pequeno	Coruche	26,5	MT	Pequeno	Vila Nova da Barquinha	10,0
O	Médio	Alcobaça	26,5	AML	Médio	Palmela	10,2
AML	Grande	Lisboa	25,8	O	Médio	Lourinhã	10,2
O	Pequeno	Nazaré	25,1	MT	Médio	Torres Novas	11,4
O	Médio	Caldas da Rainha	25,0	LT	Pequeno	Golegã	12,5
MT	Médio	Ourém	24,5	MT	Médio	Entroncamento	12,6

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 56 – Peso das despesas com o investimento direto e indireto nas despesas totais, por NUTS III e dimensão populacional, 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

2.2.7 SERVIÇO DA DÍVIDA

Em 2017 as despesas com o serviço da dívida atingiram os 220,51 M€ na RLVT, 8,4% das despesas totais, designadamente:

- 184,36 M€ na amortização de empréstimos de médio e longo prazo (83,6% do total serviço de dívida);
- 23,93 M€ para pagamento de juros e outros encargos (10,9%);
- 10,57 M€ destinados à amortização de empréstimos de curto prazo (4,8%);
- 1,66 M€ para fazer face aos outros passivos financeiros (0,8%).

Destaque para o facto de 4 municípios concentrarem mais de metade das despesas pagas no serviço de dívida, ao nível da região – Cartaxo, Lisboa, Setúbal e Lourinhã.

Benavente foi onde menos se gastou, tanto em termos absolutos, como *per capita*.

Na Lezíria do Tejo registou-se o maior peso de despesas deste agregado, registando pesos muito superiores ao peso regional e às demais sub-regiões, muito pela contribuição do Cartaxo, Alpiarça (27,9%) e Santarém (19,3%).

Em termos médios os municípios de média dimensão registaram o peso mais elevado.

Mapa 21 – Serviço da dívida *per capita*, 2017

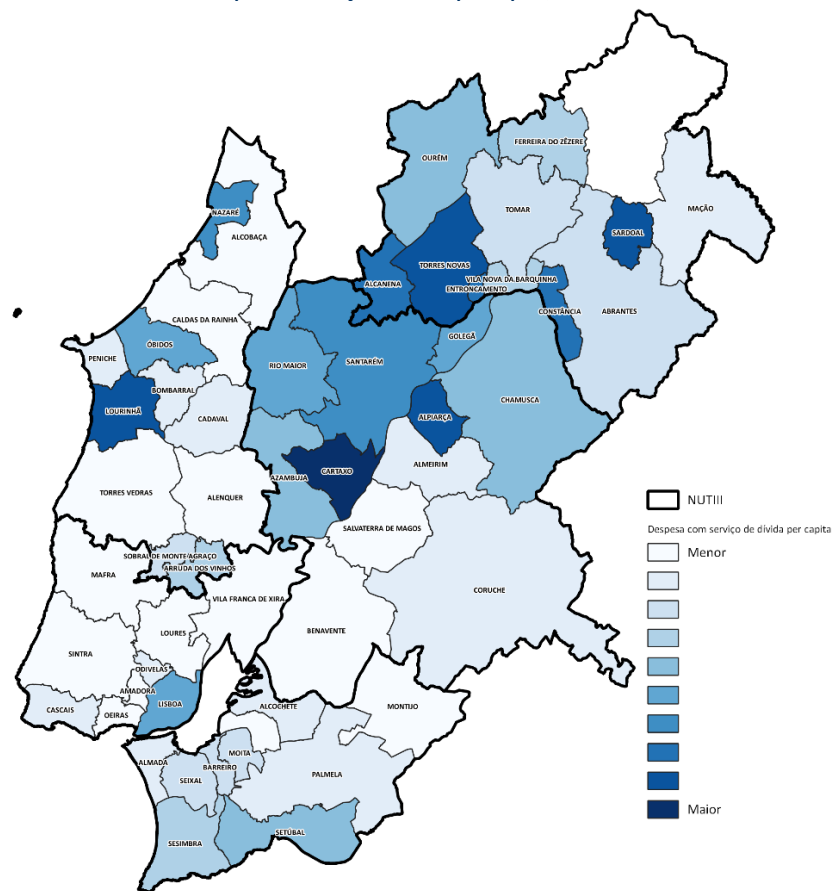


Tabela 105 – Despesas com o serviço da dívida, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

	Por NUTS III				Por dimensão populacional			RLVT
	Área Metropolitana de Lisboa	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grandes	Médios	Pequenos	
Serviço da dívida	112,01	64,75	24,91	18,84	98,22	107,22	15,07	220,51

Unidade: M€

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

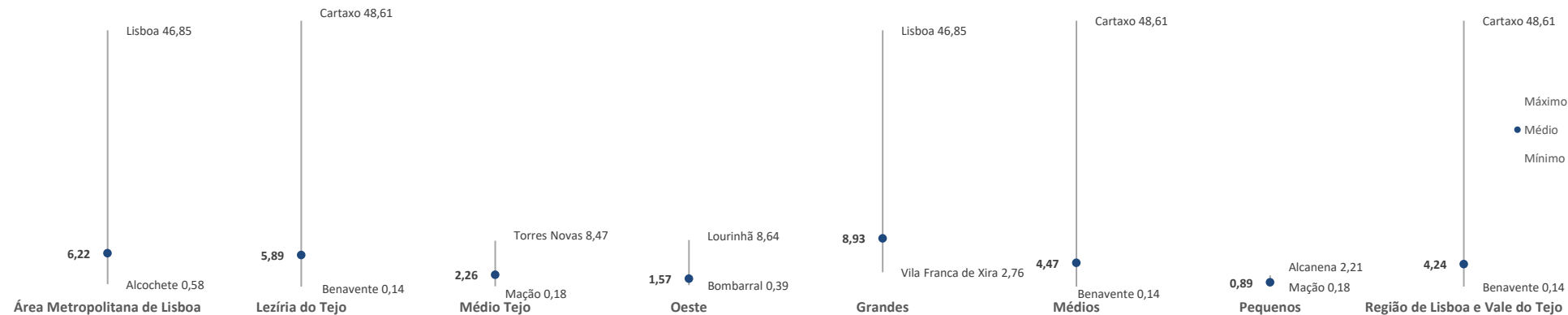
Tabela 106 – Rankings – Despesas com o serviço da dívida, 2017

Ranking – Maiores despesas com o serviço da dívida				Ranking – Menores despesas com o serviço da dívida			
NUTS III	Dimensão	Municípios	M€	NUTS III	Dimensão	Municípios	M€
LT	Médio	Cartaxo	48,61	LT	Médio	Benavente	0,14
AML	Grande	Lisboa	46,85	MT	Pequeno	Mação	0,18
AML	Grande	Setúbal	10,14	LT	Médio	Salvaterra de Magos	0,38
O	Médio	Lourinhã	8,64	O	Pequeno	Bombarral	0,39
AML	Grande	Seixal	8,58	O	Pequeno	Cadaval	0,40
MT	Médio	Torres Novas	8,47	O	Pequeno	Sobral Monte Agraço	0,43
LT	Médio	Santarém	7,29	MT	Pequeno	Vila Nova Barquinha	0,49
AML	Grande	Cascais	5,24	LT	Pequeno	Golegã	0,54
AML	Grande	Loures	4,53	AML	Pequeno	Alcochete	0,58
AML	Grande	Almada	4,51	MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	0,58

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 57 – Despesas com o serviço da dívida, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 107 – Despesas com o serviço da dívida *per capita*, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

	Por NUTS III				Por dimensão populacional			RLVT
	Área Metropolitana de Lisboa	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grandes	Médios	Pequenos	
Serviço da dívida <i>per capita</i>	39,53	271,23	115,09	52,67	40,60	102,30	83,98	60,47

Unidade: €/hab

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

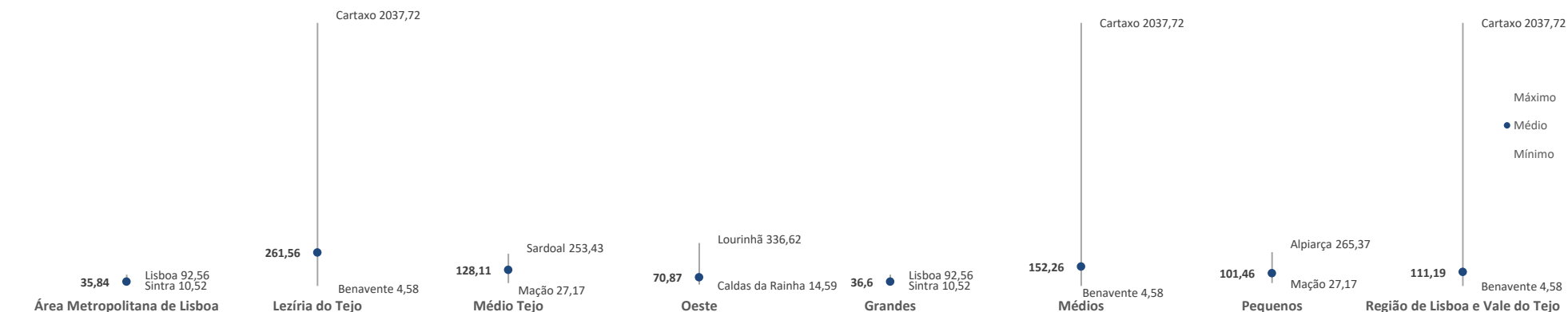
Tabela 108 – Rankings – Despesas com o serviço da dívida *per capita*, 2017

Ranking – Maiores despesas com o serviço da dívida <i>per capita</i>				Ranking – Menores despesas com o serviço da dívida <i>per capita</i>			
NUTS III	Dimensão	Municípios	€/hab	NUTS III	Dimensão	Municípios	€/hab
LT	Médio	Cartaxo	2.037,72	LT	Médio	Benavente	4,58
O	Médio	Lourinhã	336,62	AML	Grande	Sintra	10,52
LT	Pequeno	Alpiarça	265,37	AML	Médio	Mafra	11,48
MT	Pequeno	Sardoal	253,43	O	Médio	Caldas da Rainha	14,59
MT	Médio	Torres Novas	240,58	O	Médio	Alcobaça	15,44
MT	Pequeno	Constância	213,15	O	Médio	Torres Vedras	17,02
MT	Médio	Entroncamento	183,28	LT	Médio	Salvaterra de Magos	17,51
MT	Pequeno	Alcanena	170,57	AML	Grande	Vila Franca de Xira	19,51
O	Pequeno	Nazaré	143,34	AML	Grande	Amadora	20,15
LT	Médio	Santarém	126,14	AML	Grande	Oeiras	20,40

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 58 – Despesas com o serviço da dívida *per capita*, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

Unidade: €/hab



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 109 – Peso das despesas com o serviço da dívida nas despesas totais, por NUTS III e dimensão populacional, 2017

	Por NUTS III				Por dimensão populacional			RLVT
	Área Metropolitana de Lisboa	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	Grandes	Médios	Pequenos	
Peso das despesas com o serviço da dívida nas despesas totais	5,6	29,4	14,2	8,0	5,7	15,0	8,6	8,4

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

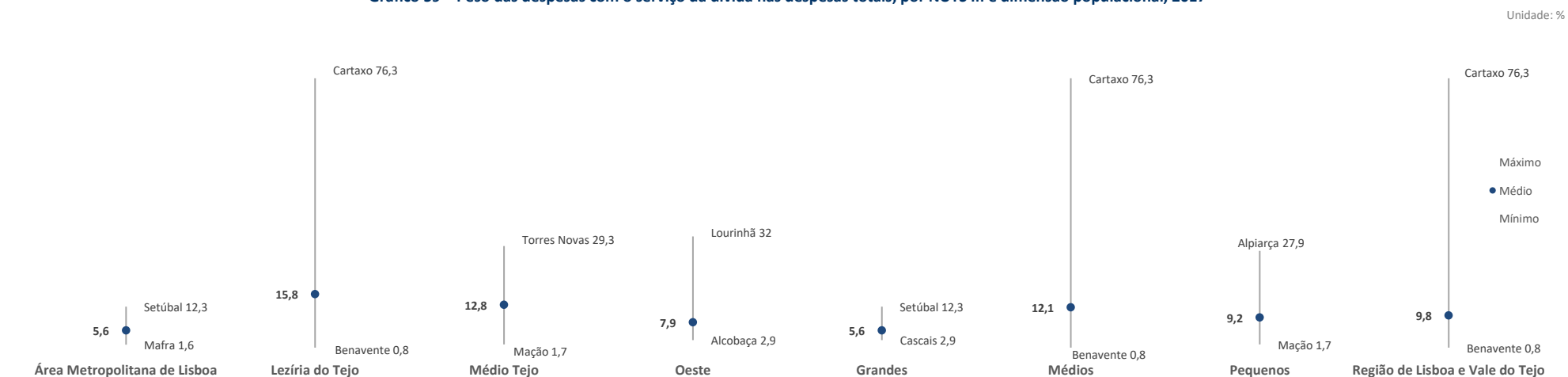
Tabela 110 – Rankings – Peso das despesas com o serviço da dívida nas despesas totais, 2017

Ranking – Maiores pesos das despesas com o serviço da dívida nas despesas totais			
NUTS III	Dimensão	Municípios	%
LT	Médio	Cartaxo	76,3
O	Médio	Lourinhã	32,0
MT	Médio	Torres Novas	29,3
LT	Pequeno	Alpiarça	27,9
MT	Médio	Entroncamento	23,7
LT	Médio	Santarém	19,3
MT	Pequeno	Alcanena	19,2
O	Pequeno	Nazaré	14,5
MT	Pequeno	Sardoal	13,7
MT	Pequeno	Constância	12,6

Ranking – Menores pesos das despesas com o serviço da dívida nas despesas totais			
NUTS III	Dimensão	Municípios	%
LT	Médio	Benavente	0,8
AML	Médio	Mafra	1,6
MT	Pequeno	Mação	1,7
O	Médio	Alcobaca	2,9
AML	Grande	Cascais	2,9
O	Médio	Caldas da Rainha	3,0
AML	Grande	Sintra	3,0
O	Médio	Torres Vedras	3,1
AML	Grande	Oeiras	3,1
O	Pequeno	Cadaval	3,1

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 59 – Peso das despesas com o serviço da dívida nas despesas totais, por NUTS III e dimensão populacional, 2017



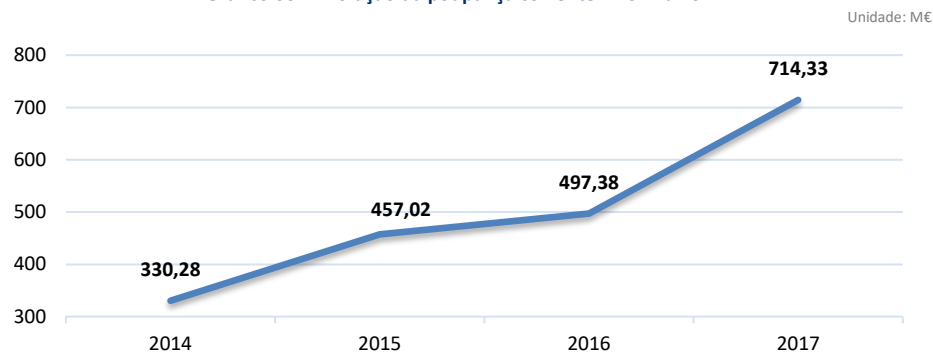
Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

3 INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA ORÇAMENTAL

3.1 POUPANÇA CORRENTE

Este rácio caracteriza o excedente das receitas correntes sobre as despesas correntes, potencializador de uma maior capacidade em investir.

Gráfico 60 – Evolução da poupança corrente – 2014 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2017 dos municípios da RLVT.

- Crescimento de 384,05 M€ da poupança corrente, particularmente elevada no último ano (43,6%), correspondendo a uma variação global positiva de 116,3%;
- Maior capacidade dos grandes municípios em produzir poupança, revelando elevadas taxas de crescimento em 2014 e 2017, particularmente influenciados pela poupança registada em Lisboa, Cascais e Oeiras;
- Crescimento da poupança dos municípios médios e pequenos, apesar de nestes últimos o ano de 2015 ter sido um ano de quebra, influenciada pelos resultados de Óbidos e Nazaré;
- Em 2014, Santarém e Cartaxo apresentaram poupança corrente negativa, tendo este último mantido registos negativos em 2015, conjuntamente com a Nazaré; ambos melhoraram a sua situação em 2016, ao apresentarem efetivas poupanças; em 2017, Cartaxo apresentou novamente poupança corrente negativa de 5,68 M€;
- Lisboa foi o município com maior variação de poupança corrente (2016 e 2017);
- A poupança corrente caiu em 20 municípios entre 2015 e 2016, e em 14 entre 2016 e 2017.

Tabela 111 – Evolução da poupança corrente municipal, por NUTS III – 2014 a 2017

Unidade: M€

NUTS III	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
					2016-2017	2014-2017
Área Metropolitana de Lisboa	259,78	368,58	402,77	616,42	53,0	137,3
Lezíria do Tejo	15,24	22,85	26,48	25,39	-4,1	66,6
Médio Tejo	25,32	31,74	31,35	30,70	-2,1	21,2
Oeste	29,94	33,85	36,77	41,82	13,7	39,7

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2017 dos municípios da RLVT.

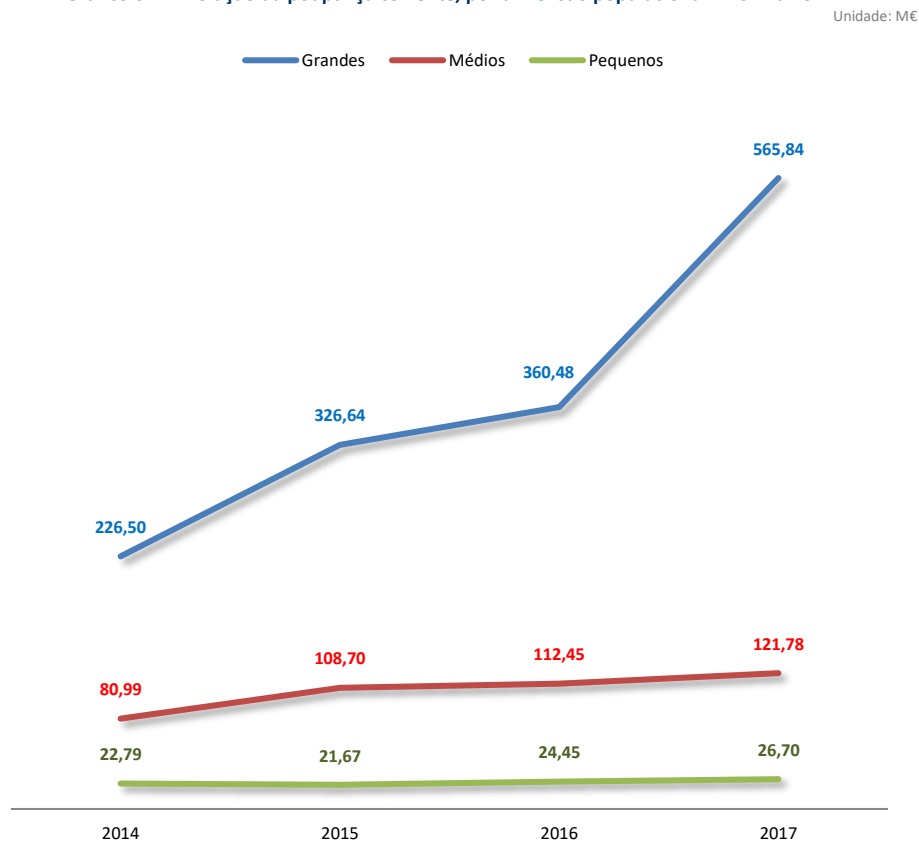
Tabela 112 – Evolução da poupança corrente municipal, por dimensão populacional – 2014 a 2017

Unidade: M€

Dimensão	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
					2016-2017	2014-2017
Grandes	226,50	326,64	360,48	565,84	57,0	149,8
Médios	80,99	108,70	112,45	121,78	8,3	50,4
Pequenos	22,79	21,67	24,45	26,70	9,2	17,2

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 61 – Evolução da poupança corrente, por dimensão populacional – 2014 a 2017



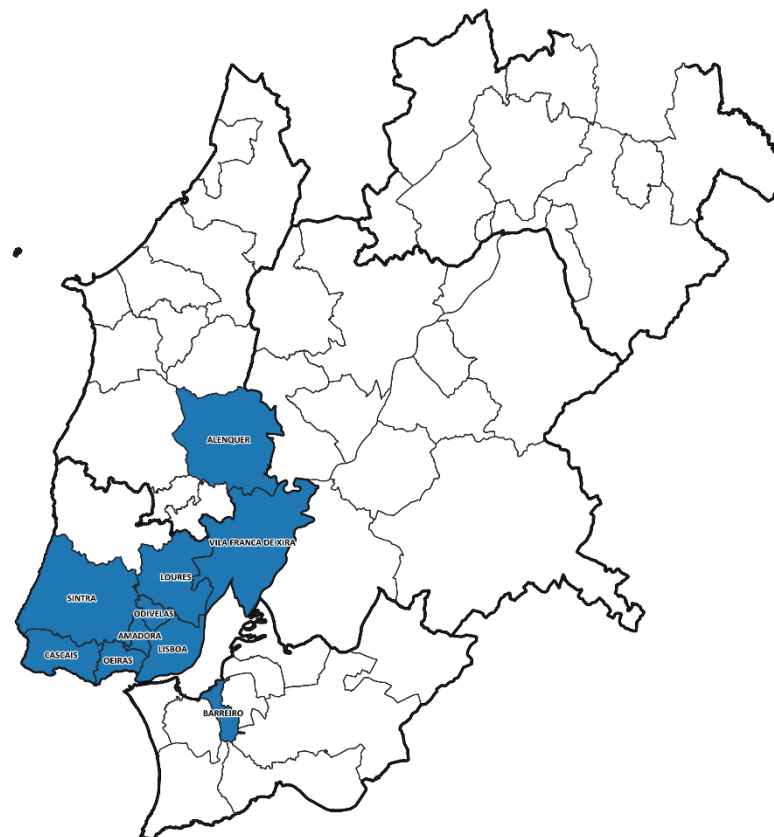
Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 113 – Ranking - Variação da poupança corrente – 2016 a 2017

NUTS III	Dimensão	Municípios	2014	2015	2016	2017	Unidade: M€
							Variação 2016-2017
AML	Grande	Lisboa	67,36	126,89	144,07	273,26	129,19
AML	Grande	Cascais	18,26	20,43	26,56	51,79	25,23
AML	Grande	Oeiras	38,67	35,95	41,95	57,22	15,27
AML	Grande	Loures	7,73	9,18	11,17	23,06	11,89
AML	Grande	Sintra	37,42	48,44	47,39	56,00	8,60
AML	Grande	Odivelas	11,05	12,16	12,55	19,99	7,44
AML	Grande	Vila Franca de Xira	9,72	9,58	12,30	15,28	2,97
AML	Médio	Barreiro	7,08	7,01	6,62	9,54	2,91
AML	Grande	Amadora	9,06	14,94	16,43	19,11	2,68
O	Médio	Alenquer	2,82	2,99	3,06	5,62	2,56

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2017 dos municípios da RLVT.

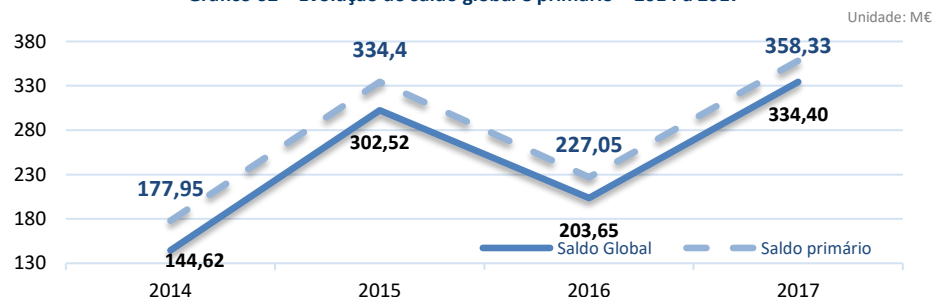
Mapa 22 – Maior variação da poupança corrente – 2016 a 2017



3.2 SALDO GLOBAL E PRIMÁRIO

O saldo global municipal evidencia o excedente da receita efetiva sobre a despesa efetiva, enquanto o saldo primário acresce ao saldo global o valor dos juros. Ambos, em geral, apresentaram a mesma tendência.

Gráfico 62 – Evolução do saldo global e primário – 2014 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2017 dos municípios da RLVT.

O saldo orçamental global²⁰ aumentou 109,2% entre 2014 e 2015, e em 2016 baixou em 32,7%, voltando a subir 64,2% em 2017, influenciada por alguns municípios:

- Entre 2014 e 2015, apesar do aumento regional, em grande parte resultante da variação significativa em Lisboa (85,75 M€) e Seixal (38,94 M€), 22 municípios registaram uma diminuição, sendo de 23 em 2016;
- Entre 2015 e 2016, a variação negativa foi muito devida às variações apresentadas por Lisboa (-113,70 M€), Almada (de 3,72 M€ passou para -4,55 M€), Sintra (-4,34 M€) e Amadora (-3,56 M€); em contrapartida, 29 municípios melhoraram o seu saldo global;
- Entre 2016 e 2017, o aumento regional teve por fundamento principal a variação positiva do saldo global em Lisboa (132,15 M€), uma vez que o mesmo desceu em 35 municípios;
- Entre 2014 e 2015, o número de municípios com saldo global negativo reduziu-se de 7 para 4, subindo para 5 em 2016 e para 10 em 2017;
- Em 2015 os saldos negativos evoluíram favoravelmente em Cadaval, Caldas da Rainha, Salvaterra de Magos, Santarém, Seixal e Vila Nova da Barquinha, mantendo-se, no entanto, o saldo global negativo no Cartaxo, ao qual se juntaram Nazaré, Óbidos e Torres Vedras;
- Em 2016, situação mais favorável para estes municípios, com Cartaxo a apresentar ainda resultados negativos, embora melhores que no ano anterior, juntando-se Almada, Salvaterra de Magos, Arruda dos Vinhos e Golegã, os quais também registaram saldos globais negativos;

²⁰ RECEITA EFETIVA = RECEITA CORRENTE BRUTA + RECEITA DE CAPITAL BRUTA - ATIVOS - PASSIVOS FINANCEIROS + RNAP.
 DESPESA EFETIVA = DESPESA CORRENTE + DESPESA DE CAPITAL - ATIVOS - PASSIVOS FINANCEIROS.
 SALDO GLOBAL = RECEITA EFETIVA - DESPESA EFETIVA.

- Em 2017, Cartaxo registou um saldo global ainda mais negativo, bem como Almada e Salvaterra de Magos; já os municípios de Golegã e Arruda dos Vinhos evoluíram para saldos positivos, enquanto que Vila Franca de Xira, Mação, Cadaval, Nazaré, Sobral de Monte Agraço, Caldas da Rainha e Sardoal passaram a registar saldos negativos.

Tabela 114 – Evolução do saldo global, por NUTS III – 2014 a 2017

NUTS III	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
					2016-2017	2014-2017
Área Metropolitana de Lisboa	122,71	264,68	144,29	303,27	110,2	147,1
Lezíria do Tejo	-4,04	10,58	17,41	11,14	-36,0	375,4
Médio Tejo	14,93	19,68	21,95	10,27	-53,2	-31,2
Oeste	11,02	7,58	20,00	9,72	-51,4	-11,7

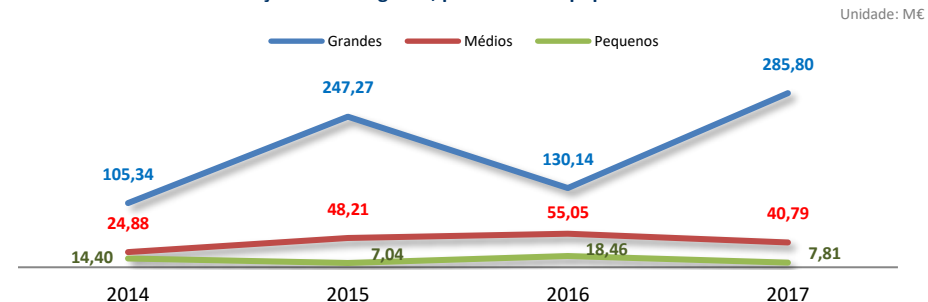
Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 115 – Evolução do saldo global, por dimensão populacional – 2014 a 2017

Dimensão	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
					2016-2017	2014-2017
Grandes	105,34	247,27	130,14	285,80	119,6	171,3
Médios	24,88	48,21	55,05	40,79	-25,9	63,9
Pequenos	14,40	7,04	18,46	7,81	-57,7	-45,7

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 63 – Evolução do saldo global, por dimensão populacional – 2014 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 116 – Evolução do saldo primário, por NUTS III – 2014 a 2017

NUTS III	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
					2016-2017	2014-2017
Área Metropolitana de Lisboa	145,75	286,86	159,67	317,41	98,8	117,8
Lezíria do Tejo	0,39	15,25	21,08	17,71	-16,0	4390,4
Médio Tejo	17,56	21,72	23,51	11,34	-51,8	-35,4
Oeste	14,25	10,58	22,80	11,88	-47,9	-16,7

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2017 dos municípios da RLVT.

SALDO PRIMÁRIO = SALDO GLOBAL + JUROS.

Tabela 117 – Evolução do saldo primário, por dimensão populacional– 2014 a 2017

Dimensão	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
					Unidade: M€	
					2016-2017	2014-2017
Grandes	126,06	267,39	143,72	298,83	107,9	137,1
Médios	34,59	57,16	62,46	49,39	-20,9	42,8
Pequenos	17,30	9,86	20,87	10,11	-51,6	-41,6

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 118 – Ranking - Variação do saldo global – 2016 a 2017

NUTS III	Dimensão	Municípios	2014	2015	2016	2017	Variação 2016-2017
AML	Grande	Lisboa	54,81	140,56	26,86	159,00	132,15
AML	Grande	Oeiras	10,73	16,58	18,67	39,60	20,92
AML	Grande	Cascais	2,49	5,12	7,46	25,25	17,79
AML	Grande	Loures	2,95	5,65	4,44	7,44	2,99
AML	Grande	Odivelas	5,92	6,08	4,80	7,49	2,70
AML	Médio	Barreiro	4,12	3,08	0,81	2,91	2,10
AML	Médio	Moita	4,76	1,30	0,99	2,55	1,56
LT	Médio	Azambuja	2,62	2,83	1,86	3,21	1,35
O	Médio	Alenquer	0,10	0,96	1,38	2,64	1,26
AML	Grande	Amadora	6,79	11,38	7,82	8,98	1,16

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2017 dos municípios da RLVT.

Mapa 23 – Maior variação do saldo global – 2016 a 2017

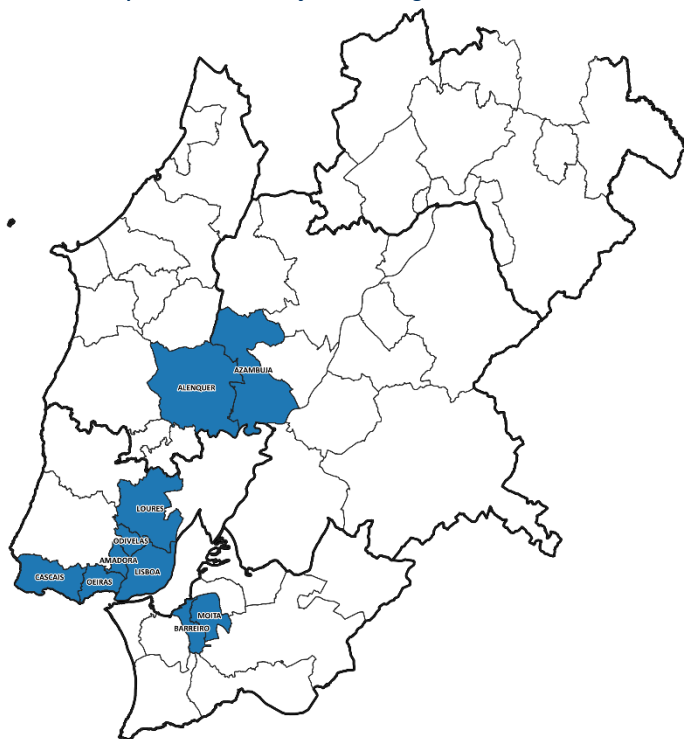
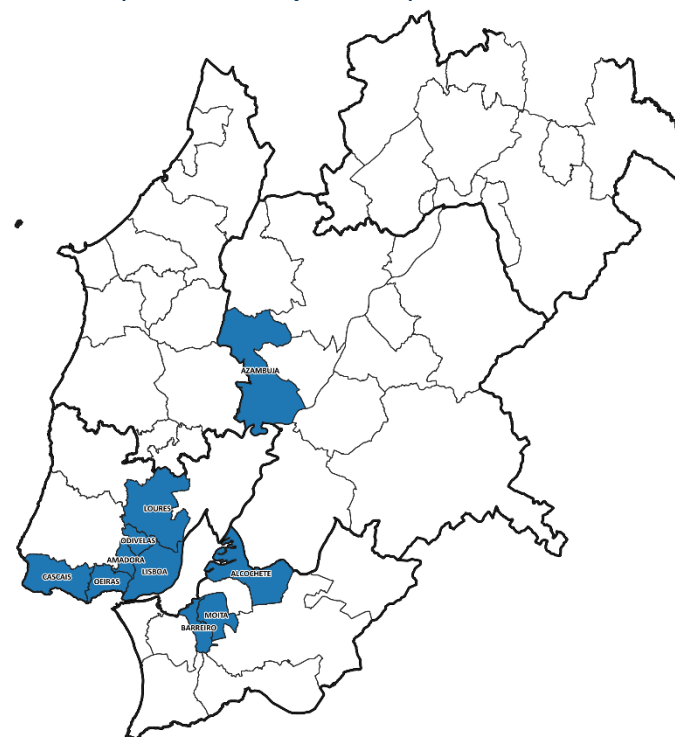


Tabela 119 – Ranking - Variação do saldo primário – 2016 a 2017

NUTS III	Dimensão	Municípios	2014	2015	2016	2017	Variação 2016-2017
AML	Grande	Lisboa	62,07	150,46	33,50	166,53	133,03
AML	Grande	Oeiras	13,17	18,49	20,18	40,66	20,48
AML	Grande	Cascais	3,75	6,35	7,99	25,69	17,70
AML	Grande	Loures	4,08	6,23	4,77	7,62	2,85
AML	Grande	Odivelas	6,53	6,66	5,24	7,55	2,30
AML	Médio	Barreiro	4,65	3,45	1,21	3,12	1,91
AML	Médio	Moita	4,91	1,38	1,03	2,57	1,54
LT	Médio	Azambuja	2,87	3,03	2,07	3,29	1,22
AML	Grande	Amadora	7,15	11,47	7,90	9,01	1,12
AML	Pequeno	Alcochete	1,02	0,99	1,89	2,74	0,85

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2017 dos municípios da RLVT.

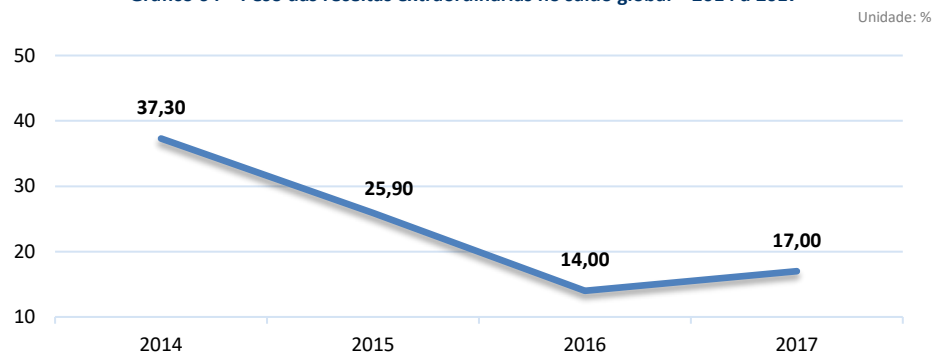
Mapa 24 – Maior variação do saldo primário – 2016 a 2017



3.3 PESO DAS RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS NO SALDO GLOBAL

Neste rácio afere-se o peso das receitas extraordinárias do exercício, entendidas estas como o peso que as receitas decorrentes da venda de bens de investimento têm no saldo global.

Gráfico 64 – Peso das receitas extraordinárias no saldo global – 2014 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2017 dos municípios da RLVT.

Os últimos 4 anos de gestão municipal evidenciaram:

- Em termos regionais, uma descida contínua deste rácio, até 2016, ou seja, o aumento do saldo global foi maior que o acréscimo da venda de bens de investimento;
- Em 2017, a tendência inverteu-se e este indicador subiu, resultado do crescimento regional da venda de bens de investimento e do saldo global;
- As tendências anteriormente referidas foram influenciadas pelo registo do grupo de municípios da Área Metropolitana de Lisboa, principalmente até 2016, já que essa linearidade não se revelou nas outras sub-regiões, apresentando tendências distintas;
- No grupo grandes municípios este rácio apresentou sempre uma tendência de decréscimo;
- Nos municípios pequenos houve um registo evolutivo de subidas e descidas, salientando-se o valor anormal de subida em 2015;
- Os municípios médios registaram-se tendências suaves de descidas e subidas sucessivas;
- Destaque para Lisboa, com pesos significativos de venda de bens de investimento, uma receita extraordinária, no saldo global.

Tabela 120 – Evolução do peso das receitas extraordinárias no saldo global, por NUTS III – 2014 a 2017

NUTS III	2014	2015	2016	2017	Variação	
					2016-2017	2014-2017
					Unidade: %	
Área Metropolitana de Lisboa	42,7	28,5	18,7	18,3	-2,1	-57,1
Lezíria do Tejo	-8,1	3,0	1,1	4,0	254,0	148,9
Médio Tejo	4,1	1,4	0,7	7,4	900,9	80,2
Oeste	5,5	30,0	5,6	2,5	-55,1	-54,2

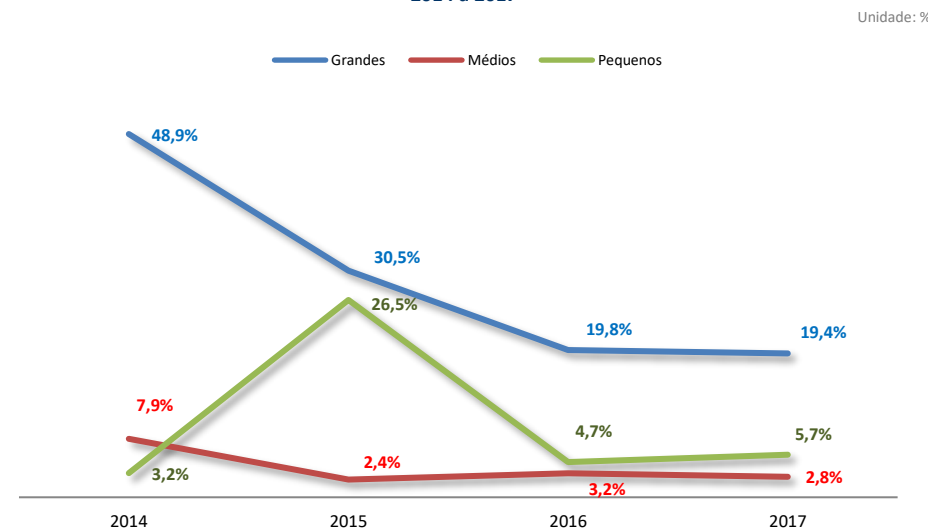
Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 121 – Evolução do peso das receitas extraordinárias no saldo global, por dimensão populacional – 2014 a 2017

Dimensão	2014	2015	2016	2017	Variação	
					2016-2017	2014-2017
					Unidade: %	
Grandes	48,9	30,5	19,8	19,4	-2,3	-60,4
Médios	7,9	2,4	3,2	2,8	-14,3	-64,7
Pequenos	3,2	26,5	4,7	5,7	20,8	76,6

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 65 – Evolução do peso das receitas extraordinárias no saldo global, por dimensão populacional – 2014 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 122 – Ranking - Peso das receitas extraordinárias no saldo global, 2017

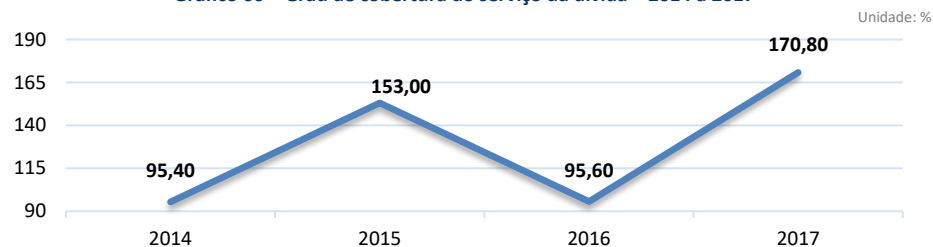
NUTS III	Dimensão	Municípios	2014	2015	2016	2017
LT	Pequeno	Golegã	0,0	0,0	0,0	156,8
O	Médio	Peniche	11,5	1,8	1,1	103,5
MT	Pequeno	Constância	0,0	1,9	1,2	95,6
AML	Grande	Cascais	11,7	9,0	5,4	31,1
AML	Grande	Lisboa	91,7	51,7	85,1	28,6
MT	Médio	Ourém	2,3	0,4	0,0	23,3
MT	Médio	Tomar	13,1	3,6	0,3	12,6
MT	Médio	Torres Novas	3,8	0,3	0,6	12,1
O	Pequeno	Bombarral	0,0	10,2	22,9	8,2
LT	Médio	Benavente	0,1	0,7	0,1	6,7

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2017 dos municípios da RLVT.

3.4 GRAU DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA

O grau de cobertura do serviço de dívida²¹ evidencia em que medida o saldo primário responde às necessidades de pagamento de encargos financeiros e dos compromissos assumidos com a amortização de empréstimos de médio e longo prazo.

Gráfico 66 – Grau de cobertura do serviço da dívida – 2014 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2017 dos municípios da RLVT.

Ao nível regional a cobertura do serviço de dívida pelo saldo primário oscilou, no período em análise, registando níveis mínimos em 2014 e 2016, com um crescimento global de 79,1%. Esta tendência resultou em grande parte pelos resultados evidenciados pelos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, com dinâmica distinta das restantes sub-regiões.

O ano 2017 foi particularmente expressivo para os grandes municípios no maior grau de cobertura do serviço da dívida obtida, crescendo a cobertura no período em análise. Já para os municípios de pequena e média dimensão, entre 2014 e 2017 o grau de cobertura reduziu-se, com picos de cobertura em 2015 e 2016 para os de média e pequena dimensão, respetivamente.

A diversidade das dinâmicas expostas foi significativamente influenciada por alguns registos, nomeadamente em 2017 por Oeiras, Sintra e Cascais – pelos saldos mais elevados, e pelos rácios negativos registados em 9 municípios, nomeadamente Mação (-561,1%). Em 2017 e 2015, 25 municípios registaram saldos primários insuficientes para cobrir os encargos com o serviço da dívida, valor superior a 2016 (18) e 2015 (20).

Tabela 123 – Evolução do grau de cobertura do serviço da dívida, por NUTS III – 2014 a 2017

NUTS III	2014	2015	2016	2017	Variação	
					2016-2017	2014-2017
Área Metropolitana de Lisboa	112,0	191,5	100,2	304,2	203,5	171,5
Lezíria do Tejo	1,7	55,6	45,1	27,6	-38,8	1543,9
Médio Tejo	92,8	100,4	152,5	51,0	-66,6	-45,0
Oeste	101,3	53,6	141,8	62,5	-55,9	-38,4

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2017 dos municípios da RLVT.

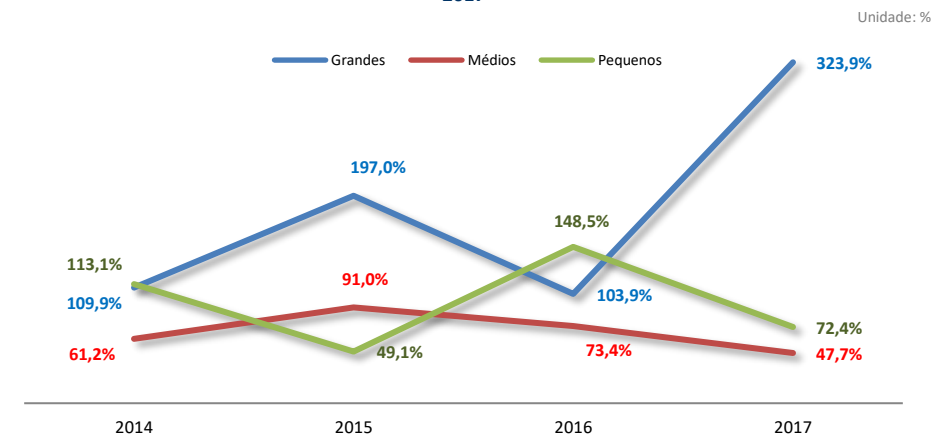
²¹ GRAU DE COBERTURA DO SERVIÇO DE DÍVIDA = SALDO PRIMÁRIO/ (COMPROMISSOS RELATIVOS A AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS DE MLP + DESPESAS PAGAS EM JUROS E OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS)
 SALDO GLOBAL = RECEITA EFETIVA - DESPESA EFETIVA
 SALDO PRIMÁRIO = SALDO GLOBAL + JUROS

Tabela 124 – Evolução do grau de cobertura do serviço da dívida, por dimensão populacional – 2014 a 2017

Dimensão	2014	2015	2016	2017	Variação	
					2016-2017	2014-2017
Grandes	109,9	197,0	103,9	323,9	211,8	194,7
Médios	61,2	91,0	73,4	47,7	-35,0	-22,0
Pequenos	113,1	49,1	148,5	72,4	-51,2	-35,9

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 67 – Evolução do grau de cobertura do serviço da dívida, por dimensão populacional – 2014 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 125 – Ranking - Variação do grau de cobertura do serviço da dívida – 2016 a 2017

NUTS III	Dimensão	Municípios	2014	2015	2016	2017	Variação 2016-2017
AML	Médio	Barreiro	124,0	98,9	11,7	126,6	979,5
AML	Grande	Lisboa	114,2	267,7	75,9	368,5	385,7
AML	Grande	Sintra	284,2	123,9	209,7	942,8	349,6
O	Pequeno	Arruda dos Vinhos	117,6	112,3	14,0	58,1	313,7
LT	Médio	Azambuja	207,9	157,1	45,5	178,7	292,6
AML	Grande	Oeiras	247,0	329,0	291,4	1.103,5	278,7
LT	Pequeno	Golegã	85,2	92,6	16,7	59,7	258,6
AML	Grande	Seixal	-342,6	169,3	42,2	130,1	208,1
AML	Grande	Cascais	70,0	117,6	166,8	482,5	189,2
LT	Médio	Santarém	-28,6	123,2	44,2	112,7	154,7

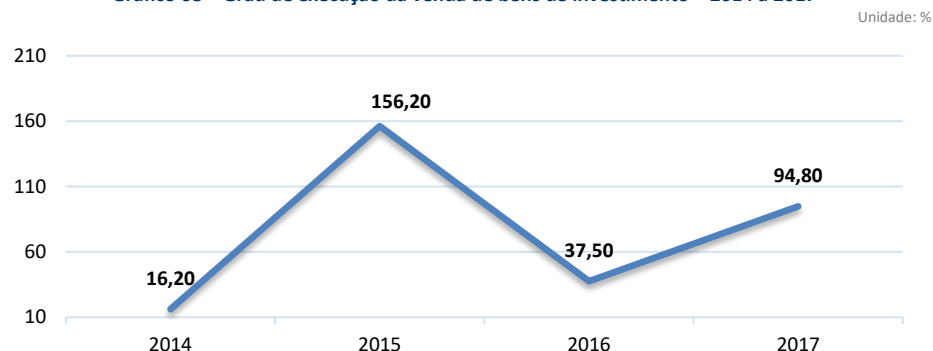
Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2017 dos municípios da RLVT

RECEITA EFETIVA = RECEITA CORRENTE BRUTA + RECEITA DE CAPITAL BRUTA - ATIVOS - PASSIVOS FINANCEIROS + RNAP.
 DESPESA EFETIVA = DESPESA CORRENTE + DESPESA DE CAPITAL - ATIVOS - PASSIVOS FINANCEIROS.

3.5 GRAU DE EXECUÇÃO DA VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO

Neste rácio afere-se o grau de execução da venda de bens de investimento, decorrendo este do excesso de cobrança na venda de bens de investimento (receita cobrada líquida) sobre as respetivas previsões corrigidas.

Gráfico 68 – Grau de execução da venda de bens de investimento – 2014 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2017 dos municípios da RLVT.

Os últimos 4 anos de gestão municipal evidenciaram:

- O ano de 2017 aquele em que a previsão e a cobrança de receitas com a venda de bens de investimento foram mais semelhantes, influenciada pelos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, apesar dos distintos resultados das restantes;
- Grande excesso de receitas cobradas com a venda de bens de investimento, face às previsões, no ano de 2015, registando-se um elevado grau de execução, fortemente influenciada pelo registo dos municípios do Oeste;
- Antagonicamente, 2014 e 2016 revelaram-se anos cujas receitas de venda de bens de investimento, ao nível regional, foram bastante inferiores às respetivas previsões, apesar do grau de execução registado Oeste;
- Graus de execução mais elevados: 2014 – Odivelas, Almeirim, Ourém e Cadaval; 2015 – Caldas da Rainha, Alenquer, Nazaré, Almeirim e Cartaxo; 2016 – Loures, Torres Vedras, Ferreira do Zêzere e Cadaval; 2017 – Palmela, Cartaxo e Cadaval;
- Municípios com graus de execução inferiores ou iguais a 100%, ou seja, registos em que as despesas com a venda de bens de investimento não excederam as respetivas previsões: 2014 – 36, 2015 – 26, 2016 – 21, revelando-se neste aspeto uma sucessiva diminuição do grau de previsão, o qual melhorou em 2017 – 32;
- Não registaram despesas com a venda de bens de investimento: 2014 – 9, 2015 – 12, 2016 – 9 e 2017 – 13 municípios;

- Alcobaça, Alpiarça, Cascais, Entroncamento, Golegã, Lourinhã, Montijo, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Sardoal, Seixal, Sobral de Monte Agraço e Vila Nova da Barquinha (13 municípios) registaram, nos quatro anos em simultâneo, uma execução do volume de receitas decorrentes da venda de bens de investimento abaixo dos respetivos valores previstos.

Tabela 126 – Evolução do grau de execução da venda de bens de investimento, por NUTS III – 2014 a 2017

NUTS III	2014	2015	2016	2017	Variação	
					2016-2017	2014-2017
Área Metropolitana de Lisboa	18,1	173,6	38,5	96,7	151,5	435,2
Lezíria do Tejo	3,8	23,8	17,5	53,7	207,0	1304,2
Médio Tejo	4,6	6,4	4,1	180,5	4.296,0	3.809,2
Oeste	3,4	253,5	184,3	17,1	-90,7	395,1

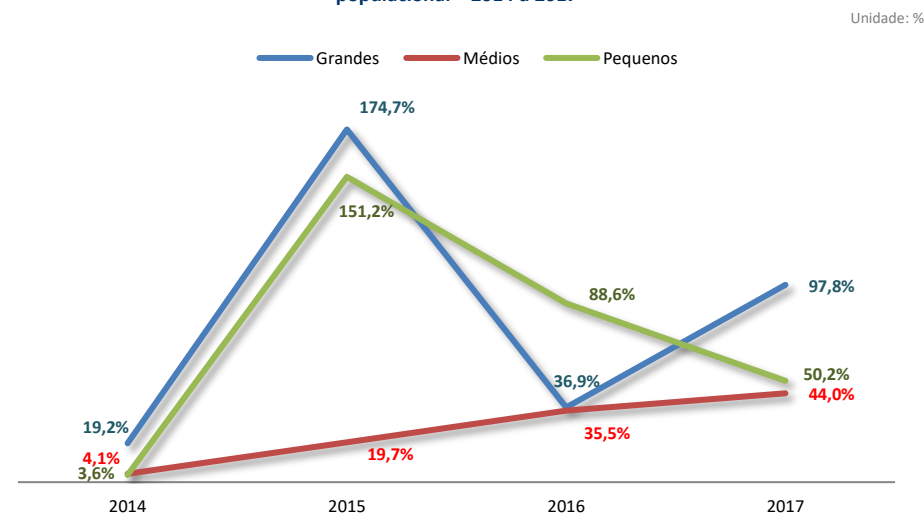
Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 127 – Evolução do grau de execução da venda de bens de investimento, por dimensão populacional – 2014 a 2017

Dimensão	2014	2015	2016	2017	Variação	
					2016-2017	2014-2017
Grandes	19,2	174,7	36,9	97,8	164,7	408,5
Médios	4,1	19,7	35,5	44,0	24,1	962,3
Pequenos	3,6	151,2	88,6	50,2	-43,4	1304,6

Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2017 dos municípios da RLVT.

Gráfico 69 – Evolução do grau de execução da venda de bens de investimento, por dimensão populacional – 2014 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2017 dos municípios da RLVT.

CAPÍTULO II. ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL

1 ANÁLISE DO BALANÇO

O Balanço é um dos principais mapas do sistema de contabilidade patrimonial e reflete a posição económica e financeira das autarquias locais, designadamente dos municípios, num determinado momento. Esta demonstração financeira é composta pelo ativo, passivo e fundos próprios, que representam respetivamente, as aplicações dos fundos (ativo) e as origens dos fundos (passivo e fundos próprios). O POCAL define vários princípios contabilísticos fundamentais para a compreensão da informação constante do Balanço, dos quais se podem destacar:

- Princípio da especialização (ou do acréscimo), em que os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem;
- Princípio do custo histórico, segundo o qual os registos contabilísticos devem basear-se em custos de aquisição ou de produção;
- Princípio da continuidade, de acordo com o qual se considera que a entidade opera continuamente, com duração ilimitada;

1.1 ATIVO

1.1.1 EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO ATIVO – 2013 A 2017

Da análise das componentes do ativo salientam-se os seguintes aspetos:

- O ativo líquido aumentou 209,94 M€, correspondente a uma variação de 1,7%, com tendência crescente, exceto no ano de 2014;
- O ativo imobilizado representou mais de 90% do ativo bruto, entre 2013 e 2015, descendo o seu peso em 2016 e 2017, para 89,2% e 88,5%, respetivamente;
- O imobilizado corpóreo, maior componente do ativo imobilizado, representou em média de 52,5% deste, superando a média dos bens do domínio público (33,0%);
- O imobilizado em curso tem vindo a reduzir o seu valor;
- As contas a receber, que representaram em média 3,6% do ativo bruto, desceram significativamente, correspondente a um menor volume de dívidas aos municípios;
- O saldo de depósitos em instituições financeiras e caixa em 31 de dezembro, não obstante ter um peso reduzido no ativo dos municípios (valor médio de 3,0% no período em análise), aumentou significativamente, no montante de 471,32 M€;
- As amortizações acumuladas no final de cada exercício foram crescentes (1326,83 M€), justificado pelo imobilizado bruto e pelo envelhecimento natural dos equipamentos.

- Princípio da não compensação, que determina que os elementos das rubricas do ativo e do passivo são apresentados em separado, não podendo ser compensados²².

O cumprimento dos princípios contabilísticos é essencial para garantir rigor e comparabilidade na informação contabilística por parte dos *stakeholders*, sejam eles as entidades que acompanham e controlam a contabilidade autárquica, como o Tribunal de Contas, ou os cidadãos em geral. Os municípios estão obrigados a apresentar, em sede de prestação de contas, um Balanço.

A análise assenta nos balanços aprovados pelos respetivos órgãos autárquicos, entre 2013 e 2017, no que respeita aos elementos que constituem a estrutura do Balanço, o peso relativo de cada município no conjunto dos municípios da RLVT, a influência da dimensão dos municípios no peso que apresentam as várias componentes dos agregados e completa-se a análise de cada ponto com a observação do peso relativo das quatro NUTS III da região, em 2017.

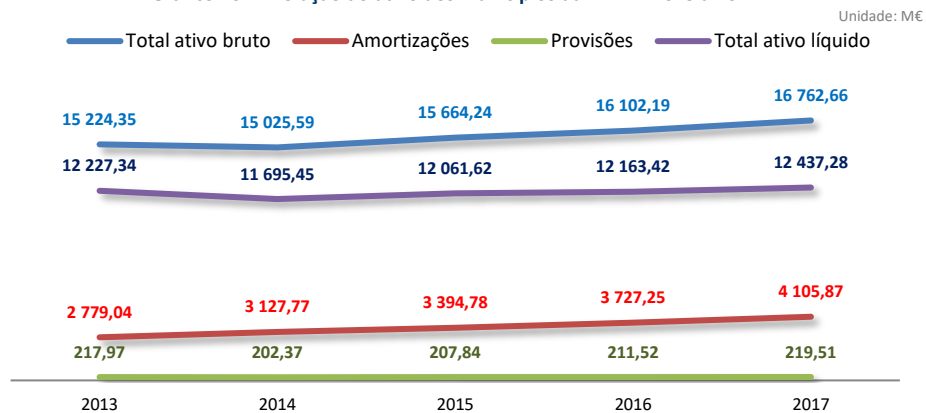
Tabela 128 – Evolução do ativo nos municípios da RLVT – 2013 a 2017

Ativo	2013	2014	2015	2016	2017	Unidade: M€ Variação (%)	
						2016-2017	2013-2017
Ativo imobilizado bruto	13.839,32	13.666,69	14.123,97	14.366,56	14.841,40	3,3	7,2
<i>Bens do domínio público</i>	5.151,63	4.915,79	5.089,76	5.277,48	5.523,42	4,7	7,2
<i>Imobilizado incorpóreo</i>	97,49	106,21	111,52	116,01	121,46	4,7	24,6
<i>Imobilizado corpóreo</i>	8.005,43	8.100,71	8.329,10	8.366,73	8.503,06	1,6	6,2
<i>Imobilizado em curso</i>	1.553,47	1.528,74	1.405,08	1.042,71	598,11	-42,6	-61,5
<i>Investimentos financeiros</i>	584,77	543,98	593,58	606,34	693,46	14,4	18,6
Existências	39,99	43,55	42,61	42,34	41,26	-2,6	3,2
Contas a receber	740,65	531,93	522,46	551,09	488,95	-11,3	-34,0
Títulos negociáveis	3,42	1,80	4,55	7,35	16,55	125,1	383,9
Depósitos em instituições financeiras e caixa	287,17	327,43	490,30	524,43	758,49	44,6	164,1
Acréscimo de proveitos	291,10	426,90	466,91	586,80	586,13	-0,1	101,3
Custos diferidos	22,70	27,29	13,44	23,62	29,88	26,5	31,7
Total ativo bruto	15.224,35	15.025,59	15.664,24	16.102,19	16.762,66	4,1	10,1
Amortizações	2.779,04	3.127,77	3.394,78	3.727,25	4.105,87	10,2	47,7
Provisões	217,97	202,37	207,84	211,52	219,51	3,8	0,7
Total ativo líquido	12.227,34	11.695,45	12.061,62	12.163,42	12.437,28	2,3	1,7

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

²² OS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS CONSTAM DO PONTO 3.2 - PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS DO POCAL.

Gráfico 70 – Evolução do ativo dos municípios da RLVT – 2013 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

Entre 2016 e 2017, nos municípios com maior variação relativa no ativo líquido total, o aumento do ativo resultou, maioritariamente, do acréscimo dos ativos registados como bens do domínio público ou imobilizado corpóreo.

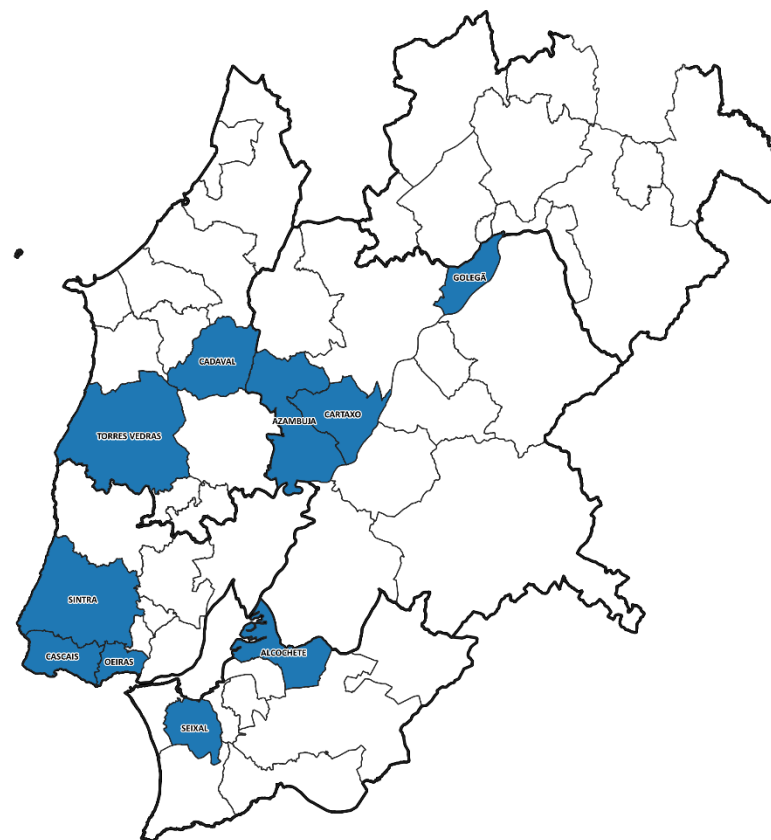
Tabela 129 – Lista dos municípios com maior variação positiva do ativo líquido – 2016 a 2017

Unidade: M€%

NUTS III	Dimensão	Municípios	2016	2017	Variação (%) 2016-2017
AML	Grande	Seixal	227,42	264,59	16,3
AML	Pequeno	Alcochete	46,78	53,04	13,4
LT	Médio	Azambuja	64,28	72,17	12,3
AML	Grande	Cascais	515,87	562,38	9,0
O	Pequeno	Cadaval	32,60	34,93	7,1
LT	Médio	Cartaxo	69,03	73,36	6,3
AML	Grande	Oeiras	569,29	600,74	5,5
LT	Pequeno	Golegã	31,16	32,44	4,1
O	Médio	Torres Vedras	138,62	144,05	3,9
AML	Grande	Sintra	821,02	853,02	3,9

Fonte: Prestações de Contas de 2016 e 2017 dos municípios da RLVT.

Mapa 25 – Maior variação positiva do ativo líquido – 2016 a 2017



1.1.2 ESTRUTURA DO ATIVO POR MUNICÍPIO

- Os bens do domínio público representavam, em média, 36,9% dos ativos dos municípios, oscilando entre os 7,5% do Barreiro e os 71,1% de Mação;
 - Posição diversa destes municípios em matéria dos bens do imobilizado corpóreo – enquanto o Barreiro detinha 74,5% dos respetivos ativos como imobilizado corpóreo, Mação tinha apenas 26,2% dos ativos com este regime, o que significa que privilegia o registo dos respetivos bens como do domínio público;
 - O imobilizado incorpóreo é irrelevante para a maioria dos municípios, assumindo em 38 municípios um peso relativo nulo ou inferior a 1%, no contexto dos ativos – em Almada, município com maior peso relativo, este não ultrapassou os 2,7%;
 - O imobilizado corpóreo representou em média 50,3% dos ativos dos municípios, variando entre os 23,1% de Loures e os 79,8% da Golegã do total dos ativos;
 - Para a grande maioria dos municípios (44) os investimentos financeiros constituíam uma percentagem inferior a 5% dos respetivos ativos;
 - Os municípios que apresentavam maior volume relativo de investimentos financeiros foram Moita (20%), Santarém (19,6%) e Alenquer (16,9%);
 - O conjunto do imobilizado constituía uma média de 91,3% dos ativos, variando entre os 70,5% de Rio Maior e os 98,5% da Amadora dos ativos detidos;
 - Em 2017, apenas 3 municípios (Almeirim, Moita e Vila Franca de Xira) não registavam qualquer montante nas respetivas existências, sendo que nos demais, as existências representavam menos de 1% dos respetivos ativos, excetuando-se apenas Setúbal com 4,3% dos ativos constituídos pelas existências;
 - Todos os municípios da região registavam verbas em contas a receber de terceiros, no final de 2017;
 - Em 48 municípios, os ativos a receber de terceiros representavam menos de 5% do total registado;
 - Em termos relativos, os municípios em que as verbas a receber de terceiros apresentavam maior peso no ativo eram Seixal e Cartaxo (ambas com 13,6%) e Sesimbra (10,6%);
 - Os valores em depósitos e caixa no final do exercício económico constituíam, em média, 3,1% dos ativos detidos pelos municípios – Amadora (14,6%), Oeiras (11,6%) e Sintra (10,5%) registaram, em termos relativos, as mais elevadas disponibilidades financeiras.
- Por outro lado, relativamente aos outros ativos, releva-se:
- As amortizações dos municípios registadas representavam em média 33,9% do montante do imobilizado dos municípios, correspondente a uma variação positiva de 1,9% face a 2016;
 - Em Almeirim (58,1%) e Mação (59,9%) a percentagem do montante do imobilizado era maior, situação justificável por um maior grau de antiguidade dos bens detidos ou por maior regularidade e rigor na aplicação das taxas de amortização;
 - Apenas Alenquer e Mação não registavam, em 31 de dezembro de 2017, qualquer verba a título de provisão²³;
 - A comparação entre os valores das provisões e as contas a receber dos municípios indica que, em média, as provisões representavam 42% dos valores a receber de terceiros;
 - Em Alcobaca e Ferreira do Zêzere o montante das provisões excedia as contas a receber.

²³ PONTO 2.7.1 DO POCAL, A CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES DEVE RESPEITAR APENAS ÀS SITUAÇÕES A QUE ESTEJAM ASSOCIADOS RISCOS E EM QUE NÃO SE TRATE DE UMA SIMPLES ESTIMATIVA DE UM PASSIVO CERTO, NÃO DEVENDO A SUA IMPORTÂNCIA SER SUPERIOR ÀS NECESSIDADES.

1.1.3 PESO DO ATIVO POR DIMENSÃO POPULACIONAL

- O ativo imobilizado bruto tem um peso tanto maior quanto menor a dimensão dos municípios;
- O peso dos ativos constituídos pelas contas a receber é tanto maior, quanto maior é o município, o mesmo se verificando com as provisões constituídas;
- Os depósitos em instituições financeiras e caixa assumiram maior importância relativa nos municípios de grande dimensão, o mesmo se verificando com os acréscimos e diferimentos.

Tabela 130 – Peso médio dos ativos em 2017, por categoria do ativo e dimensão populacional

Unidade: %

Ativos	Pequenos	Médios	Grandes	RLVT
Ativo imobilizado bruto	94,0	92,1	85,3	91,3
Existências	0,3	0,1	0,5	0,3
Contas a receber	1,3	2,1	3,8	2,2
Títulos negociáveis	0,0	0,1	0,0	0,1
Depósitos em instituições financeiras e caixa	2,3	2,2	6,0	2,7
Acréscimos e diferimentos	2,2	3,1	4,6	3,1
Total ativo bruto	100,0	100,0	100,0	100,0
Amortizações	36,8	36,1	24,8	33,9
Provisões	35,4	41,5	53,5	42,0

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

1.1.4 COMPOSIÇÃO DO ATIVO POR NUTS III

A seguir apresenta-se, por grandes agregados, o ativo dos municípios da RLVT em 2017, de acordo com as NUTS III em que estão integrados.

Em todas as componentes destacou-se o maior peso assumido pelos ativos dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa.

Tabela 131 – Composição do ativo em 2017, por NUTS III

Ativos	Unidade: M€%				
	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	RLVT
Ativo imobilizado bruto	10.890,14	1.197,02	1.452,77	1.301,47	14.841,40
Existências	34,02	1,70	2,50	3,04	41,26
Contas a receber	426,40	30,07	16,43	16,05	488,95
Títulos negociáveis	8,55	5,00	3,00	0,00	16,55
Depósitos em instituições financeiras e caixa	669,97	33,04	21,14	34,34	758,49
Acréscimos e diferimentos	515,94	41,27	42,55	16,25	616,01
Total ativo bruto	12.545,03	1.308,10	1.538,39	1.371,14	16.762,66
Amortizações	2.655,46	413,63	583,62	453,17	4.105,87
Provisões	206,13	5,15	3,51	4,72	219,51
Total ativo líquido	9.683,44	889,31	951,27	913,26	12.437,28

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

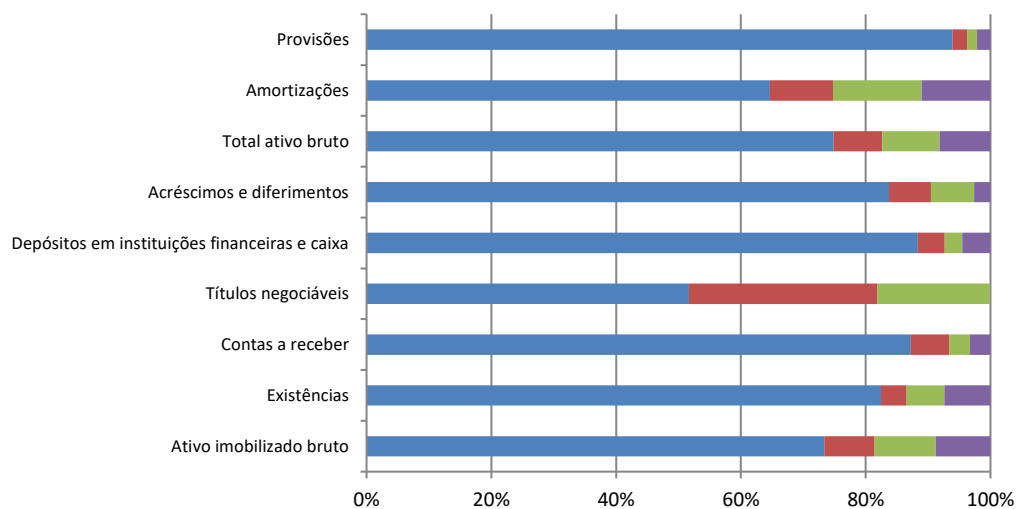
Na Lezíria do Tejo e Médio Tejo, destaque para relevância assumida pela rubrica dos títulos negociáveis.

Tabela 132 – Estrutura do ativo dos municípios da RLVT em 2017, por NUTS III

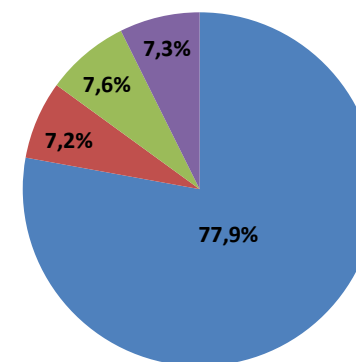
Ativos	Unidade: %				
	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	RLVT
Ativo imobilizado bruto	73,4	8,1	9,8	8,8	100,0
Existências	82,5	4,1	6,1	7,4	100,0
Contas a receber	87,2	6,2	3,4	3,3	100,0
Títulos negociáveis	51,7	30,2	18,1	0,0	100,0
Depósitos instituições financeiras e caixa	88,3	4,4	2,8	4,5	100,0
Acréscimos e diferimentos	83,8	6,7	6,9	2,6	100,0
Total ativo bruto	74,8	7,8	9,2	8,2	100,0
Amortizações	64,7	10,1	14,2	11,0	100,0
Provisões	93,9	2,3	1,6	2,2	100,0
Total ativo líquido	77,9	7,2	7,6	7,3	100,0

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

Gráfico 71 – Estrutura do ativo dos municípios da RLVT em 2017, por NUTS III



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

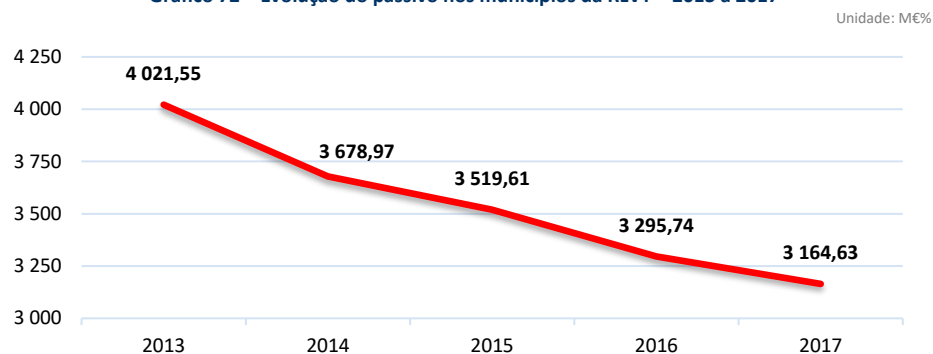


1.2 PASSIVO

1.2.1 EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO PASSIVO – 2013 A 2017

Da análise da evolução dos principais componentes do passivo dos municípios da RLVT salienta-se o seguinte:

Gráfico 72 – Evolução do passivo nos municípios da RLVT – 2013 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 133 – Evolução do passivo nos municípios da RLVT – 2013 a 2017

Unidade: M€%

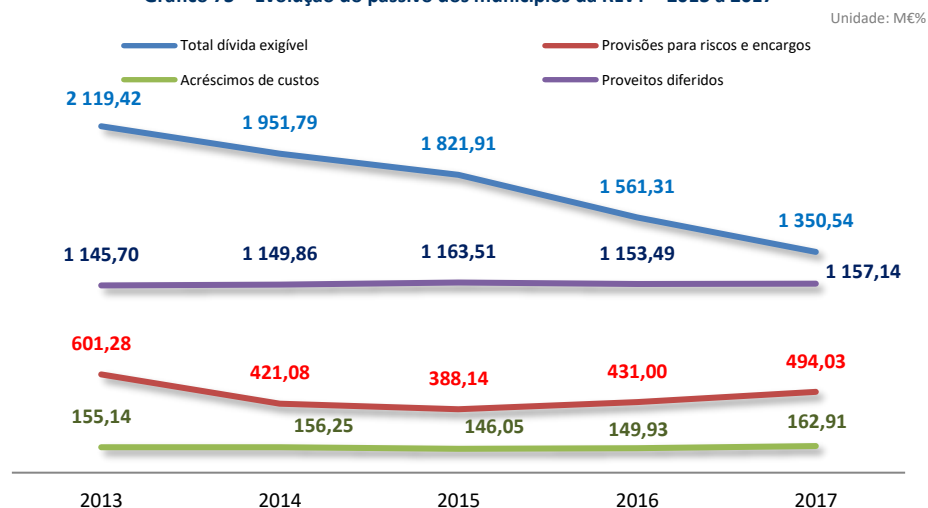
Passivo	2013	2014	2015	2016	2017	Variação %	
						2016-2017	2013-2017
Total dívida exigível	2.119,42	1.951,79	1.821,91	1.561,31	1.350,54	-13,5	-36,3
Provisões para riscos e encargos	601,28	421,08	388,14	431,00	494,03	14,6	-17,8
Acréscimos de custos	155,14	156,25	146,05	149,93	162,91	8,7	5,0
Proveitos diferidos	1.145,70	1.149,86	1.163,51	1.153,49	1.157,14	0,3	1,0

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

- Desde 2013, o passivo total registou uma redução de 21,3%, correspondente a uma redução de 856,92 M€, resultado de decréscimos contínuos ao longo deste período;
- No último ano a redução foi de 4,0%, registando-se a 31 de dezembro um passivo de 3.164,63 M€;
- Não obstante as sucessivas limitações impostas à dívida dos municípios pelos regimes jurídicos das finanças locais específicos do subsector da administração local, pela lei de enquadramento orçamental ou pelas leis do Orçamento do Estado, a dívida exigível por terceiros constitui ainda a maior componente do passivo;
- A dívida exigível representou, em média, nos últimos 5 anos, 49,5% do passivo; em termos de valores absolutos, estes diminuíram 36,3%, sendo que no último exercício analisado

(2017) confirmou-se o comportamento positivo das dívidas dos municípios da RLVT, traduzido numa diminuição de 13,5% da dívida exigível por terceiros, face a 2016;

Gráfico 73 – Evolução do passivo dos municípios da RLVT – 2013 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

- As provisões para riscos e encargos do total dos municípios da RLVT registaram, em 2017, um crescimento de 63,03 M€, face ao período homólogo, crescimento que já decorria desde 2015, após uma descida entre 2013 e 2015 – ainda assim os valores registados em 2017 ficaram aquém dos evidenciados em 2013;
- A tendência de crescimento registada pelos proveitos diferidos²⁴ entre 2013 e 2017 não se confirmou em 2016, no qual verificou-se uma redução dos valores, face a 2015, o que poderá estar associado com a aprovação/execução dos projetos cofinanciados pelos fundos comunitários e consequente menor atribuição de subsídios ao investimento aos municípios, nesta fase;
- Na região, a Moita permaneceu, em 2017, como o único município que não registou proveitos diferidos, o mesmo se verificando nos vários exercícios analisados;
- Entre 2016 e 2017, 37 municípios registaram uma redução do passivo e 15 aumentaram; em termos relativos a maior redução do passivo foi registada em Oeiras, seguido de Moita e Bombarral.

²⁴ COMO PROVEITOS DIFERIDOS (CONTA 274 DO POCAL) REGISTAM-SE OS PROVEITOS QUE DEVAM SER RECONHECIDOS NOS EXERCÍCIOS SEGUINTE, COMO SEJAM AS RENDAS RECEBIDAS ADIANTAMENTE, AS FATURAS EMITIDAS SOBRE PRODUTOS A FORNECER OU SERVIÇOS A PRESTAR NOS ANOS SEGUINTE OU OS SUBSÍDIOS PARA INVESTIMENTOS.

Tabela 134 – Lista dos municípios com variação positiva do passivo – 2016 a 2017

NUTS III	Dimensão	Municípios	Unidade: M€		
			2016	2017	Varição (%) 2016-2017
AML	Grande	Vila Franca de Xira	79,10	87,19	10,2
AML	Grande	Cascais	82,13	88,31	7,5
O	Pequeno	Cadaval	15,87	16,91	6,6
AML	Grande	Setúbal	105,36	111,37	5,7
LT	Pequeno	Golegã	11,58	12,23	5,6
O	Médio	Alcobaça	37,82	39,71	5,0
MT	Pequeno	Mação	10,96	11,44	4,3
O	Pequeno	Nazaré	47,77	49,69	4,0
AML	Médio	Mafra	62,30	64,79	4,0
O	Pequeno	Arruda dos Vinhos	12,42	12,89	3,7
O	Pequeno	Óbidos	31,01	32,13	3,6
LT	Médio	Cartaxo	85,41	87,57	2,5
LT	Médio	Salvaterra de Magos	19,14	19,57	2,3
LT	Médio	Almeirim	17,56	17,84	1,6
AML	Grande	Loures	145,44	145,60	0,1

Fonte: Prestações de Contas de 2016 e 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 135 – Lista dos municípios com maior variação negativa do passivo – 2016 a 2017

NUTS III	Dimensão	Municípios	Unidade: M€		
			2016	2017	Varição (%) 2016-2017
AML	Grande	Oeiras	70,16	55,75	-20,5
AML	Médio	Moita	17,13	14,03	-18,1
O	Pequeno	Bombarral	13,69	11,94	-12,8
MT	Pequeno	Constância	12,36	10,83	-12,4
LT	Pequeno	Chamusca	9,75	8,58	-12,0
AML	Grande	Odivelas	46,77	41,62	-11,0
AML	Médio	Montijo	21,20	19,30	-9,0
MT	Médio	Torres Novas	55,04	50,12	-8,9
AML	Grande	Seixal	88,56	80,82	-8,7
O	Médio	Alenquer	35,40	32,40	-8,5

Fonte: Prestações de Contas de 2016 e 2017 dos municípios da RLVT.

1.2.2 ESTRUTURA DO PASSIVO POR MUNICÍPIO

- No final de 2017 a dívida a terceiros representava em média 38,6% do passivo dos municípios, variando entre os 8% (Benavente) e os 91,5% (Moita);
- Na maioria dos municípios, as dívidas de médio e longo prazo eram superiores às de curto prazo; no entanto, 5 municípios – Alcochete, Coruche, Golegã, Nazaré e Sintra, registaram dívidas de curto prazo superiores às de médio e longo prazo;
- Referência igualmente para 14 municípios, mais um do que em 2016, que não registaram quaisquer provisões para riscos e encargos;
- Esta situação é positiva desde que reflita, de facto, a inexistência de fundamentos para o registo de provisões;
- Contudo, poderá haver situações em que esteja em causa o cumprimento do princípio da prudência, preconizado no ponto 3.2 do POCAL, nos termos do qual deve ser refletido nas contas um grau de precaução que permita fazer face a passivos contingentes²⁵;
- Loures (49,6%), Alcobaça (31,0%) e Lisboa (29,8%) foram aqueles em que os passivos contingentes registados como provisões para riscos e encargos assumiram o maior peso relativo no conjunto do passivo;
- Em média, 51,1% das verbas registadas pelos municípios como passivos resultaram de proveitos diferidos, refletindo o elevado grau de financiamento dos investimentos com recurso a transferências de capital. Todos os municípios, com exceção de Moita, registaram verbas em proveitos diferidos.

²⁵ MUNICÍPIOS SEM REGISTO DE PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS, EM 31-12-2017: ALPIARÇA, ARRUDA DOS VINHOS, BARREIRO, BENAVENTE, CADAVAL, CHAMUSCA, CORUCHE, FERREIRA DO ZÉZERE, GOLEGÃ, MAÇÃO, MONTIJO, PENICHE, SARDOAL E SOBRAL DE MONTE AGRADO.

1.2.3 PESO DO PASSIVO POR DIMENSÃO POPULACIONAL

Constatou-se que quanto maior é a dimensão do município, maior o peso que assumiu a dívida exigível e as provisões para riscos e encargos.

Por outro lado, quanto menor é a dimensão dos municípios, maior a importância relativa que os proveitos diferidos assumem nos municípios, refletindo a importância que os financiamentos externos assumem nos municípios de menor dimensão.

1.2.4 COMPOSIÇÃO DO PASSIVO POR NUTS III

Tabela 137 – Composição do passivo em 2017, por NUTS III

Passivos	Unidade: M€				
	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	RLVT
Dívidas a terceiros - curto prazo	245,58	24,37	24,85	46,49	341,29
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	733,03	136,41	70,56	69,26	1.009,26
Total dívida exigível	978,60	160,78	95,42	115,75	1.350,54
Provisões para riscos e encargos	458,30	10,84	6,41	18,48	494,03
Acréscimos de custos	123,36	17,83	10,11	11,62	162,91
Proveitos diferidos	584,44	182,98	185,86	203,87	1.157,14
Total passivo	2.144,70	372,42	297,79	349,72	3.164,63

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

A distribuição do passivo pelas NUTS III confirma a evidência demonstrada anteriormente do peso da Área Metropolitana de Lisboa na região.

Tal como se constatou em relação ao ativo, também no passivo as provisões para riscos e encargos assumem uma relevância muito maior nesta sub-região. Com 67,8% do passivo, os

Tabela 136 – Peso médio dos passivos em 2017, por categoria de passivo e dimensão populacional

Passivos	Unidade: %			
	Pequenos	Médios	Grandes	RLVT
Total dívida exigível	34,3	38,0	46,6	38,6
Provisões para riscos e encargos	1,5	3,8	13,0	4,9
Acréscimos de custos	3,7	5,5	7,2	5,3
Proveitos diferidos	60,4	52,6	33,2	51,1
Total passivo	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

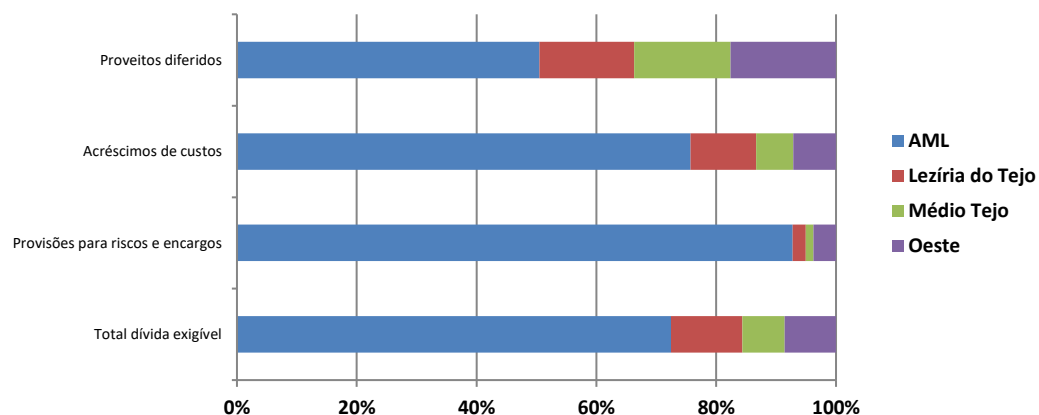
municípios da Área Metropolitana de Lisboa registaram 92,8% do total das provisões feitas na região, sendo o Médio Tejo aquela onde o peso das provisões é menor, correspondente a apenas 1,3% do total registado na região.

Tabela 138 – Estrutura do passivo dos municípios da RLVT em 2017, por NUTS III

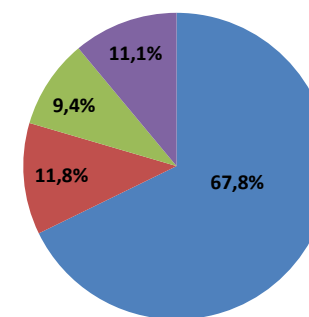
Passivos	Unidade: %				
	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	RLVT
Dívidas a terceiros - curto prazo	72,0	7,1	7,3	13,6	100,0
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	72,6	13,5	7,0	6,9	100,0
Total dívida exigível	72,5	11,9	7,1	8,6	100,0
Provisões para riscos e encargos	92,8	2,2	1,3	3,7	100,0
Acréscimos de custos	75,7	10,9	6,2	7,1	100,0
Proveitos diferidos	50,5	15,8	16,1	17,6	100,0
Total passivo	67,8	11,8	9,4	11,1	100,0

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

Gráfico 74 – Estrutura do passivo dos municípios da RLVT em 2017, por NUTS III



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.



1.2.5 DÍVIDA A TERCEIROS

1.2.5.1 DÍVIDA COMERCIAL²⁶ E FINANCEIRA

- A dívida dos municípios é essencialmente financeira²⁷. Em média, 31,8% da dívida dos municípios é comercial, sendo os restantes 68,2% de natureza financeira. Ainda assim, verificou-se uma amplitude significativa entre os municípios.
- O peso da dívida comercial contraída junto de fornecedores e outros credores variou entre 3,3% do total da dívida no Cartaxo e 80,9%, em Mafra. Nos municípios grandes, a dívida comercial apresentou um peso relativo ligeiramente mais elevado, representando, em média, 33,7% da dívida. A dívida financeira é constituída na sua grande maioria por empréstimos contratados junto da banca, representativos de 85,6% das dívidas de empréstimos.
- Em matéria de empréstimos obtidos pelos municípios ao abrigo de programas de apoio do Estado à reestruturação do endividamento municipal (PPTH²⁸, PREDE²⁹, PAEL³⁰ e FAM³¹), no final de 2017, as dívidas destes no âmbito daqueles programas apresentavam a situação constante da tabela seguinte. As dívidas contraídas ao abrigo destes programas têm vindo a diminuir, à medida que se prolonga no tempo a execução dos mesmos e têm lugar as amortizações programadas, ou não, das dívidas. Em média, no exercício em análise, as dívidas do PREDE representavam 2,9%, do PAEL 8,4%, os empréstimos do FAM 3,1%³² e as dívidas contraídas no âmbito do PPTH 0,1%. As restantes dívidas de empréstimos resultam de empréstimos de médio e longo prazo contraídas junto de instituições de crédito.
- O quadro seguinte reúne a informação disponível sobre os empréstimos dos municípios resultantes do recurso a programas do Estado para recuperação da situação financeira³³.

Tabela 139 – Capital em dívida em 31-12-2017 de empréstimos contraídos no âmbito de programas do Estado para recuperação financeira dos municípios

NUTS III	Dimensão	Municípios	PPTH	PREDE	PAEL	FAM / ATU	Unidade: €
							Total
MT	Pequeno	Alcanena	0	352.202	0	0	352.202
O	Médio	Alcobaça	0	360.000	0	0	360.000
AML	Pequeno	Alcochete	0	282.718	0	0	282.718
O	Médio	Alenquer	0	124.107	788.887	0	912.994
LT	Pequeno	Alpiarça	0	222.559	0	0	222.559
O	Pequeno	Arruda dos Vinhos	0	119.213	1.586.930	0	1.706.143
LT	Médio	Azambuja	48.618	240.000	0	0	288.618
AML	Médio	Barreiro	240.000	156.179	0	0	396.179
O	Pequeno	Bombarral	0	259.266	0	0	259.266
LT	Médio	Cartaxo	0	0	0	49.082.856	49.082.856
LT	Pequeno	Chamusca	0	200.000	1.653.865	0	1.853.865
MT	Médio	Entroncamento	0	56.218	0	0	56.218
AML	Grande	Lisboa	0	12.336.733	0	0	12.336.733
O	Médio	Lourinhã	0	0	659.904	0	659.904
O	Pequeno	Nazaré	0	2.851.206	0	7.102.302	9.953.508
O	Pequeno	Óbidos	0	0	2.351.061	0	2.351.061
MT	Médio	Ourém	0	1.363.200	2.271.961	0	3.635.161
O	Médio	Peniche	75.367	0	2.117.842	0	2.193.209
LT	Médio	Rio Maior	0	126.304	581.252	0	707.555
LT	Médio	Santarém	0	2.760.000	18.779.080	0	21.539.080
MT	Pequeno	Sardoal	0	124.692	321.240	0	445.932
AML	Médio	Sesimbra	0	0	5.792.845	0	5.792.845
AML	Grande	Sintra	0	1.164.111	0	0	1.164.111
O	Pequeno	Sobral de Monte Agraço	0	48.419	714.730	0	763.150
MT	Médio	Tomar	0	399.322	0	0	399.322
MT	Médio	Torres Novas	0	1.434.401	4.630.132	0	6.064.534
MT	Pequeno	Vila Nova da Barquinha	0	0	475.307	0	475.307
Total dívida			363.985	24.980.848	42.725.035	56.185.158	124.255.025

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.

1.2.5.2 DÍVIDA ORÇAMENTAL E NÃO ORÇAMENTAL

A dívida não orçamental não constitui propriamente dívida do município, mas uma retenção temporária de verbas a entregar a terceiros, encontrando-se coberta por disponibilidades. Em 31 de dezembro de 2017, todos os municípios registavam dívidas não orçamentais, as quais representavam, contudo, e em geral, um peso muito baixo no cômputo total da dívida. Em média,

as dívidas não orçamentais constituíam 5,4% da dívida dos municípios da RLVT, tendo sido registado em Benavente (29,8% do total da dívida) o maior peso relativo da dívida não orçamental.

²⁶ INCLUINDO-SE NESTA TAMBÉM A DÍVIDA ADMINISTRATIVA, ENTENDIDA COMO AS DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (IVA, SEGURANÇA SOCIAL, ETC).

²⁷ MESMO CONSIDERANDO NESTA APENAS AS DÍVIDAS BANCÁRIAS, UMA VEZ QUE NÃO SE DISPÕE DE INFORMAÇÃO SOBRE A DÍVIDA DE CONTRATOS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA, QUE TAMBÉM DEVERIA SER ABRANGIDA NA DÍVIDA FINANCEIRA, MAS QUE, POR FALTA DE INFORMAÇÃO, CONSTA DAS DÍVIDAS COMERCIAIS.

²⁸ O PROGRAMA PAGAR A TEMPO E HORAS (PPTH) FOI APROVADO PELA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 34/2008, DE 22 DE FEVEREIRO.

²⁹ O PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE DÍVIDAS DO ESTADO (PREDE) FOI APROVADO PELA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 191-A/2008, DE 27 DE NOVEMBRO, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 34/2008, DE 22 DE FEVEREIRO.

³⁰ O PAEL FOI CRIADO PELA LEI N.º 43/2012, DE 28 DE AGOSTO, ALTERADA PELA LEI N.º 42/2016, DE 28 DE DEZEMBRO (ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2017). A PORTARIA N.º 281-A/2012, DE 14 DE SETEMBRO, POR SUA VEZ, PROCEDEU À REGULAMENTAÇÃO DO PAEL.

³¹ A REGULAMENTAÇÃO DO FUNDO DE APOIO MUNICIPAL CONSTA DA LEI N.º 53/2014, DE 25 DE AGOSTO, ALTERADA PELA LEI N.º 69/2015, DE 16 DE JULHO.

³² APENAS DOIS MUNICÍPIOS, CARTAXO E NAZARÉ, REGISTAVAM DÍVIDAS JUNTO DO FAM EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

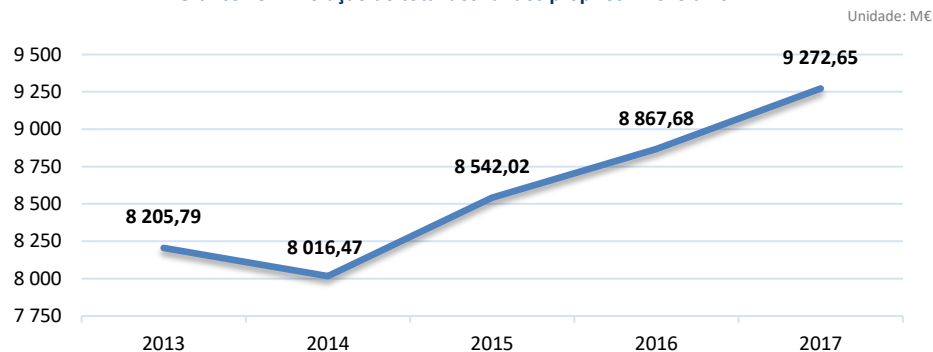
³³ NO QUADRO NÃO CONSTAM OS EMPRÉSTIMOS PARA SANEAMENTO FINANCEIRO, UMA VEZ QUE ESTES, APESAR DE SEREM CONTRATADOS PARA FAZER FACE A SITUAÇÕES DE ENDIVIDAMENTO EXCESSIVO, SÃO CONTRATUALIZADOS PELOS MUNICÍPIOS AO ABRIGO DO REGIME JURÍDICO DAS FINANÇAS LOCAIS (LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO E LEIS DAS FINANÇAS LOCAIS ANTERIORES).

1.3 FUNDOS PRÓPRIOS

1.3.1 EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DOS FUNDOS PRÓPRIOS – 2013 A 2017

Em valores absolutos, registou-se um aumento de 1.066,86 M€ dos fundos próprios dos municípios da RLVT, correspondente, em termos relativos, a uma variação de +13,0%. Todas as componentes dos fundos próprios aumentaram, mantendo-se praticamente constante as reservas de reavaliação.

Gráfico 75 – Evolução do total dos fundos próprios – 2013 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

Tabela 140 – Evolução dos fundos próprios nos municípios da RLVT – 2013 a 2017

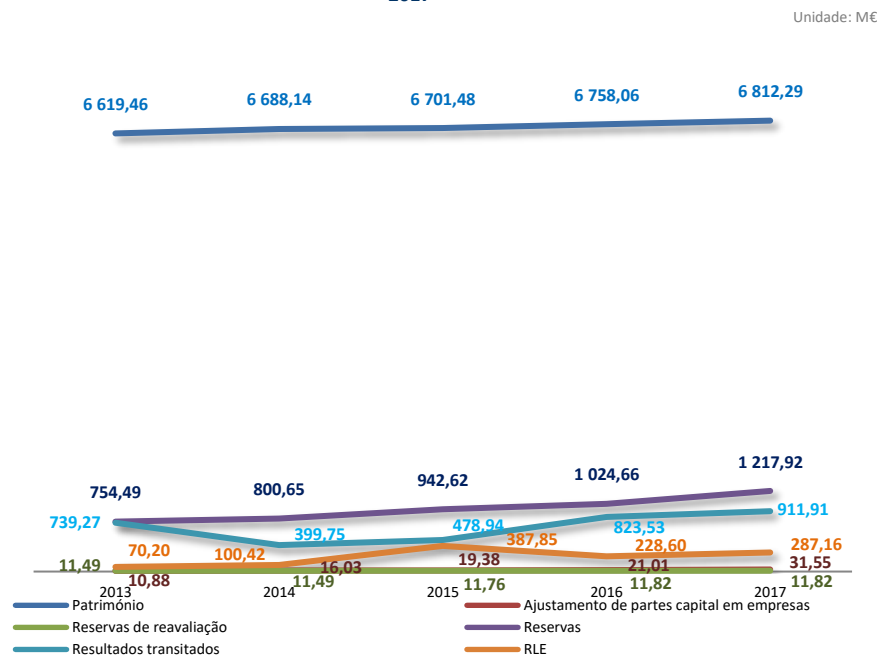
Fundos próprios	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
						2016-2017	2013-2017
Património	6.619,46	6.688,14	6.701,48	6.758,06	6.812,29	0,8	2,9
Ajustamento de partes capital em empresas	10,88	16,03	19,38	21,01	31,55	50,2	190,0
Reservas de reavaliação	11,49	11,49	11,76	11,82	11,82	0,0	2,8
Reservas	754,49	800,65	942,62	1.024,66	1.217,92	18,9	61,4
Resultados transitados	739,27	399,75	478,94	823,53	911,91	10,7	23,4
RLE	70,2	100,42	387,85	228,6	287,16	25,6	309,1

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

O património, agregando os fundos relativos à constituição da entidade, resultantes dos ativos e passivos que lhe foram consignados, bem como as alterações subsequentes que foram formalmente autorizadas, valorizou-se 2,9% entre 2013 e 2017, resultante de uma valorização do património por parte de alguns municípios, mas também por muitos outros continuarem a inventariar e valorizar o respetivo património³⁴.

Apesar da ligeira valorização, o património destaca-se por constituir a maior componente dos fundos próprios. Registo para 29 municípios sem alterações no valor do respetivo património e, em contrapartida, 2 municípios (Moita e Abrantes) diminuíram o valor do património diminuir.

Gráfico 76 – Evolução dos principais componentes dos fundos próprios dos municípios da RLVT – 2013 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

Tabela 141 – Lista dos municípios com maior variação positiva dos fundos próprios – 2016 a 2017

NUTS III	Dimensão	Municípios	2016	2017	Variação (%) 2016-2017
AML	Grande	Seixal	138,85	183,77	32,3
LT	Médio	Azambuja	38,94	48,64	24,9
AML	Pequeno	Alcochete	29,86	36,54	22,4
AML	Grande	Cascais	433,74	474,07	9,3
AML	Grande	Oeiras	499,13	545,00	9,2
O	Médio	Peniche	20,91	22,71	8,6
MT	Pequeno	Alcanena	28,08	30,49	8,6
O	Médio	Torres Vedras	87,52	94,97	8,5
LT	Médio	Rio Maior	49,50	53,59	8,3
O	Pequeno	Cadaval	16,73	18,01	7,7

Fonte: Prestações de Contas de 2016 e 2017 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

³⁴ NÃO OBSTANTE A APLICAÇÃO DO POCAL SER OBRIGATORIA DESDE 2002, A INVENTARIAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNICIPAL É UMA DAS ÁREAS EM QUE SE VERIFICA UM NÍVEL DE IMPLEMENTAÇÃO DO POCAL MENOS COMPLETA, A PAR DA CONTABILIDADE DE CUSTOS. NO CASO DA

INVENTARIAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PATRIMÓNIO, AS DIFICULDADES NA APLICAÇÃO INTEGRAL DO POCAL SÃO JUSTIFICADAS, ESSENCIALMENTE, PELAS CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS DOS BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO E PELO FACTO DE ESTES BENS ESTAREM FORA DO MERCADO.

1.3.2 ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS POR MUNICÍPIO

Em 2017, o património representou, na RLVT, 73,5% dos fundos próprios dos municípios, sendo que esse peso foi de 69,4% para Área Metropolitana de Lisboa, 96% para a Lezíria do Tejo, 97,3% para o Médio Tejo e 79,4% para o Oeste.

De notar que 13 municípios apresentaram RLE negativos, sendo o seu conjunto constituído integralmente por municípios de pequena e média dimensão.

O facto de os municípios com menor dimensão terem mais dificuldade em obter economias de escala, que permitam minimizar os custos, poderá ser um dos fatores explicativos para os RLE negativos.

1.3.3 PESO DOS FUNDOS PRÓPRIOS POR DIMENSÃO POPULACIONAL

Constatou-se que quanto maior a dimensão, menor o peso que o património assume, uma vez que outras componentes dos fundos próprios, como as reservas, se tornam mais significativas.

Destacou-se a influência dos resultados transitados de Mação, Ferreira do Zêzere, Sobral de Monte Agraço, Alpiarça e Nazaré (este representando mais do dobro do valor dos respetivos fundos próprios), Mação e Sobral de Monte Agraço ultrapassando os valores dos seus fundos próprios, registos que foram determinantes no valor médio negativo dos pequenos municípios.

Nota também para o Cartaxo – resultados transitados significativamente negativos, situação que se repercutiu sobre um montante total de fundos próprios, também negativo.

Tabela 142 – Municípios com RLE negativo, em 2017

Unidade: M€

NUTS III	Dimensão	Municípios	RLE
O	Médio	Lourinhã	-4,51
MT	Médio	Ourém	-4,40
AML	Médio	Palmela	-1,88
LT	Médio	Almeirim	-1,77
MT	Pequeno	Mação	-1,45
MT	Pequeno	Ferreira do Zêzere	-1,37
LT	Pequeno	Alpiarça	-1,33
O	Pequeno	Óbidos	-0,89
LT	Médio	Benavente	-0,21
O	Pequeno	Sobral de Monte Agraço	-0,20
MT	Pequeno	Vila Nova da Barquinha	-0,19
O	Médio	Caldas da Rainha	-0,11
LT	Médio	Salvaterra de Magos	-0,06

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

Tabela 143 – Peso médio dos fundos próprios, por categoria e dimensão populacional, 2017

Unidade: %

Fundos próprios ³⁵	Pequenos	Médios	Grandes	RLVT
Património	113,2	86,0	69,7	91,6
Ajustamento de partes de capital em empresas	0,6	0,9	0,5	0,7
Reservas de reavaliação	0,4	0,4	0,0	0,3
Reservas	9,1	8,9	18,2	11,0
Resultados transitados	-25,4	1,3	7,4	-6,2
RLE	2,1	2,5	4,1	2,7
Total de fundos próprios	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

³⁵ Cálculo do peso médio: excluídos dados do Cartaxo, por evidenciar um total de fundos próprios negativo.

1.3.4 COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS POR NUTS III

Também ao nível dos fundos próprios os municípios da Área Metropolitana de Lisboa registaram os valores mais elevados. Em termos globais, os fundos próprios desta representaram 81,3% e os restantes pesos relativos que variam entre 5,6% e 7%.

Tabela 144 – Composição dos fundos próprios em 2017, por NUTS III

Fundos próprios	Unidade: M€				
	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	RLVT
Património	5.232,63	496,05	635,94	447,67	6.812,29
Ajustamento partes de capital em empresas	5,07	26,42	0,06	0,00	31,55
Reservas de reavaliação	0,14	11,12	0,22	0,34	11,82
Reservas	1.055,61	22,96	59,89	79,46	1.217,92
Resultados transitados	986,45	-56,66	-43,48	25,60	911,91
RLE	258,83	17,00	0,87	10,47	287,16
Total de fundos próprios	7.538,74	516,89	653,49	563,54	9.272,65

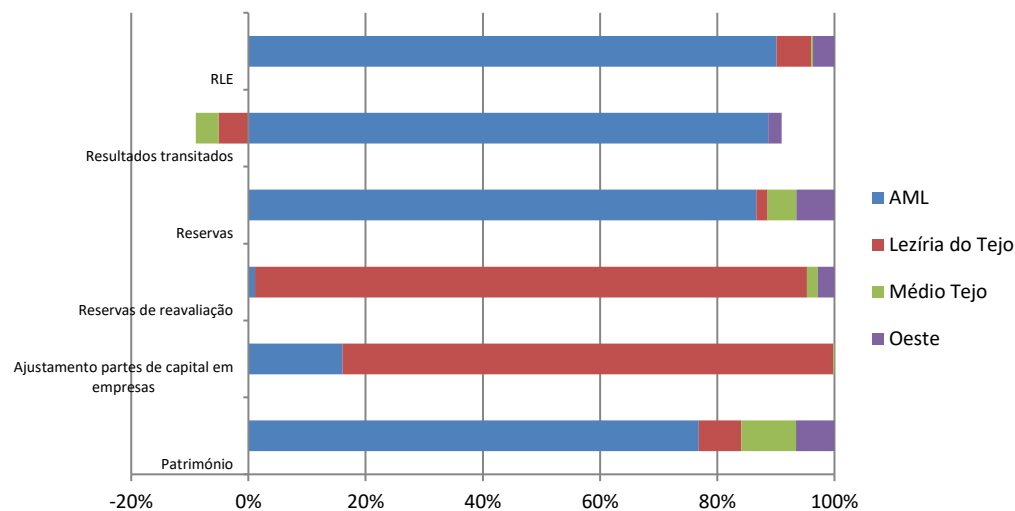
Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

Tabela 145 – Estrutura dos fundos próprios dos municípios da RLVT em 2017, por NUTS III

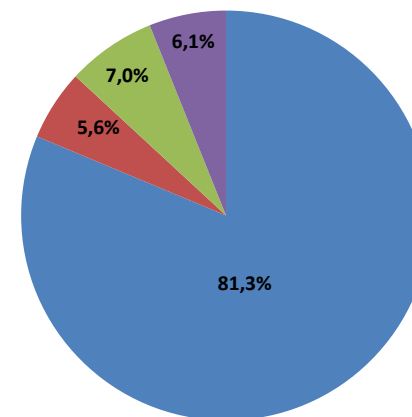
Fundos próprios	Unidade: %				
	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	RLVT
Património	76,8	7,3	9,3	6,6	100,0
Ajustamento partes de capital em empresas	16,1	83,7	0,2	0,0	100,0
Reservas de reavaliação	1,2	94,2	1,8	2,9	100,0
Reservas	86,7	1,9	4,9	6,5	100,0
Resultados transitados	108,2	-6,2	-4,8	2,8	100,0
RLE	90,1	5,9	0,3	3,6	100,0
Total de fundos próprios	81,3	5,6	7,0	6,1	100,0

Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

Gráfico 77 – Estrutura dos fundos próprios dos municípios da RLVT em 2017, por NUTS III



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.



2 ANÁLISE DA ESTRUTURA ECONÓMICA

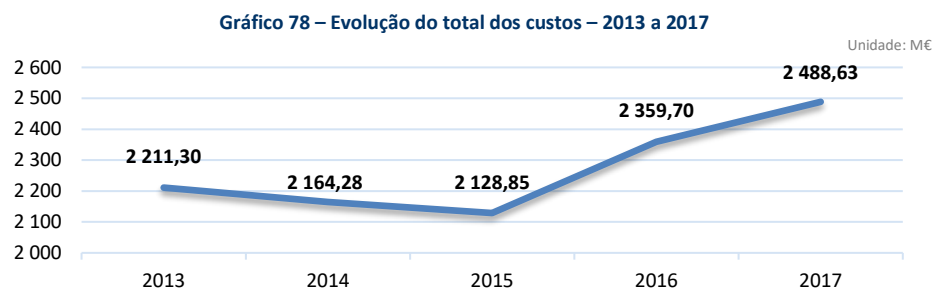
Esta análise assenta na informação registada pelos municípios da RLVT nas respetivas demonstrações de resultados aprovadas.

A demonstração de resultados apresenta os custos e os proveitos reconhecidos do exercício, classificados por natureza. Os resultados são classificados em correntes e extraordinários, desdobrando-se os primeiros em operacionais e financeiros. A demonstração de resultados é um importante instrumento de análise económica, na medida em que fornece informação sobre o desempenho dos municípios ao longo do exercício.

2.1 CUSTOS

2.1.1 EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DOS CUSTOS – 2013 A 2017

Os custos do conjunto dos municípios da região aumentaram 12,5%, correspondentes a 277,33 M€.



Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

No entanto, a análise dos vários agregados que os constituem permite identificar situações diversificadas:

- Os custos operacionais aumentaram 222,54 M€, com maiores aumentos ao nível dos fornecimentos e serviços externos, com uma variação positiva de 80,99 M€;
- Da mesma forma, também os custos com as transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais, bem como as amortizações do exercício continuaram a subir;
- O aumento contínuo das amortizações do exercício explica-se com o aumento dos bens inventariados e com o aumento do ativo imobilizado dos municípios e o seu envelhecimento; apesar de não se traduzirem em exfluxos de verbas, estes custos refletem exigências futuras em termos da conservação/recuperação dos ativos a que respeitam;
- Aumento significativo nos custos e perdas extraordinários (80,88M€);
- Em trajetória contrária à tendência global, constatou-se que os custos e perdas financeiros têm vindo a registar uma tendência sempre decrescente.

O resultado operacional ou económico abrange os custos e proveitos obtidos na atividade principal dos municípios. Na medida em que respeitam à atividade principal das entidades, este subgrupo da demonstração de resultados é o mais desenvolvido.

Os resultados financeiros compreendem os custos e proveitos decorrentes das decisões financeiras e de investimentos financeiros efetuados pelos municípios. Os resultados extraordinários decorrem da relação entre os custos e proveitos resultantes de operações não correntes.

Tabela 146 – Evolução dos custos nos municípios da RLVT – 2013 a 2017

Custos	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
						2016-2017	2013-2017
Custos operacionais	2.026,55	2.015,09	1.977,03	2.140,09	2.249,09	5,1	11,0
<i>CMVMC</i>	34,78	30,59	33,62	33,09	33,86	2,3	-2,6
<i>Fornecimentos e serviços externos</i>	614,21	592,74	608,36	653,95	695,20	6,3	13,2
<i>Custos com o pessoal</i>	802,8	773,43	779,62	795,44	829,56	4,3	3,3
<i>Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais</i>	215,83	213,38	235,41	246,02	266,79	8,4	23,6
<i>Amortizações do exercício</i>	253,24	261,49	263,43	286,32	305,17	6,6	20,5
<i>Provisões do exercício</i>	96,5	134,87	48,45	116,02	106,26	-8,4	10,1
<i>Outros custos operacionais</i>	9,18	8,59	8,14	9,25	12,25	32,5	33,5
Custos e perdas financeiros	55,53	44,97	41,92	30,17	29,43	-2,4	-47,0
Custos e perdas extraordinários	129,22	104,22	109,9	189,43	210,10	10,9	62,6
Total custos	2.211,30	2.164,28	2.128,85	2.359,70	2.488,63	5,5	12,5

Unidade: M€

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

Da análise à evolução dos custos médios por município, entre 2013 e 2017, destaca-se que o aumento dos custos médios foi mais significativo nos grandes municípios.

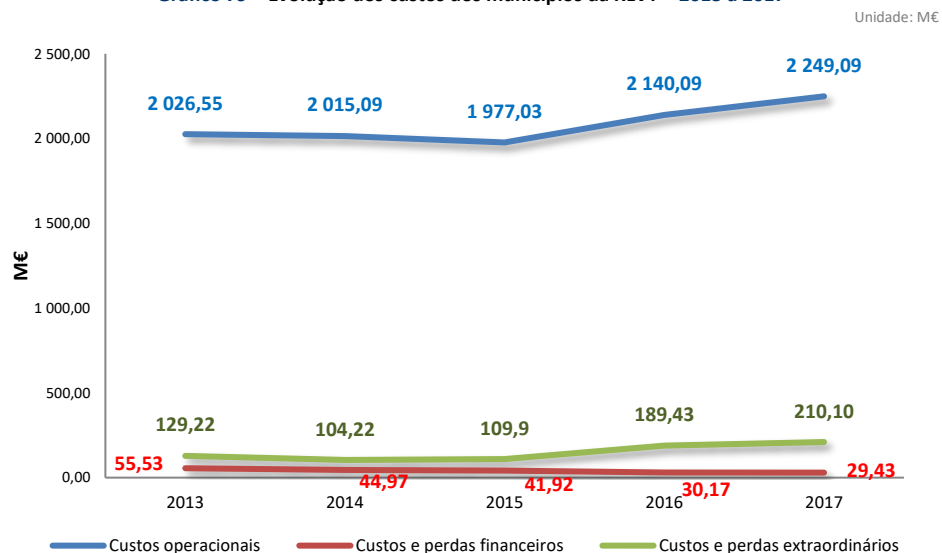
Tabela 147 – Evolução dos custos médios dos municípios da RLVT, por dimensão populacional – 2013 a 2017

Dimensão	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (%)	
						2016-2017	2013-2017
Pequenos	9,95	9,49	9,34	9,4	9,69	3,1	-2,6
Médios	24,77	25,19	24,94	25,51	26,73	4,8	7,9
Grandes	131,6	127,12	124,68	144,33	152,94	6,0	16,2
RLVT	42,52	41,62	40,94	45,38	47,86	5,5	12,6

Unidade: M€

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

Gráfico 79 – Evolução dos custos dos municípios da RLVT – 2013 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT.

No *ranking* dos municípios com maior aumento relativo dos custos, entre 2016 e 2017, apenas 2 municípios pertencem ao grupo dos grandes municípios; 4 são municípios de média dimensão e 4 de pequena dimensão.

Os municípios de Mafra, Nazaré e Cascais foram aqueles que evidenciaram maior variação positiva dos custos.

Tabela 148 – Lista dos municípios com maior variação positiva dos custos – 2016 a 2017

Unidade: M€

NUTS III	Dimensão	Municípios	Total Custos		Variação (%) 2016-2017
			2016	2017	
AML	Médio	Mafra	54,92	68,16	24,1
O	Pequeno	Nazaré	9,37	11,23	19,8
AML	Grande	Cascais	140,17	167,90	19,8
O	Médio	Alcobaça	25,92	29,65	14,4
AML	Pequeno	Alcochete	11,78	12,98	10,2
LT	Pequeno	Alpiarça	7,41	8,15	9,9
LT	Médio	Benavente	15,51	16,81	8,4
MT	Pequeno	Constância	5,46	5,92	8,4
O	Médio	Peniche	14,61	15,69	7,4
AML	Grande	Loures	96,23	103,25	7,3

Fonte: Prestações de Contas de 2016 e 2017 dos municípios da RLVT.

No conjunto dos municípios com redução relativa dos custos, 4 são pequenos, 4 médios e 1 de grande dimensão. Bombarral foi aquele em que os custos totais mais desceram, seguindo-se Oeiras e Cartaxo.

Tabela 149 – Lista dos municípios com variação negativa dos custos – 2016 a 2017

Unidade: M€

NUTS III	Dimensão	Municípios	Total Custos		Variação (%) 2016-2017
			2016	2017	
O	Pequeno	Bombarral	8,97	8,01	-10,8
AML	Grande	Oeiras	118,74	112,06	-5,6
LT	Médio	Cartaxo	14,60	14,19	-2,8
AML	Médio	Montijo	25,30	24,70	-2,4
MT	Pequeno	Sardoal	5,86	5,72	-2,3
O	Pequeno	Óbidos	14,38	14,08	-2,1
LT	Pequeno	Chamusca	10,47	10,34	-1,2
AML	Médio	Moita	29,23	29,09	-0,5
LT	Médio	Azambuja	13,83	13,78	-0,4

Fonte: Prestações de Contas de 2016 e 2017 dos municípios da RLVT.

2.1.2 ESTRUTURA DOS CUSTOS POR MUNICÍPIO EM 2017

Na análise da estrutura dos custos dos municípios da RLVT em 2017 infere-se que:

- Em termos globais, os custos com o pessoal constituíam a maior fatia dos custos totais (33,3%);
- Em 35 municípios o peso deste agregado era superior, dos quais 3 apresentaram custos com pessoal superiores a 50% dos custos totais – Montijo, Alcochete e Sardoal;
- Dos 29 municípios com custos com pessoal acima do valor médio (35,2%), 7 eram grandes, 15 médios e 7 pequenos;
- O segundo domínio mais exigente em termos de gastos para os municípios desta região foram os fornecimentos e serviços externos, os quais formavam 27,9% dos custos totais;
- Dos 52 municípios que constituem a RLVT, 23 superaram a média destes gastos (29,7%), cabendo os valores mais altos deste rácio a Cascais e Arruda dos Vinhos;
- Nos municípios de maior dimensão a média destes custos foi de 32,5%, nos médios de 28,5% e nos pequenos de 29,4%;
- As transferências e subsídios correntes, com um peso de 10,7% nos custos dos municípios, apresentaram uma importância relativa com significativa diversidade, uma vez que estes gastos variaram entre 2,2%, no Entroncamento, e 18,9%, em Amadora;
- Se em vez de se considerar o valor total dos custos com transferências e subsídios correntes na sua relação com os custos totais, se considerar a média do peso em todos os municípios, exclui-se a preponderância de Lisboa, obtendo-se assim um valor médio para este tipo de custos de 8,2%;

- Refira-se que neste agregado se consideram, nomeadamente, as transferências para as juntas de freguesia, ao abrigo de protocolos de delegação de competências ou contratos interadministrativos³⁶;
- Os custos com amortizações do exercício apresentam também um peso relativo significativo nos municípios, representando 12,3%;
- Em 36 municípios o peso destes custos excede este valor, enquanto nos restantes 16 os custos com amortizações do exercício têm uma menor preponderância;
- Em Ferreira do Zêzere e Lourinhã foram registados os maiores pesos relativos para os custos com amortizações do exercício;
- Os custos operacionais representam um total de 90,4% dos custos totais dos municípios da RLVT, enquanto os custos financeiros, que incluem, designadamente, os juros dos empréstimos e os juros de mora, constituem 1,2% e os custos extraordinários 8,4%;
- Nos custos financeiros, de referir o elevado peso que estes assumiram nos gastos do Cartaxo e Nazaré;
- Numa situação mais favorável estavam 23 municípios, mais 5 do que em 2016, nos quais os custos financeiros assumiam um peso relativo entre os 0% e os 0,5%³⁷;
- Nos custos extraordinários, assumiram maior relevância as transferências de capital concedidas a outras entidades, as correções relativas a anos anteriores e a imputação a resultados dos subsídios para investimentos amortizáveis.

³⁶ RECORDE-SE QUE ATRAVÉS DA LEI N.º 56/2012, DE 8 DE NOVEMBRO, TEVE LUGAR UMA REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DE LISBOA, ATRAVÉS DA QUAL FOI DEFINIDO UM NOVO MAPA DA CIDADE, UM QUADRO ESPECÍFICO DAS COMPETÊNCIAS PRÓPRIAS DOS RESPECTIVOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS, BEM COMO OS CRITÉRIOS DE REPARTIÇÃO DE RECURSOS ENTRE O MUNICÍPIO E AS FREGUESIAS DO CONCELHO.

³⁷ ESTÃO NESTA SITUAÇÃO OS MUNICÍPIOS DE ALCobaça, Almada, Almeirim, Benavente, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Chamusca, Constância, Coruche, Ferreira do Zêzere, Lourinhã, Mação, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Ourém, Palmela, Salvaterra de Magos, Sintra, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

2.1.3 COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS POR DIMENSÃO POPULACIONAL

Os custos operacionais apresentaram um peso relativo médio mais elevado nos municípios de menor dimensão populacional.

Contudo, no conjunto destes custos emergem as transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais, com um comportamento diferenciado, uma vez que o seu peso é superior nos grandes municípios.

Tendo em conta que uma componente significativa destas transferências e subsídios se destina às juntas de freguesia, esta situação prende-se com a passagem de competências dos municípios para as freguesias, através da concretização de protocolos de delegação de competências entre estes dois níveis de autarquias locais, que serão tanto mais necessários quanto maior a dimensão dos municípios e a distância em relação às respetivas populações.

Assinala-se também a maior relevância dos custos e perdas extraordinários nos municípios de maior dimensão, embora o peso significativo assumido por estes custos em Mafra (18,3%) e Lisboa (16,6%) influencie de forma decisiva a média dos municípios de grande dimensão.

Tabela 150 – Peso médio dos custos em 2017, por categoria de custos e dimensão populacional

Custos	Unidade: %			
	Peq.	Méd.	Grand.	RLVT
Custos operacionais	95,9	94,2	93,2	94,5
<i>CMVMC</i>	4,0	2,5	1,0	2,6
<i>Fornecimentos e serviços externos</i>	29,4	28,5	32,5	29,6
<i>Custos com o pessoal</i>	34,9	35,2	35,5	35,2
<i>Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais</i>	6,6	8,1	10,9	8,2
<i>Amortizações do exercício</i>	19,2	18,1	10,4	16,8
<i>Provisões do exercício</i>	1,1	1,2	2,4	1,4
<i>Outros custos operacionais</i>	0,6	0,6	0,5	0,6
Custos e perdas financeiros	1,1	1,4	1,1	1,2
Custos e perdas extraordinários	2,9	4,4	5,7	4,2
Total custos médios	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

2.1.4 COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS POR NUTS III

Tabela 151 – Composição dos custos em 2017, por NUTS III

Custos	Unidade: M€				
	AML	LT	MT	O	RLVT
Custos operacionais	1.731,31	153,78	160,72	203,29	2.249,09
CMVMC	17,40	2,60	5,53	8,33	33,86
Fornecimentos e serviços externos	539,88	45,25	45,91	64,16	695,20
Custos com o pessoal	651,00	58,21	52,36	67,98	829,56
Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	219,33	14,21	10,61	22,63	266,79
Amortizações do exercício	196,14	30,55	43,81	34,67	305,17
Provisões do exercício	98,88	2,28	1,10	4,01	106,26
Outros custos operacionais	8,68	0,68	1,38	1,50	12,25
Custos e perdas financeiros	20,99	3,78	1,75	2,91	29,43
Custos e perdas extraordinários	186,11	7,96	6,38	9,65	210,10
Total de custos	1.938,42	165,52	168,85	215,85	2.488,63

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

- Os municípios da Área Metropolitana de Lisboa assumiram uma clara preponderância também ao nível dos custos, uma vez que foram responsáveis por mais de ¾ dos gastos municipais registados na região, em 2017;

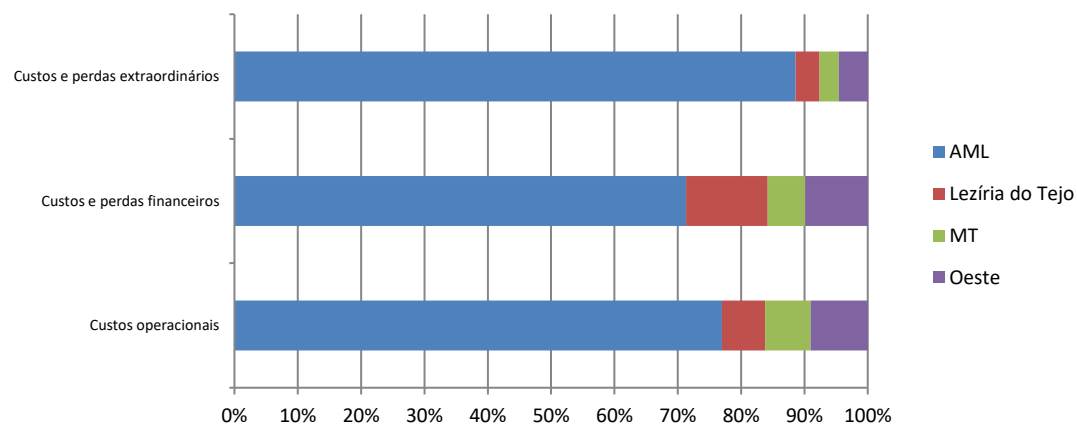
- Neste âmbito importa destacar também o papel dos municípios do Oeste, com particular preponderância os gastos com CMVMC, uma vez que nesta rubrica os custos dos municípios do Oeste representaram quase ¼ do total da região.

Tabela 152 – Estrutura dos custos dos municípios da RLVT em 2017, por NUTS III

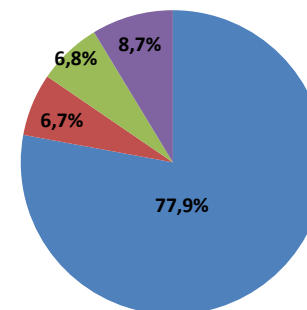
Custos	Unidade: %				
	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	RLVT
Custos operacionais	77,0	6,8	7,1	9,0	100,0
CMVMC	51,4	7,7	16,3	24,6	100,0
Fornecimentos e serviços externos	77,7	6,5	6,6	9,2	100,0
Custos com o pessoal	78,5	7,0	6,3	8,2	100,0
Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	82,2	5,3	4,0	8,5	100,0
Amortizações do exercício	64,3	10,0	14,4	11,4	100,0
Provisões do exercício	93,0	2,1	1,0	3,8	100,0
Outros custos operacionais	70,9	5,5	11,3	12,3	100,0
Custos e perdas financeiros	71,3	12,9	5,9	9,9	100,0
Custos e perdas extraordinários	88,6	3,8	3,0	4,6	100,0
Total de custos	77,9	6,7	6,8	8,7	100,0

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

Gráfico 80 – Estrutura dos custos dos municípios da RLVT em 2017, por NUTS III



Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.



2.2 PROVEITOS

2.2.1 EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DOS PROVEITOS – 2013 A 2017

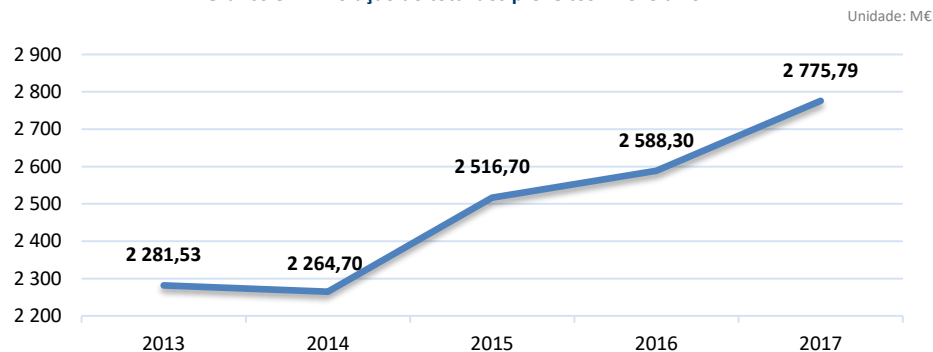
Em 2017 confirmou-se a tendência de aumento dos proveitos dos municípios da RLVT, registada desde 2015, com um aumento no último ano em 187,49 M€, representativo de um acréscimo de 7,2%, refletido em quase todas as categorias, com exceção das vendas e prestação de serviços – outras (-5,97 M€), dos outros proveitos operacionais (-11,39 M€) e dos proveitos extraordinários (-12,61 M€).

Tabela 153 – Evolução dos proveitos nos municípios da RLVT – 2013 a 2017

Proveitos	2013	2014	2015	2016	2017	Variação %	
						2016-2017	2013-2017
Total Vendas e prestações de serviços	246,67	228,68	272,54	304,36	315,43	3,6	27,9
Venda de mercadorias e produtos	38,03	34,65	36,95	32,03	39,70	23,9	4,4
Prestação de serviços	188,51	179,38	218,69	251,21	260,58	3,7	38,2
Vendas e prestações de serviços - Outras	20,13	14,65	16,89	21,12	15,15	-28,2	-24,7
Impostos e taxas	1.113,72	1.179,60	1.282,93	1.341,85	1.514,11	12,8	36,0
Variação da produção	0	0	0	0,01	0,00	-0,0	0,0
Trabalhos para a própria entidade	2,62	3,05	2,44	3,32	4,19	26,3	60,1
Proveitos suplementares	21,65	21,46	18,53	19,14	19,97	4,3	-7,8
Transferências e subsídios obtidos	622,93	553,17	578,09	591,74	612,47	3,5	-1,7
Outros proveitos operacionais	24,00	26,31	26,1	38,56	27,17	-29,5	13,2
Total proveitos operacionais	2.031,59	2.012,27	2.180,62	2.298,97	2.493,34	8,5	22,7
Proveitos financeiros	61,95	58,95	62,99	65,34	71,07	8,8	14,7
Proveitos extraordinários	188,00	193,48	273,09	223,99	211,38	-5,6	12,4
Total proveitos	2.281,53	2.264,70	2.516,70	2.588,30	2.775,79	7,2	21,7

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

Gráfico 81 – Evolução do total dos proveitos – 2013 a 2017



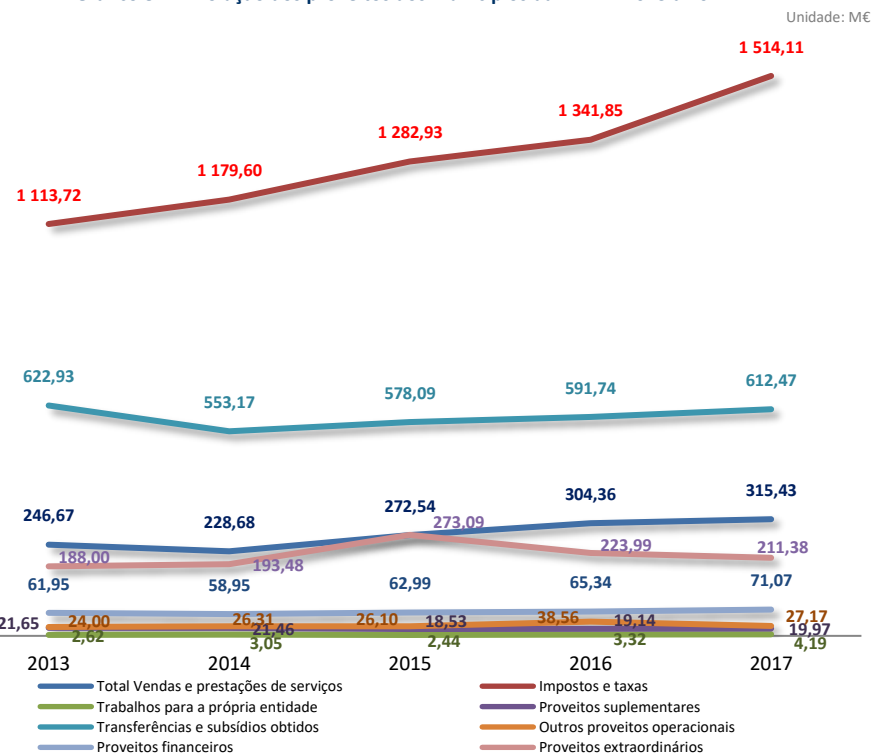
Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

Os proveitos decorrentes dos impostos e taxas aumentaram significativamente em todo o período em análise, totalizando em 2017 um acréscimo de 172,26 M€ face ao período homólogo e de 400,39 M€ face a 2013.

Destaque também para a evolução positiva dos proveitos da prestação de serviços³⁸, com um crescimento de 38,2% entre 2013 e 2017, correspondente a 72,07 M€.

Ao nível das transferências e subsídios, apesar de o montante registado em 2017 ser ainda inferior ao de 2013, confirmou-se a tendência de crescimento verificada desde 2015. Tal como se constata nas receitas, também nos proveitos as transferências e subsídios assumem um papel relevante no conjunto dos proveitos dos municípios.

Gráfico 82 – Evolução dos proveitos dos municípios da RLVT – 2013 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

³⁸ ENGLoba OS PROVEITOS, DESIGNADAMENTE DA VENDA DE SERVIÇOS RELACIONADOS COM CEMITÉRIOS, MERCADOS E FEIRAS, PARQUES DE ESTACIONAMENTO, PARQUES DE CAMPISMO, BEM COMO SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS OU DE DESPORTO.

Importa referir, em particular, alguns municípios:

- O aumento dos proveitos de Azambuja, resultante do acréscimo dos proveitos operacionais já que se evidenciaram descidas nos proveitos financeiros e extraordinários;
- Mafra e Cascais, os quais apresentaram um aumento de proveitos em 2017, resultante do crescimento dos proveitos operacionais, financeiros e extraordinários, face ao ano anterior.

Tabela 154 – Lista dos municípios com maior variação positiva dos proveitos – 2016 a 2017

Unidade: M€

NUTS III	Dimensão	Municípios	Total Proveitos		Variação 2016-2017 (%)
			2016	2017	
LT	Médio	Azambuja	15,44	22,97	48,8
AML	Médio	Mafra	54,22	70,66	30,3
AML	Grande	Cascais	165,56	196,55	18,7
MT	Pequeno	Alcanena	11,06	12,53	13,3
AML	Grande	Oeiras	140,29	155,35	10,7
AML	Médio	Montijo	26,03	28,73	10,4
AML	Grande	Lisboa	747,84	816,75	9,2
O	Médio	Peniche	15,99	17,43	9,0
AML	Grande	Setúbal	67,92	73,95	8,9
AML	Grande	Odivelas	67,04	72,86	8,7

Fonte: Prestações de Contas de 2016 e 2017 dos municípios da RLVT.

2.2.2 ESTRUTURA DOS PROVEITOS POR MUNICÍPIO

Em 2017, não obstante, em termos totais, os impostos e taxas representarem 54,6% dos proveitos dos municípios da RLVT, na maior parte dos municípios (44) este tipo de proveitos apresentava uma importância relativa menos significativa.

Constatou-se uma variação significativa na capacidade dos municípios para gerar este tipo de receitas próprias, oscilando o peso dos impostos e taxas no total dos proveitos registados em 2017 entre os 7,1% de Sardoal e 78,2%, de Cascais.

Em 2017, havia 14 municípios na região em que os proveitos resultantes dos impostos e taxas representavam mais de metade dos respetivos proveitos – Cascais, Lisboa, Azambuja, Almada, Sintra, Oeiras, Setúbal, Nazaré, Montijo, Loures, Alcochete, Palmela, Seixal e Mafra.

O valor mais alto foi registado, conforme se referiu supra, por Cascais, no qual esta categoria de proveitos superou os $\frac{3}{4}$ dos proveitos totais.

Os proveitos financeiros, pela sua natureza, e na medida em que a obtenção de lucros financeiros não se encontra entre as atribuições prosseguidas pelas autarquias locais, constituem, em regra, uma pequena parte dos proveitos dos municípios.

Em 2017, representaram 2,6% do total dos proveitos, no conjunto dos municípios da RLVT, destacando-se Abrantes, no qual os proveitos financeiros representaram 11,9% do valor total, bem como Odivelas, com 10,1%.

Por outro lado, em vários municípios, esta categoria de proveitos teve um peso praticamente nulo, no conjunto dos proveitos registados: Bombarral, Alcanena, Óbidos, Azambuja, Peniche, Setúbal e Palmela.

Os proveitos extraordinários apresentaram alguma relevância no conjunto dos proveitos dos municípios da RLVT. Se em termos globais estes proveitos constituíam cerca de 7,6% do total, em Mafra, Bombarral, Entroncamento e Cartaxo atingiram os 17,0%, 13,8%, 13,3% e 12,7%, respetivamente.

2.2.3 PESO DOS PROVEITOS POR DIMENSÃO POPULACIONAL

Tabela 155 – Peso médio dos proveitos em 2017, por dimensão populacional

Proveitos	Pequenos	Médios	Grandes	Unidade: %	
				RLVT	
<i>Total Vendas e prestações de serviços</i>	13,1	12,2	9,8	12,0	
<i>Venda de mercadorias e produtos</i>	4,3	2,2	1,2	2,7	
<i>Prestação de serviços</i>	7,3	9,9	7,7	8,6	
<i>Vendas e prestações de serviços - Outras</i>	1,5	0,1	0,9	0,7	
<i>Impostos e taxas</i>	24,7	39,4	56,1	38,1	
<i>Variação da produção</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	
<i>Trabalhos para a própria entidade</i>	0,2	0,5	0,0	0,3	
<i>Proveitos suplementares</i>	0,9	0,5	0,3	0,6	
<i>Transferências e subsídios obtidos</i>	51,2	36,6	22,8	38,5	
<i>Outros proveitos operacionais</i>	0,3	0,5	1,5	0,6	
Total de proveitos operacionais	90,4	89,7	90,6	90,1	
Proveitos financeiros	3,1	3,9	3,1	3,4	
Proveitos extraordinários	6,5	6,5	6,3	6,5	
Total de proveitos	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

Nos municípios de grande dimensão, os impostos e taxas representaram, em média, 56,1% dos proveitos; nos municípios médios 39,4%; nos pequenos, esta categoria de proveitos representou, em média, menos de metade dos proveitos registados nos municípios de grande dimensão, constituindo cerca de 24,7% dos proveitos registados no exercício.

Esta situação praticamente inverte-se, no que toca aos pequenos e grandes municípios, em matéria do peso relativo das transferências e subsídios nos respetivos proveitos. De facto, nos grandes municípios o peso das transferências foi de 22,8%, nos médios 36,6% (muito próximo do apontado para os impostos) e nos pequenos municípios as transferências representavam 51,2% dos proveitos, em 2017.

Nas restantes categorias de proveitos a dimensão dos municípios não se reflete em diferenças relevantes no peso médio das várias categorias de proveitos.

2.2.4 COMPOSIÇÃO DOS PROVEITOS POR NUTS III

Tabela 156 – Composição dos proveitos em 2017, por NUTS III

Proveitos	Unidade: M€				
	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	RLVT
<i>Total Vendas e prestações de serviços</i>	259,74	14,16	13,91	27,62	315,43
<i>Venda de mercadorias e produtos</i>	28,95	1,72	2,72	6,30	39,70
<i>Prestação de serviços</i>	218,34	11,44	10,04	20,76	260,58
<i>Vendas e prestações de serviços - Outras</i>	12,45	0,99	1,15	0,56	15,15
<i>Impostos e taxas</i>	1.315,76	60,84	45,71	91,80	1.514,11
<i>Trabalhos para a própria entidade</i>	0,79	0,00	1,06	2,34	4,19
<i>Proveitos suplementares</i>	16,69	0,34	0,75	2,20	19,97
<i>Transferências e subsídios obtidos</i>	362,48	84,39	84,42	81,18	612,47
<i>Outros proveitos operacionais</i>	23,07	0,64	0,05	3,41	27,17
Total de proveitos operacionais	1.978,53	160,35	145,90	208,56	2.493,34
Proveitos financeiros	44,74	10,01	9,59	6,74	71,07
Proveitos extraordinários	173,98	12,16	14,22	11,02	211,38
Total de proveitos	2.197,25	182,51	169,71	226,32	2.775,79

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT.

A análise da distribuição pelas várias NUTS III confirma a tendência já evidenciada em pontos anteriores, relativa à predominância do peso dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa no contexto da RLVT. Neste ponto, destaca-se ainda o peso que os proveitos registados pelos municípios do Oeste assumem, no contexto da região – de facto, esta sub-região apresentou, em

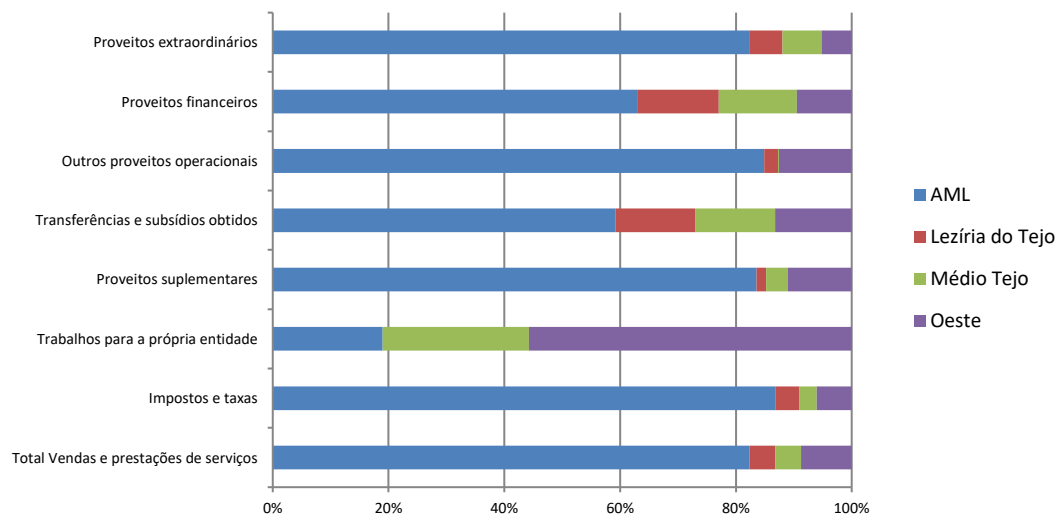
várias categorias de proveitos, um peso relativo superior ao registado na Lezíria do Tejo e Médio Tejo, mormente no total das vendas e prestações de serviços, nos impostos e taxas e nos outros proveitos operacionais.

Tabela 157 – Estrutura dos proveitos dos municípios da RLVT em 2017, por NUTS III

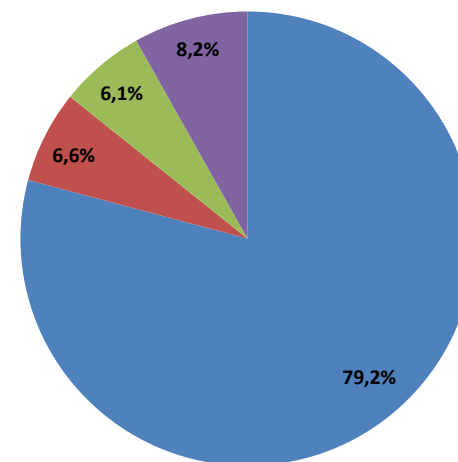
Proveitos	Unidade: %				
	AML	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste	RLVT
<i>Total Vendas e prestações de serviços</i>	82,3	4,5	4,4	8,8	100,0
<i>Venda de mercadorias e produtos</i>	72,9	4,3	6,9	15,9	100,0
<i>Prestação de serviços</i>	83,8	4,4	3,9	8,0	100,0
<i>Vendas e prestações de serviços - Outras</i>	82,1	6,6	7,6	3,7	100,0
<i>Impostos e taxas</i>	86,9	4,0	3,0	6,1	100,0
<i>Trabalhos para a própria entidade</i>	19,0	0,0	25,3	55,7	100,0
<i>Proveitos suplementares</i>	83,6	1,7	3,7	11,0	100,0
<i>Transferências e subsídios obtidos</i>	59,2	13,8	13,8	13,3	100,0
<i>Outros proveitos operacionais</i>	84,9	2,3	0,2	12,6	100,0
Total de proveitos operacionais	79,4	6,4	5,9	8,4	100,0
Proveitos financeiros	62,9	14,1	13,5	9,5	100,0
Proveitos extraordinários	82,3	5,8	6,7	5,2	100,0
Total de proveitos	79,2	6,6	6,1	8,2	100,0

Fonte: Prestações de Contas de 2017 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

Gráfico 83 – Proveitos dos municípios da RLVT em 2017, por NUTS III



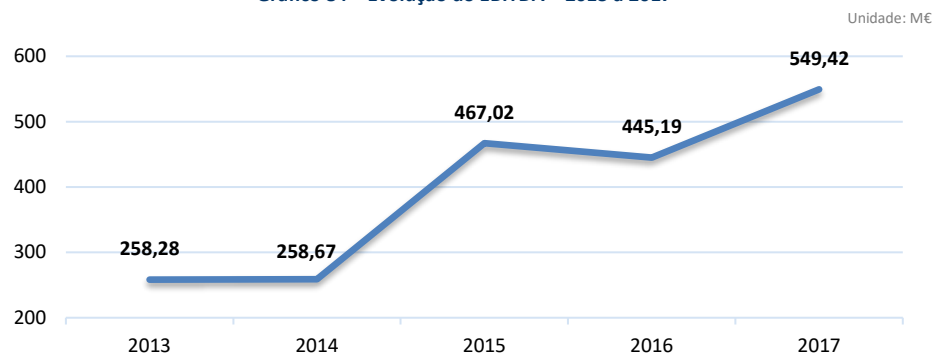
Fonte: Prestações de Contas de 2016 dos municípios da RLVT.



2.3 RESULTADOS

2.3.1 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS – 2013 A 2017

Gráfico 84 – Evolução do EBITDA – 2013 a 2017



Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

Sendo que pela sua natureza as autarquias locais não existem para gerar lucro, é expectável que consigam gerir as respetivas finanças de forma a manter um equilíbrio entre os proveitos e os custos.

A este propósito, a situação era a seguinte:

- No período analisado, o RLE do conjunto dos municípios da RLVT foi sempre positivo, tal como o EBITDA, sendo que este indicador tem em conta os resultados operacionais

expurgados dos custos com amortizações, os quais não representam necessidades de exfluxos financeiros imediatas;

- Em 2017, houve uma subida, relativamente ao ano anterior, de 25,6% no resultado líquido atingido pelos municípios, correspondente a uma variação positiva de 58,54 M€;
- Em termos agregados na região, os resultados operacionais em 2017 registaram igualmente uma subida em 53,7%;
- A subida dos resultados operacionais ocorreu em 30 municípios, apesar do número de municípios com resultados operacionais negativos ter aumentado, passando de 21, em 2015, para 23, em 2016 e 25 em 2017;
- Igualmente favorável à escala regional foi a situação em termos de EBITDA, uma vez que no conjunto dos municípios da região se registou uma subida destes resultados, refletida em 31 municípios, contrária à diminuição registada em 21 municípios.

Tabela 158 – Evolução dos resultados nos municípios da RLVT – 2013 a 2017

Unidade: M€

Custos / Proveitos/ Resultados	2013	2014	2015	2016	2017	Variação %	
						2016-2017	2013-2017
Custos	2.211,30	2.164,28	2.128,85	2.359,70	2.488,63	5,5	12,5
Proveitos	2.281,53	2.264,70	2.516,70	2.588,30	2.775,79	7,2	21,7
RLE	70,2	100,42	387,85	228,62	287,16	25,6	309,1
Resultados operacionais	5,04	-2,82	203,59	158,87	244,25	53,7	4.746,2
EBITDA	258,28	258,67	467,02	445,19	549,42	23,4	112,7

Fonte: Prestações de Contas de 2013 a 2017 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

CONCEITOS

Acréscimos de custos – Custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício(s) posterior(es).

Acréscimos de proveitos – Proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se em exercício(s) posterior(es).

Amortização de empréstimo – Valor correspondente ao pagamento do capital em dívida, podendo o reembolso ser parcial ou total.

Amortizações do exercício – Respeita à depreciação das imobilizações corpóreas (com exceção das incluídas em investimentos financeiros), incorpóreas e dos bens de domínio público, atribuída ao exercício. As amortizações do exercício serão calculadas pelo método das quotas constantes, em função do tempo e da forma de utilização do respetivo imobilizado.

Aquisição de bens de capital – Agrega as despesas aplicadas em investimento, locação financeira e bens do domínio público.

Aquisição de bens e serviços – Engloba as despesas em bens de consumo, duráveis ou não, e aquisição de serviços.

Ativos financeiros (despesa) – Incluem as operações financeiras com a aquisição de títulos de crédito e com a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis, junto dos serviços municipalizados. Englobam as aplicações financeiras de tesouraria mas também as aplicações financeiras de médio e longo prazo.

Ativos financeiros (receita) – Representam os benefícios anuais ou os benefícios futuros para os respetivos detentores, concretizando-se através de meios de pagamento. Pela sua natureza, são próximos de créditos financeiros. Incluem a venda e amortização de títulos de crédito, nomeadamente obrigações e ações ou outras formas de participação, bem como as resultantes do reembolso a favor da autarquia, do valor da amortização de empréstimos afetos aos serviços municipalizados, ou subsídios reembolsáveis concedidos nos termos da lei.

Bens do domínio público – Abrange os bens do município que estão afetos ao uso público ou os que qualquer norma jurídica classifique como coisa pública, em contraposição aos bens que estão no comércio jurídico-privado.

Classificação económica – Quadro normativo que se destina ao acompanhamento, numa perspetiva económica, da execução orçamental das receitas e despesas públicas (na ótica da contabilidade pública). O classificador económico das receitas e despesas públicas foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro.

Custos com o pessoal – São os gastos com membros dos órgãos autárquicos, remunerações do pessoal, encargos para a Segurança Social a cargo do município, suplementos de remunerações,

como trabalho extraordinário, trabalho em regime de turnos, abono para falhas, subsídio de refeição, ajudas de custo, vestuário e artigos pessoais, alimentação e alojamento, subsídio familiar a crianças e jovens, seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais ou seguros de saúde.

Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas – Regista a contrapartida das saídas de existências nela mencionadas, por venda ou integração no processo produtivo, como por exemplo as compras de mercadorias, água, eletricidade, combustíveis, óleos, lubrificantes, ferramentas e utensílios, etc.

Custos diferidos – Compreende os custos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, como por exemplo prémios de seguros.

Depósitos e caixa – Em **Caixa** inclui os meios de pagamento, tais como notas de banco e moedas metálicas de curso legal, cheques e vales postais, nacionais ou estrangeiros; como **Depósitos** engloba meios de pagamento existentes em contas à ordem ou a prazo em instituições financeiras.

Derrama municipal – A derrama é um imposto municipal que incide sobre o lucro tributável das pessoas coletivas, sendo a sua taxa fixada anualmente pelos diferentes municípios.

Despesa corrente – Reflete os gastos em bens e serviços consumidos dentro do ano corrente, com vista à satisfação de compromissos e necessidades sociais e coletivas.

Despesa corrente primária – A despesa corrente primária corresponde à despesa corrente antes de juros.

Despesa de capital – Compreende as transferências de capital, sob a forma de subsídios ao investimento e outras transferências de capital, bem como as despesas de investimento.

Despesa efetiva – Corresponde às despesas que alteram definitivamente o património financeiro líquido, calculando-se através da soma dos agrupamentos da classificação económica de despesa orçamental, de natureza corrente e de capital, com exclusão dos ativos financeiros e dos passivos financeiros. Ou seja, a despesa efetiva = despesa corrente + despesa de capital (sem ativos e passivos financeiros)

Despesa total – A despesa total consiste na utilização de recursos pelos municípios tendo por fim a aquisição de bens ou serviços para a satisfação das necessidades públicas. Corresponde à soma das despesas correntes e das despesas de capital.

Dívida total municipal – A dívida total de operações orçamentais dos municípios inclui os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento,

assumidas pelos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos.

Dotação corrigida – Corresponde aos recursos disponíveis para utilização pelos serviços, inerentes à dotação orçamental inicial, abatida de cativos e corrigida com as alterações orçamentais (reforços e/ou anulações) que entretanto tenham ocorrido.

EBITDA (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*) – Lucro operacional, representa quanto uma entidade gera de recursos através das respetivas atividades operacionais; proveitos e ganhos operacionais menos custos operacionais, excluindo-se destes as amortizações do período.

Encargos da dívida – Os encargos da dívida incluem os juros, comissões e outros encargos relacionados com o serviço da dívida.

Execução orçamental – A execução orçamental é o conjunto de operações que refletem a cobrança de receitas e o pagamento das despesas previstas.

Existências – Engloba, consoante a organização existente na entidade, as compras e os inventários inicial e final (inventário intermitente ou periódico) e o inventário permanente.

Fornecimentos e serviços externos – Esta rubrica compreende os subcontratos, que são trabalhos necessários ao processo produtivo próprio, relativamente aos quais se obteve a cooperação de outras entidades, submetidos a compromissos formalizados ou simples acordos (serviços de saneamento básico, recolha, tratamento e deposição de resíduos, água - abastecimento público, limpeza urbana, sinalização e trânsito, iluminação pública, transportes escolares, cantinas escolares, serviços culturais, recreativos e espetáculos), excluindo-se os gastos com pessoal em regime de prestação de serviços (profissionais liberais) e que efetua trabalhos de carácter regular. Inclui também fornecimentos e serviços, eletricidade, combustíveis, gásóleo, gasolina, água, ferramentas e utensílios de desgaste rápido, livros e documentação técnica, material de escritório, artigos para oferta, rendas e alugueres, etc.

Fundo de Apoio Municipal – Respeita a um fundo participado em partes iguais pelo Estado e pela totalidade dos municípios portugueses, dotado de autonomia administrativa e financeira, que tem por objetivo prestar assistência financeira aos municípios que se encontrem em situação de rutura financeira. Este fundo foi instituído pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto.

Fundo de Coesão Municipal – Fundo que respeita à transferência inscrita anualmente na Lei do Orçamento de Estado e que visa reforçar a coesão municipal, fomentando a correção de assimetrias, em benefício dos municípios menos desenvolvidos, onde existam situações de desigualdade relativamente às correspondentes médias nacionais (artigo 29.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro).

Fundo de Equilíbrio Financeiro – Corresponde a uma subvenção geral consagrada na lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, consagrada

no n.º 1 do artigo 25.º conjugado com o artigo 27.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, equivalente a 19,5% da média aritmética simples da receita proveniente do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Social.

Fundo de Financiamento das Freguesias – Corresponde a uma subvenção geral para as freguesias prevista no artigo 36.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, equivalente a 2% da média aritmética simples da receita proveniente do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e do imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

Fundo de Regularização Municipal – Fundo constituído pelos montantes das transferências orçamentais deduzidas aos municípios no caso de incumprimento dos respetivos planos de saneamento, sendo utilizado para, através da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), proceder ao pagamento das dívidas a terceiros do município.

Fundo Geral Municipal – Transferência financeira do Estado prevista no artigo 28.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que visa dotar os municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições, em função dos respetivos níveis de funcionamento e investimento.

Fundo Social Municipal – Corresponde a uma subvenção específica, consagrada no artigo 30.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, cujo valor corresponde às despesas relativas às atribuições e competências transferidas da administração central para os municípios.

Grau de execução – Rácio, expresso em percentagem, que decorre da relação entre o valor executado, no período em análise, para uma determinada rubrica de receita ou despesa, e o correspondente valor da previsão (ou dotação corrigida) abatido de cativos. Assim, este grau é aferido por referência ao orçamento aprovado ou alterado.

Grau de execução da despesa da comprometida – Rácio percentual que relaciona a despesa paga com a despesa comprometida no exercício.

Grau de execução orçamental das despesas – rácio percentual que relaciona o valor das despesas pagas com o valor das dotações corrigidas.

Grau de execução orçamental das receitas – rácio percentual que relaciona o valor das receitas cobradas líquidas com o valor das previsões corrigidas.

Imobilizado corpóreo – Integra os imobilizados tangíveis, móveis ou imóveis (com exceção dos bens de domínio público), que a entidade utiliza na sua atividade operacional, que não se destinem a ser vendidos ou transformados, com carácter de permanência superior a um ano. Inclui igualmente as benfeitorias e as grandes reparações que acrescem ao custo daqueles imobilizados.

Imobilizado em curso – Abrange as imobilizações de adição, melhoramento ou substituição não concluídas à data de encerramento do exercício. Inclui também os adiantamentos feitos por conta de imobilizado, cujo preço esteja previamente fixado.

Imobilizado incorpóreo – Integra as imobilizações intangíveis, englobando, nomeadamente, direitos e despesas de constituição, arranque e expansão da entidade.

Índice de independência financeira – O rácio de independência financeira relaciona as receitas próprias com as receitas totais, considerando-se haver independência financeira quando este rácio for superior a pelo menos 50%.

Investimento – Em termos financeiros, orçamentais e contabilísticos, consideram-se como despesas de investimento aquelas que as autarquias destinem à aquisição ou reparação de bens duradouros por si detidos ou por si utilizados na sua atividade.

Investimentos financeiros – Abrange as aplicações financeiras de carácter permanente.

Juros - montante que o devedor tem a responsabilidade de pagar ao credor ao longo de um determinado período pela utilização de um determinado montante de capital; incluem também outras despesas correntes inerentes à contratação e gestão dos empréstimos até ao seu vencimento bem como às despesas inerentes aos serviços bancários e outras despesas/encargos financeiros que não sejam juros.

Limite da dívida total municipal - O limite da dívida total, definido no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece que a dívida total de operações orçamentais dos municípios, incluindo a das entidades do sector empresarial local, não pode ultrapassar, no final de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Entretanto foi feita uma alteração ao conceito do limite de dívida total e respetivo apuramento do endividamento municipal, considerando a alteração do artigo 52.º do RFAEI materializada pela Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2017. Assim, nos termos do legalmente estabelecido não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia e o valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 59/2014, de 27 de outubro; os empréstimos contraídos para execução de projetos no âmbito do PERSU 2020 e os empréstimos contraídos para financiamento da contrapartida nacional de projetos cofinanciados por fundos europeus, por acordo com a administração central.

³⁹ No âmbito do novo sistema contabilístico aplicável às autarquias locais ao abrigo do SNC-AP aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, os subsídios para investimentos deixam de estar registados como passivo, passando a constar da classe 5.

Ótica de caixa - Ótica adotada no âmbito da contabilidade pública, sendo as operações registadas no momento em que são efetuados os recebimentos ou os pagamentos.

Ótica de compromissos – Ótica de registo efetuada segundo o princípio da especialização do exercício, em que se adiciona à despesa paga os compromissos assumidos que estão por pagar, e em que se retira os pagamentos de compromissos assumidos em anos anteriores.

Outros proveitos e ganhos operacionais – Nesta classificação encontram-se os proveitos, alheios ao valor acrescentado, das atividades que não sejam próprias dos objetivos principais dos municípios.

Participação variável no IRS – Participação consagrada na alínea c) do artigo 25.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, mediante a qual os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa a rendimentos do ano imediatamente anterior.

Passivos financeiros (lado da despesa) – Pagamentos decorrentes da amortização de empréstimos, regularização de adiantamentos ou subsídios reembolsáveis e garantias.

Passivos financeiros (lado da receita) – Receitas provenientes da emissão de obrigações e de empréstimos contraídos a curto prazo e a médio e longo prazo. Os empréstimos de curto prazo destinam-se a cobrir exclusivamente dificuldades de tesouraria.

Património – Consiste nos fundos relativos à constituição da entidade, resultantes dos ativos e passivos que lhe sejam consignados, bem como as alterações subsequentes que foram formalmente autorizadas. No início da aplicação do POCAL, resultou da diferença entre os montantes ativos e os passivos e das importâncias reconhecidas das restantes contas da classe 5.

Proveitos diferidos³⁹ – Compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, atendendo ao princípio do acréscimo.

Proveitos suplementares – Abrange os proveitos, inerentes ao valor acrescentado, das atividades que não sejam próprias dos objetivos principais dos municípios.

Provisões – Engloba as situações a que estejam associados riscos relativos a cobranças duvidosas, depreciação de existências e investimentos financeiros. São exemplos as provisões para cobranças duvidosas, as provisões para depreciação de existências, as provisões para

investimentos financeiros, as provisões para aplicações de tesouraria de curto prazo ou as provisões para riscos e encargos.

Provisões do exercício – As provisões são passivos cuja quantia ou tempestividade são incertas. As provisões do exercício refletem, no final do período contábilístico, a variação positiva da estimativa dos riscos entre dois períodos contábilísticos consecutivos, que tiver características de custo operacional. Destacam-se as provisões para cobranças duvidosas, para processos judiciais em curso e para depreciação de existências.

Provisões para riscos e encargos – Responsabilidades derivadas dos riscos de natureza específica e provável e que à data do balanço são de ocorrência provável ou certa, mas incertas quanto ao seu valor ou data de ocorrência dos encargos a pagar.

Receita consignada – A receita consignada é a aquela que a título excepcional e por determinação legal é afeta a despesas pré-determinadas.

Receita efetiva – Corresponde às receitas que alteram definitivamente o patrimônio financeiro líquido. Corresponde à soma dos capítulos da classificação econômica de receita orçamental, com exclusão dos ativos financeiros, dos passivos financeiros e dos saldos da gerência anterior.

Receita fiscal municipal – Receita proveniente dos impostos diretos e indiretos municipais que contemplam, nomeadamente, as receitas provenientes do IMI, IMT, derrama municipal, imposto único de circulação e demais impostos entretanto extintos, mas cuja cobrança não tenha sido efetuada na altura, bem como as taxas.

Recuperação financeira municipal – A necessidade de recurso à recuperação financeira municipal considera-se verificada sempre que a dívida total do município seja superior a três vezes a média da receita corrente líquida, cobrada nos últimos três exercícios, nos termos previstos no artigo 61.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Rendimentos de propriedade – Receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros, como depósitos bancários, títulos e empréstimos cedidos, e rendas de ativos não produtivos, como terrenos e ativos incorpóreos.

Reposições abatidas nos pagamentos – Correspondem a uma dedução à despesa de pagamentos orçamentais indevidos, quando ocorridos no próprio ano.

Reposições não abatidas nos pagamentos – Receitas resultantes das entradas de fundos na tesouraria, em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou em razão de não terem sido utilizados, na globalidade ou parte, pelas entidades que os receberam.

Reservas – Abrange as reservas estatutárias, as reservas contratuais, as reservas livres, os subsídios, as doações e as reservas decorrentes da transferência de ativos.

Reservas de reavaliação – Reflete as contrapartidas às valorizações emergentes da atualização do cadastro matricial e aos ajustamentos monetários.

Resultados transitados – Esta conta acolhe os resultados líquidos provenientes do exercício anterior. Esta conta regista também regularizações não frequentes e de grande significado que afetem, positiva ou negativamente, o património e não o resultado do exercício.

Rutura financeira – Nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a situação de rutura financeira municipal considera-se verificada sempre que a dívida total do município seja superior, em 31 de dezembro de cada ano, a três vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios. A dívida total do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Saldo corrente – O saldo corrente corresponde à diferença entre a receita corrente e a despesa corrente.

Saldo de capital – O saldo de capital corresponde à diferença entre a receita de capital e a despesa de capital.

Saldo global – O saldo global corresponde à diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva.

Saldo orçamental – O saldo orçamental corresponde à diferença entre o total de receitas e o total de despesas. A designação estatística é “capacidade ou necessidade líquida de financiamento”.

Saldo primário – Corresponde à diferença entre a receita e a despesa primária (despesa antes de juros); o saldo primário resulta do somatório do saldo global com os juros.

Saneamento financeiro municipal – Corresponde ao mecanismo de recuperação financeira municipal definido no artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e visa criar condições para a reprogramação da respetiva dívida e a consolidação dos passivos financeiros.

Serviço da dívida – Despesas pagas em juros e outros encargos e em passivos financeiros.

Subsídios – Fluxos financeiros não reembolsáveis, dos municípios para as empresas públicas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

Taxas, multas e outras penalidades – Agregado composto pelas taxas pagas pelos particulares, por contrapartida à emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei e ainda pelas multas e outras penalidades, decorrentes da transgressão da lei, posturas e outros regulamentos.

Títulos negociáveis – Inclui os títulos adquiridos com o objetivo de aplicação de tesouraria de curto prazo, ou seja, por um período inferior a um ano.

Total da dívida exigível – Constituída pelas dívidas a pagar a curto prazo e a médio e longo prazo.

Transferências correntes (despesa) – Importâncias a entregar a entidades para financiar despesas correntes, não implicando qualquer contraprestação direta para o município por parte das unidades receptoras.

Transferências correntes (receita) – Recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação preestabelecida.

Transferências de capital (despesa) – Importâncias a entregar a entidades, para financiar despesas de capital, não implicando qualquer contraprestação direta para o município por parte das unidades receptoras.

Transferências de capital (receita) – Recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.

Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais – Engloba as transferências correntes concedidas às unidades institucionais (Orçamento do Estado, serviços e fundos autónomos, administração autárquica, administração regional, segurança social), bem como as transferências correntes concedidas sem contrapartida a unidades produtivas, como empresas públicas municipais, intermunicipais ou empresas participadas, com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

Transferências e subsídios obtidos – Inclui as transferências a que os municípios têm direito, designadamente nos termos do RFALEI e de acordo com a Lei do Orçamento do Estado respeitante a cada ano económico. As transferências destinadas ao financiamento de investimentos específicos e determinadas por lei, por protocolo ou por contrato-programa são registadas na conta 2745 "Subsídios para investimentos". Nesta classificação estão ainda englobados os subsídios, que consistem em transferências correntes obtidas sem contrapartida destinadas a unidades produtivas com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

Venda de bens de investimento – Rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que, na aquisição ou construção, tenham sido contabilizados como investimento.

Venda de bens e serviços correntes – Produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento.

Vendas e prestações de serviços – Abrange os proveitos das vendas (designadamente mercadorias, eletricidade, água, sucata, habitação social) e da prestação de serviços, como sejam de saneamento, resíduos sólidos, transportes coletivos de pessoas e mercadorias, entre outros.

Trabalhos para a própria entidade – Regista os trabalhos que a entidade realiza para si mesma, sob sua administração direta, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito e que se destinam ao seu imobilizado ou que sejam de repartir por vários exercícios

PRINCIPAIS FONTES CONSULTADAS

Carvalho, João Baptista da Costa, Fernandes, Maria José, Teixeira, Ana (2002). *POCAL – Comentado*, Rei dos Livros. Lisboa.

INE - População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Anual - INE, Estimativas anuais da população residente. Última atualização destes dados: 15 de junho de 2017., *in site* <http://www.ine.pt>.

Santos, J. Albano. *Os saldos orçamentais*, GPEARl – Ministério das Finanças, Artigo 03/2016.

Sousa Franco, António L., (2002). *Finanças públicas e direito financeiro*, volumes I e II, Almedina. Coimbra.

Documentos de prestação de contas dos municípios (anos 2013 a 2017)

ÍNDICE DE TABELAS, GRÁFICOS E MAPAS

TABELA 1 – CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DE RECEITAS	6	TABELA 58 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL (VALORES MÉDIOS) – 2013 A 2017	40
TABELA 2 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NUTS III – 2013 A 2017	7	TABELA 59 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM O PESSOAL, POR NUTS III – 2013 A 2017	41
TABELA 3 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR DIMENSÃO POPULACIONAL – 2013 A 2017	7	TABELA 60 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM O PESSOAL, POR DIMENSÃO POPULACIONAL – 2013 A 2017	41
TABELA 4 – RANKING: MAIOR VARIAÇÃO DAS RECEITAS TOTAIS – 2016 A 2017	8	TABELA 61 – RANKING - VARIAÇÃO DE DESPESAS COM O PESSOAL – 2016 A 2017	41
TABELA 5 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2013 A 2017	8	TABELA 62 – EVOLUÇÃO DA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES, POR NUTS III – 2013 A 2017	42
TABELA 6 – EVOLUÇÃO DO PESO DAS RECEITAS MUNICIPAIS, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2013 A 2017	9	TABELA 63 – EVOLUÇÃO DA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES, POR DIMENSÃO POPULACIONAL - 2013 E 2017	42
TABELA 7 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL (VALORES MÉDIOS) – 2013 A 2017	9	TABELA 64 – RANKING - VARIAÇÃO DAS DESPESAS COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES – 2016 A 2017	42
TABELA 8 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS FISCAIS, POR NUTS III – 2013 A 2017	10	TABELA 65 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM O INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO, POR NUTS III – 2013 A 2017	43
TABELA 9 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS FISCAIS, POR DIMENSÃO POPULACIONAL – 2013 A 2017	10	TABELA 66 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM O INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO, POR DIMENSÃO POPULACIONAL – 2013 A 2017	43
TABELA 10 – EVOLUÇÃO DA RECEITA FISCAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2013 A 2017	11	TABELA 67 – RANKING - VARIAÇÃO DAS DESPESAS COM O INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO – 2016 A 2017	44
TABELA 11 – RANKING - VARIAÇÃO DAS RECEITAS FISCAIS – 2016 A 2017	11	TABELA 68 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS, POR NUTS III – 2013 A 2017	45
TABELA 12 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS, POR NUTS III – 2013 A 2017	12	TABELA 69 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS, POR DIMENSÃO POPULACIONAL – 2013 A 2017	45
TABELA 13 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS, POR DIMENSÃO POPULACIONAL – 2013 A 2017	12	TABELA 70 – RANKING - VARIAÇÃO DAS DESPESAS COM TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS – 2016 A 2017	46
TABELA 14 – RANKING - VARIAÇÃO DE RECEITAS PRÓPRIAS – 2016 A 2017	13	TABELA 71 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM O SERVIÇO DA DÍVIDA, POR NUTS III – 2013 A 2017	47
TABELA 15 – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS, POR NUTS III – 2013 A 2017	14	TABELA 72 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM O SERVIÇO DA DÍVIDA, POR DIMENSÃO POPULACIONAL – 2013 A 2017	47
TABELA 16 – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS, POR DIMENSÃO POPULACIONAL – 2013 A 2017	14	TABELA 73 – RANKING - VARIAÇÃO DAS DESPESAS COM O SERVIÇO DA DÍVIDA – 2016 A 2017	48
TABELA 17 – RANKING - VARIAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS – 2016 A 2017	15	TABELA 74 – DESPESAS TOTAIS MUNICIPAIS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	50
TABELA 18 – EVOLUÇÃO DOS PASSIVOS FINANCEIROS, POR NUTS III – 2013 A 2017	16	TABELA 75 – RANKINGS – DESPESAS MUNICIPAIS, 2017	50
TABELA 19 – EVOLUÇÃO DOS PASSIVOS FINANCEIROS, POR DIMENSÃO POPULACIONAL – 2013 A 2017	16	TABELA 76 – DESPESAS MUNICIPAIS <i>PER CAPITA</i> , POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	51
TABELA 20 – RECEITAS TOTAIS MUNICIPAIS POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	18	TABELA 77 – RANKINGS – DESPESAS MUNICIPAIS <i>PER CAPITA</i> , 2017	51
TABELA 21 – RANKINGS - RECEITAS TOTAIS MUNICIPAIS, 2017	18	TABELA 78 – COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	52
TABELA 22 – RECEITAS MUNICIPAIS <i>PER CAPITA</i> , POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	19	TABELA 79 – ESTRUTURA DAS DESPESAS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	53
TABELA 23 – RANKINGS - RECEITAS MUNICIPAIS <i>PER CAPITA</i> , 2017	19	TABELA 80 – DESPESAS POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	53
TABELA 24 – COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	20	TABELA 81 – DESPESAS COM O PESSOAL, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	55
TABELA 25 – ESTRUTURA DAS RECEITAS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	21	TABELA 82 – RANKINGS – DESPESAS COM O PESSOAL, 2017	55
TABELA 26 – COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	21	TABELA 83 – DESPESAS COM O PESSOAL <i>PER CAPITA</i> , POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	56
TABELA 27 – RECEITAS FISCAIS MUNICIPAIS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	23	TABELA 84 – RANKINGS – DESPESAS COM O PESSOAL <i>PER CAPITA</i> , 2017	56
TABELA 28 – RANKINGS - RECEITAS FISCAIS MUNICIPAIS, 2017	23	TABELA 85 – PESO DAS DESPESAS COM O PESSOAL NAS DESPESAS TOTAIS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	57
TABELA 29 – RECEITAS FISCAIS MUNICIPAIS <i>PER CAPITA</i> , POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	24	TABELA 86 – RANKINGS – PESO DAS DESPESAS COM O PESSOAL NAS DESPESAS TOTAIS, 2017	57
TABELA 30 – RANKINGS - RECEITAS FISCAIS MUNICIPAIS <i>PER CAPITA</i> , 2017	24	TABELA 87 – DESPESAS COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	59
TABELA 31 – PESO DAS RECEITAS FISCAIS NAS RECEITAS TOTAIS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	25	TABELA 88 – RANKINGS – DESPESAS COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, 2017	59
TABELA 32 – RANKINGS - PESO DAS RECEITAS FISCAIS NAS RECEITAS TOTAIS	25	TABELA 89 – DESPESAS COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS <i>PER CAPITA</i> , POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	60
TABELA 33 – RECEITAS PRÓPRIAS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	27	TABELA 90 – RANKINGS – DESPESAS COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS <i>PER CAPITA</i> , 2017	60
TABELA 34 – RANKINGS - RECEITAS PRÓPRIAS MUNICIPAIS, 2017	27	TABELA 91 – PESO DAS DESPESAS COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS NAS DESPESAS TOTAIS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	61
TABELA 35 – RECEITAS PRÓPRIAS <i>PER CAPITA</i> , POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	28	TABELA 92 – RANKINGS – PESO DAS DESPESAS COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS NAS DESPESAS TOTAIS, 2017	61
TABELA 36 – RANKINGS - RECEITAS PRÓPRIAS MUNICIPAIS <i>PER CAPITA</i> , 2017	28	TABELA 93 – DESPESAS COM TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	63
TABELA 37 – PESO DAS RECEITAS PRÓPRIAS NAS RECEITAS TOTAIS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	29	TABELA 94 – RANKINGS – DESPESAS COM TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS, 2017	63
TABELA 38 – RANKINGS – PESO DAS RECEITAS PRÓPRIAS MUNICIPAIS, 2017	29	TABELA 95 – DESPESAS COM TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS <i>PER CAPITA</i> , POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	64
TABELA 39 – TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	31	TABELA 96 – RANKINGS – DESPESAS COM TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS <i>PER CAPITA</i> , 2017	64
TABELA 40 – RANKINGS - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS, 2017	31	TABELA 97 – PESO DAS DESPESAS COM TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS NAS DESPESAS TOTAIS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	65
TABELA 41 – TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS <i>PER CAPITA</i> , POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	32	TABELA 98 – RANKINGS – PESO DAS DESPESAS COM TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS NAS DESPESAS TOTAIS, 2017	65
TABELA 42 – RANKINGS - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS <i>PER CAPITA</i> , 2017	32	TABELA 99 – DESPESAS COM O INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	67
TABELA 43 – PESO DAS TRANSFERÊNCIAS NAS RECEITAS TOTAIS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	33	TABELA 100 – RANKINGS – DESPESAS COM O INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO, 2017	67
TABELA 44 – RANKINGS – PESO DAS TRANSFERÊNCIAS NAS RECEITAS TOTAIS, 2017	33	TABELA 101 – DESPESAS COM O INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO <i>PER CAPITA</i> , POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	68
TABELA 45 – MUNICÍPIOS SEM RECEITAS DE PASSIVOS FINANCEIROS, 2017	34	TABELA 102 – RANKINGS – DESPESAS COM O INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO <i>PER CAPITA</i> , 2017	68
TABELA 46 – PASSIVOS FINANCEIROS (NOVOS EMPRÉSTIMOS) POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	35	TABELA 103 – PESO DAS DESPESAS COM O INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO NAS DESPESAS TOTAIS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	69
TABELA 47 – RANKINGS - RECEITAS DE PASSIVOS FINANCEIROS, 2017	35	TABELA 104 – RANKINGS – PESO DAS DESPESAS COM O INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO NAS DESPESAS TOTAIS, 2017	69
TABELA 48 – PASSIVOS FINANCEIROS (NOVOS EMPRÉSTIMOS) <i>PER CAPITA</i> , POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	36		
TABELA 49 – RANKINGS - PASSIVOS FINANCEIROS <i>PER CAPITA</i> , 2017	36		
TABELA 50 – PESO DOS PASSIVOS FINANCEIROS (NOVOS EMPRÉSTIMOS), POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	37		
TABELA 51 – RANKINGS - PESO PASSIVOS FINANCEIROS NAS RECEITAS TOTAIS, 2017	37		
TABELA 52 – CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS	38		
TABELA 53 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NUTS III – 2013 A 2017	38		
TABELA 54 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR DIMENSÃO POPULACIONAL – 2013 A 2017	38		
TABELA 55 – RANKING - VARIAÇÃO DAS DESPESAS TOTAIS – 2016 A 2017	39		
TABELA 56 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2013 A 2017	39		
TABELA 57 – EVOLUÇÃO DO PESO DAS DESPESAS MUNICIPAIS, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2013 A 2017	40		

TABELA 105 – DESPESAS COM O SERVIÇO DA DÍVIDA, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 201771
TABELA 106 – RANKINGS – DESPESAS COM O SERVIÇO DA DÍVIDA, 201771
TABELA 107 – DESPESAS COM O SERVIÇO DA DÍVIDA *PER CAPITA*, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017.....72
TABELA 108 – RANKINGS – DESPESAS COM O SERVIÇO DA DÍVIDA *PER CAPITA*, 201772
TABELA 109 – PESO DAS DESPESAS COM O SERVIÇO DA DÍVIDA NAS DESPESAS TOTAIS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 201773
TABELA 110 – RANKINGS – PESO DAS DESPESAS COM O SERVIÇO DA DÍVIDA NAS DESPESAS TOTAIS, 201773
TABELA 111 – EVOLUÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE MUNICIPAL, POR NUTS III – 2014 A 201774
TABELA 112 – EVOLUÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE MUNICIPAL, POR DIMENSÃO POPULACIONAL – 2014 A 201774
TABELA 113 – RANKING - VARIAÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE – 2014 A 201775
TABELA 114 – EVOLUÇÃO DO SALDO GLOBAL, POR NUTS III – 2014 A 201776
TABELA 115 – EVOLUÇÃO DO SALDO GLOBAL, POR DIMENSÃO POPULACIONAL – 2014 A 201776
TABELA 116 – EVOLUÇÃO DO SALDO PRIMÁRIO, POR NUTS III – 2014 A 201776
TABELA 117 – EVOLUÇÃO DO GRAU DE COBERTURA DO SALDO PRIMÁRIO, POR DIMENSÃO POPULACIONAL – 2014 A 201777
TABELA 118 – RANKING - VARIAÇÃO DO SALDO GLOBAL – 2014 A 201777
TABELA 119 – RANKING - VARIAÇÃO DO SALDO PRIMÁRIO – 2014 A 201777
TABELA 120 – EVOLUÇÃO DO PESO DAS RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS NO SALDO GLOBAL, POR NUTS III – 2014 A 201778
TABELA 121 – EVOLUÇÃO DO PESO DAS RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS NO SALDO GLOBAL, POR DIMENSÃO POPULACIONAL – 2014 A 201778
TABELA 122 – RANKING - PESO DAS RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS NO SALDO GLOBAL, 201778
TABELA 123 – EVOLUÇÃO DO GRAU DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA, POR NUTS III – 2014 A 201779
TABELA 124 – EVOLUÇÃO DO GRAU DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA, POR DIMENSÃO POPULACIONAL – 2014 A 201779
TABELA 125 – RANKING - VARIAÇÃO DO GRAU DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA – 2016 A 201779
TABELA 126 – EVOLUÇÃO DO GRAU DE EXECUÇÃO DA VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO, POR NUTS III – 2014 A 201780
TABELA 127 – EVOLUÇÃO DO GRAU DE EXECUÇÃO DA VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO, POR DIMENSÃO POPULACIONAL – 2014 A 201780
TABELA 128 – EVOLUÇÃO DO ATIVO NOS MUNICÍPIOS DA RLVT – 2013 A 201781
TABELA 129 – LISTA DOS MUNICÍPIOS COM MAIOR VARIAÇÃO POSITIVA DO ATIVO LÍQUIDO – 2016 A 201782
TABELA 130 – PESO MÉDIO DOS ATIVOS EM 2017, POR CATEGORIA DO ATIVO E DIMENSÃO POPULACIONAL84
TABELA 131 – COMPOSIÇÃO DO ATIVO EM 2017, POR NUTS III85
TABELA 132 – ESTRUTURA DO ATIVO DOS MUNICÍPIOS DA RLVT EM 2017, POR NUTS III85

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DA RECEITA TOTAL MUNICIPAL – 2013 A 20177
GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2013 A 20178
GRÁFICO 3 – VARIAÇÃO DO PESO DAS RECEITAS MUNICIPAIS, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2013 A 20179
GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL (VALORES MÉDIOS) – 2013 A 20179
GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DA RECEITA TOTAL MUNICIPAL – 2013 A 201710
GRÁFICO 6 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DAS RECEITAS FISCAIS, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2013 A 201710
GRÁFICO 7 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS – 2013 A 201712
GRÁFICO 8 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2013 A 201712
GRÁFICO 9 – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS – 2013 A 201714
GRÁFICO 10 – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2013 A 201714
GRÁFICO 11 – EVOLUÇÃO DOS PASSIVOS FINANCEIROS – 2013 A 201716
GRÁFICO 12 – RECEITAS TOTAIS MUNICIPAIS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 201718
GRÁFICO 13 – RECEITAS TOTAIS MUNICIPAIS *PER CAPITA*, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 201719
GRÁFICO 14 – COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS MUNICIPAIS, 201720
GRÁFICO 15 – COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS FISCAIS, 201722
GRÁFICO 16 – RECEITAS FISCAIS MUNICIPAIS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 201723
GRÁFICO 17 – RECEITAS FISCAIS MUNICIPAIS *PER CAPITA*, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 201724
GRÁFICO 18 – PESO DAS RECEITAS FISCAIS NAS RECEITAS TOTAIS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 201725
GRÁFICO 19 – COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS, 201726
GRÁFICO 20 – RECEITAS PRÓPRIAS, POR NUTS III E DIMENSÃO DE MUNICÍPIOS, 201727
GRÁFICO 21 – RECEITAS PRÓPRIAS *PER CAPITA*, POR NUTS III E DIMENSÃO DE MUNICÍPIOS, 201728
GRÁFICO 22 – PESO DAS RECEITAS PRÓPRIAS NAS RECEITAS TOTAIS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 201729
GRÁFICO 23 – COMPOSIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS, 201730
GRÁFICO 24 – TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 201731

TABELA 133 – EVOLUÇÃO DO PASSIVO NOS MUNICÍPIOS DA RLVT – 2013 A 201786
TABELA 134 – LISTA DOS MUNICÍPIOS COM VARIAÇÃO POSITIVA DO PASSIVO – 2016 A 201787
TABELA 135 – LISTA DOS MUNICÍPIOS COM MAIOR VARIAÇÃO NEGATIVA DO PASSIVO – 2016 A 201787
TABELA 136 – PESO MÉDIO DOS PASSIVOS EM 2017, POR CATEGORIA DE PASSIVO E DIMENSÃO POPULACIONAL88
TABELA 137 – COMPOSIÇÃO DO PASSIVO EM 2017, POR NUTS III88
TABELA 138 – ESTRUTURA DO PASSIVO DOS MUNICÍPIOS DA RLVT EM 2017, POR NUTS III88
TABELA 139 – CAPITAL EM DÍVIDA EM 31-12-2017 DE EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS NO ÂMBITO DE PROGRAMAS DO ESTADO PARA RECUPERAÇÃO FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS89
TABELA 140 – EVOLUÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS NOS MUNICÍPIOS DA RLVT – 2013 A 201790
TABELA 141 – LISTA DOS MUNICÍPIOS COM MAIOR VARIAÇÃO POSITIVA DOS FUNDOS PRÓPRIOS – 2016 A 201790
TABELA 142 – MUNICÍPIOS COM RLE NEGATIVO, EM 201791
TABELA 143 – PESO MÉDIO DOS FUNDOS PRÓPRIOS, POR CATEGORIA E DIMENSÃO POPULACIONAL, 201791
TABELA 144 – COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS EM 2017, POR NUTS III92
TABELA 145 – ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS DOS MUNICÍPIOS DA RLVT EM 2017, POR NUTS III92
TABELA 146 – EVOLUÇÃO DOS CUSTOS NOS MUNICÍPIOS DA RLVT – 2013 A 201793
TABELA 147 – EVOLUÇÃO DOS CUSTOS MÉDIOS DOS MUNICÍPIOS DA RLVT, POR DIMENSÃO POPULACIONAL – 2013 A 201793
TABELA 148 – LISTA DOS MUNICÍPIOS COM MAIOR VARIAÇÃO POSITIVA DOS CUSTOS – 2016 A 201794
TABELA 149 – EVOLUÇÃO DOS MUNICÍPIOS COM VARIAÇÃO NEGATIVA DOS CUSTOS – 2016 A 201794
TABELA 150 – PESO MÉDIO DOS CUSTOS EM 2017, POR CATEGORIA DE CUSTOS E DIMENSÃO POPULACIONAL96
TABELA 151 – COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS EM 2017, POR NUTS III97
TABELA 152 – ESTRUTURA DOS CUSTOS DOS MUNICÍPIOS DA RLVT EM 2017, POR NUTS III97
TABELA 153 – EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS NOS MUNICÍPIOS DA RLVT – 2013 A 201798
TABELA 154 – LISTA DOS MUNICÍPIOS COM MAIOR VARIAÇÃO POSITIVA DOS PROVEITOS – 2016 A 201799
TABELA 155 – PESO MÉDIO DOS PROVEITOS EM 2017, POR DIMENSÃO POPULACIONAL100
TABELA 156 – COMPOSIÇÃO DOS PROVEITOS EM 2017, POR NUTS III101
TABELA 157 – ESTRUTURA DOS PROVEITOS DOS MUNICÍPIOS DA RLVT EM 2017, POR NUTS III101
TABELA 158 – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS NOS MUNICÍPIOS DA RLVT – 2013 A 2017102

GRÁFICO 25 – TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS *PER CAPITA*, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 201732
GRÁFICO 26 – PESO DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS NAS RECEITAS TOTAIS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 201733
GRÁFICO 27 – COMPOSIÇÃO DOS PASSIVOS FINANCEIROS, 201734
GRÁFICO 28 – PASSIVOS FINANCEIROS (NOVOS EMPRÉSTIMOS), POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 201735
GRÁFICO 29 – PASSIVOS FINANCEIROS (NOVOS EMPRÉSTIMOS) *PER CAPITA*, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 201736
GRÁFICO 30 – PESO DOS PASSIVOS FINANCEIROS (NOVOS EMPRÉSTIMOS) NAS RECEITAS TOTAIS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 201737
GRÁFICO 31 – EVOLUÇÃO DA DESPESA TOTAL MUNICIPAL – 2013 A 201738
GRÁFICO 32 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2013 A 201739
GRÁFICO 33 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2013 A 201740
GRÁFICO 34 – EVOLUÇÃO DA DESPESA COM O PESSOAL – 2013 A 201741
GRÁFICO 35 – EVOLUÇÃO DA DESPESA COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES – 2013 A 201742
GRÁFICO 36 – EVOLUÇÃO DA DESPESA COM O INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO – 2013 A 201743
GRÁFICO 37 – EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2013 A 201743
GRÁFICO 38 – EVOLUÇÃO DA DESPESA COM TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS – 2013 A 201745
GRÁFICO 39 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2013 A 201745
GRÁFICO 40 – EVOLUÇÃO DA DESPESA COM TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS – 2013 A 201747
GRÁFICO 41 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM O SERVIÇO DA DÍVIDA, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2013 A 201747
GRÁFICO 42 – DESPESAS TOTAIS MUNICIPAIS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 201750
GRÁFICO 43 – DESPESAS MUNICIPAIS *PER CAPITA*, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 201751
GRÁFICO 44 – COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS MUNICIPAIS, 201752
GRÁFICO 45 – DESPESAS COM O PESSOAL, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 201755
GRÁFICO 46 – DESPESAS COM O PESSOAL *PER CAPITA*, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 201756
GRÁFICO 47 – PESO DAS DESPESAS COM O PESSOAL NAS DESPESAS TOTAIS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 201757
GRÁFICO 48 – DESPESAS COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 201759

GRÁFICO 49 – DESPESAS COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS <i>PER CAPITA</i> , POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	60
GRÁFICO 50 – PESO DAS DESPESAS COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS NAS DESPESAS TOTAIS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	61
GRÁFICO 51 – DESPESAS COM TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	63
GRÁFICO 52 – DESPESAS COM TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS <i>PER CAPITA</i> , POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	64
GRÁFICO 53 – PESO DAS DESPESAS COM TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS NAS DESPESAS TOTAIS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	65
GRÁFICO 54 – DESPESAS COM O INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	67
GRÁFICO 55 – DESPESAS COM O INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO <i>PER CAPITA</i> , POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	68
GRÁFICO 56 – PESO DAS DESPESAS COM O INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO NAS DESPESAS TOTAIS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	69
GRÁFICO 57 – DESPESAS COM O SERVIÇO DA DÍVIDA, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	71
GRÁFICO 58 – DESPESAS COM O SERVIÇO DA DÍVIDA <i>PER CAPITA</i> , POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	72
GRÁFICO 59 – PESO DAS DESPESAS COM O SERVIÇO DA DÍVIDA NAS DESPESAS TOTAIS, POR NUTS III E DIMENSÃO POPULACIONAL, 2017	73
GRÁFICO 60 – EVOLUÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE – 2014 A 2017	74
GRÁFICO 61 – EVOLUÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE, POR DIMENSÃO POPULACIONAL – 2014 A 2017	74
GRÁFICO 62 – EVOLUÇÃO DO SALDO GLOBAL – 2014 A 2017	76
GRÁFICO 63 – EVOLUÇÃO DO SALDO GLOBAL, POR DIMENSÃO POPULACIONAL – 2014 A 2017	76
GRÁFICO 64 – PESO DAS RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS NO SALDO GLOBAL – 2014 A 2017	78
MAPA 1 – MUNICÍPIOS COM MAIOR VARIAÇÃO DAS RECEITAS TOTAIS – 2016 A 2017	8
MAPA 2 – MUNICÍPIOS COM MAIOR VARIAÇÃO DAS RECEITAS FISCAIS – 2016 A 2017	11
MAPA 3 – MUNICÍPIOS COM MAIOR VARIAÇÃO DE RECEITAS PRÓPRIAS – 2016 A 2017	13
MAPA 4 – MUNICÍPIOS COM MAIOR VARIAÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS – 2016 A 2017	15
MAPA 5 – RECEITA TOTAL <i>PER CAPITA</i> , 2017	17
MAPA 6 – RECEITAS FISCAIS <i>PER CAPITA</i> , 2017	22
MAPA 7 – RECEITAS PRÓPRIAS <i>PER CAPITA</i> , 2017	26
MAPA 8 – TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS <i>PER CAPITA</i> , 2017	30
MAPA 9 – RECEITAS DE PASSIVOS FINANCEIROS <i>PER CAPITA</i> , 2017	34
MAPA 10 – MUNICÍPIOS COM MAIOR VARIAÇÃO DAS DESPESAS TOTAIS – 2016 A 2017	39
MAPA 11 – MUNICÍPIOS COM MAIOR VARIAÇÃO DE DESPESA COM O PESSOAL – 2016 A 2017	41
MAPA 12 – MAIOR VARIAÇÃO DAS DESPESAS COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES – 2016 A 2017	42
MAPA 13 – MAIOR VARIAÇÃO DAS DESPESAS COM O INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO – 2016 A 2017	44
MAPA 14 – MAIOR VARIAÇÃO DAS DESPESAS COM TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS – 2016 A 2017	46
MAPA 15 – MAIOR VARIAÇÃO DAS DESPESAS COM O SERVIÇO DA DÍVIDA – 2016 A 2017	48
MAPA 16 – DESPESAS MUNICIPAIS <i>PER CAPITA</i> , 2017	49
MAPA 17 – DESPESAS MUNICIPAIS COM O PESSOAL <i>PER CAPITA</i> , 2017	54
MAPA 18 – AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS <i>PER CAPITA</i> , 2017	58
MAPA 19 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS <i>PER CAPITA</i> , 2017	62
MAPA 20 – INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO <i>PER CAPITA</i> , 2017	66
MAPA 21 – SERVIÇO DA DÍVIDA <i>PER CAPITA</i> , 2017	70
MAPA 22 – MAIOR VARIAÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE – 2016 A 2017	75
MAPA 23 – MAIOR VARIAÇÃO DO SALDO GLOBAL – 2016 A 2017	77
MAPA 24 – MAIOR VARIAÇÃO DO SALDO PRIMÁRIO – 2016 A 2017	77
MAPA 25 – MAIOR VARIAÇÃO POSITIVA DO ATIVO LÍQUIDO – 2016 A 2017	82

GRÁFICO 65 – EVOLUÇÃO DO PESO DAS RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS NO SALDO GLOBAL, POR DIMENSÃO POPULACIONAL – 2014 A 2017	78
GRÁFICO 66 – GRAU DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA – 2014 A 2017	79
GRÁFICO 67 – EVOLUÇÃO DO GRAU DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA, POR DIMENSÃO POPULACIONAL – 2014 A 2017	79
GRÁFICO 68 – GRAU DE EXECUÇÃO DA VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO – 2014 A 2017	80
GRÁFICO 69 – EVOLUÇÃO DO GRAU DE EXECUÇÃO DA VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO, POR DIMENSÃO POPULACIONAL – 2014 A 2017	80
GRÁFICO 70 – EVOLUÇÃO DO ATIVO DOS MUNICÍPIOS DA RLVT – 2013 A 2017	82
GRÁFICO 71 – ESTRUTURA DO ATIVO DOS MUNICÍPIOS DA RLVT EM 2017, POR NUTS III	85
GRÁFICO 72 – EVOLUÇÃO DO PASSIVO NOS MUNICÍPIOS DA RLVT – 2013 A 2017	86
GRÁFICO 73 – EVOLUÇÃO DO PASSIVO DOS MUNICÍPIOS DA RLVT – 2013 A 2017	86
GRÁFICO 74 – ESTRUTURA DO PASSIVO DOS MUNICÍPIOS DA RLVT EM 2017, POR NUTS III	88
GRÁFICO 75 – EVOLUÇÃO DO TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS – 2013 A 2017	90
GRÁFICO 76 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS COMPONENTES DOS FUNDOS PRÓPRIOS DOS MUNICÍPIOS DA RLVT – 2013 A 2017	90
GRÁFICO 77 – ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS DOS MUNICÍPIOS DA RLVT EM 2017, POR NUTS III	92
GRÁFICO 78 – EVOLUÇÃO DO TOTAL DOS CUSTOS – 2013 A 2017	93
GRÁFICO 79 – EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DOS MUNICÍPIOS DA RLVT – 2013 A 2017	94
GRÁFICO 80 – ESTRUTURA DOS CUSTOS DOS MUNICÍPIOS DA RLVT EM 2017, POR NUTS III	97
GRÁFICO 81 – EVOLUÇÃO DO TOTAL DOS PROVEITOS – 2013 A 2017	98
GRÁFICO 82 – EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS DOS MUNICÍPIOS DA RLVT – 2013 A 2017	98
GRÁFICO 83 – PROVEITOS DOS MUNICÍPIOS DA RLVT EM 2017, POR NUTS III	101
GRÁFICO 84 – EVOLUÇÃO DO EBITDA – 2013 A 2017	102